

Autora

Nadir Domingues Mendonça

Organizador

Vitor Wagner Neto de Oliveira

A (DES)CONS TRUÇÃO DAS (DES)ORDENS

PODER E VIOLÊNCIA
EM TRÊS LAGOAS-MT
(1915-1945)

Autora

Nadir Domingues Mendonça

Organizador

Vitor Wagner Neto de Oliveira



A (DES)CONS TRUÇÃO DAS (DES)ORDENS

PODER E VIOÊNCIA
EM TRÊS LAGOAS-MT
(1915-1945)

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

RESOLUÇÃO Nº 70-COED/AGECOM/UFMS,

DE 28 DE SETEMBRO DE 2021.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Ana Rita Coimbra Mota-Castro

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Regina Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Cristiano Costa Argemon Vieira

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabete Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Mendonça, Nadir Domingues.

A (des)construção das (des)ordens [recurso eletrônico] : poder e violência em Três Lagoas-MT (1915-1945) / autora: Nadir Domingues Mendonça ; organizador: Vitor Wagner Neto de Oliveira. - Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2021.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>

Bibliografia: p. 398-407.

ISBN 978-65-89995-76-0

1. Poder (Ciências sociais) - Três Lagoas (MS) - História. 2. Violência - Três Lagoas (MS) - Aspectos sociais - História. 3. Crime - Três Lagoas (MS) - Aspectos sociais - História. 4. Coronelismo - Três Lagoas (MS) - História - 1915-1945. 5. Três Lagoas (MS) - Condições sociais - História. 6. Três Lagoas (MS) - História - 1915-1945. I. Título. II. Oliveira, Vitor Wagner Neto de.

CDD (23) 981.71

Bibliotecária responsável: Jakeline de Souza Costa – CRB 1/3090

Autora

Nadir Domingues Mendonça

Organizador

Vitor Wagner Neto de Oliveira

A (DES)CONSTRUÇÃO DAS (DES)ORDENS

PODER E VIOLÊNCIA EM TRÊS LAGOAS-MT
(1915-1945)

CAMPO GRANDE - MS
2021



© da autora:
Nadir Domingues Mendonça

1ª edição: 2021

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-89995-76-0

Versão digital: outubro de 2021



*“Da minha aldeia vejo quanto da terra
[se pode ver do universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande
[como outra terra qualquer”*

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE MAPA.....	10
PREFÁCIO	11

QUESTÕES PRELIMINARES

Uma abertura	15
Apresentação do problema.....	23
A questão das fontes.....	28
A periodização	33
As categorias analíticas	38

PARTE I AS (DES) ORDENS

1 - DIMENSÕES DA ORDEM

1- A ordem como padrão de vida.....	41
2- Quotidiano, Poder e Violência.....	49

PARTE II TRÊS LAGOAS: SUA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

CAPÍTULO 2 - A AVENTURA DA PECUÁRIA E DO COMÉRCIO

1- Os novos bandeirantes	61
2- De sertanistas a coronéis.....	67
3- De acampamento à <i>urbs</i>	75

CAPÍTULO 3 - PAISAGENS DAS (DES) ORDENS: ESPAÇOS DE TROCAS E DE CIRCULAÇÃO	82
---	-----------

CAPÍTULO 4 - “... QUEM É, É; QUEM NÃO É, NÃO É.”

1- Perfil demográfico	114
2- “A brutalidade do destino só é comparável à do raio”	120

CAPÍTULO 5 - INSTITUIÇÕES E PODER: PROPRIEDADE E FAMÍLIA

1- O espaço: de indiviso a demarcado	173
2- Do amor e do casamento	192
3- O lugar de cada um: homem e mulher.....	203

CAPÍTULO 6 - PROCESSOS: O FILTRO DA (IN) JUSTIÇA

1- Construção e distorção da ordem: os poderes da Justiça	206
2- A rotina da morosidade e da omissão	210
3- Poderes em conflito: o jogo da ordem	217
4- O abuso de poder: arbitrariedade e prepotência	226

CAPÍTULO 7 - OS ARRANJOS DOS PODERES LOCAIS

1- O teor político da vida em Três Lagoas.....	233
2- Polarização entre localismo e centralismo.....	236
3- O mandonismo local.....	241
4- Justiça e política: (des)ordens na ordem	253
5- O alto comércio: conservadores e rebeldes.....	264

PARTE III

CALENDÁRIO, ROTINA E INVERSÃO DO QUOTIDIANO

CAPÍTULO 8 - O SAGRADO E O PROFANO NO CALENDÁRIO DAS FESTAS

1- São João: núcleo dos rituais das festas populares.....	278
---	-----

2- O 13 de junho: festa religiosa, festa cívica ou festa Social?	290
3- Natal, Ano Novo e Reis: festas universais e populares.....	298
4- Carnaval: a festa da folia ou a folia da festa?	306
5- Festa oficial: a religiosa e a cívica.....	312
6- Variações étnicas e regionais: a festa incorporada.....	344
7- A festa dos oprimidos: negros e trabalhadores.....	346

CAPÍTULO 9 - QUOTIDIANO: O ESPAÇO

DAS RELAÇÕES COMUNS

1- O viver e o morrer.....	352
2- Solidariedades e animosidades na vida	359
3- O poder local e suas projeções no quotidiano.....	361

CAPÍTULO 10 - ORDEM, DESORDEM: (DES) ORDENS

1- Os rompedores da ordem	367
2- O traçado dos crimes.....	368
3- Festa e crime: uma zona de intersecção.....	378

(DES)AMARRANDO OS NÓS.....

395

FONTES E BIBLIOGRAFIA

398

ANEXOS.....

408

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Processos segundo a natureza do delito.....

408

TABELA II – Crimes contra vida x tema 1916–1945

408

TABELA III – Principais delitos segundo

a naturalidade/nacionalidade do réu = 1916–1945.....

408

TABELA IV – Delitos: desfecho do processo.....	409
TABELA V – Desfechos dos processos por natureza do delito 1916–1945.....	409
TABELA VI – Profissão dos indiciados em 138 processos.....	410
TABELA VII – Locais de ocorrência de homicídios – 1915–1945.....	410
TABELA VIII – Turnos do dia de ocorrência dos homicídios – 1915–1945.....	410
TABELA IX – Distribuição por profissão das pessoas que aparecem em 244 processos crimes – 1915–1945.....	411
TABELA X – Delitos contra a vida, por temas - 1916–1945.....	412
TABELA XI – Delitos contra a vida, por estado civil - 1916–1945.....	412
TABELA XII – Distribuição por idade das pessoas que compareceram em 244 processos-crimes	412
TABELA XIII – Distribuição por idade das pessoas que compareceram em 244 processos-crimes	412
TABELA XIV – Distribuição das pessoas que compareceram em 244 processos-crimes, por local de procedência 1915–1945	413
TABELA XV – Dinâmica populacional. Três Lagoas – 1915–1945	413
TABELA XVI – Aforamento de lotes urbanos	414
TABELA XVII – Motivo de crime e profissão do réu, 38 casos condenação	415
TABELA XVIII – Motivo do crime e profissão do réu, 58 casos absolvição.....	416

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Chapas dos candidatos ao pleito municipal de Três Lagoas, em 1920.....	417
QUADRO 2 – Chapa fusionista para eleições de 1923.....	419
QUADRO 3 – Chapas dos candidatos ao pleito municipal de Três Lagoas, em 1926	419
QUADRO 4 – Candidatos que estavam em 1923 com os Generosistas e em 1926 com os Alfredistas.....	420
QUADRO 5 – Diretório da Aliança Liberal.....	421
QUADRO 6 – Títulos e temas do código de posturas.....	421
QUADRO 7 – Relação das questões que ocuparam o poder público.....	422

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 – Ruas	110
Foto 2 – Casas Comerciais	111
Foto 3 – Coreto	111
Foto 4 – Praça da Estação	112
Foto 5 – Homenagem a uma autoridade.....	112
Foto 6 – Balneário	113
Foto 7 – Ponte.....	113

MAPA

Configuração espacial do município de Três Lagoas, 1940.....	60
--	----

PREFÁCIO

Entrei em contato com o texto de Nadir Domingues Mendonça, em forma de tese, quando mudei para a cidade de Três Lagoas, em 1999. Já na primeira leitura logo me encantei com o estilo e a profundidade de análise em mais de 600 páginas datilografadas, organizadas em dois volumes. Desde então tornou-se referência para mim e para os alunos que passei a orientar com temas sobre a história regional, quando iniciei à docência no Curso de História da UFMS, em 2006.

Dada a importância do texto para os estudos da região do alto rio Paraná e leste do Mato Grosso do Sul, procurei contato com a autora encontrando seu filho Vinícius Domingues pelas redes sociais, quem me colocou em comunicação com a professora no ano de 2014. Conhecemo-nos por telefone, em duas únicas conversas. Na oportunidade, falei da pretensão de publicar a tese em alusão ao centenário de Três Lagoas, comemorado em 2015, e como forma de contribuírmos para um debate qualificado sobre a ocupação não indígena na região e o ordenamento local que se construiu durante o século XX.

A autora deu o aval para a publicação e as alterações necessárias, mas, infelizmente, por diversos entraves, especialmente a carência de recursos financeiros, não foi possível a publicação em 2015. Em vista do Edital aberto pela Editora da UFMS, retomei o esforço para publicá-lo em junho de 2020, cerca de um mês após o falecimento da autora, moradora de Curitiba. Nadir Mendonça, gaúcha de Cacequi, morreu aos 85 anos de idade, em 5 de junho de 2020.

O livro é o resultado da tese de doutoramento em História Social, defendida em 1991 na Universidade de São Paulo e orientada por José Carlos Sebe Bom Meihy. Pela dinâmica da ciência História, o texto original escrito a quase trinta anos poderia ser alterado, acrescentado, revisado em seus aspectos formais e, especialmente, teórico-metodoló-

gicos. No entanto, pela profundidade da análise, a diversidade de fontes e pela abordagem ancorada na historiografia social auspiciosa que aportou no Brasil na década de 1980, o texto não envelheceu nos seus aspectos mais relevantes. Da tese ao livro fiz alguns cortes em discussões teóricas, quando estas estavam colocadas em outros lugares no corpo do texto. Isso se deu especialmente na introdução (“Questões preliminares”) e no primeiro capítulo. O texto original traz 23 fotos de diversos aspectos de Três Lagoas e mais três mapas. Não foi possível recuperar todas as imagens e mapas, e em alguns casos conseguiu-se fotos do mesmo espaço e período, mas de ângulos diferentes, não interferindo assim no diálogo que a autora constrói com essas fontes. No mais, fez-se algumas correções e atualizações da escrita. Essas alterações, contudo, procuraram manter a riqueza do texto original.

O tempo todo a autora joga com a palavra “ordem”, por vezes com o prefixo “des” estrategicamente colocado entre parênteses indicando contração/separação, como uma representação das relações sociais estudadas. O termo torna-se o centro da análise, não a palavra, mas as pessoas e as ações que constroem a história representada na expressão “(des)ordem”.

Ordem e desordem nos sertões não são termos dicotômicos, mas complementares. Em lugares marcados pela transitoriedade da vida e da natureza em transformação, esses termos se entrelaçam nas relações sociais vividas por homens, mulheres e crianças. A ordem que a classe dos ordenadores tenta impor à toda sociedade é confrontada cotidianamente pela contraordem dos subalternos, pela desordem que quer outra ordem. É desse conflito social que trata o livro de Nadir Mendonça.

Os conflitos entre ordenadores e desordenadores estão em diversos espaços dessa sociedade três-lagoense que se constrói ao ritmo da locomotiva a vapor da estrada de ferro Noroeste do Brasil: na ocupação territorial do rural e do urbano, nas eleições em contexto do mandonismo local, no trabalho, no lazer, no sagrado e no profano.

Trata-se de uma história do sertão, não como uma geografia da paisagem, mas uma geografia e história humanas no mundo *rururbano* de Três Lagoas, no sul de Mato Grosso, um estado em que a sociedade, até muito dentro do século XX, foi predominantemente rural e a economia continua sendo especialmente rural, em que pese o avanço do capitalismo no campo ter modificado profundamente a empresa agrícola, hoje bastante diferente do que eram as fazendas. Neste livro percebe-se que, mesmo neste mundo de predominância do rural, a vila (e depois cidade) teve muita importância na determinação da política formal – que se manifesta nas tribunas da imprensa, da câmara municipal, da prefeitura – e da política do cotidiano, da resistência e da vivência.

A relação com a terra determinou a formação desta sociedade não só no rural, mas também na apropriação do urbano. Para muitos (os desordenadores), não ter terra e, para alguns (os ordenadores), deter o domínio de muita terra é o que determinou o lugar que esses sujeitos passaram a ocupar nas relações de poder, de produção e de classe.

No contexto em que surge o escrito original de Nadir, início da década de 1990, a pesquisa em história social sobre o Sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul dava seus primeiros passos, e contribuía para ampliar a história do Brasil para além do eixo Rio-São Paulo, e desvelar outras histórias, outros sujeitos dos sertões até então compreendidos como expressão de “vazios” humanos.

A tese de Nadir compõe o rol de obras inaugurais dessa historiografia dos sertões que compreende a região não como um local isolado, mas parte constituída e constituinte do todo nacional. Os núcleos urbanos, especialmente aqueles fundados em entroncamentos de vias ou entreposto, como é o caso de Três Lagoas, são cosmopolitas porque se configuram em lugares de passagem, de trânsito, mobilidade característica de regiões em transição, de fronteira móvel. Aí a luta de classes se faz distinta, como demonstra Nadir a partir da análise rigorosa de fontes

judiciais, de jornais, relatos orais e de ampla bibliografia. Uma história distinta, mas relacionada com o regional, o nacional e o internacional.

Por muito tempo, essas contribuições da tese ficaram restritas a algumas pessoas que tinham contato com o texto datilografado. Com a publicação, mais pesquisadores em história e ciências sociais, entre outras áreas das ciências humanas, terão uma referência fundamental nos estudos de história local e regional, e um público maior poderá conhecer o quão complexa é essa história. Muitas outras pessoas poderão até se “enxergar” fazedores de história, sejam como ordenadores ou mesmo desordenadores, a depender do lugar ocupado e dos interesses em jogo. Por isto, a publicação deste trabalho é de relevância tamanha para o conhecimento da história de Mato Grosso do Sul e de suas relações com outras localidades.

Vitor Wagner Neto de Oliveira
Três Lagoas, inverno de 2020.

QUESTÕES PRELIMINARES

O homem em sociedade interessa-se por muitas coisas, e a ordem não é a menos importante delas.

Terence Morris (1978)

Uma abertura

Antes de qualquer reflexão sobre o conteúdo e a forma do livro propriamente, impõe-se uma referência ao título: *A (des)construção das (des)ordens*.

Na vida social de qualquer comunidade há uma construção e uma desconstrução da ordem. Explicando melhor, há um constante construir e reconstruir de ordens. Ordem e desordem não são mais que os dois lados de uma mesma moeda: as ordens, ou como estamos cunhando, (des)ordens.

O título diz já do caminho percorrido: um olhar tanto para os ordenadores, quanto para os rompedores da ordem. Significa mais, a ideia de um processo nunca acabado, a característica mais notável de uma comunidade: *sua dinâmica social*. Diz também, desta leitura múltipla sobre o ordenamento dessa comunidade: uma dialética entre a construção e a desconstrução da ordem e da desordem.

Por que Três Lagoas? O que é Três Lagoas? Três Lagoas, município de Mato Grosso do Sul, é para nós, arqueólogos da sociedade, um microcosmo da realidade brasileira marcada pela violência, as falsas ideias de justiça, o abuso de poder, o crime, a solidariedade, o trabalho, a festa. A escolha do objeto recaiu ao acaso; poderia ter sido Bagé, Santa Adélia, Livramento, qualquer cidade do Brasil serviria para circunscrever o espaço geográfico desta análise.

Alguns estudiosos sobre comunidade mostram que um bairro, uma aldeia ou uma pequena cidade, desconhecida por sua “mediocridade”, precisamente por isso, pode ser representativa da maioria das comunidades. Não é o caso com o estudo de metrópoles, como o Rio de Janeiro e São Paulo, que não são representativas do conjunto brasileiro. Neste caso, podemos considerar Três Lagoas como típica, no sentido de média populacional, maior frequência estatística de sua época.

É exatamente a questão da comunidade e suas (des)ordens que nos interessa analisar. Toda a trama de seu ordenamento. Trata-se de perceber o contorno que estas ordens assumiram nesta comunidade, no momento em que Três Lagoas organizava-se como cidade. Momento este que coincidia com a transição de uma ordem *tradicional* da sociedade brasileira, para uma nova ordem, dita *moderna*.

A pesquisa refere-se a uma comunidade da região Centro-Oeste, do início a meados do século XX (1915-1945), ainda em sua maior parte terra devoluta. Foi possível, deste modo, “apanhar o momento” em que toda essa região inseria-se no processo de desenvolvimento da economia nacional, quando a ocupação se fez com distintos tipos humanos, nacionais e estrangeiros, e que pelo sistema de concentração da terra foram classificados em proprietários e despossuídos. A análise da trajetória de uma comunidade permite alcançar as intenções, os problemas, as soluções e as contradições do ordenamento social. Em Três Lagoas, enquanto a sociedade brasileira se modernizava, as transformações fizeram sentir-se em escala reduzida, mantendo-a, fortemente presa às características anteriores de “terra de ninguém”.

Desta forma, fica privilegiada a observação dos nexos de recorrência entre forças tradicionais e forças modernas. Mais do que isto: tentou-se captar o ordenamento imposto pelo poder e os movimentos espontâneos nesta ordem instituídos. Movimentos estes que se constituem como outras ordens.

E, por que ordem e (des)ordens? A familiaridade com as fontes, especialmente o contato diuturno com os processos-crimes, fez-nos orientar para esta escolha. Condição mínima para qualquer estudo de comunidade: o conhecimento maior do cotidiano, suas tramas, suas nuances, seu perfil. Até então não havíamos decidido por esta temática. As possibilidades e a multiplicidade dos temas são infinitas. Cabe ao historiador e a sua sensibilidade de pesquisador descobri-los. Numa primeira fase pensamos em investigar a persistência da violência. Neste caso estaríamos privilegiando, na análise, os “oprimidos”. Em outro momento, cogitamos enfatizar o poder; aqui, os “donos” deste poder estariam privilegiados, recaindo em temas, já explorados e esgotados pela “*Novelle Histoire*”. Afinal, nossas “incursões” na vida quotidiana três-la-goense mostrou-nos a validade de não separar o que na realidade não estava separado. Consequentemente é de base empírica as interpretações expostas neste estudo; ou seja: não partimos de nenhuma teoria, ou pressupostos teóricos, com o objetivo de buscar – nos fatos empíricos – comprovação, negação ou reformulação.

Escolhida as (des)ordens como fulcro da pesquisa, pareceu-nos necessário desdobrar a análise em subtemas. As questões do poder e da violência impuseram-se; pois que, sempre estiveram presentes como elementos fundamentais da (des)construção das (des)ordens. Deste modo, entendemos que a questão das (des)ordens da comunidade no quadro das convicções sobre a ordem social, a maneira como ela é imposta e o fomento de padrões de normalidade/sanidade podem ser examinadas, à luz das relações de poder e violência.

A decisão pela história de uma comunidade orientou-nos para uma área de pesquisa que, desde a década de 1950, tem germinado reflexões originais e estão, ainda, a estimular novas investigações.

Todavia, um estudo de comunidade pressupõe não só questões teóricas, mas também metodológicas. E pelo fato destes estudos serem

recentes precisamos reajustar, adequando, ao mesmo tempo, nossa instrumentação ao nosso propósito epistemológico.

Nosso objetivo maior não se sustenta na história linear de Três Lagoas, nutre-se das (des)ordens: fulcro deste estudo. Disto resulta uma aproximação com a problemática dos estudos sobre comunidade, o que nos possibilita fazer a passagem da unidade estudada para uma generalização, sem perder, entretanto, a particularidade e a especificidade do objeto em questão.

Dessa maneira, em lugar de analisarmos exclusivamente um grupo social, dominante ou dominado, nossa abordagem permite considerar Três Lagoas em si mesma, como unidade de base componente do Estado de Mato Grosso (hoje, de Mato Grosso do Sul), e em suas relações com outras comunidades de Mato Grosso e com a sociedade global.

Objetivamos contribuir para ampliar a abrangência da historiografia brasileira que concentra sua produção tendo, quase sempre, o eixo Rio-São Paulo, ou o Nordeste, como centro de suas atenções. Estes núcleos adquiriram pela continuidade, naturalmente, uma grande força explicativa da sociedade brasileira. Enquanto isso, o Centro-Oeste foi por muito tempo negligenciado, por ser “diferente”, por ser “sertão” ou por ser simplesmente Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Assim, considerando que nossa proposta recai, de um lado, nos estudos de história da comunidade e, de outro, em reflexões teóricas sobre a ordem, entendemos que as questões metodológicas e as conceituais precisam ser aqui delineadas.

A história de uma comunidade, seja bairro, aldeia, vila, é sempre complexa. Ressaltamos, entretanto, que a maioria das pesquisas detém-se numa categoria social. E a partir de uma ou outra, situam sua perspectiva. Como efeito de sublinhar a importância de uma, corre-se o risco

de apagar a outra. Este quadro, naturalmente, pode tingir-se, suavemente ou com força, de uma aprovação ou reprovação moral. Nesta atitude pode-se deixar na sombra aspectos fundamentais das relações sociais.

Diríamos que a historiografia brasileira mantém uma espécie de distorção, concentrando, de um lado, estudos que enfatizam a história dos vencedores, ou da classe dominante, e, de outro, aqueles que enaltecem a história dos vencidos, ou dos oprimidos. Em sua maioria trabalhos de qualidade, mas limitados a alguns aspectos da vida de uma comunidade, ou a alguns ângulos das relações sociais. A história do quotidiano, com novos temas, tem rompido esta estreiteza.

Os estudos existentes sobre comunidades brasileiras diferenciam-se por seus procedimentos de investigações. Todavia, é possível agrupá-los em dois conjuntos. O primeiro formado pelos chamados estudos clássicos, que foram utilizados por americanos, nas décadas de 1940 a 60, e tinham como objetivo a análise de todos os aspectos da unidade delimitados. Tinha por base “de que o conhecimento de um conjunto ou de uma sociedade global estava na estreita dependência do conhecimento detalhado das partes integrantes” (QUEIROZ, 1977, p. 15-6). Na abalizada crítica de Maria Isaura Pereira de Queiroz, constituem “hoje tais trabalhos um repositório de dados muito válidos”, entretanto, “considerados em si mesmos, denunciam limitações que os mantêm ao nível descritivo quase tão somente, não chegando, de modo algum, a fornecer o delineamento da totalidade de que fazem parte” (QUEIROZ, 1977, p. 16)¹

Em oposição a estes “estudos de comunidade”, Antonio Cândido de Mello e Souza, na década de 50, consagrou uma nova unidade de pesquisa: o bairro rural. Após afirmar que não se tratava de um “estudo de comunidade”, no sentido então corrente, propôs um novo procedimento: “Não pretendi levantar sistematicamente os diferentes aspectos

¹ Sobre o tema “estudos de comunidade” leia-se ainda José Bom Meihy (1990).

de determinado agrupamento, englobando todo o seu sistema institucional numa visão completa e orgânica”. Antonio Cândido justificou sua rejeição ao estudo de comunidade “em seu corte descritivo mais frequente” por lhe parecer “comprometer no pesquisador o senso dos problemas”. (MELLO, 1982, p. 20)

Maria Isaura Pereira de Queiroz analisando a obra de Antonio Cândido, *Parceiros do Rio Bonito*, considera a dificuldade da generalização, que “só se dava, porém, ao nível da definição de conceitos como o de bairro rural”. Nesse sentido, considera que a tese da Lia Freitas Garcia Fukui, *Sertão e Bairro Rural*, ultrapassou estas limitações, pois que “a comparação vai sendo utilizada do início ao final do trabalho e permite chegar a generalizações”. Lia Fukui partiu do geral, procurando perceber em que medida o particular – objeto de análise – se enquadraria ou não nele. (QUEIROZ, 1977, p. 16)²

Embora esta seja uma análise histórica, torna-se pertinente considerá-la em relação às análises sociológicas, referentes a estudos sobre comunidade. Neste sentido, esta pesquisa aproxima-se, em alguns pontos, dos dois grupos, anteriormente referidos, pela definição de unidade de pesquisa, da problemática elaborada e da passagem para uma generalização.

Ao decidirmos pelo município de Três Lagoas como universo da pesquisa, adotamos o rural e o urbano como aspectos de uma unidade. Nosso questionamento fundamenta-se não na dualidade, ao contrário, na sua inter-relação. Quase em simbiose, encontra-se no centro urbano tanto a cultura urbana, quanto a *sertaneja*: entrelaçadas numa trama de interesses, onde o sagrado e o profano convivem, assim como o ódio e a paixão, o único e o múltiplo.

Três Lagoas é o exemplo vivo destas contradições, da intimidade das diferenças. Ali, famílias de fazendeiros, de comerciantes, de profis-

² Sobre estudos de bairro rural ver também Doris Meyer (1980) e José Santos (1984).

sionais liberais e da *pobreza laboriosa* encontravam-se nas festas coletivas locais, religiosas, cívicas ou folclóricas. O comércio da cidade realizava as operações de compra e venda com o sertão. A política dividia-se em duas facções partidárias, mas não por grupos sociais ou por espaços rural e urbano. A configuração da comunidade, neste sentido, ganha em clareza, quando tomamos o termo *rururbano*.³

Ao analisarmos a elaboração do ordenamento de uma comunidade, com seus subtemas, poder e violência, partimos do geral para o particular. Não foi através da história de Três Lagoas que buscamos interpretar a ordem na sociedade brasileira. O ordenamento da comunidade três-lagoense deveria surgir em sua especificidade, através das possíveis relações com o Estado de Mato Grosso e com a sociedade global – o Brasil.

Em relação ao tema central – ordem –, destacamos os estudos que se têm conservado como obras de referência. Duas delas limitam-se ao estudo da ordem política: *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de Nestor Duarte (1966) e *A Construção da ordem: a elite política imperial*, de José Murilo de Carvalho (1980). Sublinhando os aspectos socioeconômicos temos *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), que trabalha com a negação da ordem social pela figura do agregado; e *Desclassificados do Ouro*, de Laura de Mello e Souza (1982), em que vê os desclassificados como necessários e úteis à ordem instituída.

Há outros trabalhos sobre ordens política, econômica ou ideológica, específicas, que não vêm ao caso. Também, seria secundário citar

³ Cultura sertaneja tem o mesmo sentido de cultura caipira, fartamente definido em vários estudos; utilizamos o termo sertaneja para sermos fiéis às fontes consultadas que registram “sertão” e “sertanejo”. Pobreza laboriosa refere-se a uma das categorias de análise eleita para este livro. Encontra-se detalhada no capítulo 4. Rururbano define-se como um espaço marcado pela inter-relação dos modos de vida rural e urbano. Termo cunhado por José Bom Meihy (1980).

os estudos que existem sobre os excluídos: prostitutas, criminosos, vagabundos, feitiças, entre outros, embora tenhamos utilizado alguns deles no decorrer de nossa investigação.

Detenhamo-nos, sim, pela relevância, nas pesquisas com base nos processos-crimes. Nota-se, em todos, uma tendência em isolar grupos sociais específicos para uma análise detalhada de comportamentos, de relações entre dominante/dominado, de padrões de criminalidade/marginalidade, de ideologia e práticas de violência.

Com ênfase na violência praticada no período de escravidão lembramos os estudos de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976); de Maria Helena P.T. Machado (1987), *Crime e Escravidão* e de Silvia Hunold Lara (1988), *Campos da Violência*. Trazendo de volta à memória um segmento dos esquecidos da história – os pobres – mencionamos José Carlos Sebe Bom Meihy (1980) com *Vale de Lágrimas. História da pobreza em Taubaté: 1889-1945* e Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) em *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus*. Delinquência, crime e pobreza também foram temas para Boris Fausto (1983) que em *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)* centralizou sua análise com base em padrões de criminalidade.

Com exceção de *Homens Livres na ordem Escravocrata*, publicado em 1976, os demais foram publicados nos anos 80. Todos apoiam-se nos processos-crimes, como fonte básica documental, abordando as relações de dominação e exploração, com o propósito de retirar do silêncio os dominados e os explorados, através de suas próprias falas.

O presente trabalho inclui-se neste conjunto, apenas porque utilizamos o mesmo tipo de documentação básica: os *processos-crimes*. Diferencia-se pela temática, por abordar a dinâmica social, considerando não um grupo ou uma categoria social isolada, mas o conjunto da comunidade. Retiramos dos documentos o discurso do poder, a fala da pobreza

e dos desclassificados. A história que buscamos construir foi a de uma comunidade, seu fio condutor: a ordem e a desordem.

Deste modo, esta investigação preocupada com a história de uma comunidade, nos permitiu elaborar uma hipótese geral sobre o ordenamento social de uma comunidade; mais precisamente, de uma comunidade brasileira contemporânea.

Uma vez admitida nossa hipótese de que não existe uma ordem, como não existe uma desordem, a questão da ordem social coloca-se em termos novos. Existem (des)ordens e uma ordem.

Realçamos a riqueza dos processos-crimes que permitem uma multiplicidade de temas. Mostramos, agora, a possibilidade de um novo veio, não especificamente ligado à opressão ou à dominação, porém muito mais amplo de toda uma organização social.

Apresentação do problema

O núcleo central de nossa problemática não é outro senão a aparente contradição entre duas necessidades históricas: a ordem e sua inversão. A organização social funda-se na absoluta necessidade do viver em sociedade. Todavia, este mesmo viver provoca novas necessidades. Trata-se de um desenvolvimento dialético de mútuas influências, em escala ascendente.

Embora a ordem mostre-se como necessidade para viver com segurança, tranquilidade e bem-estar, por vezes ela possui normas e leis que restringem a ação, os desejos e interesses, senão de grupos, de pessoas.

Todo o processo de ordenamento social desenvolve-se em sucessivas mudanças mediante contínuos impactos e contradições; algumas, violentas, outras, moderadas. Determinados preceitos podem favorecer a alguns e serem por eles apoiados; como, também podem ser prejudiciais a outros que os contestem, os negam, os enganam.

As análises que se constituem no corpo deste livro tiveram o objetivo de mostrar que não existe *uma* ordem, como não existe uma desordem; mas existem (des)ordens e uma ordem. A existência desta ordem homogênea, una, dá-se aqui como modelo abstrato, ideológico. Na prática não existe esta identidade.

Ao isolar a ordem das (des)ordens e tê-las como objeto crucial da investigação, conseguimos perceber como era construída a organização social da comunidade Três-lagoense. Não antes. Tornou-se, então, factível conhecer seus aspectos fundamentais e os tipos de articulação entre eles. Reconhecer mais. Não apenas a ordem, mas também as (des)ordens como elemento estrutural da comunidade.

Nossa curiosidade em face dessa questão resultou da familiaridade com as fontes consultadas. Não só os processos-crimes, também os jornais e os documentos oficiais apontaram-nas para um questionamento de uma ordem social turbulenta. O período de 1915 a 1945 foi marcado por este questionamento e pela convivência com revoltas políticas, crises econômicas e movimentos migratórios. O medo, a incerteza, a necessidade de tranquilidade e estabilidade são aqui compreensíveis.

Tornou-se, pois, de capital importância, para nossas indagações saber das medidas e posturas para contornar estas questões. O que ocupava o maior tempo dos agentes da ordem? O que os ordenadores consideravam como principais impedimentos para a manutenção desta ordem? Qual o padrão delineado para esta ordem? O que era possível impor ou manter? O que podia ser alterado ou o que deveria ser combatido? O que e como foi aceito ou negado pelos não participantes do círculo dos ordenadores? Quais os marcos importantes para alguma mudança na ordem e nas (des)ordens? E em que dimensões?

Foram estas as perguntas que se impuseram de imediato.

Cumprir realçar os dois tipos de conflitos que centraram nossa atenção. Os antagonismos entre os poderes locais e os crimes, delitos, brigas, badernas e outras formas de resistência. Assim, as realidades postas em questão, embora pertençam ao político-econômico, alcançam outra dimensão: concernem ao cotidiano da comunidade e não apenas às suas ideologias e práticas políticas ou sociais. Colocamos em questão as (des)ordens não só dos que não tinham poder, também daqueles que ordenavam a comunidade. Um espaço de tensões que pode ser redutivamente compreendido a partir do núcleo originário: conflitos de interesses. Nem sempre é o econômico o determinante.

Assim, esta análise pretende ver na ordem instituída as outras ordens construídas, tanto no círculo dos ordenadores, como nos outros dois círculos: o da pobreza laboriosa e dos desclassificados. Pela intercessão destes dois conjuntos pretendemos captar os nexos e as articulações entre eles e a ordem constituída. As (des)ordens no próprio interior da ordem. Os dois aspectos são inseparáveis; configuram um espaço de outra ordem.

Para penetrar neste espaço pareceu-nos necessário trabalhar com poder/violência e cotidiano. Não se tratam de dois planos divergentes. Convém sublinhar, desde aqui, a significação desta pesquisa. Num primeiro plano, uma análise do poder e da violência, onde estão os ordenadores; num segundo plano, o conjunto da comunidade. Estes planos não se encontram compartimentados no livro, antes diluídos em sua extensão. Explicitamos, são planos lógicos.

O poder tem uma função na ordem e, neste sentido, inscreve-se, também, a violência. Violência e poder são inseparáveis.

Alguns traços sumários da sociedade três-lagoense permitem esboçar as linhas mestras de nossa análise:

O ordenamento dos espaços físicos apresentava-se, no caso, com ritmo semelhante ao da instauração da ordem social. Manifestaram-se como ordenamentos simultâneos e imbricados. De um espaço indiviso a um espaço demarcado: este foi o primeiro ponto de deslocamento da trajetória da organização desta comunidade. De uma área de terras livres a um território ocupado, apropriado, dividido, cercado, regulamentado, legalizado. Todavia, portas e janelas podiam ser – e foram – arrombadas, com muros e cercas escalados e arames cortados. A propriedade privada tem sido vulnerável: trânsitos noturnos por estranhos e até roubos eram fatos que se repetiam.

Assim, também, na relação social, os códigos de ética moral, a legislação sancionadora e opressora não impediam a existência de uma dupla moralidade, a coexistência do vício, crimes e pecados com a virtude, e, coabitação da venalidade e da arbitrariedade dentro da própria ordem. Este espaço demarcado revelou-se, pois, um lugar difuso.

No ordenamento da sociedade havia brechas onde se instalavam outras ordens. Para o poder instituído tratava-se, muitas vezes, de desordem. Tais eram consideradas as manifestações dos vadios, vagabundos, criminosos, bêbados e prostitutas. Todavia, outras ordens se manifestavam na própria justiça, na política, nas festas, no comportamento religioso.

Estas outras ordens nem sempre se opunham à ordem oficial. Muitas vezes elas eram necessárias não só para o equilíbrio da ordem instituída, como também, porque atendiam aos interesses e desejos dos homens e das mulheres, em outras dimensões.

A ordem não consegue mesmo, jamais, ter o controle completo da sociedade. Em todas as esferas e em todas as dimensões sociais, outras ordens concorrem com a ordem legal. Ao mesmo tempo que elas servem de válvula de escape para as tensões sociais, fortalecem os princípios e os mecanismos da ordem porque justificam a necessida-

de do controle e da repressão, validando, de certo modo, as ideologias dominantes. Toda desordem é necessária e útil para manter o tecido social roto, com a aparência de inteiro.

Parece que se pode ir um pouco além e considerar que o ordenamento da sociedade decorre sempre de artifícios e de acasos. Estes, movimentos espontâneos; aqueles, carregados de sutileza e sagacidade. Lei, resoluções, portarias, código de posturas, decretos, princípios e práticas administrativas e políticas são inventadas para, muitas vezes, reprimir aqueles movimentos espontâneos, nos limites em que a ordem possa se manter. Não há necessidade e nem há a possibilidade de eliminá-los “in totem”; há, até, na maioria dos casos, necessidade de mantê-los para serem contrapeso aos freios da ordem.

A ordem social pauta-se na racionalidade, e alcança satisfatória funcionalidade em reproduzir e manter os interesses dos grupos no poder, contudo, ela, a ordem social, é também moldada pela irracionalidade, tem muito de acasos e subjetividades.

As sociedades vivem em eterno conflito entre as desordens, movimentos espontâneos, e a ordem, os artifícios. Ladrões, prostitutas, vagabundos, feitiçeiros, indesejáveis, miseráveis desde muito existem. Também têm antiguidade o corrupto, o venal, o arbitrário, o traído, o caluniador, a adúltera. O que os tornam diferentes, no espaço e no tempo, são as suas contingências e as necessidades do sistema instituído, legalizado.

Em toda ordem há desvãos que são preenchidos pelas (des)ordens. Muitos destes desvãos são ocupados por uma clandestinidade consentida. Quando ultrapassados os limites deste consentimento fornecem pretexto para intervenções policiais e para sanções jurídicas e sociais.

Nos próprios órgãos encarregados de zelar e manter a ordem, a desordem, escamoteada em justiça manifestava-se na sociedade três-la-

goense. Tal como Foucault vê o poder, esquadrinhando toda a sociedade, à desordem não escapa nenhum ponto. Na mesma rede capilar do poder instituído, lá está ela, uma outra ordem.

São estes os movimentos que nos interessam distinguir: o ordenamento formal, artificial e racional; e o ordenamento informal, espontâneo, natural, também orientado por uma racionalidade, a do “saber” quotidiano. Entendido este como o conhecimento sobre a realidade que se utiliza de um modo efetivo na vida quotidiana, serve ele como guia para as condutas, a mentalidade, os temas de conversa, os valores e os problemas e soluções do dia-a-dia. (HELLER, 1987, p. 317)

Nossa problemática aborda vários ângulos do viver social, procura descobrir como se ordenava os espaços, ou como se dinamizavam suas relações. Isto nos direciona, naturalmente, aos espaços de moradia, de trabalho, de lazer e de poder. É fundamental em qualquer sociedade o papel do ordenamento destes espaços. E sua descoberta para uma análise de organização de uma comunidade é, na mesma razão, também, fundamental.

Pretendemos ressaltar os aspectos essenciais dos conflitos e tensões do dia-a-dia, que poderiam emergir em qualquer destes espaços. Disto resulta imperiosa uma análise de valores, de comportamentos, de ideologias e instituições.

A questão das fontes

Procuramos considerar a documentação como um todo. Embora tenhamos privilegiado os processos-crimes, utilizamos outros núcleos documentais cujo conteúdo completam-se, vistos sobre o prisma de uma análise histórica multidisciplinar. Valemo-nos, deste modo, de jornais, fotografias, documentos da Câmara Legislativa e do Executivo Municipal. Valemo-nos, ainda, do depoimento de pessoas contemporâneas ao período analisado; objetivando reconstruir através da história oral, parte da memória nacional relegada a um segundo plano pela história oficial.

Discorremos sobre as limitações e possibilidades de todas estas fontes, com mais atenção aos processos-crimes. É óbvio que fazer a compreensão do processo de ordenamento social de uma comunidade, apenas com um tipo de documentação é tarefa impossível. Entretanto se, por um lado, a multiplicidade de fontes enriquece um banco de dados; por outro, criam outras tantas dificuldades. Cada tipo de fonte tem seu ritmo próprio. A natureza dos dados vincula-se a seu lugar de origem, como por exemplo: a especificidade da documentação dos órgãos governamentais – fontes de poder – e dos jornais, fontes inerentes a uma dada camada social, ou de um grupo em particular, como operários ou universitários.

A diversidade de nossas fontes não impediu uma unidade, pois que estão estreitamente inter-relacionados e constituem parcelas das tramas do poder e da vida quotidiana. Nosso esforço, neste sentido, foi o de aproveitar o que cada uma oferecia para a compreensão deste todo, que é uma comunidade.

Os 244 processos-crimes pulsados forneceram-nos uma série coerente e uniforme de dados para um período de 30 anos. Foi possível construir tabelas não só ao que se referia diretamente ao crime, como a natureza dos delitos ao longo do período. Ampliamos as informações, pelo fato de que em cada processo, além dos dados referentes à vítima e aos indiciados, encontramos autos de qualificação de diversas testemunhas. Isto possibilitou-nos elaborar tabelas com outras distribuições, que preencheram lacunas pela ausência de estatísticas antes de 1940.

Assim, levantamos, por amostra, distribuições de alfabetização, profissão, idade, estado civil, lugar de procedência das pessoas que compareceram nos processos-crimes.

A ausência de dados censitários que nos fornecessem uma visão da aquarela humana, que se mesclava, forçou-nos a construção de um tipo de instrumento em que obtivéssemos um perfil. Por tosco

que seja seu resultado, do quadro social que compunha a comunidade, mostrou-se pertinente para a análise. Aqui, os processos-crimes apresentaram-se de uma riqueza surpreendente. Não desconhecemos suas limitações. No entanto, importa-nos mais aquelas facetas vindas à público, do que dados numéricos, totais frios, extraídos num censo demográfico. Esses, referidos após 1940, não nos disseram mais do que as tabelas construídas com elementos daqui e dali.

A construção de fichas temáticas com dados coletados nos processos abriu-nos um leque de informações sobre relações de trabalho, lazer, circulação, crenças, festas, costumes em geral. Estes dois conjuntos, as tabelas e as fichas, foram indispensáveis à compreensão do modo de vida desta comunidade e a composição de sua estrutura social. Foi assim que desvendamos a composição e o crescimento da população e sua integração na comunidade. Entretanto, estas informações, retiradas dos processos-crimes, dizem pouco sobre alguns grupos da comunidade, como o das mulheres e sobre alguns aspectos da vida da comunidade, como o religioso, o cívico e o educacional. Deste modo, resultou-nos a complementação dos dados com outras fontes que fossem próprias para preencher estas lacunas.

É da maior relevância registrar uma diferença em relação às teses em que o processo-crime foi a fonte básica. Em todas, referidas ao Brasil, o aspecto predominante foi a violência, a pobreza, a repressão e a opressão. Houve, é certo, a presença destes elementos, em nossa documentação; pois que é a fonte própria. Entretanto, mais forte que eles, e até lhes pairando acima, estava o jogo de poder, expresso pela própria estrutura e funcionamento dos órgãos governamentais, pela influência dos coronéis e as injunções partidárias, focos de atenção desta nossa proposta de análise.

Esses componentes mostraram-se com vigor, quando além dos dados sobre a criminalidade emergiram os discursos das autoridades, dos indiciados e das testemunhas, e quando, ainda, elaboramos tabelas sobre

os temas dos delitos e dos desfechos dos processos-crimes. Não se esgotou aí o nosso veio: acompanhamos os trâmites dos autos e a trajetória de várias pessoas que compareceram à justiça. Cabe-nos explicar melhor: muitas pessoas foram presenças em vários processos. Isto possibilitou-nos um conhecimento mais familiar com a organização social da comunidade, pelo cruzamento dos dados coletados nos processos-crimes⁴. É importante sublinhar que não temos nenhum preconceito com relação a tipos de fontes. Pensar que nos processos-crimes poderíamos colher uma fala da verdade dos dominados em oposição a uma fala marcada do poder, nos documentos oficiais, seria ingenuidade. São apenas falas. Diferentes. Cada uma fala a sua verdade. Além disto, acrescenta-se que nos autos os depoimentos são direcionados a ocultar ou exhibir uma certa verdade para incriminação ou para defesa.

Nos arquivos da Câmara dos Vereadores e da Prefeitura retiramos dados, por parte do poder, sobre o ordenamento dos espaços de moradia, trabalho, lazer e do próprio poder⁵.

Na *Gazeta do Comércio* o maior volume de dados obtidos foi sobre os aspectos político e cultural. Entretanto, o aspecto administrativo

⁴ O arquivo criminal de Três Lagoas está em boas condições de conservação. Os processos estão armazenados em caixas apropriadas, de papelão, e com indicação do número da caixa, da estante e da prateleira. Existem dois fichários para localizar os processos, um por nome de réu, outro por nome da vítima. Em ambos constam dados relevantes para o processo como data e tipo do delito. Estes fichários além de racionalizarem a localização dos autos, possibilitam consultar, de imediato, outros processos que uma mesma pessoa tenha sofrido. Além disto, há uma relação de autos, que constam em cada caixa, onde se encontram os dados de capa de cada processo-crime.

⁵ Cumpre esclarecer que o acesso ao arquivo-criminal, como aos arquivos da Câmara Legislativa e do Executivo, e ao arquivo Castro Pinto, onde se encontra a *Gazeta do Comércio* de Três Lagoas, foi sempre, tranquilo. Mais que isso, houve deferências à nossa presença. Tivemos autorização para consultar os processos-crimes em nossa residência. Enquanto a Prefeitura forneceu-nos, graciosamente, os “xerox” que solicitamos, o Legislativo facilitou-nos a retirada de cópias nas copiadoras locais. Quanto à *Gazeta do Comércio*, podíamos dispor dos jornais em nossa residência, pelo tempo necessário.

do município revelou-se através dos editais e dos informativos do Legislativo e Executivo⁶.

Utilizamos o conjunto de fotografias como documento histórico, em igual nível que as demais fontes complementares; e, não como anexos. Entre mais de uma centena, relativa ao período, selecionamos as que serviram mais do que qualquer outro texto escrito. Ao mesmo tempo, gravamos uma entrevista em que registramos a identificação dos elementos de cada documento. Posteriormente, cruzamos estes depoimentos com as informações retiradas dos jornais e do *Almanaque Ilustrado* para procedermos à análise iconológica e, então, inseri-la no texto. Deste modo, as fotos revelaram-se uma fonte própria, onde nenhum outro documento teria sido mais pertinente⁷.

As fotografias serviram, ainda, como elemento auxiliar em outras entrevistas que efetuamos com pessoas contemporâneas aos fatos. Assim, tanto a ficha de identificação do retrato foi enriquecida, como a fotografia serviu de estimulador à memória do entrevistado⁸.

As entrevistas com as pessoas contemporâneas ao período atenderam a um critério de posição social. Desta forma, buscamos pessoas da camada dos ordenadores e da pobreza laboriosa. Ainda atendem a outras duas divisões, homens e mulheres, e pessoas das duas facções políticas⁹.

⁶ A *Gazeta do Comércio* compõe de um arquivo particular, Castro Pinto. Cobre o período de 1919 a 1945. Os periódicos estão encadernados por ano. Na maior parte do período, as edições eram semanais; por um curto período foram bissemanais. Existiam outros de pouca duração. Conseguimos apenas 3 exemplares de *A Notícia*.

⁷ Esta forma de abordagem, da fotografia como documento, devemos a um curso com o professor Boris Kossoy (1989). Especialmente os capítulos 3 e 4.

⁸ As fotografias procederam de apenas dois autores: Fares Zaguir, fotógrafo em Três Lagoas desde 1936 e de Antero Coimbra, já falecido, fotógrafo e relojoeiro de 1919 a 1978.

⁹ A relação nominal encontra-se nos anexos. Todas as entrevistas foram gravadas em fitas mini cassetes, transcritas e arquivadas no arquivo de história Oral do Centro Universitário de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

É válido referir que toda essa documentação coletada e manuseada ganhou mais vigor, pela nossa convivência, no dia-a-dia, com algumas pessoas que viveram aqueles anos.

A periodização

Quando se trata de delinear o painel de uma sociedade contemporânea, em toda a sua complexidade, não há como escapar da compreensão do seu processo de constituição. Deste modo, a análise do ordenamento da sociedade três-lagoense precisa partir de seu ponto embrionário, devendo buscar-se um marco referencial que indique um momento de mudanças, a ponto de diferenciá-lo do limite anterior.

O critério para esta periodização resultou do núcleo documental básico: o arquivo da Vara Criminal. Assim, o marco inicial adotado, nesta pesquisa, foi o de 1914, ano da criação do distrito de Paz. O que vale dizer, do momento em que o braço da Justiça manifestou-se através de um órgão e de uma autoridade, pois que são relevantes os processos de ordenamento: a lei, a ordem, a justiça, os interesses e os seus desvãos – a “desordem”, a violência, os conflitos e tensões.

O ano de 1945 encerra o período de análise, pelo estranhamento de dois processos-crimes que não se adequam em nenhuma das categorias assumidas por todos os que, cronologicamente, lhe antecederam. Trata-se, o primeiro, de um inquérito administrativo de desacato à autoridade pública com tentativa de agressão. O seu encaminhamento, também, não era usual: ao Tribunal de Segurança Nacional, que se julgou incompetente para se pronunciar. Ao retornar o processo foi arquivado por solicitação da Promotoria Pública. Releva dizer que o indiciado era pessoa de prestígio social, tabelião e fundador do primeiro clube recreativo local¹⁰.

¹⁰ Arquivo Criminal de Três Lagoas - ACTL. D. 4515/1944.

O segundo processo teve início em fevereiro de 1944, por denúncia do diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sediada em Bauru, encaminhada ao interventor federal no Estado de Mato Grosso, Júlio Müller. O delito foi classificado como crime contra a economia popular, “que prejudica a bolsa do povo”. Em seus trâmites, em janeiro de 1946, retornou do então Tribunal de Segurança Nacional para a Comarca de Três Lagoas. Todos os demais processos-crimes estavam referidos à vida e à propriedade particular. Foi este processo o primeiro, no período, que aponta para uma nova direção. Cabe referir que estava envolvido, neste caso, um alto comerciante; e o processo, como o anterior, foi arquivado¹¹.

Observamos, além disto, outra mudança no conjunto dos autos. No final da década de 20 (1927) iniciaram-se os processos por acidente de trabalho, e, simplesmente, eram arquivados. A partir de 1935, aumentou o número de autos desta natureza (acidentes de trabalho), continuando o arquivamento, justificados, agora, porque “as medidas legais haviam sido tomadas” pela empresa. Cumpre dizer que a maioria se referia a Estrada de Ferro Noroeste¹².

Entre os dois marcos, 1914-1945, nossa atenção voltou-se para a ordem e o seu inverso, os paralelos – outras ordens. A compreensão destas ordens foi apreendida nas estruturas de família e propriedade; nos fundamentos dos poderes econômico e político; nos espaços físicos, cenários de todas estas representações; nas festas, espaços privilegiados do sagrado e do profano.

Pareceu-nos importante ir além do fato pelo fato, tentar ultrapassar a rede de relações que se estabelecia e apreender as “visões de mundo”. Neste sentido não só os processos-crimes caracterizados como “diferentes” deveriam marcar um limite, mas todo um conjunto perceptível de

¹¹ ACTL. D. 4357/1944.

¹² A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil era de administração federal e era significativo o número de empregados na empresa. Ver tabela IX (anexos).

mudanças. Entre outros deslocamentos, destacamos o espaço simbólico de encontro das autoridades locais com as do Estado: antes, a estação férrea, ao final do período, o aeródromo. O espaço das festas, acrescido agora da praça pública, da escola e do quartel; anteriormente, era apenas na igreja, no salão e no terreiro.

Ao contrapormos os primórdios desta sociedade, início do século, às características reveladas, na metade da centúria, percebemos sensíveis deslocamentos. Embora muitas estruturas permanecessem intatas, como rochas.

A percepção de que havia sensíveis mudanças na extensão do período (1915-1945) impôs a necessidade de identificar o momento, a envergadura e os possíveis fatores destes deslocamentos: reconhecer o ponto de inflexão, identificando os elementos mais significativos¹³.

Para pontuarmos a fase expressiva de nossa proposta de reflexão, consideramos legítima e necessária a elaboração de duas séries: o calendário festivo e o mapeamento dos crimes. O cruzamento destas duas séries permitiu estabelecer entre 1932 a 1945 o período de inflexão das transformações, sendo possível pensar em dois períodos: 1915-1931 e 1932-1945. O elenco das festas mostrou-se, claramente, dividido em dois momentos. Nos primeiros tempos, 1915-1931, as festas eram polissêmicas, guardando os sentidos sagrado e profano. No segundo momento, 1932-1945, elas apresentaram-se transformadas em seus rituais e em seus propósitos; e novas festas foram acrescidas ao calendário. Já não mais estavam amalgamados os aspectos sagrado e profano, mas crivelmente seccionados em religioso, cívico e social ou mundano.

A diferenciação de um para outro período resultou da combinação de dois fatores: do distanciamento entre os grupos sociais e de uma

¹³ As linhas e dimensões das mudanças na ordem da comunidade deverão aparecer, em detalhes e em seu conjunto, ao longo do livro.

nova política nacional. O crescimento da comunidade fazia-se associado a uma divisão em dois segmentos sociais. Num extremo, os ordenadores, donos do poder e da riqueza; e no outro, uma pobreza laboriosa, cada vez mais distanciada dos privilégios e mais próxima da escassez. Este intervalo reproduziu-se no lugar das festas: no salão e no terreiro; e, em dois padrões de cultura: sertaneja e urbana¹⁴.

A nova direção assumida pelo Estado, após 1930, institucionalizando seu poder em todas as esferas, atingiu o calendário das festas. Um novo espaço foi criado para a manifestação cívica. A escola, o quartel, a praça e a rua transformaram-se em cenários para a celebração de uma nova ordem e da cristalização de novos valores.

O ano de inflexão foi 1932. A partir desse ano, verificaram-se as transformações do calendário festivo envolvendo novos cenários, rituais, propósitos, atores e diretores. Estas mudanças prolongaram-se até 1940.

No mapeamento dos crimes, por seus tipos e temas, o ponto de inflexão foi 1935. Os crimes contra a vida – atentado e homicídio – predominaram sobre os das outras categorias, ao longo do período. Todavia, diferenciou-se por seus temas. Antes de 1935, a prevalência dos motivos contra a vida recaía em questões pela conquista e posse da mulher. Após 1935, ocorriam por motivos, aparentemente “fúteis”, nas rixas em famílias ou vizinhança¹⁵.

Esta nova direção nos crimes coincidiu com as mudanças no perfil demográfico da comunidade. No primeiro período, 1915-1934, o maior afluxo de pessoas iniciada em homens solteiros – lavradores e aqueles orientados para profissões urbanas. No período seguinte, 1935-1945, a predominância no quadro populacional foi de casados e numa faixa de

¹⁴ Ver em no capítulo 10: Festa e crime uma zona de interseção, neste livro.

¹⁵ Ver tabelas II e X (anexos). O termo “fúteis” foi retirado da própria fonte criminal, significando, também “com menos importância”.

idade mais alta. Após 1927, quando foi concluída a construção da ponte sobre o Rio Paraná, divisa do Estado do então Mato Grosso com São Paulo, já se observavam alterações no perfil demográfico. Com a retirada dos trabalhadores, a população estável superou a flutuante¹⁶.

As mudanças não se registram apenas por motivos dos crimes predominantes. Após 1926, furtos e roubos, antes praticamente ausentes, passaram a ter presença; assim como, a partir de 1932, tornaram-se frequentes os processos-crimes por acidentes de trabalho.

Todavia, a explicação das mudanças não se fundamenta apenas nestas manifestações – festividade e criminalidade. A distribuição da terra – em suas zonas rural, urbana e suburbana – e a feitura das normas foram, também, elementos chaves para o ordenamento desta comunidade. A partilha do território do município de Três Lagoas foi marcada por três fases, tendo por critério o número das concessões de aforamento: 1915-27, 1928-38 e 1939-45. O adensamento incidiu nos dez anos intermediários (28-38), resultando que, em 1940, a concentração da terra estava nas mãos dos ordenadores, assim como a disponibilidade da pobreza laboriosa.

Ao questionarmos a organização e o funcionamento da justiça e do mandonismo locais, o ano de 1938 assomou como um divisor. Marcadamente o poder centralizou-se e arrefeceram-se os arroubos dos ordenadores, necessitando, cada vez mais, das benesses dos governos estadual e federal.

Retomando as mudanças até aqui comentadas, em sua combinação evidenciamos uma fase crucial entre 1932 e 1938. Mais fraca ou mais forte, mais prematura ou mais tardia, as transformações, em suas diferentes dimensões, conferiam nova máscara à ordem. Estas considerações sugeriram, mais uma vez, o ano de 1932, como o ponto de infle-

¹⁶ Ver tabela IX, XI, XII (anexos).

xão porque a incidência das mudanças recaiu entre 1932-1938. Tomamos, assim, 1932 como um marco divisor de dois períodos: 1915-1931, o rururbano em formação e 1932-1945, o rururbano configurado, para efeitos de análise¹⁷.

O ano de 1945 apontava para uma nova era, diferente do tempo do trem, tempo de “um novo passo na senda do progresso... na luta pela conquista do espaço, a via de comunicação do século”, com a doação de um aparelho de treinamento para o Aero Clube. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12. de ago. de 1945, p. 1)

Novo tempo, nova era, todavia, ainda com algumas estruturas empedernidas. A concentração da propriedade, rural e urbana, era o protótipo. Da mesma forma, os vícios arraigados, como o arquivamento ou a prescrição de prazos, em outras palavras, havia a omissão da justiça para não penalizar pessoas do grupo privilegiado.

As categorias analíticas

A divisão do trabalho, o matizado das posições sociais, a aleatoriedade das experiências vividas no quotidiano, tudo isto faz a vida de uma comunidade um processo complexo e fugidio para uma análise. Em convenções estilizadas, em classificações gerais, por mais finas ou sutis, desaparece a maioria das pessoas. Na caracterização pelas suas relações sociais, além de perdermos grande parte de pessoas, nos emaranhamos na dinâmica de seu ordenamento, mesmo num tempo curto, como é o presente estudo.

Embora com estes riscos, respondemos à exigência de tentar perceber os habitantes desta comunidade nos lugares sociais que ocupavam. Trata-se de uma dificuldade séria. Cairemos sempre em uma divisão

¹⁷ Cabe referir que esta divisão não corresponde a uma separação formal no livro. Trata-se de uma periodização que guarda o valor de uma indicação, de uma tendência.

convencional. Não é suficiente reconhecer os conflitos e divergências de interesses, a existência de camadas sociais e os contrastes entre os modos de viver. É impossível prender as pessoas em categorias sociais; é sempre um artifício. Pois, apesar de todas as distâncias sociais, pelo poder, pela riqueza, pelo saber, nossas personagens pertenciam à mesma comunidade.

Nosso constrangimento, em parte, atenua-se ao reconhecermos que no ordenamento da comunidade há, também, muito de engenho. Fortuidades na vida quotidiana aproximam pessoas, que as classificações teóricas, por ousadia, separam-nas. Algumas circunstâncias, fruto destes encontros, podem, às vezes, desencadear ações diferentes das pressupostas para as categorias criadas. Há um componente que escapa a mais arguta análise do historiador nas relações sociais: o subjetivo.

A necessidade de estabelecer categorias para classificar as pessoas em função de sua atividade ocupacional exigiu-nos um critério. Não tivemos dúvidas de que a utilidade para a análise, devia ser fundamental. Desse modo, elegemos o próprio ordenamento social para fulcro dessa classificação. Assim criamos as três categorias: os ordenadores; a pobreza laboriosa e os desclassificados.

PARTE I

AS (DES) ORDENS

A ordem e a desordem da sociedade são como o verso e o anverso de uma moeda, indissociáveis.

Georges Balandier (1980)

CAPÍTULO 1

DIMENSÕES DA ORDEM

... o nosso, é um mundo dividido, no qual certas idéias e emoções e ações são consideradas de Deus, e as opostas de Lúcifer. É tão impossível para a maioria dos homens conceber uma moralidade sem Pecado, como uma terra sem céu. Mas o mundo continua oprimido entre dois absolutos, diametralmente opostos...

Arthur Miller

1- A ordem como padrão de vida

A noção de ordem envolve duas linhas de abordagens. De um lado, *ordem*, como uma construção abstrata, idealizada, tendente a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perpetuidade das normas que devem reger a sociedade. Neste sentido, trata-se de um conceito que unifica, simplifica, reduz. Enquanto tal, se estabelece pela monovalência, por um polo dominante.

Qualquer que seja ela, ordem pública, ordem legal, ordem oficial, ordem social, ordem moral, tem como pressupostos, em suas origens, a ideia do caos. O princípio da ordem sustenta-se, portanto, como uma necessidade de evitar este caos, através de uma existência estruturada, ordenada, previsível. São criadas imagens de uma ordem pré-estabelecida e perfeita. Encontram-se aí poderes indefinidos, unificados, algo impessoal, imanente à comunidade, disseminados numa multiplicidade de coisas.

Entretanto, estas características limitam-se aos componentes moral, simbólico e ideológico deste conceito que, desde já, cunhamos por ordem. Há outros componentes de natureza funcional, representados por seus aspectos jurídicos e políticos.

Por ser unidimensional necessita definir o que é normal e funda-se, justamente, no aspecto fragmentado e plural da existência social. Esta base em que o conceito de ordem apoia-se é a outra linha de abordagem que propomos.

Trata-se de ver a organização social em sua pluralidade, numa ordem diferente daquele modelo abstrato, opressivo, anônimo. A ordem natural, espontânea, humana é plural. Neste sentido, não concebemos uma ordem, mas a existência real de ordens. E, nesta concepção, o que aquela ordem dominante, unidimensional, entende como desordem, estamos entendendo, também, como outras ordens. Uma ordem humana.

A vida, individual ou coletiva, excede qualquer mecanismo de redução. A vida quotidiana, diz Maffesoli (s/d, p. 47): “apresenta sempre várias possibilidades, pois não é jamais unívoca”. Ela é dinâmica, num ciclo sempre imperfeito, incompleto, por isso mesmo, vida. Na convivência social estas múltiplas facetas se articulam, se agregam, se desfazem. São as (des)ordens.

Estas (des)ordens opõem-se à ideia de imutabilidade, de perenidade e estabilidade, manifestam-se de expressão dinâmica e mutáveis. A realidade caracteriza-se pela incompletude e pela contradição. Essa é, precisamente, a diferença entre a ordem e as (des)ordens.

Ordem e (des)ordens não estão isoladas na vida real, mas ultrapassando-se a si mesmas. Uma implica na outra; penetra uma na outra. A ordem, no nível simbólico e em seus mecanismos de controle (polícia, burocracia, lei, moral, prisão) cria e recria, um código central para normalizar, unificar aquilo que não se deixa reduzir. As (des)ordens que zombam, protestam, escarnecem da ordem; o que está em jogo, afinal, é a vida social em sua heterogeneidade.

Estas (des)ordens, que Maffesoli (s/d, p. 89-109) chama “desordem fecunda”, porque “há aí de tudo para todos”, sem pôr em risco o

equilíbrio coletivo; ao contrário, ordem e desordem articulam-se para assegurar a permanência da vida social.

O ordenamento da sociedade traduz-se em ordens: *a ordem do espaço físico* – ruas, avenidas, praças, edifícios alinhados, limpos, arejados; *a ordem do espaço social* – em que haja paz e tranquilidade; *a ordem moral* – de respeito aos valores, costumes e autoridades, e de outras possíveis.

Entretanto, sob o ponto de vista da ordem, a sociedade nunca está completamente ordenada. Tudo o que contraria a sua unidade é tomada como desordem. E, novamente, trata-se de pôr ordem nesta anarquia.

Na realidade, nunca haverá uma ordem única, coerente, uniforme, senão várias ordens. Nestas, algumas se afirmam negando aquela ordem; outras, como desordem, subjacentes à ordem, a fortalecerem, afirmando-a. Umas e outras necessárias para evitar a desagregação total da vida em sociedade. É todo um fluxo e refluxo de ordem e desordens que fundamentam o ordenamento social.

As (des)ordens, em suas diversas modalidades, são legados comuns a todo grupo social. Estruturam-se num confronto de valores e costumes, e nos conflitos de interesses. Deste modo, torna-se da maior importância conhecer o significado de ordem para a comunidade em estudo.

Os conceitos não recobrem toda a realidade social; no entanto, de alguma forma, eles resultam das representações e práticas da vida social. Eles não têm autonomia. Estão vinculados a ideias, interesses e grupos sociais. Todavia, de algum modo, traduzem uma “visão de mundo”. E, com esse cuidado, vamos olhar a noção de ordem.

Preliminarmente, trata-se em descobrir as dimensões componentes da noção de ordem para as pessoas que viviam nessa comunidade. Sua decomposição analítica mostrou-nos um agregado de outras noções: disciplina, tranquilidade, harmonia, respeito, segurança e mo-

ralidade. Nestas dimensões da ideia de ordem encontramos, também, envolvidas as ideias de lei e de autoridade. Uma ordem, portanto, asentada em seus aspectos material e moral, e derivada dos postulados de respeito à lei e às autoridades.

Ordem, disciplina, segurança, tranquilidade eram termos empregados indistintamente, tanto nos processos-crimes, quanto no jornal. Entretanto, é lógico presumir que se referiam a propriedades diferentes e seus significados precisarão ser cuidadosamente analisados. Não se trata de uma questão de semântica, mas de perspectiva histórica. Uma análise de conteúdo destes conceitos pode oferecer-nos um quadro representativo da diversidade das (des)ordens.

A questão crucial é saber que ordem? Ordem de quem? Para quem? Disciplina, segurança, tranquilidade não são mais que palavras para indicar os efeitos visados pela ordem. Sempre são considerados correlatos porque têm a mesma função. Somente depois que se fizer a análise do que enfaticamente referia-se à disciplina, segurança e tranquilidade, aparecerão em sua autêntica diversidade as (des)ordens.

Em nada avançaremos em nossa análise se não olharmos estes elementos em seu próprio contexto. As fontes analisadas nos mostraram que nasceram juntas a preocupação com a ordem e a organização dos espaços rural e urbano, evidente nos atos e nos fatos de partilha do solo.

Cumprir trazer à tona os elementos do discurso, encontrados nos textos, para traçar um quadro de noção de ordem. Trata-se de reencontrar – pela visão de seus contemporâneos – o lugar e o sentido de alguns termos representativos deste conceito de ordem.

Desde já levantamos alguns postulados: A ordem entendida pelos ordenadores repousava numa separação dos espaços. Havia lugares determinados de moradia, de lazer e de circulação. Perpassava, em todos, a divisão de partes: sã e podre da sociedade. Assomaram sempre como questão

maior o resguardo da propriedade, da tranquilidade e da moral das famílias. Vimos também como a questão moral não ostentava a mesma feição para os espaços público e privado. Diferenciava-se, ainda, se referida ao homem ou à mulher e aos ordenadores ou à pobreza laboriosa.

Nossa intenção, num primeiro momento, foi identificar o sistema de valores e representações vinculadas à ordem. É óbvio que a realidade social não se faz compreender através destes conceitos. Fez-se necessário, portanto, ultrapassarmos este nível linguístico e alcançarmos o nível das práticas. Os processos-crimes mostraram-se férteis para as duas abordagens. O jornal complementou os dados para decifrarmos como se fazia o arranjo das instituições que detinham o poder de regulamentar a comunidade.

Perpassa, ao longo do discurso dos ordenadores, a ideia de que os “perturbadores” da ordem não podiam coexistir no mesmo espaço que os “amigos” da ordem. Os processos-crimes mostraram como os destituídos *de poder* negaceavam a ordem, e deste modo, às vezes, a exclusão era apenas ritualizada. Assim mostrou-se o despacho do juiz de direito, Ranoya, ao pedido de uma prisão preventiva: “O zeloso Dr. Delegado de Polícia, a quem a população ordeira desta cidade não lhe regateia os seus aplausos pela ordem que vem mantendo na cidade, expurgando-a dos maus elementos que a infestam e pela perseguição que move aos criminosos...”¹⁸

O promotor de justiça, Ramos Barreto, concordou com a providência lembrada pelo delegado, Bruno Garcia, acrescentando ao elemento da “conveniência”, o da “legitimidade”. E assim expressou seu parecer: “A prisão preventiva como medida de exceção que é, para ser decretada exige antes determinados requisitos, devendo o juiz não só apreciar a sua conveniência, como principalmente a sua legitimidade”¹⁹.

¹⁸ ACTL. 4440/1929. fl. 23 (Grifos nossos).

¹⁹ Idem, fl. 25.

Os “requisitos” em que se apegou o promotor recaíram na ilicitude da profissão do indiciado. Vivia do jogo. E, deste modo, concluiu sua argumentação: “Ora, quem vive do jogo é pernicioso à sociedade, portanto torna-se legítima e justa a prisão preventiva”²⁰.

O delegado de polícia, o promotor público e o juiz de direito falaram em uníssono. Exemplificaram a ideia, sobre a forma de como deveria ser mantida a ordem social: pela exclusão de seus elementos perniciosos. Em sua base essencial esta é uma noção que se tem conservado imutável através dos tempos. A convivência e a legitimidade permanecem como os critérios em que se operam, há séculos, o ato de excluir indivíduos do convívio social, estigmatizando-os.

Lembramos o conceito de estigma tipificado por Goffman (1982) em três situações: 1º) as abominações do corpo, pelas várias deformidades físicas; 2º) “as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas, não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo: distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo e comportamento radical”; 3º) de raça, nação e religião.

Em todos os casos em que percebemos essa ideia de estigma, recaíram no segundo tipo²¹. Vale lembrar que Tucci Carneiro (1983, p. 53) retoma o mesmo tema para analisar os estigmatizados pelo racismo institucionalizado. Neste caso, atendo-se ao critério de raça, nação e religião.

A questão que desejamos discutir e vamos desenvolver aqui, repousa na discrepância entre este discurso salvacionista da ordem e uma certa permissividade, a considerada desordem.

Retornando ao processo-crime cumpre explicitar alguns elementos que nos permitam avançar na análise. O delito ocorreu numa casa

²⁰ Ibidem.

²¹ Ver neste livro, “Os desclassificados”, cap. 4.

de diversão, “o cabaré do Spíndola”. Uma discussão entre o indiciado Francisco Figueiredo, “mais conhecido por Chiquinho”, e José Clarivaldo, o caixa da casa, culminou com um tiro na perna deste. Sobreleva-se nos autos, a necessidade da prisão de Chiquinho pela sua perniciosidade: “não fazendo mais nada a não ser jogar”. Ele foi condenado, mas esteve foragido. Quando completou um ano da pena a que fora condenado, solicitou prescrição, que foi deferida²².

Este caso sugere que o sentido de convivência e aceitação de certas desordens pode reverter-se para o sentido de *nocividade e rejeição*. E o inverso também pode ocorrer. Até aqui exemplificamos como uma profissão, tida por ilícita, pesou no que foi decisivo: Chiquinho foi sentenciado como criminoso. Entretanto, pretendemos evidenciar que a apreciação da prova colhida no inquérito policial e no processo-crime fez-se com base na declaração de testemunhas que exerciam a mesma atividade do indiciado, numa casa de jogos proibidos. Um cabaré com salas reservadas para jogar, localizado bem no centro da cidade, era consentido e continuou funcionando, embora sua existência fosse ilegal. Exerceu, no caso de Chiquinho, o duplo sentido de afirmar e negar o que estava em questão: a própria ordem.

Os depoimentos de seus pares mostram o quanto há de reciprocidade entre ordem e desordem: uma reforça a outra. Testemunharam os que estavam com Chiquinho, “sentado na mesa onde se bancava o jogo denominado campista”. E, contra ele, porque era “mal visto por todos os companheiros devido ser um indivíduo muito ruim e ladrão”²³.

A polícia e a justiça valeram-se de testemunhas que, também, estavam numa atividade ilícita, e, nela, Chiquinho era, outra vez, transgressor, pois que era “ruim e ladrão”. Negava as normas da “ordem”

²² ACTL. op cit. Ao longo dos autos.

²³ Idem, fl. 19.

e da “desordem” e ambas o condenaram por isso. E Chiquinho, mais uma vez, reforçou a relação de reciprocidade entre ordem e desordem, porque furtou-se à prisão, foragindo-se. Com isto cumpriu uma das normas que a ordem dispõe para se manter: a exclusão dos perniciosos. Ao mesmo tempo negou a forma que a ordem dispusera: a prisão. Decorrido o prazo da pena, Chiquinho reabilitou-se, integrando-se na sociedade pela prescrição de sua pena.

Compreende-se melhor o jogo da ordem e da desordem à luz destes fatos: a existência de uma atividade proibida (o jogo), a condenação de um jogador, pelos seus iguais e pela lei, sua fuga e sua reabilitação. É em Balandier, autor de *O Poder em Cena*, que encontramos respaldo teórico. Para ele desenrola-se um outro jogo: o do conformismo e da mudança. Em suas palavras: “Cada sociedade, a seu modo, define as verdades que tolera, os limites que ela impõe ao que não está em sua estrita conformidade, o espaço que ela concebe à liberdade modificadora e à mudança. Ela não cessa jamais de restabelecer demarcação, de reavivar os interditos, de reproduzir os códigos e as convenções”. (BLANDIER, 1982, p. 39)

Apesar dos códigos e das convenções, dos atos de controle e repressão, permanece sempre um espaço livre, porque ordem nenhuma, nem desordem, conseguem um controle total. Nem são imutáveis, mantêm-se nesse reajustarem-se, de acordo com as necessidades do poder das possibilidades dos governados.

Até aqui mostramos que, na visão dos ordenadores, a ordem deveria ser mantida a custa da exclusão de seus perturbadores. Vimos, também, o quanto ordem e desordem se interpenetravam, nenhuma formando sistemas fechados. Tomamos um exemplo para ver o discurso e o funcionamento da ordem. De outro lado, percebemos como grupos e pessoas não permaneciam presos aos esquemas criados pela ordem; outros mecanismos podiam ser utilizados para invertê-la.

Há sempre a necessidade de justificar uma ordem que não corresponde à realidade. Isto gera, forçosamente, argumentos racionalizadores assentados em bases morais, dissimulados ou falseados, criados para fundamentação de interesses utilitários. Assim, atitudes de comprazimento e tolerância tornam-se também necessárias.

Percebemos, delineados nas entrelinhas dos processos-crimes, vários códigos de ética: um para os homens, outro para as mulheres; uma para mulheres honestas, outro para as “decaídas”; um para os abastados, outro para os desafortunados; um para a vida pública, outro para a vida privada; uma para ser explícito, outro para ser camuflado. Todos os códigos decorrem ou de normas impostas artificialmente, ou formados espontaneamente pelos diversos grupos. Os conflitos são, portanto, intrínsecos a estas contradições. Nestas ambivalências, nesta diversidade de normas éticas, é fatal o seu desvirtuamento nas atitudes incoerentes, na desorganização social. Engendra-se uma dissociação entre princípios morais e comportamentos de rotina; entre a legislação e a sua prática; entre fins e formalidades.

Percebemos mundos diferenciados que convivem, interpenetram-se nas funções “necessárias” e utilitárias, sem, entretanto, se integrarem.

2- Quotidiano, poder e violência

Aqui abre-se uma questão importante para a compreensão da noção de ordem. Na verdade, estamos tratando de uma visão de mundo, do homem e das relações humanas. No item anterior pontuamos o princípio da ordem, que se sustenta na transformação do caos primordial. É a partir deste princípio que vemos a urgência de relacionar a noção de ordem ao caráter sagrado/profano e às formas de violência.

Caillois (1988, p. 101-3) nos diz da importância das festas antes do nascimento das cidades e do Estado pela “contestação integral da or-

dem universal". Depois veio o tempo em que "a desordem geral já não é aceitável". Precisamente, esta ideia sugeriu-nos uma associação com o que nos mostrava o calendário festivo de Três Lagoas. Havíamos percebido um tempo em que as festas ainda não tinham as fronteiras totalmente demarcadas entre o sagrado e o profano, e, entre o público e o privado. Apropriando-nos da expressão de Vovelle (1989, p. 125), as chamamos de "compósitas", porque difíceis de propor distinções. Num segundo tempo, apareceram, claramente distintos, os temas e os espaços sagrado, profano e cívico.

O ano de inflexão foi 1932. A partir daí a interferência do Estado Novo desordenou o antigo calendário ordenando-o segundo seu projeto político. Simultâneo à centralização do poder pelo Estado efetuava-se sua reaproximação com a Igreja. Fé e patriotismo formaram elos de união. Nas festas religiosas e nas cívicas a comunhão das duas ideologias e de novos valores sancionava o regime varguista. As festas receberam novas categorias: as que perpetuavam e as que ameaçavam a nova ordem. Aquelas, da Igreja ou do Estado, deixaram de serem festas para tomarem a forma de celebrações, espetáculos de massa. Bakhtin (1987, p. 8) nos fala das celebrações como a festa oficial, que tendiam a "consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo". Ao contrário das outras que se opunham a "toda idéia de acabamento e perfeição, a toda pretensão de imutabilidade e eternidade, necessitava manifestar-se através de formas de expressão dinâmicas e mutáveis (protéicas), flutuantes e ativas".

Encontramos, posta aí, nesta diferença das festas oficiais para as festas mundanas, a reforma dos mecanismos do Estado, em relação a nova ordem: a questão da segurança. A segurança nacional é uma ideia sintética. Em Três Lagoas traduziu-se pela segurança e tranquilidade dos ordenadores. A segurança importa sempre em reafirmar hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais afeitos. As festas

foram o momento próprio para alcançar as mudanças e as permanências que se efetuavam na nova ordem.

O afinamento da distância entre os ordenadores e a pobreza laboriosa foi a maior diferença que as festas revelaram. Esta não se constituiu em uma mudança superficial, mas significativa. Ela resultou de toda uma normatização e práticas no quotidiano da comunidade. Em nome da civilização e do progresso os ordenadores falavam em construir uma ordem moderna, calcada na urbs, para desconstruir a antiga ordem sertaneja.

Não se esgota aqui o apoio na análise das festas para entender que ordem e para quem. Neste ponto, seguimos de perto aqueles teóricos da festa. Há um consenso de que as festas sempre expressaram uma concepção de mundo, com ritmos diferentes da vida quotidiana.

Foi Durkheim quem elucidou a diferença do momento da festa em oposição ao dia-a-dia, da vida ordinária. Reconhece que existem certas características comuns na cerimônia religiosa e na festa leiga, popular – nos dois casos os indivíduos aproximam-se entre si, há um estado de efervescência coletiva, às vezes, inclusive de delírio: “O homem vê-se arrastado fora de si, distraído de suas ocupações quotidianas”, e algumas manifestações são as mesmas, no sentido de violar as regras mais respeitadas. A diferença entre os dois tipos de festa baseia-se “na cambiante proporção em que se combinam” os dois elementos: o lícito, e o ilícito, a seriedade da vida ordinária e o estado de efervescência, de delírio, da festa. (DURKHEIM, 1982, p. 356)

René Girard (1990, p. 150), reportando-se a Durkheim, diz que a função da festa é a mesma dos ritos sacrificiais: “trata-se de verificar e renovar a ordem cultural, repetindo a experiência fundadora, reproduzindo uma origem que é considerada a fonte de toda vitalidade e de toda fecundidade”. A função do sacrifício é exorcizar a violência, pelo temor de que a comunidade recaia na violência interminável. Tanto a continuidade, quanto a descontinuidade estão na base desta interpretação.

Para Mircea Eliade (s/d, p. 98) a “festa desenrola-se sempre no tempo original. É justamente a reintegração desse tempo original, e sagrado, que diferencia o comportamento humano durante a festa do de antes ou do depois”. O tempo original aqui significa o tempo da origem de uma realidade do mundo, do Cosmos. O “nosso mundo”, diz Mircea Eliade (s/d, p.55), “situa-se sempre no centro”. Uma região, uma cidade, um santuário representam indiretamente uma miragem do mundo.

Esta ideia de um tempo fundado tem implicações com a noção de ordem. Este tempo da origem é o epílogo das forças que fizeram do caos, o cosmos. Diz-nos Caillois (1988, p. 101-3) que a festa apresenta-se “como uma atualização dos primeiros tempos do universo”. No tempo do caos “nada estava ainda estabilizado”. Com a criação do cosmos “os antepassados impuseram ao mundo uma aparência que, a partir daí, nunca mais mudou”. Criaram limites, classificações, interditos, e o cosmos saiu do caos. Assim: “Acabou-se a era da barafunda”, mas iniciava a da “vigilância necessária à manutenção em bom estado do universo criado”. Cabe sublinhar que a criação do cosmos está ligada ao sagrado, que na cosmologia equivale ao poder. Para o nosso propósito, não será de mais insistir que estas contribuições estão endereçadas à ordem, uma, absoluta.

Entretanto, existe um outro significado na festa, o oposto da ordem: a transgressão. Neste sentido, a festa caracteriza-se pelo excesso, em oposição ao quotidiano. Sua efervescência opõe-se à rotina do dia-a-dia: “Importa agir ao contrário das regras. Tudo deve ser efetuado às avessas” (CAILLOIS, 1988, p. 112). No mundo contemporâneo, muito destas funções da festa já não correspondem à realidade. O Cosmos foi des-sacralizado, diz Mircea Eliade (s/d, p. 27): “o homem moderno des-sacralizou o seu mundo e assumiu uma existência profana”. Cabe considerar a implicação desta mudança com o significado da festa na contemporaneidade. Ela perdeu, em parte, a função de inverter a ordem do mundo, porque perdeu sua natureza sagrada: assumindo o profano,

mundanizou-se. Ela, então, passou a opor-se à celebração, à festa oficial. Deste modo, permanece, em parte, com sua função de inverter a ordem.

É importante para nossa análise, realçar os dois componentes presentes na festa: o poder e a vida quotidiana. Dependendo das circunstâncias, a festa é o avesso ora de um, ora de outro, ou de ambos. Não vemos a possibilidade de uma teoria unívoca para a festa contemporânea; são diferentes as explicações no tempo e no espaço. As teorias da festa para as comunidades primitivas servem em parte. A festa da camada social privilegiada não tem o mesmo sentido que a dos despossuídos. Os excessos têm graus e funções diversas. Outra questão a considerar é a da ameaça à ordem, que diz respeito ao tipo e intensidade do controle; é desigual no conjunto das festas e dos grupos sociais de uma comunidade. Neste sentido, Georges Balandier (1982, p. 76) mostra que toda sociedade tem a sua própria dinâmica, e que o poder regula a vida quotidiana, apesar de representar peças diferentes ao longo da história: “A festa vegeta, a festa repele; é uma questão de apreciação e de circunstâncias. Mas num ponto todos estão de acordo: não é mais como antigamente”.

Esta relação, forte, de poder e de vida quotidiana, existe não apenas na festa, mas na própria ordem. Trata-se de uma trindade inseparável; não há um sem os outros. A ordem deixaria de ser ela mesma senão exercesse poder sobre a vida quotidiana. Sublinhamos esta relação para justificar a base conceitual em que se apoia este livro.

A concepção de ordem do mundo implica, também, a questão da violência. Diríamos, até, são indissociáveis. Em suas formas visíveis ou nas menos aparentes, em graduações intensas ou mais leves, a violência é um componente de todo ordenamento social. Antes da ordem existiria a violência; com a ordem, algumas formas da violência tornaram-se ocultas, ou um tanto opacas.

De modos diferentes e em perspectivas diversas, existem muitos estudos na área das Ciências Sociais que deram ênfase à violência.

Maria Sylvia de Carvalho Franco propõe um código para o sertão marcado pela violência, que se erige como conduta legítima. Uma violência institucionalizada no trabalho, na família, na vizinhança, no lazer. A matriz desta conduta violenta e do estado de penúria seria a forma marginal de inserção de uma população de homens livres e pobres “numa terra farta e rica”. (FRANCO, 1976, p. 57)

Em oposição a esta abordagem é a tese de José Carlos Sebe que, em sua análise da sociedade brasileira, viu “a exploração, brutalidade e violência não a partir da riqueza, e sim, baseado nas estruturas de uma sociedade pobre”. (MEIHY, 1980, p. 48)

Valmir Batista Correa estudou Mato Grosso (1817-1840) por meio do papel da violência em seu processo de formação e desenvolvimento. Propõe a violência “inerente ao próprio processo de conquista da região mato-grossense”. Neste sentido, vê as raízes da violência sob três aspectos: pela própria natureza, pelo conflito com o indígena e pela necessidade de defesa da região. Valmir diz que a partir de 1831, “a violência adquiriu conotações político-partidárias”, revelando-se a violência do Estado, inerente ao próprio controle da situação econômica. (CORREA, 1976)

Silvia Hunold Lara (1988, p. 21) analisa a violência “nas vivências senhoriais e escravas da escravidão na dinâmica de seus confrontos cotidianos, nas relações de luta e resistência, acomodamentos e solidariedade vividos e experimentados”.

Todos estes estudos deram ênfase à violência, encontrada em estrutura escravista ou capitalista, em sistemas rural ou urbano, em formas de conduta social ou nos mecanismos de controle e repressão do Estado. Na verdade, em qualquer agrupamento humano, em suas diversas dimensões é legítimo enfatizar a violência, pois é ela seu componente constante. Por ser múltipla, a violência não pode ser analisada como um fenômeno único, mas em sua pluralidade. Maffesoli (s/d, p. 14) diz que

ela “pode modular-se de maneiras pacíficas como a diplomacia, a negociação, a regulação, etc. Ou ainda, sob a forma de concorrência nos seus aspectos comerciais, culturais, científicos”.

Decorrente deste pressuposto, não limitamos a análise da violência a suas formas visíveis e paroxistas, como o crime e o castigo. A compreensão do teor violento da vida em Três Lagoas foi alcançada através da análise da violência dos *poderes instituídos* – Executivo, Legislativo, Judiciário, em todos os seus níveis, Igreja, Exército, Força Pública, Polícia – *da linguagem verbal*, do ordenamento do *espaço urbano*, do padrão de *ocupação das terras*, de uma *moral* que dividia a comunidade em bons e maus, do *padrão de vida* (moradia, saúde, alimentação).

A violência, em suas modalidades e diversas modulações, revelou a ambiguidade da ordem. Em sua finalidade de zelar pela segurança e tranquilidade mostrou, muitas vezes, a sua cara perversa, geradora que foi do caráter instável e provisório dos que não pertenciam ao quadro dos ordenadores.

O ciclo da violência gerava-se no próprio interior da Justiça. Pedro Antonio Fidelis, acusado por homicídio teve em sua defesa, exatamente a defesa da violência. Na voz do jurista a legitimação da violência tornou-se pletórica:

Para uma bofetada, um tiro, dizem os homens de pudor. Pessoa de Vasconcelos, membro efetivo do Tribunal Superior de Justiça, esta expressão vigorosa e desassombrada, que mostra, às claras, a altivez e o sentimento de honra da nossa gente: uma bofetada se costuma responder com uma punhalada, ou um tiro, porque não é a dor física que ela envolve, que coloca o ofendido que se defende, em situação de se desafrontar na altura da ofensa²⁴.

²⁴ ACTL. D. 4788/1944. fl. 53.

Desta forma, a violência não se fazia apenas como defesa pessoal, era parte de um sistema moral. No caso citado, a morte de Bento Galvão resultara de uma discussão com Pedro Antonio Fidelis sobre o oferecimento de um copo de cachaça. Os dois, réu e vítima, discutiram naquele clima rotineiro dos botequins, em que valentia e violência se mesclavam e se reforçavam.

Segundo o historiador Nilo Odalia (1983, p. 23) o “ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação”. Mesmo o ato de matar a outrem, “pode envolver tantas sutilezas e tantas mediações que pode vir a ser descaracterizado como violência”. Segundo este autor, em algumas sociedades matar em defesa da honra “deixa de ser um ato de violência para se converter em ato normal – quando não moral – de preservação de valores que são julgados acima do respeito à vida humana”.

Entretanto, aqui esta moral era cambiante, muito dependia em que posições encontravam-se réu e vítima, em relação aos apadrinhamentos de patrões, polícia, coronéis e dos próprios agentes da Justiça. O que ficou sempre claro foi a legitimidade desta forma de violência física: uma violência institucionalizada.

Havia uma prática e uma ideologia da violência. Fazia-se necessário esta ideologização do teor violento da comunidade para justificar a própria ordem. Desta forma, a turbulência nas ruas, nos bordéis, nos botequins e casas de jogos, os homicídios e os roubos compunham o quadro para um permanente discurso de que a cidade era violenta.

O clamor contra as tropelias e as desordens fundamentava os interditos a lugares e comportamentos; assim como sustentava a violência da própria ordem para combater o que ela considerava desordem. Aqui, a negação da violência, pela ordem, assumia o valor de afirmação.

A ordem não tem entidade própria fora da violência. As propriedades de uma ligam-se às propriedades da outra. A legitimidade da or-

dem é considerada não só porque ela ordena; mas também, porque ela própria restaura a ordem que ela perturbou; o quê, ulteriormente, justifica tê-la desordenado. Diz René Girard (1990, p. 40) que é “impossível não usar violência quando se quer liquidá-la”.

Dessa forma, as meretrizes e os vagabundos sempre foram apresentados como perigosos, como virtuais desordeiros. O Código Penal definia a categoria de vagabundo, precisamente pelo tipo criado pela própria estrutura social. Eram características da comunidade e indicadores de vagabundagem a mobilidade e a falta de emprego. Não possuir residência fixa era outro indicador de vagabundagem. Cabe lembrar que a residência nas fazendas não era considerada forma fixa.

Nesta visão dos ordenadores os vagabundos seriam ameaça à ordem porque poriam em risco a segurança da propriedade. Enquanto as meretrizes, “essa gente suspeita” que formavam “o mulhério composto e heterogêneo”, eram um ultraje à tranquilidade das famílias.

Manifestações menos visíveis, por não envolver agressão física, ou de difícil percepção pela familiaridade com os fatos, alimentavam o teor violento da vida desta comunidade. Assim, a Igreja já competia com o Estado como agente da violência. É de extrema violência a combinação: disciplinar o corpo e refrear o espírito. Nada e ninguém faz melhor que a Igreja. Há nisso tanta sutileza que a violência mascara-se em salvação de torturas eternas numa outra vida. Para isso, na vida vivida: a penitência, o jejum, o sentimento de culpa, a angústia e o medo – as modificações – representavam a redenção.

A escola foi também portadora desta violência de disciplinar o corpo e a mente. Tempos de extremo autoritarismo. Referindo-se ao Estado Novo, Maria Luiza T. Carneiro afirma que “foi na política educacional que o regime encontrou eco impondo o ideário populista e autoritário”. Em sua análise, a historiadora ressalta a ideia da educação do

espírito e do corpo, lembrando a função da Educação Moral e Cívica e da Educação Física. O objetivo era “criar no espírito das novas gerações a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, sua independência, sua ordem, seu destino” (CARNEIRO, s/d, p. 34).

O Estado, através de seus órgãos foi o agente unificador de toda a violência. Desigualdades, perseguições, arbitrariedades, fraudes e repressão foram algumas das expressões desta violência. Entretanto, o estudo do calendário das festas e a distribuição da terra revelaram outras formas de violência.

Uma análise das festas religiosas permitiu ver aquela violência da Igreja. O estudo da festa cívica mostrou os mecanismos e o modo como o Estado desarticulou o calendário festivo e o próprio viver/sentir da comunidade.

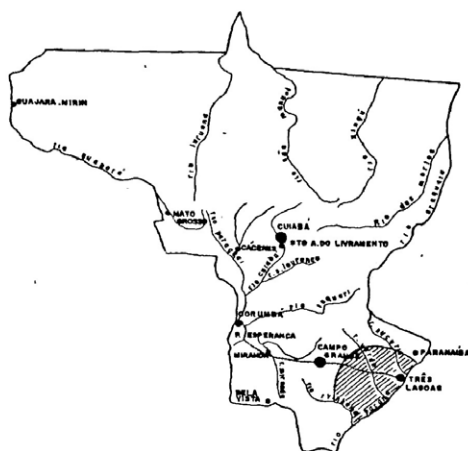
No primeiro período de vida desta comunidade, 1915-1931, as terras eram devolutas e em abundância. Fizeram-se e desfizeram-se leis, códigos e normas que impediram à maioria o acesso como proprietários do solo rural e urbano. O cruzamento do código penal com o código de posturas, combinado com a estrutura socioeconômica concentradora, revelou a perversidade da ordem.

O primeiro classificava os indiciados, ditos suspeitos, pelo critério da residência fixa e atividade estável. O segundo, pela política de distribuição da terra através dos títulos de concessão, excluía a possibilidade de que a pobreza laboriosa atendessem aos requisitos do primeiro. Esta combinação reforçou a distância entre os dois polos: os ordenadores e o restante da comunidade. Para aqueles as concessões de terras, para a pobreza a exigência implacável do que lhes havia sido negado: residência fixa, propriedade e atividade estável. Desta forma, no segundo período, 1932-1945, o latifúndio cristalizou-se como impedimento da expansão agrícola, através da consagração do caráter sagrado do direito à propriedade.

PARTE II

TRÊS LAGOAS:
SUA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

ESTADO DE MATO GROSSO - 1940



 ÁREA APROXIMADA DE ABRAN.
GÊNCIA DO MUNICÍPIO EM 1938

NOTA: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DO
PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO
DE TRÊS LAGOAS NO PERÍODO HISTÓRICO
ANALISADO.

ESCALA

* 20 0 60 100 140 200 240 km

ADAPTADO SEGUNDO KELLER, 1953
ONG. MERCANTE, M.A.

Adaptado segundo Keller, 1953. Reproduzido do original.

CAPÍTULO 2

A AVENTURA DA PECUÁRIA E DO COMÉRCIO

Falo sobre a cidade construída pelos mortos, habitada por seus teimosos fantasmas, regida por sua despótica memória.

Octávio Paz

1 - Os novos bandeirantes

Desde o século XVIII, movimentos humanos retiravam do isolamento a região sul do antigo Mato Grosso. Todavia, até o primeiro quartel do século XX, momento de um lento cisma com o sertão selvagem, a região, como todo o Oeste, permanecia inóspita. Nas primeiras décadas deste século, as vilas e logo as cidades que surgiam ao longo dos trilhos da via férrea, uma após outra, empenhavam-se em sair da condição primitiva. Perturbando a lenta rotina, quebrando o ritmo do sertão, dos cerrados. Levas de homens, mulheres em menor número, nordestinos, paulistas, mineiros, portugueses, sírio-libaneses em marcha acorriam constantemente para o Oeste.

No Brasil, as vagas humanas ainda não cessaram. Perdem em alguns momentos a amplitude e impetuosidade; espaçam-se, mas têm retornado, até o presente, com novas investidas e novos rumos. Junto, também, decorrem outras perturbações da ordem.

As notícias mais recuadas, sobre a penetração da região, que é hoje Três Lagoas, encontram-se nas narrativas do bandeirante Antonio Pires de Campos e do sertanista Joaquim Francisco Lopes. O primeiro fez sua entrada nos sertões de Mato Grosso, entre os anos de 1722 a 1726. É dele o relato da existência dos ferozes índios Kayapó nestas plagas: “Nôma-

des, porém lavradores, cultivam a batata doce, o milho e a mandioca... homens robustos, de elevada estatura e valentes...” Nos vastos domínios dos caiapós, no “sertão da caiaponia” se localizariam, bem mais tarde, os municípios de Paranaíba e Três Lagoas. Na guerra contra os Kaypó, em 1753, os bandeirantes uniram-se aos Bororo. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

As explorações de Joaquim Francisco Lopes foram no século seguinte, de 1828 a 1839. Vivia na vila de Franca do Imperador, como caçador de fama e conhecedor dos sertões do Triângulo Mineiro. Sua expedição com 11 pessoas, foi organizada em Monte Alto, onde se achavam afazendados os irmãos José Garcia Leal e Januário Garcia Leal. Posses que ficavam nas proximidades da confluência dos rios Grande e Paranaíba. “Eram eles a guarda avançada daqueles sertões”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Nesta expedição os irmãos Garcia e Joaquim Francisco Lopes “fizeram posses”. Joaquim Francisco depois desta primeira entrada, feita em 1828, retornou com novos companheiros e escravos. Outras posses foram feitas ao longo destas expedições. Em 1845 já “estavam afazendados” os irmãos Barbosa, José Francisco Lopes e os Pereira: “Mineiros, paulistas e mesmo goianos audaciosos entravam agora diariamente”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

A vinda dos mineiros para esta região acelerou-se após as revoltas liberais de 1842, especialmente a partir de 1850. Alguns fixaram-se a noroeste de São Paulo, outros entraram em Mato Grosso. Seus hábitos de criadores se orientaram para grandes áreas propícias ao criatório, encontradas ao nordeste do atual Mato Grosso do Sul – campos para pastagens privilegiados por uma rica rede hidrográfica. Foram tempos difíceis, desbravando florestas, repelindo os Kayapó, enfrentando as feras e a malária.

Foi através de caçadas que Joaquim Francisco Lopes, os Garcia e os

Souza estabeleceram relações. E o espírito de aventura uniu estes homens que não se limitaram a excitação da corrida pela presa, movidos, também, pela ganância, pela posse da terra: terras... cada vez mais, e mais, terras!

A atividade pastoril significou, neste momento, um fator de “civilização”, entendida como expansão geográfica, ocupação efetiva do território e prosseguimento do extermínio dos indígenas.

Do vale do São Francisco prosseguia a penetração do gado e alguns núcleos de povoamento iam-se fazendo. Estas células de povoamento provocaram o estabelecimento de núcleos de caráter militar. As propriedades eram extensas ilhas no sertão, de difícil comunicação, levando o fazendeiro a cercar-se de capatazes, vaqueiros, roceiros e jagunços, além de disporem, via de regra, de uma extensa família. Estavam dadas algumas condições para os sertanistas transformarem-se em coronéis, e como tais, ocupando a escala mais alta da categoria dos ordenadores.

Protázio Garcia Leal, fundador da fazenda Piaba, “foi o primeiro povoador da região, próxima da qual seria a cidade de Três Lagoas. Seu pai, seu avô, seus tios, todos tinham um *passado de sertanista*. Protázio era neto, pelo lado materno, de Januário Garcia Leal, primitivo entrante. José Garcia Leal, o principal homem de Santana e de todo o sertão do, então, aquém Paranaíba, era seu tio avô” (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2). Três Lagoas surgiria sob o *domínio* destes e de alguns outros homens, que logo lhes seguiram o rastro.

Ter passado de sertanista foi, desde o início, atributo para ser dono de terras, possuir domínios. Reivindicar a memória dos antepassados como sertanistas conferiu, sempre, uma insígnia, que marcou indelével, no mínimo, quatro gerações, qualificando-os como ordenadores. Imagem até hoje reivindicada como direito legítimo de família. Queiroz, Lima, Souza, Garcia são, ricos ou pobres, alguns dos herdeiros deste sinal distintivo.

Verdadeira epopeia a destes homens. Protázio e seus companhei-

ros atravessaram o Sucuriú em um batelão antigo que existia, “mais ou menos, no atual Porto do Galeano Garcia Leal”. Vencida a travessia do Sucuriú, afluente do rio Paraná, depararam-se com os ribeirões Prata, Pratinha e Bioso. A travessia destes foi em pelotas, espécie de embarcação feita com couro de boi. Vencida a água restava a vegetação. Nos “campos de macegão antigo, foi muito trabalhosa e os animais com as pernas feridas tiveram de ser calçados com talas de couro cru engraxadas”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Protázio Garcia Leal e Francisco José Nogueira, outro mineiro, “tomaram resolução firme de afazendarem-se”. Protázio com a Piaba e Francisco José com a Bioso, tornaram-se “os dois patriarcas da região”. Escolhida a terra para sua posse veio Protázio “acompanhado de Vicente Latta e do preto Deocleciano trazendo 50 vacas de cria, arrendadas de seus sobrinhos e mais 12 vacas de leite e 2 touros seus. Ia ser este o seu plantel da fortuna. Trouxeram sal e algumas ferramentas. Fizeram um coxo provisório e bem assim um curral de vacas. Salinaram e curaram o gado das avarias sofridas no caminho”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Isto era o começo de toda uma faina para se estabelecer em sua posse. Relato que reforça a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda: “... eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigência de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo” (HOLANDA, 1982, p. 26)²⁵.

O trabalho não lhes dava tréguas. Queimadas “para ‘encostarem’ (termo da gíria sertaneja na região) num recanto ali existente de capim mimoso”: queimadas para aquerenciar o gado. Construção de um

²⁵ Ver também Holanda (1976), Abreu (1976) e Correa (1981).

açude, “no melhor lugar escolhido para futura morada, onde cavaram o tradicional rego d’água”. Água e macega foram, afinal, uma constante na luta para se fixarem.

Era preciso muito mais trabalho. Derrubando o mato, veio o “plantio de um alqueire de roça para prevenir suas necessidades na mudança”. Foi em janeiro de 1888 que

Protázio Leal resolveu sua mudança definitiva com a família. Ajustou dois carros de bois..., carregou sua tralha, constante de móveis rústicos, objetos domésticos, tear de tecer, fiandeira, ferramentas usuais necessárias no sertão, sementes, mudas de árvores frutíferas e medicamentos. [...]. Acresceu na trazeira do carro, um engradado com 2 casais de leitões de boa raça. Trazia também jacás de galinhas e galos, um gato e uma gata, 2 cachorros valentes; e para montaria um cavalo, uma égua e uma potranca. Assim veio com sua mulher, seus enteados e filhos para sua Piaba. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Se o espírito aventureiro os impeliu para a aventura, do sertão desconhecido os desafios os arrastaram para o trabalho: “Foi difícil a travessia dessa complicada mudança no Sucuriu” – relata Januário, já nos anos 40 do século XX – “nos ribeirões Prata e Bioso, tiveram que cavar barrancos e vadear o carro, com o trabalho sucessivo de descarregar e carregar, de cada vez”. Era o prelúdio, apenas: “Chegados na Piaba, auxiliado pelos carreiros derrubaram e puxaram o madeiramento e capim necessário ao rancho de moradia e galpão para paiol, bem como madeira de currais e o tronco próprio para cavar um monjolo mineiro”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Decorrido seis meses, Protázio tinha “transformado sua Piaba numa fazendinha pitoresca e ali a vida com a calma doce dos lugares felizes”. No primeiro rodeio contou 82 rezes. Uma parceria para criar

300 vacas, à meias, e o sal fornecido pelo parceiro Domingos Inácio. Este foi o início do fazendeiro, mais tarde Cel. Protázio Garcia Leal: abundância de terras, trabalho e parceria.

Nada de tréguas ao trabalho e à ambição na vida da Piaba: “Após a colheita de algodão, sua mulher iniciou a trabalhadeira de cardar, fiar e tecer. Protázio auxiliava-a nas horas de folgança”. Um ano, e já Protázio tinha, de inteiramente suas, 250 rezes; a morte de Domingos Inácio pusera fim à parceria. Prosperava, também, Francisco José Nogueira, no Brioso: “Seu vizinho possuía carros de bois e era então de parceria que buscavam sal na longínqua Santana, que o trazia, por sua vez de Uberaba”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro comandavam as esferas econômica e política, Protázio e José Nogueira continuavam a conquista do sertão. Totalmente distantes de tudo, pois “souberam com grande retardo da queda da Monarquia e da implantação da República. Foram, aliás, notícias sem abalo, para eles, alheios a qualquer forma política naquele recanto de mundo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Após dois anos de trabalho, precisamente no ano da República, Protázio abriu caminho até a beira do rio Sucuriú, com um carro de bois, levando os produtos da fazenda Piaba, com o objetivo de vendê-los: “Aprontou 100 queijos, feitos com coalho de capivara, carneou duas vacas gordas e delas fez charque de sol; matou e salgou um porco bem gordo... bem matulado e com suas mercadorias rumou para a barra...” Varjões, brejos, mata fechada por tudo passou Protázio. Neste trajeto descobriu as três Lagoas, que deram origem ao topônimo Três Lagoas. É certo que Protázio não imaginou, passariam mais 20 anos, e ele, em vez de sertanista, seria aí chamado de Coronel. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Seu comércio foi de “troca por mercadorias que necessitava”. Bre-

ve correu a notícia de que Protázio progredia e “os audaciosos seguiram a sua rota”. Logo veio o mineiro Antonio Trajano dos Santos, trazendo 400 vacas para cria. Firmou posse, que denominou de fazenda das Alagoas. Depois dele, muitos se afazendaram. Garcias, Leal, Costa Lima, Queiroz, todos foram chegando e se apossando das terras. Foram os primeiros a romperem o equilíbrio do sertão e os primeiros a ordenarem a comunidade que nascia.

Os tempos já eram outros: “A prosperidade era grande e o recuo da vida feliz era grande também. Surgiram as ‘revoluções’ em Santana e com elas os assaltantes das propriedades dos sertanejos que prosperavam”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1941, p. 2)

Era preciso agora lutar para *conservar as suas posses*. Fez-se necessário munição e capangagem. Novos tempos, novas leis, novos comportamentos. Eram sertanejos, fizeram-se sertanistas; prosperaram como fazendeiros, transformaram-se *em coronéis*. A sanha na disputa da terra e do poder destes fazendeiros, e a debilidade do governo central, marcada pela ausência, forjaram décadas de tropelias.

Foi este o momento em que se declinou o perfil daqueles que seriam os ordenadores, e foi através da concentração da terra que ordenaram o espaço. O mandonismo local, aqui, formou-se concomitantemente ao apossamento das terras, integrando-se, desde sua origem, ao coronelismo, exatamente quando este atingia, na Primeira República, sua plena expansão.

2- De sertanistas a coronéis

Em 15 de junho de 1915, Três Lagoas foi desmembrada do município de Santana do Paranaíba, do qual era distrito. Surgiu, como vila, “ao silvo da locomotiva”, então, símbolo do progresso. Foi o primeiro povoado no Estado de Mato Grosso que se ergueu em decorrência da

Estrada de Ferro Companhia da Noroeste. Seu ponto inicial era na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, interrompendo-se em Itapura. Foi no Km 33 da Noroeste, como a primeira estação férrea em território mato-grossense, que nasceu Três Lagoas.

Há uma tradição conhecida de que Três Lagoas, bem como os diversos povoados que se iam formando ao longo da linha férrea, decorreram da Noroeste. Em parte corresponde aos fatos, não totalmente. A estrada não dispõe de nenhuma capacidade independente para determinar a expansão de uma região; a demanda dos produtos, sim. A Noroeste foi naquele momento, um elemento catalizador da produção. Seu impacto na região foi instantâneo. Qualquer produção agrícola comercial passou a necessitar da linha férrea da Noroeste.

Vejamos, entretanto, porque os trilhos chegaram até Mato Grosso naquele momento. A crise cafeeira do início do século, de superprodução, teve um efeito imediato para os cafeicultores: a desaceleração de novas plantações. É inegável que outro resultado prático se assentou na retração da marcha do povoamento, que vinha se processando desde a última década do século passado, a partir de São Paulo. Todavia, a crise cafeeira não afetou a construção de ferrovias nas regiões pouco desenvolvidas. Reduzido o abalo econômico de 1905 a construção de estradas foi retomada. (MOMBEIG, 1984, p. 195)²⁶

Regiões novas eram mais favoráveis à pecuária que ao café, permitindo flexibilidade para os fazendeiros, mesmo porque em Mato Grosso já havia uma tradição na pecuária. A chegada dos trilhos a Barretos e a criação aí de um frigorífico marcaram os novos rumos da expansão paulista. Abria-se um caminho para a passagem de rebanhos bovinos provenientes de Mato Grosso. A primeira Grande Guerra reforçou esse comércio pela demanda de carnes frigoríficas e de conservas com destino

²⁶ Ver também: Silva (1981); Love (1982); Wirth (1982); Prado Junior (1977) e Fausto (1985).

à Europa. (MOMBEIG, 1984, p. 182)

A franja pioneira de povoamento, nesta região, naquele momento, entrelaçava-se, portanto, à economia mundial. Houve, na verdade, uma convergência de fatos – abertura de um grande mercado consumidor de carnes, o afluxo pioneiro aos criatórios mato-grossenses, a construção de Barretos e equipamentos de vários portos do país. Tudo estimulava a integrar a economia pastoril do sertão à economia nacional, que por sua vez integrava-se à economia europeia. (MOMBEIG, 1984, p. 182)

Foi neste início do século que a penetração paulista chegou às áreas de criação, onde, desde os tempos dos “abridores do sertão”, já se achavam estabelecidos mineiros e alguns goianos. Todavia, continuavam chegando de Minas os que buscavam a terra e criavam o gado. Naquele momento era significativo o número dos que vinham do Nordeste, também da Europa e da Ásia. Os primeiros, vítimas da seca, os outros por fenômenos demográficos ou reveses políticos.²⁷ Não só a região de procedência e o motivo da chegada diferenciaram estes dois grupos, também o lugar ocupado em Três Lagoas, de forma geral, os diferenciou. Os imigrantes nordestinos, em sua maioria, aumentaram a fila da pobreza laboriosa, enquanto os estrangeiros enfileiraram-se, significativamente, aos ordenadores.

Esta procissão não parava: médicos, advogados formados no Rio ou São Paulo, os rúbulas, farmacêuticos, jornalistas, comerciantes. Com estes aumentou o grupo dos donos da terra. Faziam parte desta procissão, ferroviários, trabalhadores rurais – como peão e lenhador – e para serviços urbanos, na maioria jornaleiros.²⁸ Estes para compor o quadro da pobreza laboriosa.

²⁷ Ver tabela XIV “Distribuição das pessoas, por local de procedência” (anexos).

²⁸ Ver tabela IX “Distribuição por profissão” (anexos).

Nas primeiras décadas, portanto, era ainda grande a corrida para ocupação das terras na região três-lagoense: um processo secular no caso brasileiro. Caracteriza-se, é certo, pela diversidade de experiências no tempo e no espaço, mas mantém um esquema geral. É uma forma de acumulação com um padrão de concentração e monopólio da terra.

Desta forma, no início do século, as terras devolutas de Três Lagoas converteram-se, para alguns, no espaço de grandes domínios. Todos os outros que chegaram ao mesmo tempo dos que se tornaram possuidores, ficaram privados além da terra, de moradia, alimentos e trabalho condignos. Desprovidos de qualquer esperança de saírem de seus ranchos; homens do campo que continuaram labutando na roça ou servindo de peões, sem possibilidades de adquirirem sequer um retalho de terra. São seus herdeiros, hoje, os sem-terra, expulsos do solo que lavraram e amargaram; um trabalho que nada lhes devolveu. Correspondeu este o tempo em que o espaço indiviso tornou-se demarcado.

A intervenção do Estado (construção de ferrovia e criação de vilas, a lei e a ordem) combinados com a chegada de novos donos para as terras devolutas, fez romper o equilíbrio do antigo grupo social, transformando a comunidade em uma aquarela de rivalidades, de ódio e de disputa pelo poder. A terra e o poder local sofreram um novo ordenamento, criando um quadro de tensão entre os antigos e os novos ordenadores, não só pela partilha do solo, também pela divisão de cargos e privilégios. O acirramento das disputas ocorria muito mais entre os ordenadores, assumindo o aspecto de “guerras de família” com manifestações violentas nos próprios órgãos do governo local.

Os conquistadores já não eram só os fazendeiros, mas também os negociantes. Com a Noroeste, além do transporte vieram a construção da ponte sobre o rio Paraná, as casas importadoras e exportadoras e os órgãos burocráticos. A vitalidade da pecuária do centro-oeste impulsionava o comércio. Entretanto, a abertura do centro-oeste, na realidade,

beneficiava os grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo.

Esta segunda onda de povoamento, diz Mercedes Abid Mercante, “liga-se à criação de gado, e faz parte do movimento de interiorização da população brasileira”. (MERCANTE, 1982)

A leitura dos processos-crimes, através de uma análise das tabelas construídas²⁹, nos permite deduzir que de forma geral estabeleceu-se uma diferença inicial entre mineiros e nordestinos. Os primeiros dominavam a terra, desde os primeiros tempos, foram “os patriarcas”; os nordestinos, em sua quase totalidade, vocacionavam-se ao trabalho da terra. O movimento migratório nordestino dos despossuídos é histórico. Vinha, também, de outros Estados, como o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, mas em menor número.

Coincidia com o afloramento do mandonismo na região a chegada destes migrantes despossuídos, quase sem opção restava-lhes ser peão, vaqueiro, roceiro, soldado, jagunço, todos apaniguados de algum coronel. Todavia, por um tempo alguns dispuseram de pequenas frações para suas roças e pequena criação, logo perdidas ao se esgotarem as terras livres. Eram todos integrantes da pobreza laboriosa.

O banditismo tornou-se o instrumento dos coronéis e a tradição da violência, da impetuosidade, foi absorvida pelos que continuavam chegando. O conflito entre os “antigos” e os “novos” donos da terra foi, em primeiro instante, pela terra, mas revelou-se, depois, pelo mando, pelo poder de controle da organização social e política, pelos postos, pelos cargos e pela influência. Estes choques e acometimentos gerados no interior mesmo do poder legitimava a violência, institucionalizando-a como forma de ordenar.

²⁹ Tabelas VI, IX, XIV (anexos).

Em estudo sobre a estrutura coronelística abrangendo não só São Paulo, também Santa Catarina, Nordeste e Mato Grosso, diz Maria Isaura: “... os coronéis se devoravam entre si, muito mais do que devoravam seus apaniguados; situação e oposição... muito mais do que os chefes de uma e outra com relação aos subordinados”. (QUEIROZ, 1985, p. 164)

Os atritos pelo poder foram, aqui, no entanto, mais matizados. Além da terra, outra riqueza despontava: o comércio, base econômica de Três Lagoas, visto que a origem do povoado foi, essencialmente, comercial. Para esta atividade dirigiram-se, na maioria, portugueses e espanhóis, os mais fortes no primeiro momento. Libaneses e sírios permaneceram um pequeno tempo como mascates, tornando-se, na década de 30, comerciantes estabelecidos.

As funções burocráticas e as profissões liberais, com destaque para médico, advogado, jornalista e agrimensor foram preenchidas pelos migrantes portadores de educação mais elevada que outros segmentos como dos fazendeiros, comerciante e trabalhador.³⁰ Nesta diferença fomos tentadas a pensar num grande conflito: a visão que tinham estes dois grupos sobre a organização social. Os contatos com os processos-crimes e os jornais revelaram, no entanto, que isto seria uma falácia. As lealdades faziam-se não entre grupos, novos e velhos, mas nas divisões destes e na incorporação daqueles a estes. Houve, é certo, a ascensão de novos “coronéis”.

Esta somatória de contradições – pela terra, pelo mando, pela cultura, pelo trabalho – foi impregnada pela política partidária violenta, de tal forma que pode aparentar como se fosse a única força determinante. Os elementos contidos neste sistema institucionalizado, de uma lei fora da lei, estabeleceram um poder paralelo (dos coronéis), mas convergente

³⁰ Ver tabela IX “Distribuição por profissão”. (anexos)

³¹ Isto será mostrado no cap. 7 “Os arranjos dos poderes locais”.

ao Estado (nutridor dos coronéis). Entretanto, outros interesses e outras contradições existiam fora do âmbito da política.³¹

Estas circunstâncias ensejaram lutas permanentes, acirradas em épocas de eleições pela disputa de cargos para intendente, delegado, juiz de paz e promotor público, cargos que, além do poder, garantiam “status” aos ordenadores. Em Três Lagoas, como em outras regiões do Brasil, de um lado estava a disputa pelo poder local e, de outro, pelo regional. Emboscadas, “mortes encomendadas”, tiroteios, “banditismo social”: aqui tanto encobriam como revelavam algumas contradições. Todas, (des)ordens dentro da ordem. Deste rescaldo pode-se dizer que o germe desta turbulência foi inoculado no encontro de formas de vida, antiga e nova. Do sertão com a cidade. A ferocidade vinha do alto, a ferro e a fogo.

Fecunda para uma compreensão do teor da violência daqueles tempos, são as reflexões de Rosário Congro, advogado e político em Três Lagoas, fragmentos reveladores, de uma realidade:

Com a chegada do caminho de ferro, tudo ali se animou. Não se tratava de uma simples ponte de trilhos... uma estaçãozinha... para cruzamento dos trens... a vila com sua igreja de pequenos sinos argentinos... Não tardaram os machadeiros. Certa vez, reunidos, deliberaram os moradores fundar o patrimônio, sob a invocação de N.S. da Abadia. Um dia, porém, dia fatídico, ali apareceu o senador Antão, grande potentado da República... Viera num vagão de luxo, todo iluminado, que ficara na esplanada. Baseado na aquisição de velhas e hipotéticas posses, foi logo tendo os desbravadores como intrusos. E os pobres sertanejos, numa tragédia se foram com suas famílias, deixando com amargura a gleba carinhosamente feita, regada com o suor que lhe descera do rosto. Como relutassem, a princípio, dispostos à compra cada qual do seu pedaço de chão, não tergiversou o senador ao terceiro dia: - mandou um capanga deitar fogo às rústicas

moradas. Machado reluzente ao ombro, lá se foi ele, risonho e petulante. Aos primeiros golpes, no entanto, uma lasca pontiaguda do madeirão, soltando, foi cravar-se na vista esquerda do capanga servil, vazando-a. O senador anos viveu ainda, entregue a dores “fulgurantes”, que lhe quebravam, pouco a pouco, a espinha. Castigo do céu diziam todos.³²

Dispensaria qualquer comentário, uma crônica que desnuda a violência no processo de ocupação e posse da terra. A ocupação fazia-se livremente; a posse e a propriedade efetivavam-se através de títulos. Exatamente por estarem separados – ocupação, posse e propriedade – a lei podia desordenar o fato. Além disto, a violência que ficava impune era sempre a que vinha do alto. Aos sertanejos restaram apenas as cinzas de seus ranchos.

Na década de 1930, à questão da terra foi acrescido novo fator: a política nacionalista, sem no entanto ser banida a violência. Getúlio Vargas, em sua política estadonovista incentivou a “Marcha para o Oeste”. Promoveu nova valorização do homem e da terra. Desapropriou latifúndios que estavam nas mãos de empresas estrangeiras. A venda destas terras em Três Lagoas introduziu um sistema de médias propriedades. A mais poderosa destas empresas era a “Land Cattle and Parckings Company”, as outras duas grandes empresas eram a “The Brazilian Meat Company” e a “The Agua Syndicate”. (MERCANTE, 1982, p. 93)

No período Getulista o mandonismo sofreu intervenção do governo federal. Os intendentes foram substituídos pelos prefeitos e os governadores estaduais perderam muito de sua autonomia. O controle do centro se fez presente em todas as instâncias. Estas e outras mudanças, não obstante, pouco alteraram, no fundo, o padrão de violência e mandonismo na comunidade três-lagoense.

³² A.C.P. *Gazeta do Comércio*. 11 de janeiro de 1942. fl. 1

O comércio e a terra eram as oportunidades de riqueza e poder, formando-se aí o espaço de um grupo de grandes fazendeiros, com base na pecuária; muitos com origens no comércio do gado, “tocando boiada”. O outro segmento deste grupo influente compunha-se de prósperos comerciantes (portugueses, espanhóis e sírios), intermediários entre o sertão e os centros do Rio e São Paulo.

3 - De acampamento a *urbs*

Dois fatos particularmente significantes sublinham a peculiaridade de seu processo de urbanização: 1) Três Lagoas nasceu em 1913, como um entreposto comercial entre o sertão e o eixo Rio-São Paulo; 2) Sua base econômica anterior, depois em coexistência com o comércio, era a pecuária.

A estrutura agropecuária caracterizada por um sistema latifundiário e um regime de criação extensiva são responsáveis pela subutilização dos recursos naturais e humanos. Deste modo, apenas representavam a prosperidade econômica, dificilmente servindo como fatores de progresso social. (MENDONÇA, 1976)

De outro lado, o comércio vinculava-se a esta atividade primária, pois que seu dinamismo dependia da saúde da pecuária; e ela com um regime de safras sujeito a variações que escapavam ao controle do fazendeiro, tais como prolongadas estiagens e epidemias no gado, ainda sem condições de serem debeladas. Mas, o dado fundamental apoia-se na dependência do pecuarista ao frigorífico que manobrava o mercado; dele dependia a demanda e o preço do boi. Sabendo-se que o frigorífico sempre está sujeito ao mercado externo, ficam esclarecidos os períodos de euforia e decadência. (MENDONÇA, 1985)

Três Lagoas despontou com o desenvolvimento do centro-oeste graças ao crescimento da pecuária. Havia urgência de um comércio dos centros metropolitanos Rio e São Paulo com os sertões mato-grossen-

ses. No início do século vivia-se no Brasil a era das ferrovias, dos frigoríficos e, ainda, do café, quando os trilhos rasgaram os sertões, violaram as suas leis. As necessidades, antes desconhecidas, foram criadas. O efeito foi inevitável: o sertão conheceu as carências que só os grandes centros poderiam suprir-lhe.

Foi em setembro de 1909 que a comissão de engenheiros, encarregados dos trabalhos de campo e construção da Estrada de Ferro, armou suas barracas às margens das três lagoas. “Os primeiros barracões para os trabalhos iniciais da NOB (Noroeste do Brasil) levantaram-se no lugar denominado “Formigueiro” (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de out. de 1930, p. 4): “Os trabalhadores deslocados para a construção da Estrada de Ferro”, informa Maria Bernadeth, “não ficaram à beira do Rio Paraná. Temendo a malária, acamparam ao redor de algumas lagoas, local que recebeu o nome de “Formigueiro”. (CATTANIO, 1976, p.11)

O número dos que chegavam à vila crescia. Em 1911, o governo do Estado doou uma área de 3.600 ha para o rocio da povoação. E o “velho pioneiro”, o “estimado fazendeiro” Antônio Trajano dos Santos doou 40 alqueires goianos, um pequeno patrimônio a Santo Antônio, que deveria tornar-se o padroeiro da cidade. Neste lugar foi construída a capelinha de Santo Antônio. (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de out. de 1935, p. 2)

Não foi, no entanto, do Formigueiro que a cidade cresceu, mas da estação férrea, não longe das margens da Lagoa Maior: “No dia do Ano Bom, de 1913, foi inaugurada a primeira estação de Três Lagoas, ... uma casinha de tábuas”. Até 1914, quando foi criado o distrito de paz, “eram os engenheiros da Noroeste os dirigentes do burgo incipiente. Grandes serviços prestaram eles até a instalação das primeiras autoridades públicas: Juiz de Paz e subdelegado de Polícia”. Foram os engenheiros que fizeram o traçado da cidade e determinaram o lugar do cemitério. O nome de Oscar Guimarães, assim, vinculou-se a Três Lagoas (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1944, p. 1). Como ele, outros engenheiros, também ordenadores, foram artífices das avenidas, das estradas, dos códigos e das normas.

Em 1914, vozes distintas se faziam sobre o futuro de Três Lagoas: “um aglomerado de construções efêmeras, predestinadas a desaparecerem com o acabamento da estrada”, e: “Três Lagoas, está desenvolvendo-se para uma povoação florescente de caráter permanente” (AYALA, SIMOM, 1914, p. 42). Este foi o vaticínio certo. Tão verdade, que no ano seguinte, 1915, foi elevada à vila. Tendo-lhe sido outorgado o foro, de cidade em 1920.

Improvisação e agitação parece terem sido as características marcantes dos primórdios de seu povoamento: “Lugar improvisado – no começo derrubou-se o mato, e foi-se levantando casas às pressas, para alojar as mercadorias importadas de São Paulo: daí ser sua edificação, ainda muito ligeira, de coberturas metálicas...” Mesmo antes de Três Lagoas ser elevada à vila, quando simples distrito de Sant’Ana do Paranaíba “as casas de comércio ali estabelecidas, em parte bem importantes, são umas filiais das outras, monopolizando quase o comércio de todo o município”. (AYALA, SIMOM, 1914, p. 42)

Não só o comércio de gêneros movimentava o pequeno povoamento, também os passageiros em trânsito. No início, a passagem do trem do Estado de São Paulo para o de Mato Grosso e vice-versa era precária. A travessia sobre o Rio Paraná efetuava-se em balsas. Deste modo, as composições não ultrapassavam o rio, faziam-se baldeações dos passageiros e das cargas com grande dificuldade. Alteraram-se estas condições somente em 1926, quando ao término da ponte sobre o rio Paraná. Dada esta situação, Três Lagoas nasceu não só para o comércio, também para o pernoite. Fazer o que à noite senão jogar, beber e ir aos bordéis. Pois o maior afluxo era de homens e com predominância de uma mentalidade machista. Esta situação gerou um discurso e uma política saneadora, em que se revelou uma espacialidade através das posições claro/escuro e longe/perto.

Hotel, cinema, padaria, bordéis e botequins surgiram rápido. Ergueu-se um povoado de madeira e cobertura de zinco: “A afluência, no

entanto, era grande aos dois cinemas, diários, aos cabarés, aos bares; e as ‘pelegas’ largas andavam abundantes em todas as mãos. Era o ‘farwest’ com toda a sua desorganização”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 14 de mar. de 1943, p. 3). Aqui traduzimos como (des)ordens.

Em 1922, a Gazeta do Comércio rotulou Três Lagoas de “uma nova Monte Carlo”, ali vivia-se “a jogatina desenfreada... um cancro social à extirpar”. Não só Monte Carlo, Três Lagoas era, ainda uma “verdadeira Sodoma, interesses pecuniários para suas espeluncas, todas as noites, por meio de bailes desregrados, uma freguesia imoral” (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de mai. de 1922, p. 5). Esta ideia de “cancro social a extirpar” corresponde à disposição metódica para uma ordem asséptica, criando a necessidade de purificar o ambiente. Entretanto, nunca foi essencial exterminar estes “perigos”, era suficiente controlá-los e marginalizá-los.

Entre alento e marasmo oscilava o viver nesta comunidade: “Ora animada, ora em letargia, ora quase um colapso” decorria sua vida econômica. Testemunhos da época nos traçam este vaivém: “desenvolveu-se bastante de 1920 a 1930... as inúmeras moradas de tábuas... foram substituídas por boas casas de material... os quintais foram plantados e passamos a ser uma cidade sombreada e habitável..., mangueiras, laranjeiras, cajueiros, abacateiros”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de mai. de 1922, p. 5)

Neste período, registrou-se a conclusão da ponte sobre o rio Paraná, em 1927. Enquanto durou sua construção havia maior movimento decorrente desta população flutuante. A resposta a esse ânimo na economia era de uma vida alegre e fácil: “muito povo, dois cinemas, bares regorgitantes, casas de jogos, cabaré, pouca gente nos cultos” (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de mai. de 1922, p. 5). Registro que nos remete a uma moral polarizada família/bordel, botequim e, sem nenhum esforço, à oposição sagrado/profano.

Em 1920, havia uma grande expectativa sobre o futuro de Três Lagoas. Não faltou nem mesmo esta comparação em discurso de Ro-

sário Congro, advogado e político influente em Três Lagoas: “A rápida evolução de Três Lagoas, realizada no decurso apenas de 10 anos, é simplesmente admirável, recorro as cidades do *Far-west* americano, nascidas da noite para o dia, e é o atestado eloquentíssimo da grandeza que nos espera...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de dez. de 1920, p. 1)

Já o período seguinte, 1930-1935, a comunidade foi traçada em cores obscuras – “quase paralítica, devido às soluções de continuidade, na administração municipal: seis interventores em cinco anos”. A inanição era atribuída às discórdias políticas. Na verdade, dois outros fatos influíram: saía-se de uma crise cafeeira, com desdobramento em toda a economia brasileira e de uma agitada e revolucionada eleição de 1930, para um novo regime político. Um fato local, significativo para este recuo, deve-se ao término da ponte sobre o rio Paraná, responsável pelo retorno de muitos trabalhadores.

A imagem que nos passa esse testemunho é de verdadeiro entorpecimento: “90 casas vazias, nenhuma viva alma pelas ruas, cinemas fechados, bares às moscas, hotéis vazios... desânimo. Politicalha indecente”. Inúmeras eram as vozes que clamavam contra a decadência: “Três Lagoas sangra... Uma crise sem precedentes lhes corrói o organismo. É a decadência, o depauperamento que a estão ameaçando. Há inúmeras casas fechadas. Anuncia-se que outras farão o mesmo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de jan. de 1935, p. 1)

A ideia de morte repetia-se: “Três Lagoas morre dia a dia. As ruas não são ruas. Algumas assemelham-se a estradas ladeadas de mato... Não raras vezes os animais domésticos transformam as avenidas em pastos”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de jan. de 1935, p. 1)

Em 1936, a vida animada retornou, o fenômeno talvez fosse derivado da construção de duas grandes novas obras: quartel e oficinas da Estrada de Ferro Noroeste. Soldados e ferroviários eram representativos

nesta comunidade³³. Entretanto, nestes anos houve um estímulo a nível nacional: “Encheram as 90 casas vazias e 80 mais foram edificadas. As estradas foram concertadas, o cinema reiniciu as sessões” e “as festas cívicas empolgavam os habitantes” (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de jan. de 1935, p. 3). Realmente, foi este um período em que o povo saía às ruas e encontrava-se na praça pública. Este foi um dos objetivos da política de Getúlio Vargas: empolgar as massas. Nada de mais efeito que a festa, a festa cívica disciplinada, ordeira. Em Três Lagoas isto foi, também, perceptível³⁴. Maria Luiza Tucci Carneiro (s/d, p. 11), referindo-se a estas cerimônias diz que: “É neste momento que a festa perde sua inocência, alimentando o poder e rompendo com o quotidiano.

São numerosos os testemunhos da época que traduzem ora um sentimento de animação, ora de letargia, em relação à vida da comunidade. Este movimento pendular corresponde aos períodos de retratação e expansão da vida econômica de Três Lagoas.

Cabe acrescentar que a conclusão da ponte Francisco de Sá, sobre o rio Paraná, além de provocar uma baixa populacional pela saída de trabalhadores, provocou também a desativação de outros setores na Estrada de Ferro Noroeste. Consequências percebidas até quase ao final da década de 30.

É óbvio que a opinião pública da comunidade não teria alcance para perceber estes condicionamentos. Todavia, põe-nos em evidência que a vida urbana compreende mediações entre a cidade e o campo e há necessidade de representações para explicar determinados fenômenos da comunidade. Assim o período de crise econômica foi entendido como decorrente de uma “politicalha indecente” e esquecida de que esta política era a mesma da década anterior.

³³ Ver tabela IX “Distribuição por profissão”. (anexos)

³⁴ Ver adiante o capítulo “O sagrado, o profano e o cívico no calendário das festas”.

Três Lagoas nasceu vocacionada para ser uma cidade pequena, se conseguisse ultrapassar o ciclo das ferrovias. Fenômeno para o qual Claude Fohlen chama atenção: “A ferrovia deu origem, às vezes, ao que é chamado coloquialmente de ‘cow-town’, uma cidade do gado, ponto de contato entre uma trilha e um terminal ferroviário... Tais cidades estavam destinadas a uma prosperidade efêmera, da mesma forma que as das ferrovias. Poucas delas tronaram-se metrópoles, a maioria estava fadada a transformar-se em cidades fantasmas”. (FOHLEN, 1989, p.158)

Este seu acanhamento não impediu, pelo contrário, foi sempre um apelativo para a elite considerar Três Lagoas uma *urbs*: “... continuamos convencidos de que Três Lagoas é realmente a sala de visita de Mato Grosso”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de mai. de 1926, p. 1)

Não podemos furtar-nos de trazer para a nossa análise os elementos utilizados por Claude Fohlen. Muitos acampamentos “que serviam de depósitos de material e dormitório para os operários” construtores da “Union and Central Pacific, acabaram se tornando as primeiras cidades entre o vale do Missouri e a Califórnia” e, como as do sertão mato-grossense, de má fama, “em razão da violência e da liberdade de costumes que ali reinavam”. (FOHLEN, 1989, p. 36)

O início das cidades do Oeste sempre foi anárquico. O porte de cidade era adquirido pela construção de prédios oficiais. Na América Latina, a igreja não poderia faltar. Os bordéis, bares, hotéis, armazéns completavam o cenário para uma gente turbulenta, excitada e sempre em prontidão para brigar por qualquer motivo. Coexistiam com essa gente, pacatos cidadãos, frequentadores do culto e de várias atividades sociais, festivas, beneficentes e culturais.

Essas contradições existiam em Três Lagoas e repercutiam na ordenação da comunidade, alternando (des)ordens, originando locais de encontro e desencontro: espaços de oração, civismo, trabalho, lazer e ócio.

CAPÍTULO 3

PAISAGENS DAS (DES)ORDENS: ESPAÇOS DE TROCAS E DE CIRCULAÇÃO

Toda sociedade tende a visualizar de um modo afetivo e ao mesmo tempo, ativa seus juízos de valor sobre o mundo que a cerca.

Pierre Francastel (1982)

Os locais de encontro, as vias de percurso, os prédios e os monumentos constituem ricos testemunhos da vida de uma comunidade. Para entendê-los é inevitável um mínimo de conhecimento dos homens e mulheres, de seu pensar, da sensibilidade de seus impulsos e ações, dos fatos que estes lugares presenciaram. Um olhar dos dias e das horas, naquelas expressões menos efêmeras.

Esta seção apenas abre o pano para mostrar o cenário por onde desfilaram nossos personagens, o que restou visível de suas memórias.

Francastel nos fornece uma sábia advertência:

Os monumentos constituem, tal como todos os produtos objetivos ou institucionalizados da atividade dos homens, testemunhos múltiplos, ambivalentes. Eles nos dão indícios para reconstruir a rede infinitamente delicada das inter-relações humanas. Falar da história como uma única forma de realidade tivesse comandado as outras é, parece, deixar escapar a história. A finalidade da História é justamente reconstruir condutas humanas em sua interação e mobilidade. Para consegui-lo é também importante dar lugar a todos os elementos que registram permanências e a todos os que deixam apreender o instante em que um fato novo se produz. (FRANCASTEL, 1982, p.78)

A reduzida população de uma cidade, no início deste século, pode ofuscar uma visão mais próxima da realidade, criando a imagem de uma vida pacata. Em Três Lagoas, não só as tropelias produzidas pelos “38” e “44” movimentavam a vida de seus poucos habitantes; também a atividade agropastoril e o comércio provocavam a afluência de pessoas nas estradas e ruas, e em alguns locais de concentração. Este transitar constante resultava da comunicação que se fazia necessária para uma cidade, cuja dinâmica lhe impunha um papel de apenas intermediária entre a produção do sertão e as mercadorias provenientes do Rio e São Paulo.

O comércio atacadista, “o alto comércio”, as casas fornecedoras de gêneros de primeira necessidade, a rede de serviços, a feira de gado, o mercado, a mesa de rendas, a estação da viação férrea, as praças e igrejas eram todos pontos de afluxo.

Testemunhas da época nos dizem como era intenso o trânsito nas estradas. Na versão de Bertold de Miranda Barros, morador do Córrego do Palmito, “sua casa fica na beira da estrada, por onde transita muita gente. Tanto os que vão para a beira do rio Paraná, como os que campeiam por aquelas alturas, onde tem muito gado de criação e vacas de leite”.³⁵

Há, no entanto, necessidade de mantermos cautela, ao interpretarmos o sentido de certas expressões. Não pode existir igualdade nas relações de proporção entre aquela comunidade e a nossa época. Assim, dizia um contemporâneo: “o serviço de estradas dá-lhe, atualmente *uma vida agitada e adiantada*, havendo teatro, hotéis, padarias, drogarias, achando-se em projeto a sua iluminação elétrica... era *extremamente-cosmopolita*”. (AYALA, SIMOM, 1914, p. 42, grifos nossos)

Sem informações adicionais teríamos uma imagem ampliada. Esta visão referia-se a Três Lagoas, em 1914, cuja população teria no

³⁵ ACTL. D. 4697/1836. p. 18.

máximo, “1.000 almas”. A iluminação elétrica por muito tempo ficou em projeto. Era o tempo da vila de taboa e zinco. Não mais que um vilarejo.

Nossa intenção, aqui, é projetar retrospectivamente os lugares, o cenário social, como auxílio para compor os eventos do cotidiano que aí ocorriam. Não descuidamos da relatividade do significado dos termos no tempo, e da subjetividade das pessoas. São sempre interpretações de realidade vividas.

“O problema inicial é de perspectiva”, afirma Raymond Willians. E em suas considerações sobre testemunhas que escreviam sobre suas vivências pessoais, ressalta: “o que é necessário investigar, nestes casos, não é a veracidade da história, e sim, a perspectiva histórica”. (WILLIANS, 1989, p. 23)

Retornando aos testemunhos de que a vida em Três Lagoas, em 1914, era “agitada e adiantada” e “extremamente cosmopolita”, entendemos a visão daquelas pessoas, para as quais, naquele momento, o comércio estava corroendo a antiga estrutura rural. Tratava-se de uma nova mobilidade. Um novo fato social e uma paisagem humana bem diferentes daqueles dos tempos em que Protázio Garcia saiu da Piaba para trocar sua produção em Itapura. Traduzia um sentimento de convivência e vivacidade à diferença da solidão e monotonia do período anterior.

Em 1920, o deputado Rosário Congro ao apresentar o projeto de elevação de Três Lagoas à cidade, dizia: “a gentil filha da civilização moderna, a bela caçula da localidade mato-grossense” de “ruas longas, largas e retilíneas, a sua moderna edificação, o seu perfeito serviço de iluminação elétrica, o seu abastecimento d’água, já iniciado... sólidas e belas edificações, muitas delas esplêndidos palacetes, iluminados à noite por extensos cordões de lâmpadas elétricas”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de dez. de 1920, p. 1)

De fato, houve mudanças. A população de “1.000 almas”, em 1914, passou para 9.044, em 1920.³⁶ Casebres de madeira nunca deixaram de existir, mas havia, agora, um centro e os palacetes “brilhavam” à noite e nas páginas dos jornais.

A iluminação da cidade foi, no entanto, um problema que retornava de tempos em tempos. Em 1939, a reclamação se repetia: “a cidade ficou vários dias às escuras... deixou a nossa ‘urbs’, à noite, semelhante a uma aldeia do século XVII. Aqui e ali, os fachos avermelhados das labaredas de lamparinas e lampiões, põem no negrume da noite, cambiantes tonalidades de tremilhantes luzes da remota era da pedra lascada”. Não só das trevas das ruas era o clamor, também da falta de contato com a civilização – “os aparelhos de rádio, que nos traziam os acontecimentos diários das grandes metrópoles, quedaram silenciosos, afastando-nos do convívio das emissoras radiofônicas...”. A preocupação, não só pela repetição do problema, “trazendo o desconforto a todos os cidadãos” era, também, para evitar a imagem negativa, “dando ao forasteiro que aqui chega uma péssima impressão sobre o nível de vida econômica e social de nossa cidade”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de ago. de 1939, p. 1)

Em 1942, havia o temor de perder o lugar de sede distrital da Estrada de Ferro, “em vista da falta de força e de luz elétrica”. Enquanto isso Três Lagoas vai ficando às escuras... (GAZETA DO COMÉRCIO, 21 de mar. de 1942, p. 1)

Os pretextos, aliás, eram gerais. Enquanto os palacetes (dos srs. João Miguel, Olintho Mancini, Álvaro Feijó, Josefa Marques, Protázio Garcia Leal, Manoel Garcia de Souza, Elviro Mancini) ganhavam espaço nas páginas da *Gazeta*, o mesmo jornal protestava: “A cidade achou-se despida de todo conforto e falta de higiene. Não temos esgotos... Falta-nos água canalizada. O cemitério precisa ser olhado com respeito. O aformoseamento da

³⁶ Tabela XV “Dinâmica Populacional” (anexos)

Praça da Estação também se impõe por ser o local mais central da cidade”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 4 de nov. de 1923, p. 1)

Entre protestos e celebrações oscilaram as impressões sobre a cidade. O jornal foi o meio e a fotografia apenas decantou a *urbs*, cristalizando em imagens a configuração da ordem e das (des)ordens. Hoje é o testemunho da ordenação dos espaços, ao mesmo tempo em que congelou – em branco e preto – o ritmo de um passado. Cabe lembrar que aos ordenadores interessava apenas registrar o positivo, o bem-estar, o conforto, as realizações do governo. Foi desta forma, mostrando apenas o positivo, que o governo brasileiro, no início do século, atraiu para o Brasil imigrantes italianos seduzidos pelas “belas imagens”, veiculadas no exterior, das cidades brasileiras transformadas em charmariz para mão de obra qualificada e barata. (KOSSOY, 1988)

Há muito a se dizer sobre estas formas de celebração. Percebemos o cuidado que havia em mostrar de um lado, a ordem, o progresso e a ideia de moderno, tudo com o objetivo de situar Três Lagoas na comunidade nacional, nivelando-a por cima, pleiteando-lhe um lugar dentre as *urbs*. De outro, para cunhar a sua identidade, distinta de todas as outras cidades.

Os traçados de suas ruas e a ausência de qualquer elemento que apontasse para a “desordem” serviam como representação de ordem e de tranquilidade.³⁷ Esta foi a imagem preservada na memória de algumas mulheres, cujos depoimentos são hoje testemunhos do “olhar” feminino: “... era uma cidade calma, de muita união, de convívio entre as famílias” (SOUZA, Agela, 1988, entrevista), “era a cidade mais pacífica que podia existir, não existia crime, não existia nada... era raríssimo ocorrer... bom, às vezes tinha, mas a gente não ficava sabendo... Geralmente quem sabe mais são os homens” (VASCONCELOS, 1987, entrevista). De fato, os homens têm uma memória da violência: “ocorriam muitos crimes... Coronel polí-

³⁷ Ver fotos 1.

tico, por dinheiro, por disputa de terras, demandas... foi de todos os lados. Um fulano matava um outro qualquer, outra vez um fazendeiro mandava matar, isso variava, não tinha norma... Na zona do meretrício ocorria por bebida ou por mulher” (SOUZA, José, 1988, entrevista).

A ideia de progresso sempre esteve presente nas referências à cidade, a proclamá-lo ou reclamá-lo: “10 anos de existência, num esforço constante contra a natureza ríspida, contra hábitos sertanejos retrógrados” (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de jan. de 1921, p. 1) visão que idealizava a cidade contrapondo-a ao sertão. Diz William Raymond que “o contraste retórico entre a vida urbana e a campestre é certamente tradicional”. (WILLIAMS, 1989, p. 69)

A fotografia documentou o progresso construindo a imagem de uma realidade veiculada nas páginas *cinzas* dos jornais da cidade: de casas comerciais, farmácias, usinas de cena, eletricidade, hotéis, faziam a representação do progresso.³⁸ Concomitante a este discurso iconográfico e, ao mesmo tempo, iconológico, divulgava-se, através das crônicas jornalísticas, dos discursos políticos e dos noticiários locais o conceito desse progresso “construído”.

Ressaltamos a vinculação dos conceitos de progresso, moderno e civilização que se fazia: “O nosso matuto já se interessa pelo que está *em moda* no comércio. ... não poucos rudes carreiros adquiriram caminhões, e o movimento das rodas *do progresso* culminou... *O caipira moderno*, seguindo a moda da cidade e acompanhando o luminoso progresso do século do motor e do rádio, vai deixando a paixão pela sanfona, já que quer um instrumento *mais civilizado*”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de out. de 1932, p. 2)

Esta visão de que o “progresso” se contrapunha ao antigo e era condizente com a de civilização, resume a opinião vigente, tanto da men-

³⁸ Ver fotos 2.

talidade popular, como dos círculos intelectuais do Ocidente no início do século. O conceito de progresso era central, no contexto do qual as outras noções se desenvolviam. Uma ideia que celebrou os principais êxitos ocidentais nos campos da filosofia, religião, ciência e história, vital para os impulsos e aspirações dos criadores da civilização ocidental.³⁹

Em Três Lagoas, este progresso carecia ser perceptível em melhoramentos urbanos e construções apenas simbólicas. Assim, o moderno teve como referentes as praças, o coreto e o relógio, marcos do centro da cidade; serviam para localizar pontos e marcar encontros⁴⁰: “Com o desenvolvimento promissor que a nossa cidade apresenta cada dia, fazia-se sentir a falta de uma praça ajardinada onde o povo pudesse nas horas de lazer entregar-se aos entretenimentos próprios de gente urbana e civilizada.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 1929, p. 363)

Estes pontos eram ao mesmo tempo símbolos e lugares de encontro; civilização implicava em convívio em espaços públicos. Viver urbanamente significava comportamentos adquiridos na convivência social. Desta forma, certos melhoramentos mostravam-se como uma necessidade: “Finalmente vamos ter um coreto público... sob o ponto de vista do embelezamento da urbs e em razão de uma velha aspiração dos três-lagoenses, é que tenhamos onde se possam realizar retretas públicas, como qualquer cidade-adiantada”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de jun. de 1933, p. 1)

O centro deveria “revelar o seu porte de ‘urbs’”, especialmente para ser “mostrado” aos visitantes. Neste sentido a fotografia registrada nos álbuns comemorativos, jornais e revistas, cumpria o seu papel: “Cidade concorridíssima por itinerantes, Três Lagoas precisa sofrer um saneamento rigoroso sob todos os pontos de vista para que passem a nos

³⁹ A respeito desta ideia de progresso ver Nisbet (1981).

⁴⁰ Ver fotos 3 e 4.

olhar como um povo civilizado, que pretendemos ser”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de jan. de 1921, p. 1)

Aqui a luta foi ingente e contínua. Era preciso muito esforço para apagar os vestígios rurais. Tarefa impossível numa cidade vocacionada para a pecuária: “Os clamores do público contra o espetáculo degradante que oferece a usança de soltar-se em pleno coração da cidade toda espécie de animais”. Clamores que eram constantes, contra os animais e contra o mato, pois representava “o mais flagrante atestado de nosso atraso moral e fornece sobejas razões para nos atassalharem extra-muros. ... Acaba-se de uma vez, pois, com esse espetáculo dos animais andarem à solta pelas vias públicas, tanto de dia como de noite”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de jan. de 1921, p. 1)

Nem sempre era só por exhibir “adiantamento”, às vezes tornava-se necessário para resguardar a segurança das pessoas: “animais que se deviam conservar somente em estábulos ou pastagens fora da cidade, deu origem a um acontecimento que só por milagre não teve consequências mais graves. ... Um menino de 6 anos foi atacado por uma vaca” (GAZETA DO COMÉRCIO, 24 de abr. de 1921, p. 2). Ordenar os espaços implicava, também, diminuição de riscos de vida e a vida urbana exigia, neste sentido, medidas que, na zona rural, não se fazia necessárias.

Estas jeremiadas não davam tréguas aos sentinelas, pois “do contrário”, diziam, “ficaríamos reduzidos à condição de burgo podre”. O mato crescia, os animais não abandonavam as avenidas e a sujeira se depositava nas ruas. Contra todo este estado de coisas não podia haver esmorecimento: “A capinagem da praça da Estação, ora feita, era uma medida que há muito vinha a opinião pública reclamando da Intendência Municipal... faz-se mister uma repressão enérgica contra os donos do gado que costuma transformar a nossa principal via pública, um ponto de recreio. Como se estivéssemos, porventura, em plena fazenda ou roça”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 1o de fev. de 1924, p. 1)

A história de uma cidade pode ser, com frequência, o seu empenho em ser diferente do campo. Há, no entanto, outras dimensões nesta relação; quando se tratava de apelar para a bolsa dos fazendeiros, o tom era bem outro. Assim era nos casos em que a iniciativa privada deveria tomar medidas.

O Jardim Público merecia constante atenção. Faziam-se reclamações contra “moleques que matam passarinhos”, afinal Três Lagoas “não é mais aquele burgo podre onde cada qual faz o que bem entende”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 7 de ago. de 1938, p. 2)

O Cel. Pereirinha que esteve à frente do executivo municipal, ficou na memória da comunidade como um homem preocupado com o embelezamento da cidade. Todavia, sua vigilância nem sempre, na prática, encontrava ressonância, pois,

apesar do apelo do prefeito para que a população pratique a rigor os comesinhos preceitos de higiene, do asseio e da limpeza, não lançando à rua papéis, detritos ou qualquer espécie de lixo que deve ser colocado às portas em latas e caixotes... transformam as calçadas em depósitos de toda sorte de imundícies... depois de recolhido o lixo... o dia inteiro expostos na rua os recipientes que o mesmo contiveram, os quais sobretudo quando há calor, exalam um fedentina insuportável e oferecem, além disso, um espetáculo rebaixante e desmoralizador (GAZETA DO COMÉRCIO, 7 de ago. de 1938, p. 2)

As ruas não tinham calçamentos, o que só ocorreu na década de 1950: “... era terra pura, a gente enterrava quase o joelho, era horrível” (VASCONCELOS, 1987, entrevista). O Cel. Pereirinha foi um denodado nesta missão, em sua curta gestão “as ruas esburacadas, em certos pontos intransitáveis, tanto para pedestres como para veículos, estão sendo reparados... Não se ouve mais a orquestra ensurdecidora dos sapos que cresciam e se multiplicavam nos banhados que se conservavam

todo ano em pleno coração da cidade” (GAZETA DO COMÉRCIO, 8 de jan. de 1939, p. 3). Em 1941, nos melhoramentos urbanos estava “o emplantamento geral dos prédios e ruas da cidade. O processo... obedecerá ao sistema modernamente usado nas principais cidades do Brasil. As placas de ferro esmaltado com os algarismos em relevo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de jun. de 1941, p. 1)

Roberto Da Matta diz que “o universo da rua – tal como ocorre com o mundo da casa – é mais que um espaço físico demarcado e universalmente conhecido”. Na rua, ao contrário da casa, “predominam a desconfiança e a insegurança”. (DA MATTA, 1986, p. 30)

O espaço da rua foi, aqui, sempre muito versátil. Deslocamento de um ponto a outro da cidade, é óbvio, é sua função primordial. Todavia, foram tantas as cenas de que a rua foi cenário, que o transitório, o inesperado, assumiam uma dimensão simbólica mais forte. Tudo podia acontecer. Longe de ser pacata e rotineira, a vida nas ruas oferecia diferentes emoções.

Cenas de placidez como: “mais ou menos, às 7 horas da noite, estava sentada à porta de sua casa”, “estava a turma à fresca” – repetiam-se nas calçadas. E as cadeiras estendidas, faziam deste espaço a extensão da própria casa. Esta serenidade, muitas vezes, cedia lugar à violência: “... ia passando em frente à casa de Maria Pereira, quando esta da porta de sua casa, disse-lhe que dispunha de 500 mil réis para mandar matar o declarante... que o rapaz Pedro de Tal, assistiu toda questão, bem assim os srs. Quincas Dias, Anísio Bites e Anísio do Amaral”.⁴¹

Assunto para toda vizinhança comentar às portas de suas casas. A violência, muitas vezes, assumia maiores proporções e não eram raros os casos como os seguintes: “... fez desordem no bar e saindo para a rua, deu tiros, e disparou em um cavalo, quando a patrulha tentou prendê-lo”⁴²; “... que

⁴¹ ACTL. D. 4859/1937. fl. 17.

⁴² ACTL. D. 4807/1945. fl. 8.

ao passar pela rua onde mora a vítima Ezequiel, Euzébio notando qualquer anormalidade nas imediações do quarto de Ezequiel, aproximou-se deste, em chegando ao mesmo, deparou com a vítima prostrada ao solo...⁴³.

Os folguedos de carnaval e as festas juninas traziam, nas noites, grande animação em ruas demarcadas para estes acontecimentos. Todavia, as ruas traduziam a ordem e a disciplina, um poder instituído, normatizando todos os movimentos, quando se repetia, clinicamente, nas procissões religiosas, nas paradas militares e escolares.⁴⁴

Automóveis, caminhões, jardineiras, carroças, charretes, carros de bois, bicicletas e tratores, todos esses veículos desfilavam pelas ruas ao início da década de 1940. Ruas arenosas, escaldantes ao sol de 40º, lamacentas no período de chuvas, muitas vezes às escuras, foram em todas as temporadas cenários de solidariedades, boatos, festejos, crimes, detenções e fugas. Espaços de (des)ordens.

Além das casas comerciais, na rua se fazia, também, movimento de comércio: “Vinhão compradores de Goiás de carro de boi, vinhão 10, 20 carros de bois e paravam ali na rua. Deviam levar mais de mês de viagem. ... Traziam banha de porco, trocavam por arame farpado, sal”. (SOUZA, José, 1988, entrevista)

As ruas regurgitavam de vendedores, pois, em 1925, gritavam os comerciantes contra “verdadeira praga os ambulantes de todas as espécies que em dias de trens aportam a esta cidade”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 6 de maio de 1925, p. 1)

Esta feição urbana exigia pertinácia e força. O caso do Jardim Público é ilustrativo da passagem de uma vigilância sobre os animais, que andavam às soltas, para vigiar a liberdade de algumas pessoas, e assim dar segurança a outras. No tempo do Cel. Pereirinha à frente da prefeitura, a tônica

⁴³ ACTL. D. 4905/1943. fl. 13.

⁴⁴ Temas que serão detalhados no capítulo 8.

de seu programa foram “realizações indispensáveis ao embelezamento de nossa urbe”. O jardim aberto ficava à mercê dos animais, e à noite como afugentá-los? A solução foi circundar o jardim com fios de arames. Este aramado frequentemente solto, precisava, seguidamente, de consertos. Foi, então que o prefeito colocou, na parte superior, um fio farpado:

com o fim de evitar costume de nele se sentarem aqueles que assim desejam descansar... na mesma noite, frente ao cinema indivíduos perversos deram-se ao vandalismo de cortá-lo em regular extensão, o que veio revelar a *falta de civilização* dos seus autores e nenhum respeito que eles têm pelas nossas autoridades. É o caso de ser posto uma guarda no jardim que durante a noite, pelo menos, sirva de garantia”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de jan. de 1934, p. 1, grifos nosso)

A limitação da vida pública, “desses vândalos”, põe a nu o que estava subjacente à imagem de *urbs*. Civilização era ordem e respeito à autoridade. Animais não podiam conviver em público com as pessoas. Nem todas as pessoas podiam ter liberdades de uso dos espaços públicos. Daí, a necessidade de vigilância, dia e noite. Para que a ordem fosse mantida, era preciso montar esquemas de segurança.

Este estágio de vida, urbana e civilizada, ia além do embelezamento dos espaços abertos. O tom e a atenção dispensados às manifestações culturais mostram outro cuidado para conferir o porte de *urbs*. Assim enfatizava a *Gazeta do Comércio*: “É preciso que definitivamente se convençam os três-lagoenses que o cinema é um fator de progresso indispensável e, que tal razão, impõe-se, a todos ampará-lo e protegê-lo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de jan. de 1936, p. 1)

As diversões eram categorizadas pelo “bom” e “mau” gosto. O cinema era, na realidade, a grande arte pois “não se concebe uma cidade civilizada, sem o cinema, o divertimento mais popular do Universo”. Era o apelo aos brios e a “finesse”: “O povo de Três Lagoas, entretanto tem

deixado quase em abandono o Cine Odeon. Crise? Não pode ser, porque os circos de cavalinhos, aonde impera a *falta de gosto*, tem entre nós, concorrência enorme. ... Sejamos 'habitués' de nossa melhor casa de diversões. Não deixemos morrer aquilo que dá a vida de uma pequena urbs". (GAZETA DO COMÉRCIO, 29 de jan. de 1936, p. 3)

O centro da cidade, através de alguns marcos – coreto, Jardim Público, Relógio Público, e as amplas avenidas – representavam o progresso e o moderno. No entanto, a estação ferroviária e a capela de Santo Antonio, marcos pioneiros, eram os espaços dos poderes político e religioso.

A geografia das ruas e dos locais de convívio, onde se defrontam as pessoas em seu dia-a-dia, merece atenção. São lugares privilegiados, onde ocorrem as confraternizações e as trocas. Constituem zonas de particular interesse para a história de uma comunidade. Em Três Lagoas, os pontos de intersecção dos deslocamentos de pessoas eram a estação férrea, as estradas e a barranca do rio Paraná; todos pontos de afluxo. Os locais de reunião, além dos bares, igreja, praças e bordéis eram, para notícias e fofocas, a calçada, o galpão e o boteco. Um bate-papo sempre ocorria na barbearia, na alfaiataria, na padaria e no açougue. Eram todos lugares de comércio de gêneros, serviços, boatos e troca de ideias.

A estação e os trilhos da via-férrea faziam como que uma linha divisória entre o centro da cidade e a vila dos ferroviários. Em sua face estava o comércio, servindo-lhe aqui, a estação, como que uma cercadura. Seu portal fronteiro abria-se para duas grandes avenidas, em cruz; e ali em duas confluências, como se embaixo dos braços desta cruz alojavam-se duas praças, a da Estação e a da capela de Santo Antonio. Uma em frente a outra. Aí estavam o jardim e o coreto. Na outra ponta do quarteirão, a estação tinha de frente para seu portal de entrada, o relógio público, bem no centro do cruzamento das ruas. Em sua estrutura, assim permanece.⁴⁵

⁴⁵ Foto 4.

A estação férrea representava a conexão da cidade com o resto do Brasil, via São Paulo, significando sua inserção à economia nacional. Foi também um símbolo de dois referenciais: comércio e comunicação. Era, então, o local para onde acorriam os interessados em comprarem jornais e revistas paulistanos, vendidos pelo jornaleiro do trem-passageiro. O intercâmbio de produtos da terra, tanto para São Paulo, quanto para o interior de Mato Grosso, fazia-se na estação: local de embarque para quem quisesse viajar para qualquer ponto, pois o trem era o único meio de transporte. A estação férrea guardava, neste sentido, um segundo referencial: de passagem para o resto do mundo. Ela era o centro do universo três-lagoense.

O tempo era marcado pela chegada e partida do trem, geralmente atrasado. O grande momento era a chegada do trem, esperado por muitos com sofreguidão. Mercadorias, correspondências, jornais e revistas; pessoas da capital, de São Paulo e das fazendas, nordestinos, paulistas, sírios, japoneses, europeus, tudo e todos desembarcavam na gare da via férrea.

O trem substituíva o correio e o banco, quando a comunicação se fazia da cidade para a fazenda ou vice-versa: “na hora da chegada do trem de passageiros que se dirigia a esta cidade ele... chegou à Estação procurou Manoel Garcia Leal, ... a fim de fazer Manoel portador de uma carta e três mil cruzeiros em dinheiro para que Manoel entregasse a sua esposa”.⁴⁶

A estação era espaço do crime, dos desordeiros; era também, espaço do poder e liberdade. Liberdade e poder, crime e romance entrecruzavam-se, marcados pelo “tempo do trem”: “... íamos esperar o trem das 7 e das 8 horas (noite). Fazíamos fila e os viajantes passavam no meio, na maioria rapazes. ... Então a gente falava: vai ter brincadeira no clube. E eles iam.” (SOUZA, Angela, 1988, entrevista)

Era passeio diário das moças daquela época, um prelúdio dos encontros no clube. Esta foi a memória que guardaram. Entretanto, no cartó-

⁴⁶ ACTL. D. 4863/1944. p. 27.

rio criminal os registros lembram cenas de sangue na esplanada, local ideal para um encontro de “morte encomendada”: “João Francisco tinha ido a procura de Antonio Vieira... mandou chama-lo para fazer um serviço”.⁴⁷

Era a estação, ainda, lugar para informações – polícia e bandidos tinham, aí, encontros não marcados: “informado que o acusado pretende ausentar-se hoje desta cidade... seja o dito Eduardo... intimado a comparecer a esta Delegacia caso entenda V.Excia ou ví-lo, e isto antes da partida do trem de carreira de hoje que se destina a Campo Grande”.⁴⁸

A polícia estava lá, para impedir o embarque ou prender no desembarque: “Notícias chegadas pelo trem de hoje, assinalam a passagem de Soares em Ferreiros, onde pretendeu vender grande quantidade de animais recentemente roubados nesta cidade... Soares deixou a tropa em Ferreiros e seguiu... poderá ser preso se providências imediatas forem tomadas”⁴⁹; “que o relógio vendeu a um passageiro que viajava no trem de ferro”.⁵⁰

A estação férrea era também o espaço para a encenação do poder. Aqui os políticos e autoridades eram recebidos e homenageados; aqui, o povo recepcionava os passageiros ilustres; aqui, fazia-se os discursos para o povo, que eram diferentes dos discursos entre os políticos. Da sacada os homens do poder local e do poder estadual ou central falavam para a massa. Da sacada, porque o poder devia falar do alto. Em baixo, o povo ordenado, atento, certamente mais aos aparatos que às palavras, após muitas horas de espera. A ordenação do tempo é um fator essencial em toda dominação. A comunidade demonstrava sentimentos de filiação e lealdade através do tempo de espera, de formação disciplinada e dos aplausos. O

⁴⁷ ACTL. D. 4697/36. fl. 21.

⁴⁸ ACTL. D. 4890/1941. p. 22.

⁴⁹ ACTL. D. 4891/1944. p. 21.

⁵⁰ ACTL. D. 4345/1932. p. 19.

aparato de homenagem se revestia de solenidade pelas equipagens luzidas dos uniformes, pela roupa domingueira, pela música, pelos foguetes.⁵¹

Era o poder em “estado de festa”. Muitas vezes, pouco tempo depois, o mesmo lugar era cenário de sangue por uma “morte encomendada”. E a mesma assistência retornava, não mais para aplaudir, mas para “olhar” e tecer comentários; matéria para os jornais e para mais um processo-crime. Um constante reordenamento do espaço, alternando em suas funções de acordo com o pulsar da vida da comunidade.

O comércio que marginava as avenidas, para as quais se abria a estação, era de gêneros variados: casas de atacado, armazéns gerais e diversão. O bar Recreio da Mocidade, o Cabaré do Spindola, o Bar Automóvel Club, a barbearia, o cinema Odeon, todos ficavam na área da Estação férrea. Salas de bilhar, bacará, cerveja, “pinga”, “decaídas”, dinheiro, revólver, boiadeiros, ferroviários, militares, boatos e fuxicos, tudo rente à estação.

Todavia, para que existisse esse espaço orgiaco, o trem pernoitava na estação, seguindo viagem no dia seguinte, para São Paulo ou Campo Grande. Até 1930, havia uma população flutuante e notívaga que incentivava o comércio hoteleiro, as jogatinas, as bebedeiras e mantinha ativo o mercado do sexo.

Em 1930, quando foi suspenso o pernoite do trem, a Associação Comercial agitou-se:

Urge que o nosso diretor da Noroeste atenda os justos reclamos do povo... tornando obrigatório aqui o pernoite dos trens (...). A Associação, reivindicando a situação que antigamente desfrutava... diretoria da Associação, o Intendente do Município, a imprensa, numerosas pessoas gradas expuseram a S.S. (diretor da Noroeste) o estado de coisa local, pedindo-lhe substituição do atual horário para outro mais con-

⁵¹ Foto 5.

sentâneo aos interesses de Três Lagoas. (GAZETA DO COMÉRCIO, 14 de dez. de 1930, p. 2)

Os interesses dos passageiros eram assim racionalizados: “depois de um dia sem descanso o corpo sente-se fatigado e reclama repouso”. Na verdade, o único motivo que era realmente fundamental para Três Lagoas: “os pernoites, questão de vida ou morte (...) devemos a maior parcela de nosso êxito como cidade... os hotéis, principalmente, tiveram... abalo formidável”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de jan. de 1931, p. 2)

No Bar Automóvel Club tinha sala de bilhar, onde entravam prostitutas. Aí “acertavam pouso como fez, em 1926, o ‘farrista’, Marcelino Fernandes de Souza”: “que estive no bar Automóvel Club em farra, onde jogou e bebeu com diversos conhecidos, cerveja, tendo pago 13 garrafas; depois disso encontrou com a rapariga que tem o apelido de Agripina com quem tratou pouso”.⁵²

O cabaré do Spindola era “logo, ali”. A vila dormitório dos passageiros em trânsito, depois a cidade que se dinamizava em surtos do comércio e da pecuária criava demandas na vida orgiaca. Um ou dois cabarés já não cobriam as necessidades; formou-se uma zona.

Seu Januário Pereira de Souza, testemunho da época, informa-nos:

Quem gostava da vida noturna aqui tinha divertimentos até demais, os donos dos clubes aí, clube da mulherada, mandavam vir orquestras de São Paulo, orquestras especiais, para tocar nos cabarés. Ali onde é o prédio em frente ao correio, se chamava Automóvel Club, era do Pedro Leão, ali onde é o Itaú, chamava-se Clube do Alfredo Moraes. Eram cabarés chiques. Corria o dinheiro, as notas de 500 mil réis (falavam folha de couve) ficavam em cima das mesas. (SOUZA, Januário, 1985, entrevista)

⁵² ACTL. D. 4804/1926. p. 31.

Adensando-se as moradias no centro da cidade, a zona do me-retrício ia sendo deslocada⁵³. Os cabarés recebiam rótulos de “chiques” e “espeluncas” conforme o brilho da clientela. Os bares tinham intenso movimento e, como os cabarés, possuíam categorias diferentes. Um exemplo de bar “heterogêneo” era o Bar Automóvel Club. O Warnick & Fasanello exemplificava a outra categoria: Bar Café, agência lotérica, “Café e do bom, bebidas, doces e frutas excelentes. ... E a freguesia? Ah! O Warnick se orgulha de ter sem rival”. Por lá desfilavam o Capitão Faria Lemos, comandante do 33º BC, comprando frutas, o Dr. Bruno Garcia levava laranjas e mexericas, o Dr. Henrique Mendes “era ‘habitué’... saboreando um cafezinho feito na hora; o Cel. Antonhão arrebatador de massas”; o Dr. Aquino e o Julio Viegas eram outros dos frequentadores. Um bar de coronéis e doutores: “O bar regurgita, é a hora do aperto”. As horas voam, a frequência não diminui. Hora do rádio. Entram o Alexandre, o Chico e outros figurões (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de jun. de 1937, p. 3). Até versinho mereceu este bar:

Quem quiser gozar saúde
E até mesmo ficar chique
Frequente muito a miúde
O bar-café do Warnick.

Havia fregueses que passavam a manhã, a tarde e à noite no bar, transformando-se em testemunhos representativos para a construção da memória do crime. Tempo, gestos, movimentos e pausa; raiva, ódio, medo, premeditação e observação, a vingança; obrigação de desagrar a ofensa, tudo ficava registrado de um freguês de bar da manhã à noite. O bar do Sr. José de Castro foi um dia palco destas paixões. Nos processos-crimes, parte desta memória traduzida em depoimentos são, hoje, verdadeiras crônicas sociais:

... que ontem pela manhã estando sentado no bote-
quim... quando entrou o Sr. Lázaro Augusto Pires,

⁵³ A forma como ocorreu este deslocamento será tratada no capítulo 5.

com uma mulher de nome Abadia, cumprimentando ao Sr. Castro e a ele testemunha, muito nervoso, tirando um papel do bolso... o Sr. José de Castro disse ao indiciado, batendo com a mão direita no ombro do mesmo que fosse na casa do Sr. Bernardino Mendes, o indiciado saiu... voltando, e estando ele depoente sentado no referido botequim viu quando o indiciado, pediu ao Sr. Castro 300 réis de aguardente e um doce de leite... disse ao Sr. Castro que lhe emprestasse 2 mil réis que mais tarde lhe pagaria... o Sr. Castro muito exaltado dando um empurrão no indiciado este caindo de costa na calçada do botequim; levantando imediatamente e calmamente disse: mais tarde darei o pagamento; estando ele depoente sentado à noite, às 19 horas, no referido botequim viu quando chegou o indivíduo Lázaro com um embrulho em uma toalha branca, estando o Sr. Castro debruçado no balcão... desfechando-lhe o último tiro, fugindo em seguida, vendo ele depoente estar a polícia ao seu encalço.⁵⁴

Assim, o crime no bar do Sr. Castro também foi testemunhado pelo alfaiate, que “viu pela manhã uma discussão... da porta de sua oficina de trabalho, vendo depois o Sr. Lázaro caído na calçada... à noite ouviu uns estampidos...”⁵⁵

Para cada tempo, um novo espaço delimitando: novos ideais, novos líderes, novos mitos. No final da década de 30 foram criados outros espaços com funções que atendiam aos objetivos nacionalistas do Estado Novo: saúde, infância e festas cívicas. Deste modo, tornou-se “um problema vivo, imperioso, merecendo atenção de todos os patriotas”, uma maternidade, um parque infantil, “como vem se realizando em outras cidades do Brasil”. A Praça da Bandeira, onde o povo “acorreu em massa”, foi, também, construída neste período; como o balneário, na Lagoas Maior,

⁵⁴ A forma como ocorreu este deslocamento será tratada no capítulo 5.

⁵⁵ Idem. p. 17.

que deveria “contribuir para o desenvolvimento do esporte, o que quer dizer saúde”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de abr. de 1939, p. 1)

Estes novos espaços fizeram-se acompanhar de um novo discurso, não mais para só “embelezar” a cidade, ou conferir-lhe uma fachada moderna. Agora, em primeiro plano, estava a assistência social, saúde/esporte e espaços abertos para celebrações cívicas: “O amparo à maternidade e à infância dará ao Brasil prosperidade, fartura e civilização” (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de dez. de 1937, p. 1). As ideias de progresso e civilização prosseguiram, mas mescladas à de patriotismo e a de uma prática de “fundo social”.

Nesta metamorfose do espaço social, aprofundava-se a distância entre “os desiguais”. Foi bem isso que, em 1945, o promotor de justiça João Souza da Fonseca traduziu ao reafirmar sua suspeita no julgamento de crime:

... nas relações gerais da vida a solidariedade orgânica cada vez mais se desenvolve, enquanto que a solidariedade por similitude se vai particularizando para se aplicar especialmente às relações entre as pessoas ligadas entre si por um certo laço de identidade de interesses e de aspirações. Surgindo daí as associações de classes que, tão bem tem sabido interpretar o nosso Presidente da República... E esses interesses por serem inatos, mais se acentuam, num meio pequeno, como o que vivemos.⁵⁶

Assim foi, de igual modo, no comportamento social em lugares públicos. A linha divisória não se fazia mais só pela vida urbana e vida sertaneja, o confronto também era entre os desiguais. O testemunho de D. Angela Carrato Souza nos permite vislumbrar os espaços que se fechavam para as camadas menos aquinhoadas: “Papai teve uma confeitaria muito moderna, com artigos estrangeiros. ... A Confeitaria Rio

⁵⁶ ACTL. D. 4515/1944. fl. 43 (Grifo nosso).

de Janeiro era muito frequentada por engenheiros da estrada de ferro. Mamãe fazia chocolate à noite, depois do cinema as pessoas mais conhecidas iam para a confeitaria de meu pai tomar chocolate...”. (SOUZA, Angela, 1988, entrevista)

Além da confeitaria, os clubes conglomravam *os iguais*: “... naqueles tempos era melhor que hoje, mais animado e era frequentado diariamente, toda noite havia reunião, tinha cafezinho, jogo de xadrez, dominó, quem sabia tocar, tocava um pouco; quem queria, dançava, reunia até onze e meia, diariamente, todas frequentadas pela mesma sociedade”.⁵⁷

Clubes, confeitarias, festas sociais, como filtros, iam separando a comunidade em camadas: a dos privilegiados e a dos menos afortunados: “Os eventos sociais em qualquer lugar, nas missas, enterros, reuniões de família”, segundo Ruth Máximo Filgueiras antiga moradora de Três Lagoas: “Era como uma grande família, todo mundo conhecia todo mundo, todo mundo se via... Se havia um enterro, todo mundo ia. Se nascia uma criança, todo mundo ia. Num casamento, toda cidade ia”. (FILGUEIRAS, 1987, entrevista)

Estes laços de solidariedade estavam tão entranhados que o grupo social, do qual alguém fazia parte, sofria transferência para “todo mundo”, “toda cidade”. Esta região especial da sociabilidade, na convivência em grupo, por iguais, é explicitada pela mesma D. Ruth: “As camadas que não participavam dos Clubes Concórdia e Grêmio, frequentavam o Comercial e o Noroeste, que eram clubes mais pobres”. De outro modo, nessas reuniões vinham “só aqueles que eram amigos, que nos conheciam”.

Conquanto a comunidade estreitava-se cada vez mais neste convívio em grupos, havia uma outra divisão maior, que separava o mundo dos homens do das mulheres. Havia espaços em comum de homens e mulheres, como havia só de homens e só de mulheres. E este, por sua vez, desdobrava-se em espaços de mulheres “respeitáveis” e de “decaídas”.

⁵⁷ Ibidem.

O público para os homens significava uma região de liberdade, para a mulher poderia significar desgraça (SENNETT, 1988, p. 39): “Uma mulher que ia sozinha... já ficava mal falada” (FILGUEIRAS, 1987, entrevista). Enquanto na “zona do meretrício os bares eram, especialmente, masculinos (...) até homens casados frequentavam esses bares”, as “moças, gente de certa moral, se passassem na rua eram mal vistas. ... Eram zonas já determinadas.”

Encontravam-se todos no estádio de futebol. A separação aqui era pelos lugares ocupados nas bancadas. A diferença fazia-se, ainda, pela indumentária. Estas condições permitiam marcar as distinções sociais pretendidas. Do mesmo modo na Igreja, nas missas e nas quermesses, todos os fiéis participavam; todavia, os lugares, a vestimenta e o comportamento eram seletivos.

Nesta estranha comunhão alguns atributos marcavam a individualidade; outros expressavam a comunidade, convertendo cada pessoa em cúmplice da história da cidade, parte da memória. Ao mesmo tempo um cronista, um fiel, um pioneiro. Os espaços eram múltiplos e alternativos: de poder, de orgia, de lazer, de crime, de saudade ou de fé.

Assim, a capelinha de Santo Antonio, mais que um espaço da crença, era um símbolo da vida da comunidade. Foi sempre mais significativa que a matriz. Surgiu primeiro e em ponto central, como exigia o poder cristão. O santo que lhe dava o nome tornou-se o padroeiro da cidade.

Uma crônica, de 1939, recupera este simbolismo expresso pela Capelinha numa representação deste espaço sagrado:

... reflexo de fé dos primeiros habitantes... É lindo e comovente o seu aspecto, todo iluminado sob os cânticos de louvores. ... Os que, como eu, viram aquela casinha de oração, há mais de 24 anos, sentem um misto de alegria e tristeza. Alegria por ver que a cidadezinha de ranchos toscos cobertos de zinco, de

sapé, é hoje, uma das mais futuras cidades do Estado; tristeza pela corrida célere dos anos da mocidade, pela recordação de saudosos companheiros que já se foram... Três Lagoas progrediu e civilizou-se. Tudo está reformado. ... Na grande área da estação, nem um só vestígio existe da cidade colonial, da cidade do Formigueiro. Só a capelinha... foi respeitada pelo braço do progresso. ... Ela é como um testemunho do alvorecer da cidade caçula, que a fé dos homens, no evoluir do progresso respeitou... não se pode negar que a tradição de um povo é a relíquia sagrada que solidifica os elos da família e vitaliza os sentimentos de pátria... influência quase misteriosa que a capelinha exerceu em nosso Eu. Fomos crianças, brincamos em torno das fogueiras de Santo Antônio e São João tocando traques, busca-pés, soltando balões, assando milho e batatas, etc. ... sentimos esse toque místico em nossa alma de brasileiro quando passamos diante de uma capelinha." (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de jun. de 1939, p. 1)

Há nessa homenagem com a capelinha de Santo Antônio, uma espécie de reverência, não à capelinha, mas ao que ela representava: a anterioridade da cidade e a mística da infância. Reverenciar a capelinha era uma forma de expressar fidelidade a um deslumbramento – pela significação da infância que não se queria ver dissipada com o tempo. O cronista não deixou de perceber esta nostalgia. Mais do que a apreciação da cidade como passado/presente/futuro, confundia-se com outra contemplação, e do próprio passado do contemplador. O acesso às imagens que a cidade podia oferecer em seus recantos, respondia a outra necessidade, do que ela conseguia representar como vínculo a um mundo familiar. E neste encantamento pelo passado há outro fascínio, o de pioneiro. Outra imagem o vinculava à cidade: a sua cumplicidade de vê-la nascer e crescer. O seu testemunho lhe conferia a guarda de um conhecimento: ele considerava-se a memória viva da cidade.

Muitos já haviam desaparecido, eram nada mais que nomes de ruas, avenidas, prédios. Memórias da cidade, do contemplador. A capelinha de Santo Antônio era símbolo deste todo. No dizer poético de Octávio Paz: “a cidade construída pelos mortos, habitada por seus teimosos fantasmas, regida por sua despótica memória” (PAZ, 1987).

Hoje, ao tentarmos recobrar parte desta “despótica memória”, vemos que a cidade – como tantas outras – se fazia representar pela imagem de uma “cidade que marcha”, que avança, trilhando o progresso, acompanhando o moderno e, em ordem. Havia nessa visão a idealização de uma comunidade afeiçoada a um conjunto de ideias propagadas desde o final do século XIX, a partir da Europa e Estados Unidos, configurando a busca de uma identidade urbana.

Nessa ideia da cadência natural do progresso vinda do século XIX europeu, progresso, desenvolvimento, evolução eram termos intercambiáveis (NISBET, 1981, p. 247). Essa noção não era apagada nem mesmo ao perceberem os tempos de crise, nas dificuldades, na luta contra os vestígios do sertão. Progresso, aqui, significava mais que a saúde da pecuária e do comércio, representava a fachada da cidade que a diferenciava do sertão.

Foi assim que nos primeiros tempos apenas o miolo do núcleo urbano merecia os desvelos das autoridades e reclamos ou aplausos da opinião pública dominante. Somente na década de 1930 o olhar desses confeccionadores da *urbs* alargou-se para além do centro. Ao tempo da administração municipal de João Miguel Speridião, a periferia saiu do mato: “Antigamente a limpeza das ruas era só para inglês ver, pois não ia além da zona urbana. Agora, não. As zonas suburbanas, que viviam afogadas em matagais cerrados e que zombavam da enxada municipal, mostram-se limpinhas, bem tratadas, emprestando ao casario dos moradores pobres um aspecto de progresso e asseio”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de abr. de 1937, p. 1)

O matagal e o gado teimavam em não ceder o espaço à *civilização*. Ao término do mandato de João Miguel Speridião seu sucessor, o Cel. Pereirinha, foi assim recebido pela imprensa: “encheu a cidade de contentamento... o que se espera... problemas que precisam ser solucionados para que Três Lagoas retorne ao ritmo natural do seu progresso e desenvolvimento... a limpeza da cidade, o embelezamento do Jardim, o muramento do cemitério, a repressão ao gado que vagabundeia por aí...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de abr. de 1928, p. 1)

Outra necessidade se impunha: separar a cidade dos vivos daquela dos mortos. O cemitério mereceu muitas colunas no jornal, movimentou a opinião pública, a ação privada e a administração pública. A questão da morada dos mortos era um problema antigo, como era a preocupação com a fachada de progresso. No início da década de 1930, quando da gestão do português e comerciante Antônio de Souza Queiroz, esses problemas já estavam sendo encaminhados:

O bairro de Santa Luzia em foco... incorporado à zona urbana, valorizando assim, consideravelmente as nossas propriedades... era inconcebível que permanêssemos na classe de zona suburbana – designação que por si só é a negação do próprio progresso. Para que o bairro Santa Luzia possa ainda valorizar-se mais sabemos que está projetada pelo Cel. Souza Queiroz o fechamento com muro do nosso cemitério, e que maior elegância emprestará a este trecho. (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de set. de 1933, p. 1)

Na concepção de *ordem urbana* o cemitério deveria ser murado para valorizar as propriedades localizadas no bairro Santa Luzia; enquanto esteve em zona suburbana, isto não desarmonizava a paisagem. Antes, a preocupação era de murar o “campo santo em puro respeito aos mortos: um velho descaso administrativo que nos diminui e nos degrada. Cidades menos desenvolvidas que Três Lagoas têm os seus cemitérios fechados, mostrando nesse particular os dirigentes o seu respeito

pelos mortos. Como este cemitério já constitui um motivo de vergonha para nós” (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de jan. de 1932, p. 1). A noção de assepsia mantinha-se, entretanto, com um novo componente: os interesses imobiliários, que permaneciam nos bastidores. Há no mercado, sempre, uma racionalidade que oculta o jogo do lucro e expõe apenas uma imagem: a mercadoria é um fetiche (MARX, 1983).⁵⁸

Os terrenos no bairro Santa Luzia foram se valorizando. A cidade dos vivos estendia-se e crescia a necessidade de separá-la da cidade dos mortos: “...o estado primitivo em que ainda se encontra o nosso cemitério... que seja circundado de paredes... fechar com muros... crescendo dia-a-dia o bairro Santa Luzia... o local em preço não pode continuar assim. É uma aberração, porque contrasta singularmente com o embelezamento e a modernização daquela zona ferroviária”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 24 de out. de 1937, p. 3)

Foi somente no final de 1938, na gestão do Cel. Pereirinha que o cemitério local ficou remodelado, “com a sua capela nova, todo murado, dando a quem visita aquele campo santo, uma impressão de que pisa terra civilizada e cristã, pelo carinho dispensado aos que já não pertencem mais a este mundo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 8 de jan. de 1939, p. 3) Este carinho, afinal, foi dispensado por exigência do embelezamento do bairro.⁵⁹

A representação, de uma cidade carece de símbolos para sua individualidade. Um símbolo une-se ao objeto representado por um pacto de associação de ideias. No caso de Três Lagoas, um acidente geográfico que atribuiu o topônimo à comunidade servia de marca para sua individualidade. Entretanto, do trio de lagoas a maior suplantou as outras duas, constituindo-se em referencial a Lagoa Maior⁶⁰. Esta e aquelas fo-

⁵⁸ Capítulo I: A Mercadoria.

⁵⁹ Ver a questão dos loteamentos e valorização dos terrenos no capítulo 5.

⁶⁰ Foto 6.

ram cantadas em prosa e verso, fotografadas em preto e branco. Especialmente a Lagoa Maior foi cantada e pranteada. E, como não chorá-la, se era o símbolo maior da comunidade?

Era assim a impressão registrada das alturas de um avião Stinson, tipo esporte: “A Lagoa Maior é um mágico espelho, grande e circular. E quando voamos sobre ela, um vento leve, encrespando-lhe a verde azulada superfície, eriçava-a de escamas luminosas, cintilantes ao sol da tarde que morria” (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de out. de 1940, p. 3). Era nessa mesma lagoa o ponto alto da procissão de São João Batista que na noite de 23 de junho dirigia-se para lá, para o “banho”, o batismo do Santo. Frequentemente, suas margens transformavam-se em pista de carreira de cavalos: “Vinha gente de São Paulo, de Garcias, de Água Clara. Dois, três e até quatro vezes por mês para as corridas” (SOUZA, Januário, 1985, entrevista). Suas margens foram pasto, esconderijo, lugar de morte e vida, balneário e cinzas.⁶¹

A ideia de progresso e civilização transformou a Lagoa em “espaço para gente ordeira e civilizada”, e no reordenamento desse espaço, a Lagoa foi ajustada ao “seu fim natural – um balneário” (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de abr. de 1939, p. 1), construído pelo Cel. Pereirinha. Competições aquáticas, bar, vestiário, trampolim restaurante, “um local público de grande relevância”. Um balneário para um grupo eleito: “tão apreciado pela gente limpa e decente da cidade” (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de jan. de 1944, p. 1). Mas, assim não pode se manter, porque houve (des)ordens na ordem, e “o Cel. Pereirinha terminou com o balneário porque havia fuzarca em determinadas horas. Amanheciam bebendo”.⁶² Desativado o balneário, “ainda assim não se pensava na sua demolição. Mãos malvadas, no entanto, no silêncio da noite, atearam-lhe fogo. Era o começo da pilhagem. Toda aquela armação de boa

⁶¹ ACTL. D. 4756/1939. fl. 29, ACTL. D. 4932/1927. fl. 18, ACTL. D. 4883/1927. fl. 24.

⁶² Ver capítulo 8 sobre o calendário das festas.

madeira, ia sendo roubada...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de dez. de 1944, p. 1) e resta, hoje, nas fotos, apenas imagens silenciosas.⁶³

No início dos anos 1940 a Lagoa Maior anunciava, pelo seu esgotamento, a debilidade de sua saúde. E num patriotismo agônico era pranteada: “De ano a ano, as águas daquela deslumbrante lagoa vão secando... conservando a nossa lagoa, i. é, não se retirando, diariamente, os mais de 800.000 litros de água... não podemos ficar privados de seu maior adorno – a lagoa... além de um dever patriótico, um sentimento artístico que se revela em todo o povo civilizado” (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de abr. de 1941, p. 1). A ideia de povo civilizado repetia-se, agora, acompanhada de patriotismo, e nesse tom lamentada.

Como a lagoa, distante do núcleo central da cidade – e como a gare ferroviária, lugar de passagem –, havia a ponte sobre o Rio Paraná, simbolizando a ligação com o Brasil próspero:⁶⁴ “A ponte Francisco de Sá sobre o caudaloso rio que nos separa de São Paulo, avistado do céu não aparenta a sua gigantesca estrutura de aço, fazendo antes lembrar uma frágil ligação das duas margens”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de out. de 1940, p. 3)

Inaugurada em 12 de outubro de 1925 a ponte só foi concluída em 1927, significando a conexão direta São Paulo-Mato Grosso. Antes disso a travessia no rio Paraná fazia-se pelos rebocadores. “A baldeação da composição dos passageiros era feita porque os trilhos não tinham continuação. Durava, em média, 40 a 50 minutos de rio acima”. Os passageiros permaneciam em trânsito, pernoitando nos hotéis de Três Lagoas. “Havia o ‘trem da travessia’ que era dos marinheiros, dos chefes e demais passageiros. O trenzinho da travessia saía da estação todos os dias às 5:30 da manhã, chegando em Jupiá, pelas 7 da manhã. Aí era feita a travessia dos passageiros apenas”. Os vagões da composição Maria-Fumaça nunca ultrapassavam os limites interestaduais. (SOUZA, Januário, 1985, entrevista)

⁶³ Foto 6.

⁶⁴ Foto 7.

Assim, com padrões de normalidade/sanidade e a ideia de progresso como horizonte, iam sendo criados os espaços de circulação, de troca de mercadorias, de ideias e de prazer. Espaços privilegiados para demonstração de prestígio, de poder e de “status”. E assim, também foram aparecendo lugares com interditos para mulheres, para pobres e para “desgraçados”. Implicando, por efeito, em códigos, expressos em legislação específica, de comportamentos e atitudes, reforçando a ideia de universos diferenciados.

1 - Ruas. Três Lagoas, 1938



1- Foto Fares Zaguir. Coleção Fariza Zaguir. Avenida Central, quadra em frente à praça da Estação, espaço para feira-livre.

2 - Casas Comerciais. Três Lagoas, década de 1940.



Foto Fares Zaguir. Coleção Fariza Zaguir.

3 - Coreto. Três Lagoas, 1927.



Foto Antero Coimbra. Coleção Maria José Coimbra Vasconcelos.

4 - Praça da Estação. Três Lagoas, década de 1930.



Foto Fares Zaguir.

5 - Homenagem a uma autoridade. Três Lagoas, 1945.



Foto Antero Coimbra.

6 - Balneário na Lagoa Maior. Três Lagoas, 1939.



Foto Antero Coimbra. Coleção Maria José Coimbra Vasconcelos.

**7 - Ponte ferroviária Francisco de Sá, sobre o rio Paraná.
Três Lagoas, década de 1940.**



Foto Antero Coimbra. Coleção Maria José Coimbra Vasconcelos.

CAPÍTULO 4

“...QUEM É, É; QUEM NÃO É, NÃO É.”

O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição.

Philippe Ariès

1- Perfil demográfico

Na compreensão da gênese de seu povoamento, descobrimos não só os que chegavam a Três Lagoas, também os que eram desejados e aqueles cujas presenças tornaram-se inevitáveis. O começo de tudo foi a conquista do espaço para a expansão do gado. Não interessava, e até incomodava, aos ordenadores, os afluxos maiores de gente; o suficiente para livrarem-se dos índios e fixarem-se os sertanistas.

Os pioneiros – aqueles que no século passado se apossaram da terra – em sua maioria, vieram do Triângulo Mineiro e alguns de Goiás. Depois deles chegaram os paulistas. Estava se iniciando o século XX. Os pioneiros, orientados para o campo, vieram no lombo dos cavalos e em pequenas canoas. Pelos trilhos, puxados pela Maria-Fumaça, chegaram os fundadores do burgo. Atrás deles, outros chegaram; prosseguia a descida do Triângulo Mineiro, como continuava pelos paulistas a travessia do Rio Paraná. Todavia, desde os primórdios da estrada de ferro, não cessavam de chegar ao Centro-Oeste, nordestinos e nortistas, processo em que se incluíam os sulistas. Do outro lado do Atlântico procediam também os “estrangeiros” que aqui também che-

gavam⁶⁵. Formou-se Três Lagoas desses fluxos heterogêneos: o dono, para as terras, os senhores do comércio, os detentores do saber, os vendedores de trabalho. Todos se encontravam, sem ter marcado encontro, com vagabundos, farristas, boêmios, prostitutas, *aves de arribação*, mercadores e compradores de ilusões.

Terra havia em abundância, nos então 32.759 km² de Três Lagoas. O problema, na visão dos ordenadores, era o povoamento; não efetivamente dos vocacionados para proprietários, mas aos destinados como mão-de-obra. Em 1920, a *Gazeta do Comércio* transbordou euforia com um convênio sobre emigração entre o Brasil e a Itália: “Vastos e ubérrimos tratos de terra dadivosa, que só esperam a colaboração do trabalho para produzir incessantemente”. Essa colaboração só encontraria êxito com “o braço estrangeiro sem o qual resultará improfícua qualquer tentativa” (GAZETA DO COMÉRCIO, 17 de out. de 1920, p. 1). No ano seguinte, entretanto, lamentava que “as tais terras designadas para logradouro de imigrantes não têm passado duma história para carochinhas”. E, num alerta completava a nota: “não tardará que ninguém mais queira dedicar-se à agricultura, deixando assim que os latifundistas encham a pança sem nada produzirem de bom, útil e profícuo” (GAZETA DO COMÉRCIO, abril de 1921, p. 1).

⁶⁵ Todas as conclusões aqui apresentadas resultaram da construção das seguintes tabelas: IX – Distribuição por profissão das pessoas que apareceram em 244 processos-crimes, 1915-45; XII – Distribuição por idade das pessoas que compareceram em 244 processos-crimes, 1915-45; XIII – Distribuição por idade das pessoas que compareceram em 244 processos-crimes, 1915-45; XIV – Distribuição das pessoas que compareceram em 244 processos, por local de procedência, 1915-45; XV – Dinâmica populacional, Três Lagoas, 1915-45. Os dados foram retirados especificamente dos processos-crimes relacionados ao período de 1915-45. Outros dados, complementares, coletamos no *Álbum Graphico de Mato Grosso* (AYALA, SIMON, 1914), em Região Centro Oeste, IBGE (1958) e na correspondência oficial do Arquivo da Prefeitura Municipal. Cabe observar que, se em relação aos homens poucas mulheres foram computadas, pela sua mínima participação na vida dos delitos, isso não modificou muito os resultados. A quase totalidade delas não tinha outra ocupação além das lides domésticas, em pouco alterando as interpretações sobre profissões.

Em toda a década de 1920 a discussão foi esta: a necessidade de mão-de-obra para a lavoura e a inoperância de uma política de assentamento de imigrantes. De fato, nesse período observamos um número reduzido de estrangeiros. Em sua maioria eram portugueses que se dedicavam ao comércio, seguidos pelos espanhóis e os sírio-libaneses, também voltados para a atividade de mercado. Italianos e alemães, numericamente pouco significativos, representavam a mão de obra qualificada; dentre os quais alguns mecânicos, carpinteiros e alfaiates.⁶⁶ Em todos estes grupos, encontramos pessoas trabalhando em funções públicas, como ferroviários e militares da Força Pública⁶⁷. Frustraram-se, deste modo, os sonhos dos que clamavam por braços para a lavoura. Encontramos no cultivo da terra, apenas um grupo pequeno de japoneses.

Numericamente não foi expressiva a participação de estrangeiros, mas, sim, qualitativamente. Portugueses, espanhóis e italianos tiveram representantes que participavam ativamente como ordenadores da comunidade.

Na realidade, Três Lagoas, orientando-se para a pecuária extensiva, exigia um mínimo de mão de obra, e deixava cada vez menos terra para a lavoura.

Na década de 1920, já haviam falhado os planos de alguns ordenadores, que desejavam estrangeiros para servirem a agricultura; poucos atenderam ao chamado e os que vieram não saíram da cidade. Na década seguinte, a política getulista inviabilizou, totalmente a realização daquele sonho. Em 1932, para desenvolver a cultura do algodão, era cogitado “contratar os nordestinos flagelados pela seca” como iniciativa do governo federal (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de jun. de 1932, p.1). Assim, em 1934, estimulava-se a colônia de baianos para a zona do Porto

⁶⁶ Conf. Processos-crimes de 1915 a 1945, num total de 244 peças consultadas. Ver também, tabelas IX e XIV (anexos).

⁶⁷ Consultar tabela XIV (anexos).

Independência (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de jun. de 1934, p. 1). De fato, foi de baianos o primeiro fluxo em importância de mão de obra expressivos desde o início do aglomerado urbano. Em seu conjunto, foram, ainda, os nordestinos que mais contribuíram para a composição do quadro social, só ultrapassados pelos naturais de Mato Grosso.⁶⁸

Até 1927, quando foi concluída a ponte sobre o rio Paraná, o fluxo de migrantes nacionais e estrangeiros mostrava-se num crescendo, para logo diminuir sensivelmente, com exceção apenas dos baianos que continuavam aumentando sua colônia. Da América Latina apenas o Paraguai, pela proximidade com a fronteira de Mato Grosso, revelou-se significativo em número de migrantes. Em sua maioria tornavam-se trabalhadores rurais.⁶⁹

Se os sonhos dos ordenadores foram frustrados, primeiro pela fraca receptividade dos imigrantes e depois pela política nacionalista, não menos frustrados teriam ficado alguns brasileiros, especialmente, os nordestinos, pela concorrência desvantajosa com os poucos estrangeiros.

Revelador de estreita convivência das atividades rurais com as urbanas, foi a mescla das profissões: sitiantes, lenheiros, peões, chapeleiros, tintureiros, padeiros encontravam-se em variadas circunstâncias e lugares.⁷⁰

Ao longo das três décadas analisadas, o número de alfabetizados superou o de analfabetos, oferecendo-nos contrapontos curiosos como o desconhecimento das primeiras letras por oficiais militares da Força Pública e lavradores categorizados como “alfabetizados”. É evidente que mal saberiam ler e assinar o nome⁷¹.

⁶⁸ Consultar tabela XIV (anexos).

⁶⁹ Ver tabela XIV (anexos).

⁷⁰ Ver tabela IX (anexos).

⁷¹ Ver tabela XIII (anexos).

A comunidade era até início dos anos 1930, predominantemente formada por homens solteiros,⁷² alfabetizados, entre 21 e 35 anos⁷³. O povoado, em seus primórdios, contava com 1.000 habitantes, tudo girando em torno da viação-férrea, da pecuária e do comércio entre São Paulo-Rio e o sertão (AYALA, SIMON, 1914, p. 42). Com as obras da Noroeste, especialmente a construção da ponte sobre o rio Paraná, a população foi aumentando, com uma estimativa de 9.000, em 1920, para a rede urbana. Ao término da ponte Francisco de Sá (1927) a população decresceu, porque Três Lagoas perdeu “sua função de pousada para as composições de passageiros da N.O.B.” (MERCANTE, 1982, p. 35). Constituía-se, na verdade, uma população flutuante.

Em 1930, contava a zona urbana, cerca de 4.000 habitantes.⁷⁴ Número que, nos próximos dez anos, alcançaria a linha dos 6.000. A zona dos distritos não conseguia, então, a marca dos 10.000 habitantes.⁷⁵ Pelo censo de 1940, Três Lagoas ocupava o 9º lugar no Estado de Mato Grosso, com 15.357 habitantes. Cabe salientar que toda a região Centro-Oeste possuía uma baixa densidade demográfica. Referindo-se especialmente a Três Lagoas, Mercedes Mercante dia que o “crescimento populacional era lento com base no crescimento vegetativo na chegada de poucos imigrantes”. (MERCANTE, 1982, p. 38)

⁷² Quanto ao estado civil, observamos que houve uma certa compensação entre as condições de solteiro e casado. Enquanto o decênio de 1921-32 mostrou-se com um percentual elevado de solteiros, a situação inverteu-se nos últimos períodos, elevando-se o número de casados.

⁷³ Quanto à idade, constatamos que nos três decênios o maior percentual recaiu nas pessoas com idade na faixa de 21 a 35 anos, significativamente a fase da vida de produtividade máxima. Observamos, também, após o final da década de 1930, o crescimento do percentual de pessoas com mais de 50 anos que, supomos, seriam aqueles jovens chegados no primeiro período.

⁷⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de Três Lagoas - APMTL. Livro de Registros de Ofícios e Telegramas, 1930-32. p. 89.

⁷⁵ Ver tabela XV “Dinâmica populacional” (anexos)

Na década de 20, o grande contingente era urbano. O que deveria aparecer como índice de desenvolvimento, essa tendência de concentração urbana em detrimento da rural, aqui expressava um desequilíbrio. Isto revelava que o movimento campo-cidade decorria “do baixíssimo rendimento das atividades primárias” (IBGE, 1958, p. 120).

Entretanto, em 1940 o processo inverteu-se⁷⁶. Este fenômeno não é comumente verificado em outras regiões brasileiras e a explicação não se deve a um único fator. O decréscimo da população urbana decorreu do término da ponte sobre o rio Paraná em 1927 que resultou na dispensa dos trabalhadores e pela perda da função-dormitório que tinha a cidade até 1930, enquanto por outro lado aumentava a população rural como resultante da política de incentivo de imigração nordestina. É óbvio que essa política encontrou ressonância porque faltavam, no Nordeste, as condições de permanência.

No Estado Novo, a fim de evitar o congestionamento dos grandes centros urbanos, utilizou-se a política de substituição da imigração estrangeira pela nacional, deslocando os “excedentes” do Nordeste para o Centro-Oeste. Traduzimos, aqui, como a permanência da pobreza. A massa de desempregados provenientes do campo e que se concentrava nas maiores cidades, pulverizou-se nas pequenas cidades. No dizer de Bertha Becker (1968, p. 101): “migrações de miséria”. Essas levas de retirantes ampliaram o quadro da pobreza laboriosa em Três Lagoas.

Em Três Lagoas, as terras valorizavam-se pela estrada de ferro, que incrementava o mercado interno do gado. A política estadonovista fez do Centro-Oeste um polo de atração. Os vocacionados a fazendeiros, poucos, tiveram o seu quinhão. O resto, a maioria, comprovou que a “Marcha para o Oeste”, aqui assumia a sua verdadeira face: “A marcha da pobreza”.

⁷⁶ Ver tabela XV “Dinâmica Populacional” (anexos)

Apanhamos a composição demográfica de Três Lagoas em seu nascedouro e, por três décadas, vimos um microuniverso em *perpetuum mobile*. Não eram muitos, nem nunca formaram grandes levadas, mas como carreiro de formigas não cessaram ao longo desses trinta anos. Homens e mulheres carregaram crenças, valores, costumes, ideias, fracassos e esperanças. Encontraram-se todos nesta encruzilhada.

Cruzamento de tropas; caminho de mercadorias para o sertão; passagem da mata tropical para os cerrados; linha da divisão política do Sudeste (antiga Sul) para o Centro-Oeste – uma hinterlândia, encostada ao Rio Paraná, voltada com a frente para o Sudeste e uma sombra que se alongava para os confins do sertão brasileiro. Passadouro da cultura urbana para a sertaneja, Três Lagoas foi o ponto de contato, fatal, entre o *mundo civilizado* e o sertão: a *sala de visitas de Mato Grosso*.

Neste movimento demográfico, comandado em grande parte pela estrutura socioeconômica brasileira, encontramos um espaço/tempo privilegiado para entrever como se deu o contato entre o urbano e o rural. Mais que isso: desvendar como se fez o ordenamento dos espaços físicos, social e cultural; como foram divididas as terras, as pessoas, os privilégios e os fardos.

2- “A brutalidade do destino só é comparável à do raio...”*

Os Ordenadores

A cidade já conta com dois clubes de objetivos mundanos... para o espírito de sociabilidade... Agora cumpre aos intelectuais que se movimentem...

Gazeta do Comércio. Três Lagoas, 12 de março de 1939.

Eram eles que detinham o poder, a riqueza, o saber. Fazedores da lei, da ordem e da divisão social. Zeladores da moral. Havia, é verdade, uma hierarquia, contudo, por vezes, com alternância de pessoas nos pos-

* Retirado da proposição de defesa, *In*. Processo-crime, ACTL. D. 4943/1927.

tos devido às ferrenhas lutas políticas e de famílias. De qualquer forma não se desvinculavam desta categoria.

Aqui, encontramos as famílias tradicionais: os Queiroz, os Garcias, os da Costa, os Lopes, os Francos, os Souzas, verdadeiros clãs. Desde os primeiros tempos donos da terra. Reproduziam o molde clássico, copioso na historiografia e análise sociológica, do mandão e do coronel. Daqui provinham intendentess, juizes, médicos, farmacêuticos, vereadores, delegados. Muitas vezes, em rodízios nestas funções, em algumas circunstâncias, acumulando cargos e réditos.

Aqui, deparamos com os donos do comércio: Mendes, portugueses; Nestor Rodrigues e os Santa Maria, espanhóis; Carratos, italianos. Descendentes dos pioneiros, também se dirigiam para o comércio, assim fez Antonio Souza Queiroz, com uma casa importadora e exportadora. Os homens do comércio foram os primeiros edificadores: João Carrato, com o primeiro hotel, “dos Viajantes”; Caldeira Queiroz e Fenellon com o “Grande Armazém”; João Ramos da Silva, padaria; Bernardino Mendes e Cia, armazém. (IBGE, 1958, p. 310)

Muitos tornaram-se comerciantes prósperos vendendo carnes e outros gêneros alimentícios, ao lado de utensílios, calçados, roupas e ferramentas. Os Jorge e os Rachid, em 1926, já anunciavam na *Gazeta do Comércio*, fazendas, armarinhos, chapéus, calçados, roupas feitas, ferragens, sal grosso, cereais e bebidas nacionais e estrangeiras. Na década de 1920 Três Lagoas chegou a dispor de 7 hotéis; os melhores ofereciam garagem para automóveis e pastos para os animais, ilustrativo do caráter rururbano da nascente *urbs*.

Alguns enriqueceram vendendo produtos do sertão. Escritórios na Praça da Sé, em São Paulo, recebiam ofertas de couros, crinas, ossos, chifres, unhas, graxas, charque, penas de garça, etc.⁷⁷

⁷⁷ Propagandas Comerciais ao longo da década de 1920 no *Gazeta do Comércio*.

Várias casas de comércio mantinham, por meio do nome, o vínculo da origem de seu proprietário. Assim pontilharam em ruas e avenidas: a casa Portuguesa, a casa Espanhola, a casa Síria, a casa Italiana, o Hotel Luzitano, a padaria Flor Mineira e a Barbearia Triângulo Mineiro. Espelhando, ao mesmo tempo, a diversidade étnico-cultural do movimento demográfico que caracterizou a cidade nos primórdios de sua urbanização.

Farmácias, bares, hotéis, armazéns eram as atividades que mais devolviam lucro ao investimento. Havia também, a possibilidade de um serviço de depósito de mercadorias em consignação, neste caso, o investimento era mínimo; bastava dispor de um local para depósito.

O comércio, em algumas circunstâncias, não necessitava de estabelecimento, assim foram as atividades de mascate e negociante de gado. A maioria destes, no início da década de 1930 já havia mudado de situação; de ambulantes passaram a estabelecidos: o mascate com a loja e o vendedor de tropa com uma fazenda. Foram estes os casos de Cacildo Arantes e do Coronel Álvaro Feijó, entre outros. Muitos comerciantes tornavam-se, em pouco tempo, fazendeiros e permaneciam nas duas situações. Assim foram os Mendes.

Médicos, advogados, engenheiros, em sua maioria tornaram-se abastados fazendeiros, desfrutando, de prestígio, por estarem na (o)posição política, ou pelo notório saber. Era costume o pagamento de serviços médicos e jurídicos em gado ou terreno (SIQUEIRA, 1987, entrevista). Em certa medida, compulsoriamente transformavam-se em fazendeiros. Mesmo sem essa transmutação, já faziam parte do grupo dos ordenadores.

Outras ocupações *pré-destinadas* para tornar seus ocupantes ordenadores eram as de tabelião, agente do correio, agente da estação, coletor, escrivão, guarda-livros, agrimensor, professor; todos cargos de imposição política. Todos com seus ocupantes requisitados nos predestinados a ordenadores, se já não o eram em outra função.

Era natural que o jornalista fizesse parte dessa camada social, visto que o jornal era um instrumento eficaz para a normatização da comunidade. Exemplificava, doutrinava, premiava, punia, protestava. Em suma, tornava público o que devia ser ou deixar de ser. Ferroviários e militares eram profissões que mantinham hierarquia. De seus quadros participavam do grupo dos ordenadores apenas os do escalão mais alto, os que ocupavam funções de chefia ou comando.

Na nominata de jurados e, até 1932, para candidatos a eleitores, encontramos somente os que desfrutavam a condição de ordenadores. Recrutava-se dessa camada social não só os que julgavam quem era culpado ou inocente, ou decidiam quem governaria o município, também daqui era retirado quem poderia ser perito. Numa seleção mais especializada, e decorrendo de legislação do século anterior, sabemos que:

Havendo no lugar médicos, cirurgiões, boticários e outros quaisquer profissionais e mestres de ofícios, que pertençam a algum estabelecimento público, ou por qualquer motivo, tenham vencimento da Fazenda Nacional, serão chamados para fazer o corpo de delito, primeiro que outros quaisquer, salvo o caso de urgência, em que não possam concorrer prontamente⁷⁸.

Na maioria das vezes, médicos e farmacêuticos eram designados para procederem ao auto de corpo de delito. Isso, entretanto, não impediu que em alguns processos-crimes, administrador de fazenda e agente de estação ferroviária servissem de peritos com a justificativa de “serem, pessoas idôneas e entendidas”⁷⁹.

Cabe lembrar as expressões *homens de bem, homens bons, puros de sangue, fidalgos*, em todos os casos, uma distinção típica para caracteri-

⁷⁸ Art. 259 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842.

⁷⁹ ACTL. D. 46187/1922. fl. 3.

zar os *privilegiados*, atribuindo-lhes valores positivos. Eram honestos, dignos de confiança. De certa forma trata-se de uma ordem que se perpetua e se mantém, criando uma linhagem de predestinados; sistema que se liga a um passado colonial, tradição vinda de Portugal, com origens que se perdem, alhures.

Os padres, mantendo a tradição em seu papel moralizador, por direito e de fato, pontificavam como ordenadores. Alguns tinham o seu papel determinado por múltiplas funções tal eram os casos dos presidentes dos clubes sociais. Manoel Pedro de Campos, além de tabelião por 19 anos, foi presidente do Clube Concórdia, e Alfredo Schmitd presidente da Associação Comercial e do Grêmio Treslagoense. Muito da comunidade foi por eles ordenada. O professor Magiano Pinto como cronista na *Gazeta do Comércio*, conhecido por seu estilo marcadamente moralista espraiaava sua influência na comunidade além da Escola 2 de Julho.

Os ordenadores distinguiam-se das outras categorias por seu padrão de vida, seus valores, seus privilégios e isenções. Cabia-lhes um papel na comunidade: criar uma ordem e preservá-la. A primeira tarefa estava reservada aos feitores da lei, aos que exerciam o poder político, aqueles que aplicavam a justiça e os que pregavam a mora. Todos os que não eram artífices da ordem, eram seus guardiões, pelo seu modo de viver e pela preservação de seus valores; serviam eles de efeito demonstrativo.

Na perspectiva dos ordenadores eles se olhavam como membros da *parte sã da sociedade, a seleta*; mesmo que, por vezes, viessem a público alguns de seus deslizes, não eram expurgados desta zona de *sanidade*. Se, por acaso, eles caíssem nas malhas da justiça, seu processo-crime tinha um desfecho em que algum promotor da lei quase lhes pedia desculpas, por tê-los encontrado indiciados. Dos poucos processos-crimes contra pessoas desta categoria, todos, sem exceção, foram arquivados ou, ao seu início, impronunciado pelo promotor público, ou quando não, anulados. As rivalidades políticas ou pessoais parecem ter sido as

circunstâncias de chegarem estas pessoas ao indiciamento. Nenhuma, no entanto, teve seu nome no rol dos culpados.⁸⁰

Outra característica peculiar a este grupo era o destaque positivo que lhes era dado. Sua riqueza, seu poder, seu saber e seu estilo de vida precisavam ser alardeados. Aniversários, mortes, casamentos, viagem, comparecimento em qualquer ato público merecia também presença nas colunas dos jornais. Seus atos *beneméritos*, suas atitudes *corajosas* ou criativas eram sempre enaltecidas. O acompanhamento de adjetivos qualificados bem dizia da posição do personagem. Assim, encontramos um desfile de homens *eméritos* e mulheres *ornamentos* da sociedade local.

Na vida, como na morte, noticiados pelo destaque. Registros típicos: “Aniversário da virtuosa esposa do Capitão Faria Lemos, digno comandante da 4ª Cia, do 2º Batalhão de Fronteira” (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de ago. de 1937, p.2); “... o enterro teve numeroso acompanhamento, sendo depositado sobre o féretro muitas coroas e ramos de flores” (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de fev. de 1930, p.3).

Aos mais influentes, além do adjetivo encomiástico, era-lhes conferido espaço na galeria ilustrada da comunidade. Como em outras ocasiões a Gazeta do Comércio, em 1922, apresentou um painel fotográfico, registrando em imagem o prestígio de cada notável. Entre outros lá estavam: o deputado Rosário Congro, “figura de prestígio na Assembleia Legislativa do Estado, orador fluente e elegante, jornalista vigoroso”; o major Theodomiro Magalhães, coletor estadual que “destaca-se no meio social por sua inteireza moral, rigidez de caráter e zelo absoluto no desempenho do cargo”; o advogado Felipe Nery Monteiro, “tabelião de notas do 1º ofício, cargo que vem exercendo com critério ponderação e zelo”; Alberto Gama, escrivão da Coletoria Estadual, “notáveis faculdades de trabalho” e “com educação esmeradíssima”. E numa tomada de conjunto, a fotografia de um

⁸⁰ Isto é demonstrado no cap. 6 “Processos: o filtro da (in) justiça”.

grupo da Intendência Municipal com a legenda: “o seu distinto corpo de funcionários”. O agente do correio, Joaquim Martins mereceu destaque para seu procedimento correto e exemplar. (GAZETA DO COMÉRCIO, 8 de out. de 1922, p. 4. Grifo nosso)

O elenco destes adjetivos sublinhados é um bom indicador para traçar o perfil do homem público, no mínimo idealizado. Um homem que pela sua educação aprimorada e pela integridade de seu comportamento servia como exemplo de trabalho e caráter. Um impoluto, mas notável. Contudo outros perfis poderiam ser traçados. Em 1926 (GAZETA DO COMÉRCIO), na coluna “Notas de viajantes” noticiando a passagem dos fazendeiros e boiadeiros “pelo burgo” achamos este registro: “vimos por aqui, nos últimos dias o Cel. Viriato Correia e o capitão Protázio Garcia, fortes fazendeiros, criadores e influentes políticos no município”. Foram destaque também um “competente auxiliar de comércio” e um “conceituado boiadeiro e capitalista”. Aqui o perfil não revela educação e caráter, mas sim, força e influência pelo poder do capital.

Cultura e riqueza, os mais altos valores símbolos de *status* para ordenadores eram os critérios para avalia-los e conferir-lhes conceitos. Critérios alternativos, já evidenciados. Deste modo, sempre se diferenciavam das “pessoas comuns”, pelo saber ou pelo capital, produzindo um discurso específico, rebuscado por um preciosismo no vocabulário, por um esmero no fraseado, por uma pujança de adjetivos qualificativos. Um clima de retórica que não invalidava a imagem construída; ao contrário: a reafirmava, criando mitos...

A riqueza desta comunidade apoiava-se na propriedade hereditária. A herança era da terra, dos semoventes, dos móveis e utensílios, do sobrenome, dos privilégios, da rede de relações sociais. Eram pessoas que tinham raízes. A educação refinada era substituível a fortuna, etiquetando as pessoas com *berço*. Em todos os casos, o nome de família, o sobrenome, denotava o lugar que ocupavam na comunidade: ordenadores.

Assim, enquanto a cidade crescia, produzia-se o distanciamento físico e social entre os ordenadores e a pobreza laboriosa. Aumentou ao ponto de que permitiu uma representação da comunidade dividida em *seleta* e os outros.

A Pobreza Laboriosa

Com fragmentos dos discursos e imagens, testemunhos da memória de uma comunidade, delineamos o *retrato* de Três Lagoas: uma sociedade de contrastes, onde os menos predestinados ofereciam elementos para os ordenadores representarem o seu papel.

A maioria eram os fadados à pobreza. Define-a Michel Mollat (1989, p. 158), pela etimologia do termo, “de trabalho e de esforço insuficiente para garantir a subsistência, a independência e a felicidade”. Eram pobres que trabalhavam, tinham um “ofício” e, diz Mollat (1989, p. 158), “possuíam, às vezes, uns poucos bens, mas a fragilidade de seus recursos, e sua dependência em relação a um empregador, colocavam-nos à mercê do menor acidente pessoal ou conjuntural, que os fazia transpor o limiar da indigência”.⁸¹

Em Três Lagoas encontramos categorias de trabalhadores totalmente independentes de qualquer dominação pessoal. Todavia, eram dependentes, como todos os demais pobres, de condicionantes estru-

⁸¹ Ver também Fanco (1976) capítulo II “A Dominação Pessoal”. Maria Silvia de Carvalho Franco analisou o universo da pobreza, no século XIX, no Brasil. Sua análise se debruça sobre “a forma marginal de inserção destes grupos à estrutura da sociedade”. Mostrou-nos que o canal de ascensão era o comércio. Deste modo, apenas o tropeiro e o vendeiro, com vínculos transitórios ou mais frouxos de dependência pessoal ao fazendeiro, tinham abertura para sua integração na sociedade. Em parte estas reflexões de Michel Mollat e de Maria Silvia Carvalho Franco permanecem válidas para nossa análise. Existem, no entanto, aspectos que percebemos diferentes, o que é natural. Os tempos e a comunidade analisados são outros. A dependência em relação a um empregador (Mollat) ou o princípio da dominação pessoal (Carvalho Franco), tendo como eixo a estrutura socioeconômica e política explicaram os limites da pobreza.

turais e funcionais que proporcionaram a divisão de uma pequena camada de proprietários (terra, gado, comércio) e outra camada, muito maior, de pessoas sem terra, sem trabalho definitivo, ou sem atividade. Definitivamente, marcada para ser pobre. (MEIHY, 1983)

A pobreza laboriosa rural⁸²

Camarada, peão, boiadeiro, careiro, empreiteiro, capataz, lavrador, jornaleiro, todos eram mão de obra rural, e pobres. Uns mais, outros menos, tendo alguns bens, ou nada tendo; todos trabalhadores e pobres, condizentes com a categoria pobreza laboriosa.

Encontramos lavradores residindo nas fazendas, em sítios, chácaras, povoados, patrimônios e vilas. Nestas vilas e povoados surgidos ao longo da via-férrea, eles vizinhavam com ferroviários, comerciantes ambulantes, escrivão de paz, subdelegado e demais moradores. Todavia, no mais entranhado sertão, ou isolados em acampamentos de lenhadores, no interior de grandes fazendas, também estavam eles, trabalhadores pobres.⁸³

Não havia nenhuma garantia em seus empregos, tanto quanto lhes faltava a segurança da própria vida. As relações de trabalho eram variadas e frouxas, e nas relações de convívio, a violência assomava sem mais nem menos. Assim, de pronto, podiam perder o emprego ou a vida. A incerteza, ou a certeza de sua condição movediça marcava o seu viver. A expressão “esta é a minha/era a sua sina”, diz bem deste assentimento.

⁸² Sob este título Pobreza Laboriosa rural cuidaremos somente da composição desta fatia da comunidade. Usamos o conceito de urbano e rural pensando nos limites propostos por Três Lagoas. Logicamente, abstraindo a ideia de cidade x campo, dos padrões europeus ou norte-americanos.

⁸³ Apenas por conveniência separamos a pobreza em rural e urbano. A rigor, a distância fazia-se mais pelo espaço físico. Vimos como muitos trabalhadores urbanos eram provenientes da zona rural, especialmente do nordeste. Já situamos, no início do livro, que percebemos Três Lagoas como uma comunidade rururbana, expressão cunhada por José Carlos Sebe, portanto deveríamos falar em pobreza rururbana.

Eram diversas, pois, as formas em que se davam as relações entre trabalhador e patrão. Luís Catarinense é um protótipo deste variado labutar: “quando viu que terminaria o emprego, dirigiu-se a Andradina à procura de emprego”. Testemunhou alguém no processo-crime contra Ludovico: “é lavrador, trabalha não só por dia, como também pega empreitada de cerca de arame, roçados, derrubadas”. Como Luís Catarinense e Ludovico era a vida de Antonio Vieira que fazia “serviços de serração de madeira, de quebra de milho, de moagem de cana”, tanto no município de Três Lagoas como nas variantes da Noroeste, no Estado de São Paulo. Todos eles, o Catarinense, o Ludovico e o Antonio Vieira foram empreitados para tirar a vida de Vilarmório.⁸⁴

Jornaleiros, mensalistas, por empreitada, meeiros, agregados, parceiros, sitiantes, retireiros em qualquer destas situações se podiam encontrar pobres que trabalhavam no campo. E, muitas vezes, estavam em situação nenhuma destas, mas à procura de alguma delas, ao que desse e viesse. Este era o caso de Antonio Vieira quando, tudo indica, teria aceito a empreitada para matar Vilarmório. Sobre Vieira, alguém nos autos dissera: “é lavrador, que não tem residência fixa nesta comarca, levando a vida de ambulante. Tem apenas uma bezerra de ano”, que estava tratando de vende-la.⁸⁵

Eram bem mais variadas as atividades no campo. Na fazenda Bebedouro, do coronel Alfredo de Souza, encontramos Domingos João Prudêncio, como jornaleiro, tomando conta de uma lavoura de café. Enquanto Raul e Ananias eram peões na Bebedouro, qualquer serviço podia-lhes ser determinado: a cortarem tabocas no mato, estavam no momento apazado do desentendimento entre ambos. Já, Afonso Alves Silva desfrutava uma situação, talvez, melhor que os outros: era lavrador em função de empreiteiro do coronel Justino.⁸⁶

⁸⁴ ACTL. D. 4697/1936. Ao longo dos depoimentos. fls. 9-41.

⁸⁵ Ibidem

⁸⁶ ACTL. D. 4657/1929. fls. 8-15.

Ser capataz implicava, também, numa condição melhor do que a de peão pois, este lhe era subordinado. A moradia oferecida ao capataz da fazenda era melhor que a dos peões. Paulo Moreninho, capataz da fazenda Boa Esperança, morava na casa do capataz da seção dos bois, recebendo, naturalmente, um tratamento diferenciado dos peões.⁸⁷ Assim, também, era na usina de cana, onde havia um alojamento nas dependências da companhia para a moradia dos empregados solteiros.⁸⁸

Não só desprovida de segurança e estabilidade era o viver desta pobreza laboriosa, aspereza e dificuldades acompanhavam-lhes os passos. A maior parte dos serviços era a céu aberto, ao sol inclemente. Tudo distante e penoso. Domingos João Prudêncio, que tomava conta de uma lavoura de café, à meia légua da sede, precisava constantemente ir à fazenda buscar mantimentos.⁸⁹ Isso era rotina nas grandes fazendas: andar pelo campo à fora, trabalhar para o patrão ou tratar de sua alimentação. Trabalhavam de sol a sol. O testemunho de Manoel Francisco Gonçalves é explícito: “Já ao cair do sol cheguei em casa”. Na chácara do Sr. Jardim, onde morava e trabalhava como hortelão, o sol punha-lhe o limite.⁹⁰

O peão fazia do seu dia inteiro, dedicação ao fazendeiro. Já o sitiante, o agregado e o retireiro precisava trabalhar para si e sua família; a roça tomava-lhes o maior tempo de sua vida. Aracy Loyola, viúva de Vilarmírio, em seu testemunho descortina-nos os riscos e apuros em que viviam esses roceiros: “Casada com 6 filhos vivos e um falecido... seu marido era um bom chefe de família, nunca lhe faltou nada, isso na medida de suas posses... Uma rocinha para sustento de si e de seus filhos. Providenciava a venda do produto desta roça... pretendia retornar ao Paraná”.⁹¹

⁸⁷ ACTL. D. 4367/1929. fl. 5.

⁸⁸ ACTL. D. 4821/1928. fl. 10.

⁸⁹ ACTL. D. 4820/1925. fl. 12.

⁹⁰ ACTL. D. 4763/1929. fl. 15.

⁹¹ ACTL. D. 4697/1936. fl. 29.

Labutavam em sua roça, na dependência da colheita; buscavam à venda do seu produto, na dependência do mercado. Vilarmório fez a colheita e negociou o produto. Efetuaria a venda e regressariam, ele e a família, ao seu Estado de origem, mas a morte, traiçoeira, por encomenda de seu rival, colheu-o na estrada. Encontramos, pela viuvez, algumas mulheres feitas lavradoras para alimentarem seus filhos: Aracy serviu apenas como exemplo.

Derrubando mato, esticando arame, fazendo roçados, lavrando a terra e colhendo o que ela lhe desse, ano a ano, nada conseguiam amellar. Roças de milho, feijão e mandioca, criação de galinhas, uma vaca de leite, um ou dois porcos no chiqueiro não retirou nenhum dos pobres que desfilaram nos processos-crimes, de sua pobreza laboriosa. Um lavrador, entretanto, poderia ser guindado ao poder de um patrimônio, como inspetor de quarteirão ou subdelegado, mesmo assim, não saía de sua condição de pobreza, apenas orbitava em torno de algum coronel.

Alguns haviam sido lavradores, posteriormente encontravam-se na situação de lenhador e carroceiro, o que pode ser indicador de que o acesso à terra ou às condições de desfrutá-la, eram-lhes adversas. Aliás, de toda a pobreza laboriosa encontrada nos processos-crimes a maior denúncia da precariedade de vida e da rudeza do serviço foi a dos lenhadores. Eles não eram poucos, não obtivemos os números. Todavia, seus acampamentos disseminavam-se ao longo dos trilhos para abastecer as marias-fumaças da Noroeste e, no interior das fazendas, para alimentar o campo e a cidade com lenha: o combustível da época.

Do nascer ao pôr do sol, o vaivém do machado não dava trégua aos músculos. À noite dormiam em ranchos de pau-a-pique, cobertos de capim. De quatro a cinco homens em cada rancho, tendo por leito apenas uma rede. Geralmente, a porta dos fundos ficava “sempre aberta, em vista de ser o dito rancho de pau-a-pique”.⁹² Seu único lazer, ao

⁹² ACTL. D. 4821/1928. fl. 8.

longo dos dias numerados, era, à noite, “tomando a fresca”, tocar a viola e cantar. Formavam um grupo exclusivamente masculino, vivendo cada dia assemelhando-se ao anterior.

Poderia o machado de algum deles tirá-los desta pobreza? Parece-nos, apenas, quando o machado deixava de ser uma ferramenta de trabalho, para transformar-se em arma de ataque: a morte, então, livraria algum desta pobre vida pobre.⁹³

O trabalho dos lenhadores revertia em frutos para o dono da terra e, geralmente, em lucros para o empreiteiro da exploração de uma floresta. A lenha feita pelo lenhador fazia o suor do foguista e maquinista da via-férrea. Os dias, e muitas noites, desses ferroviários eram junto à fornalha. À diferença dos lenhadores, uma vez por mês o trem do pagador fazia-lhes a festa. E o cabaré e o botequim, enquanto tivessem dinheiro, ajudava-lhes a suportar sua pobre vida pobre. Eram os dias de vida alegre, esperados e lembrados: contando com os feriados, talvez chegassem a 20 ao ano.

Assim como a atividade profissional, a roupa também expressava a condição de um ou outro grupo: traje de rico, traje de pobre. O padrão destes era sem variações. As calças eram de brim que poderia ser pardo, claro, riscado ou azul mescla, enquanto as calças de um comerciante, assassinado em 1919, era de casimira. Casimira não se mostrou um tecido para pobres; provavelmente fosse, quando roto, dado como esmola aos mais pobres dos pobres. A camisa, de brim pardo, algodão branco ou camiseta de meia dão o conjunto dos tecidos usuais: brim e algodão, nenhum vestígio de casimira ou seda. O calçado, quando usavam, eram botinas, geralmente amarelas, de couro de búfalo, às vezes botinas pretas. O toque do homem do campo vinha nas esporas e no chapéu de abas largas. Polainas e chapéu de feltro usavam apenas homens não incluídos na pobreza laboriosa. O vestuário do homem,

⁹³ ACTL. D. 4484/1928, 4572/1921, 4782/1927, ao longo dos depoimentos.

pobre ou rico, era complementado com a arma, com poucas exceções. A faca e o facão eram as mais usuais entre a pobreza laboriosa, alguns portavam arma de fogo, espingarda ou garrucha.⁹⁴ Às vezes, a vítima fatal era encontrada com “um litro de cachaça na mão, um facão à cintura e uma carabina à tiracolo”.⁹⁵

Os pobres do campo moravam em terras das fazendas: em galpões casas ou ranchos, também moravam na floresta, nos arranchamentos e nas sedes dos distritos e patrimônios. Casas e casos: sempre expressivos testemunhos da pobreza e da riqueza. Da ordem e da (des)ordem. Assim, a casa de uma costureira pobre era de pau-a-pique, cobertura de capim. No borralho foram encontradas louças, uma mala de folha de flandres para roupa, uma cama de ferro esmaltada, moinho de ferro para café e uma máquina de costura. Essa costureira pobre perdeu o rancho e o seu instrumento de trabalho. Tudo o que tinha foi devorado pelo fogo. É certo que, naquele dia a costureira pobre ficou mais pobre. Ignoramos o resto de sua miséria, como jamais conheceremos, senão migalhar da miséria e da pobreza, das pessoas que viviam no campo.⁹⁶

A pobreza laboriosa urbana

... pois é assim mesmo, quem é, é; quem não o é, não é, porque há dias tinham falado e discutido sobre serem ou não artistas carpinteiros... No dia do afrontamento, ainda dissera ‘estou consertando serviço de sapateiro’... foi o bastante para que Marcelino Gabriel se armasse de um macete e lhe descarregasse na cabeça uma pancada que lhe produziu o ferimento.⁹⁷

⁹⁴ Conclusões retiradas do corpo de delitos de um conjunto de autos.

⁹⁵ ACTL. D. 4924/1936. fl. 5.

⁹⁶ ACTL. D. 4697/1936. O processo-crime de um incêndio criminoso, em Água Clara, distrito de Três Lagoas e estação da via férrea, um povoado à época, revelou-se a casa e os pertences de uma costureira pobre.

⁹⁷ ACTL. 3469/1922. fls. 11.

Estes são fragmentos de falas de carpinteiros, que trabalhavam nas obras provisórias da ponte sobre o rio Paraná, em 1922, no lugar denominado Jupia. O relato indica um conflito entre colegas de profissão. O desfecho do confronto pela agressão, confirma nossa afirmativa. Por outro lado, nesta verbalização transparece a opinião dos personagens sobre uma escala de profissões, em que o serviço de carpinteiro seria superior ao de sapateiro. E mais, revela que nos quadros da mesma profissão – carpinteiro – havia níveis. Os que estavam em nível mais elevado, faziam o trabalho com arte. Isto leva a pensar que, num sentido popular, havia uma classificação em: *carpinteiros artistas e carpinteiros sapateiros*, por efeito de seus trabalhos.

Estes fragmentos nos permitem, além disso, ver uma comunidade de contrastes, onde as pessoas assumiam posições diferentes pelo seu desempenho. Enfatizamos que, além da divisão maior em *ordenador e pobreza laboriosa*, nessa comunidade os trabalhadores assumiam lugares num escalonamento por suas profissões.

Os ferroviários constituíam-se a categoria profissional mais numerosa. Havia uma grande variedade de funções: engenheiros, chefia de escritório e agente de estação classificam-se na categoria dos ordenadores. Nessa grande camada da pobreza laboriosa, que vivia na cidade, incluíam-se aqueles que exerciam as funções de maquinista, foguista, chefe de trem, guarda-freio, carpinteiro, funileiro, trabalhador de turma, feitor de turma, ronda noturna, cozinheiro e revisteiro. Eram todos empregados na estrada de ferro Noroeste. Recebiam seu salário através do trem pagador, que algumas vezes atrasava, mas, garantido sempre. Eram funcionários públicos, porém seus vínculos com o Estado concretizavam-se nas relações diretas que mantinham com seus chefes.

A estabilidade no emprego veio depois de 1930, mas houve tempo que, por política partidária, poderia ocorrer perda de emprego por simples perseguição. Em relação a outras categorias assalariadas, os ferroviários

recebiam mais vantagens. O armazém da cooperativa da viação férrea lhes fornecia os víveres por um preço mais baixo que o do mercado, além da possibilidade de descontar na folha de pagamento. Aliás, este mecanismo, não raro, fazia alguns nada terem para receber no dia do pagamento.

A Noroeste punha-lhes à disposição casas para morarem com alugueis quase simbólicos. Contavam ainda com serviço de saúde para si e para seus dependentes. Toda família gozava de descontos para viagens de trem, e nas férias, o ferroviário tinha passe livre para suas viagens. (PEREIRA, 1989, entrevista)

Todos estes benefícios nunca lhes tiraram o estado de pobreza laboriosa. Muitos que trabalhavam na viação-férrea, haviam sido lavradores e retirantes do Nordeste. Encontramos, assim, nos autos de delitos testemunhos dessas identificações: lavrador, presentemente chofer, ou guarda-noturno, ou peão de turma. Mesmo na condição nova, não desvestiam aquela primeira, era-lhes grudada ao corpo, o ser lavrador. Mesmo sem propriedade de pedaço algum de terra, ao longo da vida inteira corriam atrás dela, de um extremo ao outro do país. Na sua falta, buscavam o serviço na cidade.

Um exemplo, talvez extremo, de miséria pedindo emprego numa turma de linha da Noroeste temos em: “... Manoel Pedro quando foi pedir serviço só tinha a roupa do corpo e sem camisa, uma carabina e um facão bem afiado e mais nada”.⁹⁸

Manoel Pedro defenderia o quê, com suas armas, senão sua pobre vida miserável? E nela a integridade de sua pessoa. Maria Silvia de Carvalho Franco (1976) tece reflexões magistrais, neste sentido.

Na década de 1920, qualquer um que chegasse em busca de serviço, encontrava na estrada de ferro um lugar. Testemunhou-nos um

⁹⁸ ACTL. D. 4760/1926. fl. 10.

feitor da turma: “... que não é bom trabalhador, sendo tolerado na estrada por falta de braço, que o mesmo é inconstante, trocando sempre de turma a seu pedido”.⁹⁹

De tudo havia, pois, no quadro dos ferroviários dos ajustados aos eternamente insatisfeitos. Dessas turmas de trabalho há vários registros de cenas violentas provocadas por homens como Manoel Pedro. Alguns aproveitavam ao final da tarde quando regressavam à casa, o tempo e o pedaço de terra do fundo do quintal: “morava numa casa no antigo Formigueiro. Possuía uma horta onde trabalhava após o serviço”.¹⁰⁰ Completava sua economia e, talvez, alimentava o seu gosto pelo cultivo da terra.

A ida não era fácil a muitos, mas bem penosa. O jornalista Elmano Soares, sempre atento aos grandes problemas, mesmo dos pequenos, testemunha-nos o quanto sofriam: “A determinação do Dr. Oscar Guimarães para obrigar os operários da III Divisão a trabalhar aos domingos e dias feriados, continua a trazer irritado o espírito. ... É crença dos operários nordestinos que o Dr. Guimarães não objetiva com seu injustificável procedimento senão um pretexto para desfechar o golpe de morte na justa regalia legalizada pelo governo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de jul. de 1922, p. 1)

Era o ano de 1922, faltava um decênio para que as leis trabalhistas fossem obedecidas. Pensava-se ainda em “regalias”, em vez de direitos do trabalhador. E a terrível comparação a animais de carga, não era apenas figurativa: “Não é humano, nem é legal querer forçar os operários a um trabalho ininterrupto, semanas inteiras, quando até os próprios burros têm um dia certo para descansar”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de jul. de 1922, p. 1)

⁹⁹ ACTL. D. 4740/1928. fl. 9.

¹⁰⁰ ACTL. D. 4822/1929. fl. 24.

E perguntava Elmano Soares por que aumentar o número de mestres e feitores, quando não era de vigilância apertada que a estrada necessitava, mas de braços que trabalhassem e produzissem? Já havia um escalonamento por salário e tipo de serviço nos cargos da Noroeste, a desigualdade era também de tratamento pois “o descaso continua nas demais Divisões da Estrada”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de ago. de 1922, p. 1)

Além de um trabalho penoso e excessivo, os ferroviários (a maioria) viviam “como animais em casebres anti-higiênicos”. Na década de 1930 as leis trabalhistas já eram cumpridas, no que se referia ao descanso semanal. Todavia, “os nossos trabalhadores ferroviários – como é facilmente percebível por todos”, dizia o “Zé Truqueiro”, na *Gazeta*, “viviam em habitações que são verdadeiros currais”. Condições anti-higiênicas, desconforto, casebres imundos, “rústicos tugúrios que hoje afeiam e deprimem a zona das Oficinas”, este era o espetáculo do morar dos funcionários pobres. E o “Zé Truqueiro” terminava: “Afinal, os ferroviários são homens como quaisquer outros, não animais irracionais”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de maio de 1935, p. 1)

Testemunhos da época deixaram detalhes vividos pelos trabalhadores que moravam na cidade. Esses pobres faziam parte da comunidade rururbana: em festas cívicas ou religiosas lá estavam eles; aos enterros e homenagens dos ilustres homens públicos eles não faltavam. Eram, muitas vezes, pessoas que privavam de uma certa familiaridade com os ordenadores. Tintureiros, chapeleiros, costureiros, cozinheiros, barbeiros requeriam melhores considerações. Não dependia de seus serviços a “seleta sociedade” do burgo? Não negamos um profundo sentimento de amizade que se poderia estabelecer, entretanto era o interesse de bem servir e de ser bem servido que gerava um relacionamento mais estreito entre vendedores e tomadores de serviço. Participavam da comunidade, mas numa certa tendência de *segregação*. Os salões lhes eram vedados; às mesas de banquete não eram convivas;

seus casebres e tugúrios não podiam ficar no centro; na venda compravam sempre o mínimo para seu sustento: ao alcance de seu bolso.

Suas casas sempre acanhadas forçavam à promiscuidade. Ana, por exemplo, “recebeu a visita de sua comadre Sebastiana de Jesus, que veio acompanhada de um rapaz civil... por ser sua casa pequena e a sala estava ocupada pelo casal José Cardoso e sua esposa Maria Luiza... José Cardoso estava deitado na rede e ela, declarante, sentou-se com sua comadre e o civil na sua própria cama”¹⁰¹. O costume de uma ordem na disposição da casa, os lugares marcados, para sentar ou deitar, quando violados, trazem certos constrangimentos. Mas, esta era a realidade de muitos: a impossibilidade de manter os padrões do mundo civilizado e moderno.

Grande parte desses trabalhadores pobres nem dispunha de casa, moravam em pensões. Era usual, também, ocupar um quarto no fundo da casa de negócio. Padarias e armazéns mostraram-se com mais frequência. Se, de um lado, atendia às necessidades mínimas do trabalhador, por outro, antes da lei das 44 horas semanais, suas horas de trabalho não acompanhavam os ponteiros do relógio. Eram arrastadas.¹⁰²

ÀS vezes dois, às vezes mais, utilizavam o mesmo quarto. Antonio José, carroceiro, e João Francisco, lavrador, viviam esta experiência. Disse esse último, aos termos do processo-crime: “que atualmente morava juntamente com o mesmo em um cômodo existente nos fundos da casa do Sr. João da Vaz Mota, de quem era empregado Antonio carroceiro”.¹⁰³

Por vezes, eram vários os quartos nos fundos, separados por tabiques. O prédio Num. 33 da rua Paranaíba foi um dos casos. Na parte da frente estava a tinturaria, nos fundos, alguns quartos eram a morada de um grupo de trabalhadores. Residiam aí um chapeleiro, dois alfaia-

¹⁰¹ ACTL. D. 4620/1944. fl. 12v.

¹⁰² Conf. Informações coletadas em amostragens dos processos-crimes de 1915 a 1945.

¹⁰³ ACTL. D. 4892/1935. fl. 11.

tes, um pedreiro, dois tintureiros e um empregado no carro restaurante da Noroeste, quase todos paraguaios.¹⁰⁴

Nas ruas de Jupuí e Uberaba, esses migrantes, trabalhadores sem família, poderiam, também, encontrar quartos de fundos, para se alojarem. Felipe Dias, ferroviário, alugava um cômodo na rua Uberaba, onde também moravam Esperança Maria Rosa, viúva, e a meretriz Sebastiana, entre outros inquilinos.¹⁰⁵ Na rua Jupuí morava Benedita que aí recebia seu amásio, Boaventura Coutinho. Também moravam no mesmo número da Jupuí, Vicente Faustino, ferroviário; Júlia Maria Ignácia, lavadeira e cozinheira; João Messias, celeiro; Iga Eitam, carroceiro; Carlos Crassim, carpinteiro. Eram migrantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, da Alemanha e do Japão, todos trabalhadores pobres.¹⁰⁶

Homens solteiros, mulheres viúvas ou meretrizes que haviam saído da *zona* encontravam nestes locais um espaço intermediário entre o *viveiro* e as moradias de famílias. Eram lugares, no entanto, com o mesmo fado adverso da *zona*. Cenários de cenas violentas em que faca, facções, garruchas, revólveres e trancas de portas, nas mãos de um tresloucado inquilino, punham todos em ação.

Como senão bastasse serem os quartos divididos por tabiques, havia a necessidade da previsão de fósforos e velas e da disponibilidade da latrina no quintal, para “suas necessidades”, o que confere uma medida do grau desta pobreza.

Paraguaios e nordestinos mostraram-se como os grupos mais *procurados* pela pobreza. Muitos chegavam contando com o auxílio de algum amigo ou parente, mas a outro tanto a chegada era bem mais

¹⁰⁴ ACTL. D. 4599/1927. fl. 13.

¹⁰⁵ ACTL. D. 4607/1922. fl. 10.

¹⁰⁶ ACTL. D. 4747/1922. Ao longo dos depoimentos fls. 7-28.

difícil. O paraguaio Manoel, por exemplo, vindo por Corumbá, esteve bom tempo sem emprego, pedindo dinheiro emprestado a seus patrícios até obter trabalho no carro restaurante da Noroeste.¹⁰⁷ Gildo Barril, até ficar “encostado” no Hotel Modelo esteve sem recurso algum, perambulando pelas ruas da cidade, sem ter onde dormir, dormindo às vezes no Jardim Público, outras na Casa Maçônica.¹⁰⁸

Além de pobres e à mercê de um quotidiano violento, eram também assinalados pela suspeição. No processo de Manoel Buzzati, por tentativa de homicídio, foram presas todas as pessoas que estavam no prédio para serem interrogadas¹⁰⁹. Assim, se de um lado, esses trabalhadores pobres viviam inseguros quanto a seu trabalho, à sua morada ou mesmo às suas vidas e sua liberdade, de outro eles próprios, desamparados da sorte, eram motivo de insegurança e risco da ordem.

Quem percorresse as ruas de Três Lagoas, nas primeiras décadas do século XX, encontraria um preto vendedor de bananas, ou moleques e adultos conduzindo carrinhos de mão cheios de caju, goiaba, abacate e demais frutas da região. À porta do cinema mudo, na década de 1920, os frequentadores das sessões cinematográficas tinham um doce cenário. Três quitandeiros exibiam seus tabuleiros de cocadas, pé-de-moleque, rapadurinha de abóbora e de leite: poucos resistiam àquela tentação. Era certa a presença de D. Tereza, em sua saia longa, uma espanhola famosa por seus quitutes. Lá estava ela com seus irresistíveis doces, ao lado de seu marido. O testemunho de D. Jurema recorta este retalho do tempo. (CRUZ, 1990, entrevista)

As profissões, reservadas aos pobres, ocuparia, aqui um espaço bem maior. Dentre eles, entretanto, cabe recordar os padeiros, profis-

¹⁰⁷ ACTL. D. 4599/1927. fl. 15.

¹⁰⁸ ACTL. D. 4345/1932. fl. 12.

¹⁰⁹ ACTL. D. 4599/1927. fl. 4.

são das mais antigas. Um trabalho esfalfante: sacos de farinha às costas, horas contínuas de mãos na massa, lenha e mais lenha na fornalha. No sábado “o pão era dobrado”.

Em uma noite de 1923, na padaria Royal eram “12 tabuleiros com 1021 pães para cozinhar e em alta fermentação um tabuleiro de 60 pães. Neste dia, havia mais um auxiliar na padaria. Às 4 horas da manhã os pães já estavam assados e começava a sua distribuição”. Na “lei dos padeiros” o forneiro era o “chefe do serviço, o único responsável por tudo”.¹¹⁰

Procuramos fazer um acompanhamento das ocupações dessa pobreza laboriosa. Apenas três nos mostraram a possibilidade de reverter a situação de pobre: a de mascate, tornando-se comerciante estabelecido, de maneira geral, em torno de 1930-1933; de alfaiate, pela aquisição de terras, não foram, entretanto, casos generalizados; e de um chapeleiro, paraguaio que, em 1927, morava numa casa de cómodos na rua Paranaíba e dois anos mais tarde era proprietário de um cabaré, com mais de uma sala de jogos e vários empregados.

Uma profissão que poderá parecer destoante classifica-la como pobreza laboriosa é a de jagunço. No entanto, havia uma relação social de trabalho, pois tinha patrão e era pago por seus serviços, por outro lado, não descobrimos que algum tenha ficado rico.

A herança da pobreza

Algumas expressões qualificam o trabalhador pobre, em seu conjunto foi possível traçar um perfil que na visão dos contemporâneos era o ideal: “Nunca soube de nenhum fato desabonador de sua conduta como jogos e bebidas”.¹¹¹ “Uma pessoa trabalhadora e de bons costumes”¹¹²;

¹¹⁰ ACTL. D. 4929/1923. fl. 17.

¹¹¹ ACTL. D. 4440/1929. fl. 12.

¹¹² ACTL. D. 4697/1936. fl. 1.

“homem bom, trabalhador, respeitador, honesto”,¹¹³ “bom chefe de família, nunca lhe faltou nada, isso na medida de suas posses”.¹¹⁴

Respeito, honestidade, confiança, dentre outros qualificativos formavam o perfil positivo do homem trabalhador; vive dentro da lei, sustenta a família no papel de seu chefe, predominando uma moral de bons costumes. Homens deste tipo, muitas vezes, mesmo cometendo um homicídio, continuariam com sua reputação inabalável. O que se sobrepunha a tudo era a dedicação ao trabalho, e disto resultava a negação do jogo e da bebida.

O avesso deste perfil confirma o positivo. O discurso vigente co-laborava para construir essa imagem negativa: “um homem sem procedência, por quanto mal possuía roupas de uso”;¹¹⁵ “... indivíduo de maus costumes, vivendo constantemente embriagado”;¹¹⁶ “vagabundo, desordeiro e jogador”;¹¹⁷ “homem perverso, profundamente depravado e que precisa ser afastado do seio da sociedade honesta”.¹¹⁸

A ausência dos referenciais de trabalho, honestidade e bons costumes, formava o perfil do indesejável: vagabundo, desordeiro, bêbado, andrajoso, imoral.

Para a pobreza laboriosa o sobrenome não tem força nenhuma, não existe o fascínio de pertencerem a uma “família”. Eles são o João Valente, o José Pretinho, o João Violão, o Baianinho, o Mineirinho, o Luiz Catarinense, o Manoel Paulista, o Júlio Rio-grandense, o Jerônimo Abobreiro, o Folgado, o José Pernambucano. Todos sugerem o lugar de procedência ou uma qualidade que pudesse distinguir de outros Joãos.

¹¹³ ACTL. D. 4774/1938. fl. 15.

¹¹⁴ Idem, fl. 17.

¹¹⁵ ACTL. D. 4697/1936. fl. 12.

¹¹⁶ ACTL. D. 4760b/1926. fl. 18.

¹¹⁷ ACTL. D. 4440/1929. fl. 13.

¹¹⁸ ACTL. D. 4906/1921. fl. 12.

Nos processos-crimes aposto ao nome, sempre ficava registrada a alcunha. Para os pobres, o apelido ganhava mais força que o nome. Nos casos em que aparecia o sobrenome o apelido era acrescido sempre, assim: José Leite, vulgo Zezão, Antonio Alvez de Queiroz, vulgo Antonio Cabeça. Muitas vezes não tinham apelido e o sobrenome, nada valendo, não era sabido. A lista da família “de Tal” no arquivo criminal é enorme...

A conexão entre a personalidade e o nome afirmada por Cassirer mostrou-se, com todo vigor, em relação aos ordenadores: “o nome não é nunca um mero símbolo, sendo parte da personalidade de seu portador; podendo ir além deste significado mais ou menos acessório de posse pessoal, na medida em que é visto como um ser substancial, como parte integrante da pessoa. (CASSIRER, 1972, p. 68)

No registro era necessário um nome e um sobrenome, mas na prática este não tinha nenhuma força para conectar com a personalidade. E, muitas vezes, o nome tornava-se ineficiente, ganhando, então, vigor o apelido. Para o Cassirer, “não é apenas o nome próprio, mas qualquer outra identificação verbal”, que pode ser “manejada como uma propriedade física, podendo ser como tal adquirida e usurpada” (CASSIRER, 1972, p. 69). É assim que vemos o sentido forte da alcunha.

Aqui foi a prática, contrariando a lei civil, que eliminou o desnecessário, o nome ou o sobrenome. Na antiguidade romana foi a lei que determinou que “os escravos não tinham direito a nome, porque não podiam funcionar como personalidade independente”. (CASSIRER, 1972, p. 69)

Os ordenadores portaram a chancela do poder; aqueles que se perpetuaram nas páginas da história, pelas galerias de retratos e crônicas jornalísticas precisavam do sobrenome em destaque. Ao contrário dos “sem-nomes”, “sem-registros”, os João de Tal, os Sebastião de Tal que carregavam no simbólico do silêncio toda a carga de uma organização social. Por eles existirem é que se mantém governos, leis, prisões, polícia, viveiros ou zonas. O que caracteriza essa camada da sociedade é a exclusão do poder. São os párias modernos. Presenças na instituição social como “não-ser”, ou como “ser-não valendo”.

O mérito era dado pelo trabalho: trabalhador honesto e de bons costumes. Além destas, nenhuma outra qualidade lhes era acrescida. O não ter trabalho classificava-os em vagabundos e, portanto, indesejáveis. O desrespeito à ordem social e moral os fazia desordeiros, com isso, além de indesejáveis, passíveis de punição. Portanto, profissão e estigma estavam interligados. Percebemos que certos ofícios estavam predestinados à vocação de pobres e que seus herdeiros legítimos, previstos na ordem social provinham, tradicionalmente, de uma talhada da sociedade brasileira. É pertinente, aqui, a epígrafe de Mollat: “Talvez a natureza tenha criado gente para ser miserável” (MOLLAT, 1989, p. 287). Traduzindo esta fina ironia para nosso caso, podemos afirmar que estamos diante de uma ordem “construída” com esta finalidade.

Os desclassificados

Em princípio não existem pessoas ou atividades desclassificadas, senão condutas ou formas de ocupação da vida, definidas pelos ordenadores como sem classificação. Eles as desclassificam segundo os custos ou riscos que tais comportamentos, por eles acolhidos como ameaça, possam destruir a ordem construída. Os assim etiquetados são presenças incômodas e inquietantes segundo o caráter seletivo da comunidade.

Nesta comunidade, polarizada entre os extremos ordenadores e pobreza laboriosa, os desclassificados eram aqueles elementos desarticulados, rejeitados, estigmatizados. Ocupavam o lado sombrio no sistema social, que os criava e os rejeitava.¹¹⁹

¹¹⁹ Sobre esse tema ver Prado Junior (1969, p. 281): O “vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos” era o lugar ocupado pelos desclassificados no Brasil do período Colonial, “Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas, situavam-se os desclassificados”. Ver também Souza (1982, p. 107): “elementos avulsos, desarticulados... numa sociedade fortemente estratificada nos extremos... não se definiam quer num extremo, quer noutro. Viu-os empurrados para as fimbrias do sistema que os criava e os deixava sem espaço próprio.”

A desclassificação identificada em Três Lagoas microcosmo da estratificação da sociedade brasileira cristalizava-se em torno do decoro, da moral e dos bons costumes.

Nestas condições podemos apontar como desclassificados aqueles que contestassem essa base. Da pobreza laboriosa dependia a formação e a continuidade da propriedade. Os possuidores, ordenadores, estavam num dos polos da comunidade, e, no outro, os trabalhadores pobres. Classificados, portanto. Os excluídos desta classificação, aqueles que se constituíam em ameaça a essa ordem eram recrutados na mendicância, vagabundagem, tumulto e prostituição.

As qualificações pejorativas através do levantamento dos apelidos, dos insultos e dos atributos negativos permitiu-nos identificar, nesta comunidade, quais eram os desclassificados. Também através dos gestos da “parte sã” e das atividades em relação a determinados grupos. A maldição há muito acompanha alguns. Assim encontramos bandidos, ladrões, vagabundos, prostitutas, homossexuais e feiticeiros.¹²⁰

Meretrizes, essas aves sem ninho

As meretrizes, como a pobreza laboriosa, eram mais, ou só, conhecidas pela sua alcunha. Na visão dominante suas vidas eram caprichos do destino e seus nomes de mera fantasia, mas como todo imaginário com reciprocidade na realidade. Os apelidos sugeriam atributos físicos ou temperamentais. Assim passaram pelos cabarés a Ruiva, a Negra, a Cacheada, a Ventania e a Abobrinha. Poderiam, também, indicar a sua procedência: a Maria Goyana e a Paulista.

No imaginário coletivo seu modo de viver era de deslumbramento, revelado nos adjetivos que lhes eram atribuídos: “rapariga de

¹²⁰ Foram indesejáveis nesta comunidade, no Estado Novo, os anarquistas e comunistas; não os colocamos nesta categoria porque não se tratavam de indivíduos “desclassificados”, mas ordenadores, ou trabalhadores pobres que, num dado momento, tornaram-se incômodos.

vida alegre”, “o mulherio alegre da cidade”, “mulher de vida fácil”, “mulher de vida airada”, as “rameiras”, “a horizontal”. Às vezes os doutos empregavam termo mais elegante, mais distinto, e as chamavam de “hetairas”. Não era só esse adjetivo que fazia alusão às cortesãs da Antiga Grécia, o nome dado à segunda zona de meretrício, nos idos de 1940, lembrava bem os tempos clássicos: a vila da Frinéia. Entretanto, na maioria das vezes o adjetivo condizia com o tratamento que lhes dava a comunidade: “vagabundas” ou “decaídas”. Neste último implícito de que elas, antes, não teriam sido assim.

Meretriz era o nome da profissão e meretrício a zona de trabalho. Às vezes, simplesmente, “zona”, ou “viveiro”. Na identificação das testemunhas, vítimas ou indiciadas, após o nome o escrivão registrava nos processos-crimes a idade, o estado civil e a profissão, e assim elas entravam para os autos como solteira, meretriz; casada, meretriz; viúva, meretriz.¹²¹

Na imprensa ressoavam reclamações, da ordem vigente da comunidade, que não queriam essas mulheres à vista pública. Uma zona longe dos olhos das famílias, em seus limites, era um mal necessário. A polêmica sobre a quem, de direito, cabia morar às margens da Lagoa Maior reforça estas afirmações: “À lagoas deve-se a fundação da cidade... O forasteiro de toda a parte, aqui aporta, à procura de Mato Grosso... aqui a sua sala de visita diplomada... aberta à vista pública, a nossa grande lagoas”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de mar. de 1941, p. 2)

O motivo dos “entretantos” justificava-se por esta exposição ao público, pois dizia o articulista que “em círculo vicioso, a parte moral ali está sendo desvirtuada”. Isso porque o “mulherio alegre da cidade” que “a bem da moral foi expulso da zona urbana”, deveria ficar “nos seus arredores”, mas não para onde foram “bem junto à nossa piscina”. Afinal, o balneário estava “na primeira zona urbana”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de mar. de 1941, p. 2)

¹²¹ Sobre o tema prostituição ver Engel (1988) e Esteves (1989).

A questão da moralidade interpenetrou-se à da propriedade, pois “com a existência de terrenos abertos ali essa gente paga bons aluguéis, a quem constrói casa ali e, mesmo, mulheres há que estão adquirindo terrenos e construindo suas casinhas”. O perigo crescia numa perspectiva de prejuízos à moral da família e aos interesses da camada proprietária. Era preciso impedir que ali se tornasse “o reduto único deste mulhério composto e heterogêneo”. Carecia de ordem a bem da família e da propriedade.

Além da suspeição não lhes cabia o direito de adquirir propriedades, onde bem lhes aprouvesse. Não eram mesmo desclassificadas?

Já agora, as famílias que às horas vagas procuram descansar e que passam por ali... será de agora em diante, a nossa parte urbana suspeita e barulhenta... As diversas famílias proprietárias ali residentes, veem-se privadas dos seus direitos de liberdade dentro do próprio lar e não podendo tolerar os escândalos diários e as noitadas embriagadas serão forçosamente obrigadas a abandonar as suas casas, alugando-as também para essa gente-suspeita. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de mar. de 1941, p. 2, grifos nossos)

O artigo citado mereceu duas respostas, um tanto diferentes nos seus posicionamentos, mas semelhantes pelo seu maniqueísmo. Dizia o primeiro que, efetivamente, as “piscinas, em toda parte, são lugares de reuniões familiares por excelência, assim como são os jardins públicos”. A solução proposta não seria diferente da costumeira segregação, clara na pergunta: “Não seria razoável que a prefeitura localizasse uma rua para esses alcoices, em outra zona mais propícia ao meio, assim como tem sido o extremo da rua Uberaba, assim mais afastada do convívio familiar como em outras cidades?” (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de mar. de 1941, p. 2)

A demarcação de lugares – a serem expostos ou que deviam permanecer clandestinos – revela, com toda nitidez, a ambiguidade dos valores e práticas. Era incompatível com o “bem estar da população”,

mas se afastando da vista e do convívio das famílias, atenderia outros interesses. A outra resposta deixou isto bem nítido: o título dizia da visão diferente ao problema – “Aves sem ninho” –, e o conteúdo revelava a visão discriminatória, “Essas infelizes raparigas que o destino cruel atirou no caminho da perdição, têm o direito de viver e não podem andar encostadas como cão leproso... o cão também é nosso irmão, embora em plano inferior, digno, portanto de compaixão”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de mar. de 1941, p. 2).

Procurando tranquilizar os molestados, o articulista do jornal lembrava que o velho “Braga”, zelador do balneário, estava lá para impedir que se viesse a abusar “da lei da moralidade”. Precisava-se de um limite de aceitação, elas eram, de fato, necessárias na concepção de alguns, pois: “As nossas ‘pequenas alegres’ precisam viver e... gozar a vida, pois a morte não perdoa ninguém. Terra onde não há essas ariscas mariposas alegres, é terra em decadência, sem vida...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de mar. de 1941, p. 2).

Embora defendendo-as, desclassificava-as e assim concluía este “ordenador” mais liberal: “Elas que fiquem pra lá, e nós, pra cá. Deixemo-las em paz! Ninguém sabe o que o destino traçou ao nascer uma criatura. Elas sofrem muito coitadas! Só a vida de mercadejar a hora já é um suplício horrível. Elas também tiveram lar e família, mas a-sorte-não-quis que as conservassem”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de mar. de 1941, p. 2).

A desclassificação dava-se pela perda da honra, e a honra da mulher estava no sexo: virgindade e castidade. A honra do homem, entretanto, estava na virilidade e honradez. O que os desclassificava era a ocupação, o tipo de atividade dava-lhes o lugar na comunidade. Na visão dos contemporâneos, o destino é que determinava a sorte dessas infelizes.

Não era nada fácil a vida destas mulheres. Sempre às voltas com a polícia, sempre à mercê da violência dos homens, sempre suspeitas e temerosas. Acautelavam-se algumas de serem acusadas de ladras. As-

sim fez Agripina com quem Marcelino de Souza “tratara pouso”. Encontraram-se no Bar Automóvel Clube, e após o trato ela “se dirigiu ao dono do bar e lhe pediu que contasse o dinheiro” de Marcelino. Foi verificada a quantia de um conto e novecentos, “tendo presenciado esse ato, um tal Folgado”. De nada lhe valeu a precaução, Marcelino deu queixa na polícia, que lhe faltara dinheiro. Como não havia indício algum contra Agripina, não foi oferecida denúncia pelo promotor.¹²²

A desclassificação das meretrizes é notória quando se confronta os direitos que lhes eram negados: a defesa de sua casa e a liberdade de morar onde lhes aprouvesse. A “hetaira Rosa Jacob quando se preparava para assistir a um baile” foi espancada por Jacintho que penetrou no quarto da casa de tolerância, onde achava-se Rosa.

Apanhavam, eram acusadas de ladras e, muitas vezes, importunadas em horas que já dormiam. Foi assim com Maria Garcia Rodrigues: “eram mais ou menos 4 horas da madrugada, que se achava dormindo, quando bateram na janela de seu quarto de dormir... que ela ficou com medo de haver barulho e foi até o açougue do Sr. Rui... ficou conversando... a fim de esperar que os soldados saíssem de sua casa”. Dizia ela, sem sucesso: “o que eu quero é paz e que não briguem na minha casa”.¹²³

Elas tinham um local: o bordel, o cabaré, a casa de suspeição. Numa zona determinada: o meretrício. Mas quando havia necessidade de incriminá-las, esta condição era distorcida: “mulher de vida pública, que não tem residência fixa na vila dos Garcias, estando ora lá, ora nesta cidade...”¹²⁴

Essa era uma profissão que despojava sua detentora da participação da vida social e a marcava para o resto de sua vida. Mesmo que abandonasse a atividade, teria sido, sempre, prostituta. Suspeita, per-

¹²² ACTL. D. 4804/1926. fl. 17.

¹²³ ACTL. D. 4871/1938. fl. 13.

¹²⁴ CTL. D. 4470/1931. fl. 16.

seguida, assinalada, assim decorria o quotidiano dessas mulheres que o imaginário as fazia de vida alegre e fácil...

Vagabundos: aves de arribação

Os promotores da Justiça Pública valiam-se das leis para enquadrarem alguém na categoria de vagabundo, desclassificando-os. Mas o quanto era elástica essa lei! E como variavam as interpretações dos homens que deveriam pô-la em prática! Na letra fria da lei, vagabundos era “considerado por lei, o indivíduo sem meio de subsistência, sem profissão lícita e domicílio certo, que leve uma vida errante, querendo viver à custa da comunidade”¹²⁵.

Um trabalhador em fazenda aí deveria residir, pela natureza de seu trabalho e das grandes distâncias para qualquer outro ponto, da cidade ou do campo. No entanto, caso se envolvesse com a Justiça, sua profissão poderia trazer-lhe desvantagens. Mesmo não sendo vagabundo poderia deixar em suspeição sua permanência no trabalho. Foi o que sucedeu a Sebastião Ananias: “por se tratar de indivíduo sem residência fixa, pois é seu serviço habitual ser camarada de fazenda, podendo de um momento para o outro ausentar-se da sede do município do crime ou mesmo do Estado”.¹²⁶

Risco semelhantes estavam sujeitos os ferroviários que tivessem atividades que exigiam deslocamentos. Assim também Domingos Silva teve sua prisão preventiva requerida: “como se trata de um empregado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, onde trabalha em uma turma de construção, empregado, portanto, sem nenhuma responsabilidade, podendo ele, de um momento para outro, ausentar-se desta cidade e do Estado... Não tem bens ou família que levem a autoridade a acreditar de que não se ausente...”¹²⁷

¹²⁵ ACTL. D. 4657/1929. fl. 6.

¹²⁶ Ibidem (Grifos nossos).

¹²⁷ ACTL. D. 4822/1929. fl. 9 (Grifos nossos).

Igual problema enfrentou Manoel Buzzolti, pois o promotor público assim entendeu:

Pode, entretanto, esta Promotoria dizer que se o acusado não é propriamente um vagabundo, na legítima acepção do termo, não é também um indivíduo com profissão definida, pois ser criado de servir num restaurante da Estrada de Ferro, revela um espírito andejo, aventureiro, sem estabilidade. ... não estabelece o seu domicílio certo naquela cidade. Bem sabemos que os empregos como estes de que se trata, são geralmente exercidos por aves de arribação.¹²⁸

Cabe lembrar que Manoel Buzzolti é o mesmo paraguaio que esteve um bom tempo sem emprego, vivendo à custa de empréstimos de seu patrício, até obter trabalho no carro restaurante. Não houve opção, sobrou-lhe o serviço destinado a “aves de arribação” e “espírito aventureiro”, como interpretou o promotor,...

Igualavam-se as profissões de ferroviários e peões de fazenda aos que trabalhassem em casas de taboagem, enquadrados como vagabundos. A João de Lima foi o que também sucedeu, quando o juiz decretou sua prisão preventiva: “considerando que o indiciado adotou como profissão o jogo, que é uma profissão ilícita, incidindo, portanto, na sanção do Código Penal... no sentido legal, todo indivíduo que faz do jogo meio de vida é considerado vagabundo e, portanto, sem profissão e domicílio certo”.¹²⁹ É importante ressaltar que João de Lima não era jogador profissional, mas preposto do bar Odeon, onde havia salas para jogos.

Múltiplos foram os casos de prisão preventiva cujo decreto baseava-se na profissão para determinar o indiciado “vagabundo” e sem domicílio certo. Para Waldemar Pereira a classificação de vagabundo em nada se modificou, pois de nada valeu o atestado do engenheiro de-

¹²⁸ ACTL. D. 4599/1927. fl. 23 (Grifos nossos).

¹²⁹ ACTL. D. 4943/1925. fl. 9 (Grifos nossos).

clarando que ele trabalhara até quatro dias antes do crime na Noroeste. E assim, além de estar desempregado, “também não é conhecido nesta cidade ou arredores o seu domicílio. É, pois, vagabundo, e não tem residência certa”. Entretanto, seu trabalho era na turma 87 da Noroeste do Brasil, profissão com deslocamentos.¹³⁰

Deparamo-nos, portanto, com uma realidade contraditória, pois algumas profissões eram reservadas aos vagabundos. Mas nem sempre era a profissão, a roupa também servia para considerar o indiciado vagabundo. Vicente Caetano teve este azar. O promotor em sua denúncia disse que “apesar de dizer-se pedreiro, não era também conhecido nesta cidade, e a sua indumentária mostra não passar de um vagabundo”.¹³¹

A lei, portanto, elasticamente definia quem era vagabundo. Os seus intérpretes enquadravam os indiciados como vagabundos pelo exercício de determinadas profissões cabíveis a vagabundos, lícitas ou ilícitas; pela roupa, por não disporem de bens, nem famílias. Ora, se Três Lagoas era uma “verdadeira Monte Carlo”, se a Noroeste mantinha várias turmas de serviço nas linhas; se os trabalhadores em fazendas, lá deviam residir e, se todos esses trabalhadores pobres se vestiam mal, quantos vagabundos, em potencial, existiriam na pobreza laboriosa?

Como se não bastasse, aqueles que não sendo ficavam feitos vagabundos. Assim, muitas vezes eram desembarcados em Três Lagoas pessoas transformadas em vagabundos. De 1920 a 1935 foi uma constante na imprensa a queixa contra esses “indesejáveis”. Isto surgia, às vezes, apenas como reclamação, outras externavam ainda certa sensibilidade, não indo nada além. Foi o regime autoritário vigente no Estado Novo o responsável pelo acobertamento das notícias das deportações, nas notas da imprensa local.

¹³⁰ ACTL. D. 4883/1927. fl. 6-15.

¹³¹ ACTL. D. 4345/1932. fl. 1.

As informações na imprensa local surgem corretas, algumas vezes cáusticas, outras compadecidas. Torna-se relevante, em parte, citá-las: “Ultimamente os trens procedentes de São Paulo têm vindo, repletos de pobres indesejáveis que aqui são despejados, como se nós fôssemos depósito de lixo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 17 de out. de 1920, p. 1)

No ano seguinte, 1921, “os infelizes indesejáveis” inspiravam “compaixão pelo estado de miséria”. E havia nesses desclassificados, uma classificação: “Alguns são homens novos, bem apessoados, capazes de prestar benefício à coletividade, trabalhado. Outros, porém, são velhos, alquebrados, doentes e idiotizados”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de abr. de 1921, p. 1)

Em 1922, reclamava-se contra o “hábito antigo da polícia de São Paulo” mandar “de tempos a tempos a escória social que recolhem em seus xadrezes”. E, novamente, os classificavam: “De mistura com essa gente, sucede virem, muitas vezes, indivíduos honestos, trabalhadores, chefes de famílias honradas, são as vítimas indefesas dos secretas vingativos, que abusam da sua força, às vezes por uma questão de simples copo de cachaça...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de dez. de 1922, p. 2)

Uma lista de nomes e motivos de deportação deixa claro o quanto era tênue a fronteira entre trabalhador pobre e vagabundo. Em 1922, alguns foram deportados pelas seguintes razões: “pequeno desfalque na Companhia Telefônica; por vender sem licença; por embriaguez, por vadiagem; absolvição por júri, por desordem, reservista que não se apresentou, por ter desfeito casamento com sobrinha do secreta Pedro Capue; por dar vivas ao Dr. Nilo Peçanha e morras ao Dr. Arthur Bernardes”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de dez. de 1922, p. 2)

As justificativas pouco se repetiam, todavia, o fator fundamental da exportação não estava explícito. Todos eram desclassificados, nenhum pertencia a camada dos ordenadores e nem a alguma profissão mais conceituada da pobreza laboriosa: pessoas “sem eira, nem beira”.

Não só de São Paulo, também chegavam de Campo Grande: “O primeiro desses ‘indesejáveis’... alegando ser um homem trabalhador e a haver caído no desagrado do delegado... porque esta autoridade anda morrendo de amores, pela mulher com quem vive naquela cidade”. Manifestando não crer muito na estória, concluía o jornalista: “Seja como for, o caso é que não podemos deixar... que, se lá o lixo humano é insuportável, não seremos nós que vá agora consentir que nos convertam em vasadoiro”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de dez. de 1922, p. 2).

Ano a ano era este o desfiar de contas de rosário. Em 1930 sob o título “Caravanas da fome” era explicado porque os desclassificados vinham para Três Lagoas: “Dezenas de trabalhadores são mandados para este Estado sem recursos nem emprego. Em virtude do elevado número de desocupados existentes na Noroeste, autoridades desta zona estão enviando a Mato Grosso levadas e levadas de indivíduos e famílias”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de jul. de 1930, p. 2).

O modo como chegavam era, também, de uma estratégia desumana. Vinham com passagens paga até Itapura, ali eram “os infelizes desembarcados, e dali como não trazem nenhuma espécie de recurso, eles dirigem-se a pé para Três Lagoas”. E a reclamação se repetia, ano após ano: “esta cidade está repleta desta gente”. Ficamos também sabendo que alguns dormiam “por favor” em casas particulares e na Estação: “Mas a maior parte perambula por aí sem eira nem beira”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de jul. de 1930, p. 2)

Em 1935 foram “66 deportados pela polícia paulista”. Essa leva, parece, foi a maior e mais heterogênea: “composta de ladrões, vagabundos, vigaristas, etc.” Bem mais miseráveis, “num estado de causar dó: doentes, famélicos, andrajosos e descalços”.

Lembram bem os pobres da Idade Média, em análise magistral de Mollat (1989, p. 63): “e o hábito da imutabilidade da ordem social normatizava a permanência da pobreza”. E, assim dizia, nosso repórter três-lagoense: “Muitos deles não podendo suportar a fome, mal desem-

barcaram, puseram-se a mendigar comida, de porta em porta” (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1930, p. 2). Pode-se bem imaginar o sobressalto da comunidade, 66 mendigos para uma população citadina, que mal chegara a 4.000 habitantes. Dessa vez a polícia local tomou uma atitude, aos moldes das demais polícias: “pelo trem de ontem, recambiou esses deportados à procedência”.

Esses fatos apontam para o agravamento do problema, pelo crescimento numérico dos indesejáveis e pela qualidade de suas vidas, que diminuía. Ficou bem patente a diferença dos “deportados” de 1920, aos de 1935, assim como o costume da expulsão e a atitude da polícia três-lagoense atestam a aceitação desta ordem de coisas: a falta de intenção e capacidade para resolvê-las não deixam dúvidas.

Retomamos as reflexões de Mollat (1989) sobre o século XIV, europeu: “pobres e indigentes: presenças incômodas e inquietantes”, passaram a ser expulsos da cidade como vagabundos. Decorрera meio milênio, e agora a lei declarava quem era vagabundo. As autoridades os classificavam como pobres, e como vagabundo tornavam-se desclassificados. A imutabilidade da ordem social permanecia. Enquanto isso, a procissão da miséria – expulsa como incômoda – continuava. O que mudou desde o tempo medieval aos tempos dos vagabundos, que chegavam em Três Lagoas, foi o critério de seleção – agora, o modo era legal, codificado. A lei ratificava o que o processo social milenar fizera: a desclassificação de alguns como vagabundos.

A presença pelas ruas de vagabundos e mendigos nunca deixou de perturbar a ordem social, no mínimo pelo temor. E não faltou legislação para preservar a ordem com medida de precaução. O artigo 201 do Código de Posturas de Três Lagoas proibia “mendigar pelas vias públicas, bem como esmolar em bandos precatórios”.¹³²

¹³² APMTL – Código de Posturas, 1921. fl. 74.

O crescimento dos vagabundos, decorrente do aumento da pobreza, não foi simplesmente pelo afluxo de nordestinos e outros migrantes pobres. No contexto da história brasileira, aqui uma réplica, traduzimos como resultado dos mecanismos dos ordenadores na distribuição da terra: não só impediam o seu acesso àqueles vocacionados a pobres, como impulsionavam a sua concentração às mãos de poucos predestinados. Os deslocamentos jamais cessaram, como as leis protetoras da ordem nunca deixaram de existir. Ainda hoje, no fim do milênio...

Bandidos: os homens-fera

Juridicamente não existe a figura do bandido. Todo aquele que cometeu um delito é delinquente (crime/criminoso) seja contra a vida, contra a propriedade, contra a honra ou contra a economia popular. Para a Justiça o criminoso é aquele que praticou um ato antijurídico. No entanto, sociologicamente e como conceito popular, ao longo do tempo o bandido tem recebido atenção. E. J. Hobsbawm (1976) dedicou um livro ao seu estudo, utilizando-se do termo e distinguindo “banditismo social” do “anti-social”.

Aqui nosso interesse volta-se para a figura do bandido, construída na comunidade três-lagoense. Os processos-crimes, os testemunhos contemporâneos e a imprensa local permitem entrever a figura do bandido no universo dos criminosos.

Algumas expressões referidas a esses tipos de delinquentes, bem como de atitudes e comportamentos em relação ao crime, nos auxiliam a esboçar um perfil. A reincidência do homicídio, e a ferocidade a ele vinculado, manifestaram-se como os aspectos essenciais para configurar o bandido. A forma de desclassificação é reconhecida nas seguintes expressões: “assassino vulgar”, “criminoso vulgar”, “delinquente vulgar”, em que vulgar não era usado no sentido de comum, trivial, e sim conotado reles, desprezível, pessoa sem nenhum valor.

Quando da morte de Jerônimo Gonçalves por Guaiaandava, disseram as testemunhas que o assassino era “vulgar, por já ter assassinado o Paulista a tiros de arma de fogo, também já matara Adolphinho de Tal, e mais mortes que nem ele, Guaiaandava se lembra dos nomes das vítimas”.¹³³

O delegado além de considerá-lo vulgar, qualificou-o como perigoso: “fez antes assassinatos a sangue frio, e confessa o crime, e descreve os lugares dos ferimentos de suas vítimas, demonstrando assim, um criminoso vulgar e perigoso”.¹³⁴

Sebastião Paulista foi traçado como

característica do delinquente vulgar, que não abandonava o seu revólver, que trazia pendurado à cinta, afrontando os pacatos moradores daquela região. Acrescido de que possuía a frieza dos profissionais do delito. Vangloriava-se de seus crimes, afirmando perversamente, que alvejara a vítima porque ele era um homem metido a valentão, ufanando-se perante os seus ouvintes de ser matador de Pedro Dias¹³⁵.

Nas referências a Guaiaandava e Sebastião Paulista vimos que, além de criminosos vulgares, eram perigosos e perversos. Frieza, perversidade, periculosidade eram outras características que se uniam para configurar o bandido. Foi neste tom que se pronunciou o promotor sobre o delito de Guaiaandava: “praticado em condições de covardia e ferocidade capazes de atestar, até a evidência, o grau de temibilidade dos seus autores”.¹³⁶

Um bandido tornava-se um “profissional do crime”, como nos casos de Sebastião Paulista e de Manoel Dias de Queiroz: “assim pro-

¹³³ ACTL. D. 4749/1922. fl. 27-45.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ ACTL. D. 4915/1936. fl. 15-27.

¹³⁶ ACTL. D. 4749/1922. fl. 2.

cede o profissional do crime com a consciência situada no ambiente pestífero de sangue humano, sem o fogo do remorso a tolher-lhes os passos na faina sinistra da destruição de vidas... que a justiça o puna com seriedade, para que possa a sociedade viver tranquila e as famílias sem o sobressalto constante que uma besta fera a traz”.¹³⁷

Por uma testemunha nos autos soubemos que Manoel bebeu num boteco com a vítima e matou-a, inesperadamente. Viera ao seu encontro com essa intenção, dissera ao barqueiro do rio Sucuriú que vinha a Três Lagoas para matar Olímpio de Queiroz”.¹³⁸

Esses bandidos agiam com sangue frio, calculadamente, ou em estado de alucinação. No depoimento de Raimundo sobre Galvão imaginamos o quanto a ideia da ação criminosa alimentava o pensamento do bandido. Ele contara a Raimundo “que não matara Euzébio naquele momento, mas que guardava ocasião que pudesse abrir 6 buracos de bala”, e “que já matara outro em ocasião de um baile, por inveja, que o outro tocava sanfona melhor que ele”.¹³⁹

Mesmo à morte o bandido agia fora do comum. Assim foi quando em luta de faca, foice e revólver, resultou no ferimento da vítima que “parecia mais um leão do que um homem, sempre vociferando não desistia da luta, mesmo já caído, ainda gritava ‘matem-me filhos da puta’, porque se me deixarem ponta de vida, eu mato a todos”.¹⁴⁰

Aqui, a imagem do bandido animalizava-se, simbolicamente revelava-se o bandido como uma fera, como leão enfurecido ou como onça traiçoeira. Era pelos hábitos e tendências que se reconhecia o bandido. No

¹³⁷ ACTL. D. 4516/1919. fl. 1.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ ACTL. D. 4350/1919.

¹⁴⁰ ACTL. D. 4707/1922.

inquérito policial testemunhas foram solicitadas a dizer se conheciam os instintos e costumes de Manoel Pedro. As respostas vieram no seguinte teor: “nunca ouvira de sua boca, conversa que revelassem ser um homem de critério e bom; ao contrário, ouvia sempre o mesmo falar unicamente em matar”. Reforçaram-se os depoimentos na repetição: “pelas suas prosas se via que era um homem de maus instintos, pois que só falava em matar e mortes, tendo chegado a dizer que não era o primeiro”.¹⁴¹

Eram profissionais do crime e quando deixavam de sê-lo “recebiam aposentadoria”. O registro da morte de Liberino dos Santos foi neste tom: “assassinado famoso Liberino”, “criminoso aposentado”. Bandido também era o assassino do Liberino, considerado nascido para matar, pois vivia “gabando-se de seus feitos, com ares de quem praticou algum ‘heroísmo’. Galdino é criminoso de duas mortes. É o verdadeiro tipo de delinquente nato”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de dez. de 1933, p. 1)

O termo bandido, em suas origens, decorre de sua formação em bandos vagueando pelos campos, lá pelos idos dos séculos XVII e XVIII (HOBBSAWM, 1976, p. 33). Os casos a que nos referimos não ocorriam em bandos, mas de bandidos para a comunidade. Bandido, bandoleiro, facínora eram as designações para esses desclassificados. Havia tipos de criminosos que não eram desclassificados – aqueles que matavam em defesa da vida, da honra, num momento de “ira pronta”. Os jagunços, assalariados por um fazendeiro sempre influente, não eram desclassificados. Só o seriam se caíssem na desgraça do patrão.

Entretanto, havia bandos que atuavam na região de Três Lagoas, em determinadas épocas. Mesmo que fossem exagerados os números, os fatos e boatos punham em sobressalto a população. Em 1924, dizia-se que uma “quadrilha de perigosos bandidos está assaltando viajantes, saqueando fazendas”. O trânsito de boiadas ficava “ameaçado

¹⁴¹ ACTL. D. 4760/1926.

pelos bandoleiros, cujo número excede de 300". É bem provável que em vez de 300, fossem 30, mas os fazendeiros estavam preocupados com a segurança da estrada boiadeira de Três Lagoas a Araçatuba. Isto em nada alterava, se 30 ou 300.

Famoso na região sul de Mato Grosso foi Silvino Jacques. Sobre ele contavam-se estórias, que lembravam as de lampião. Silvino fizera parte de um dos "batalhões patrióticos gaúchos", após ser libertado da prisão no Rio Grande do Sul, por um caudilho. Estava preso por um crime de homicídio. Terminada a Revolução de 1930, não voltou para o Sul, embrenhando-se no interior de Mato Grosso. Liderava um bando de "foras da lei". Tinha em seus amigos, "homens de certa projeção social e política". Em 1939 foi caçado e capturado, junto com seu bando, pela polícia estadual. (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de jun. de 1939, p. 3)

Nem todos os criminosos eram bandidos. Nenhum ladrão dos casos analisados foi assim considerado. Eram gatunos, larápios até "salteadores". Como já vimos, isto não era suficiente para transformar alguém em bandido. Um conjunto de fatos, como repetição do crime, requintes de perversidade, homens-fera faziam o bandido. Todavia, a sua existência mais se devia a divulgação da imagem criada. De boca em boca, as suas façanhas sanguinárias "cortando orelhas", mostrando-as "ainda fresca e embrulhada num pedaço de papel",¹⁴² trazendo a roupa suja de sangue e dizendo com galhardia "isto é sangue de José do Carmo";¹⁴³ verificando se a vítima estava morta, "pisava-lhe o corpo e dizendo-lhe ainda: canalha".¹⁴⁴

Esses fatos repetidos, feito cenas macabras, em que o sangue, os pedaços do corpo e o cadáver ultrajados faziam do criminoso o mais

¹⁴² ACTL. D. 4775/1924. fl. 1.

¹⁴³ ACTL. D. 4454/1932. fl. 11-39.

¹⁴⁴ Ibidem.

terrível bandido. Sua perversidade e sua periculosidade criavam nas mentes um perigo à vista. Poderiam encontra-lo na estrada, no boteco, em qualquer rua da cidade. Bandido não se classificava como gente, mas como fera: infestavam o ambiente de sangue e terror.

Apesar de homens-fera, esses profissionais do crime nem sempre eram insensíveis ou ateus. Dos autos emergem o afetivo e o religioso. Um exemplo típico é o de Antônio Vieira, “assalariado” do crime. Em seu processo-crime há a identificação de seus pertences encontrados nos bolsos: uma fotografia de uma mulher e de uma criança, presumidamente seu amor e sua filha, junto uma minúscula estatueta de Santo Antônio, aproximadamente 2 cm, em metal, com certeza seu santo protetor. Revelam a crença e o afeto deste que, em vida, semeou a morte.¹⁴⁵

Homossexuais: desordeiros depravados

Homem devia ser macho! Se não fosse forte, corajoso, intrépido como deviam ser os machos, ainda assim, era homem! Deixaria de sê-lo se fosse bandido sanguinário, homem fera. Havia, entretanto, outra condição para tornar-se um desclassificado: o homossexualismo, ativo ou passivo, que o degradava ao mais baixo nível da escala social.

No acampamento dos lenhadores, perto do rio Sucuriú, Raphael morreu por tentar “saciar seus instintos” em seu colega de trabalho. Paulo Negrão que “foi despertado tarde da noite, bruscamente, por Raphael, que pretendia exercer, na sua pessoa, a função de pederasta ativo”. Disse Paulo Negrão que “ficou exacerbadado e com uma faca que tinha consigo deu em Raphael algumas facadas, cujo o número não se lembra”. Raphael foi assassinado ali mesmo, e o processo de Paulo Negrão não foi nem concluído. Ao final, foi arquivado¹⁴⁶.

¹⁴⁵ ACTL. D. 4697/1936. (anexado em envelope)

¹⁴⁶ ACTL. D. 4934/1919. fl. 9.

O caso de Pedro Higino foi mais grave, denunciado por violência sexual a um menor. Augusto Roldão de Souza, com 16 anos, foi a “inocente e infeliz criança” que Pedro Higino usou “para satisfazer as suas paixões lascivas e altamente depravadas”. Por meio de violência e ameaça conseguiu “saciar a sua lubricidade”, deixando “o indefeso menino aterrado pela sua brutalidade e transido de medo da ferocia do seu repugnante algoz”. Foi preso por ter cometido atos indecorosos, e com violência; fez o menino “de mulher, praticando ato libidinoso em seu corpo, com requinte de depravação moral”.¹⁴⁷ Não uma pura violência, mas num grau maior pelo ato altamente depravado. O que o desclassificava como ser social era a depravação moral e não sua brutalidade.

Todo um contexto moral criado para diferenciar homem de mulher por meio da indumentária, da gesticulação, do penteado, da entonação de voz não poderia admitir confusão naquilo em que mais se deveriam diferenciar: a ordem e a função do sexo. A própria classificação da pederastia, em ativo e passivo, diz bem que ao homem cabia o domínio e à mulher a submissão. Eram substituíveis as expressões “passivo” – “o fez de mulher”.¹⁴⁸ E assim ainda o é.

A igreja e a imprensa estiveram sempre alertas aos costumes, evitando que diminuísse sem estas diferenças. Criticaram a moda dos cabelos “a la garçonne”, o uso das calças compridas e a “onda arrogante de feminismo, com o voto de Eva” (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de set. de 1925, p. 2). Em 1922, um grande perigo rondava a virtude das mulheres, balaústre da diversificação maior, que deveria existir entre os sexos. Um artigo na imprensa local, sob o pseudônimo de “Filosofo”, apoiava e aplaudia ao bispo diocesano pela “sua campanha santa em prol da mulher, nesses tempos assombrosos do cinematographo” (GAZETA

¹⁴⁷ ACTL. D. 4906/1921. fl. 3-7.

¹⁴⁸ Ibidem.

DO COMÉRCIO, 30 de abr. de 1922, p. 1). A sétima arte, em seu início, seria privilégio dos homens e um atentado ao pudor do sexo fraco.

Esses costumes e essa moral preconceituosos não poderiam aceitar um homem em situação “passiva”, principalmente nas relações sexuais. Vindo a público, tornava-se desclassificador de um membro do gênero do “sexo forte”. Essa era uma desclassificação que não respeitava categoria social, nem escolhia categoria profissional, enquanto todas as outras mostraram-se orientadas para o universo da pobreza.

O fundamento dessa degradação encontra explicação na estrutura de poder. Suas raízes estão na própria organização social da comunidade, baseada na diferença biológica e articulada, valorativamente, à desigualdade dos sexos. Uma comunidade acentuadamente machista.

Feiticeiras e Macumbeiros: o espaço da magia

Ao debruçarmo-nos sobre dois casos de violência à “feiticeiras”, percebemos a permanência do fenômeno feitiçaria em pleno século XX, em Três Lagoas. Por limitadas que sejam nossas reflexões, porque não cabe aqui maior aprofundamento, é uma contribuição para a análise do sistema mental coletivo que legitima a perseguição às feiticeiras, distinto daquele do período inquisitorial.

Não são as feiticeiras que mudam a maneira de ser, mas o ambiente onde elas são produzidas que diferem entre si. Há entre o meio e as criações do imaginário coletivo estreita relação, pois, cada sociedade, no tempo e no espaço, elabora distintos significados para o mesmo fenômeno de magia. O que não impede a persistência de certas crenças e práticas. O modo da sociedade colocar-se em relação ao mágico, veicula imagens, estereótipos e as heranças de uma dada sociedade. Portanto, a análise de comportamentos repressivos às feiticeiras deixa permear fundamentos ideológicos e sociológicos do contexto onde eles são gerados.

No sentido de explorar esses elementos, utilizamos um inquérito policial e um processo-crime, cujos delitos tiveram por móvel a violência às feiticeiras. Duas peças constituíram-se em valioso testemunho para a apreensão da mentalidade popular nesta comunidade, palco dos fatos por nós analisados.

Em 1943, foram dois os acusados como responsáveis e onze como cúmplices, pelo espancamento de Marinho Alves da Silva e sua mulher, por ser ela considerada feiteira.¹⁴⁹ Da mesma forma no processo-crime de 1941 foram três acusados pelo espancamento de Ana Vieira Borges, mulher tida por feiteira.¹⁵⁰

Explicitamente em comum aos dois autos, encontramos o motivo do crime: a identificação de uma feiteira que devia ser punida. Na verdade, elas serviam de bode expiatório pela ocorrência de infaustos acontecimentos a um grupo de lavradores. Suas perdas referiam-se a animais, à saúde e à vida. A responsabilidade não foi imputada apenas às feiteiras, mas extensiva ao marido ou companheiro das mesmas.

Na busca do que não estava explícito, chamou-nos a atenção ao que parecia inusitado: o compartilhamento da culpa pelo marido ou companheiro da feiteira, embora não fosse ele participe de seus poderes mágicos. Nossa primeira indagação foi saber se o poder do macho, nesta comunidade, era mais forte que o poder mágico da feiteira. A preocupação maior, todavia, foi buscar o que havia de comum nos comportamentos e nas concordâncias que apontassem para um núcleo de tradição de crença e de prática. A pergunta que se impôs calcou-se em saber: qual o lugar das feiteiras nesta comunidade?

A prática de se castigar também o homem revelou que os poderes mágicos – quase sempre entendidos apenas quanto função individuali-

¹⁴⁹ ACTL. D. 4356/1934.

¹⁵⁰ ACTL. D. 4589/1941.

zada – quando referente à feitiçeira, por ser mulher, assume feições diferentes numa comunidade em que o poder do homem se sobrepõe ao da mulher. Se a feitiçeira tem poderes mágicos para fazer o mal e se há um homem que a domine, o mal não seria totalmente destruído enquanto o outro poder que domine a feitiçeira não fosse, também, aniquilado.

Num dos casos a feitiçeira era casada e o marido foi espancado, juntamente com ela.¹⁵¹ No outro, a feitiçeira era desquitada e tinha um companheiro. Só ela foi encontrada em casa e após açoitá-la, o grupo dirigiu-se à roça, onde estava o companheiro, com ameaça de surrá-lo e mata-lo.¹⁵²

A inferioridade da mulher em relação ao homem ficou patente nos próprios autos do inquérito policial. Marinho sofreu agressão “porque sua mulher era feitiçeira”. E embora haja registro de que a acusada de feitiçeira foi também espancada, isto ficou em segundo plano. Ela não foi chamada a prestar declarações, apenas Marinho, sequer seu nome constou no inquérito. As referências à feitiçeira foram sempre: “a mulher de Marinho Alves da Silva”.¹⁵³ No processo-crime de que foi vítima Ana Vieira Borges o advogado de defesa ignorou a ideia de feitiçeira, mas reafirmou a noção de comunidade machista: “a vítima deste processo é uma mulher, indefesa pela sua própria natureza”.¹⁵⁴ Há uma persistência no imaginário coletivo da fraqueza da mulher, atributo que lhe possibilita ser possuída por forças diabólicas, maléficas – crença medieval.

Um argumento dos teóricos das perseguições às feitiçeiras, no século XVI, registrado por Mandrou (1979, p. 99), é esclarecedor: “nós vemos mais mulheres, entregues a feitiçaria que homens, pois aquele sexo é mais curioso e mais fraco”. Ginzburg (1988, p. 63) reforçou esta

¹⁵¹ ACTL. D. 4356/1934.

¹⁵² ACTL. D. 4589/1941.

¹⁵³ ACTL. D. 4356/1934. Ao longo dos autos.

¹⁵⁴ ACTL. D. 4589/1941. p. 42.

afirmação: “... bruxas, pobres mulheres vítimas dos enganos e das seduções do demônio”.

Ana e a mulher de Marinho possuíam poderes mágicos porque encarnavam uma feiticeira, mas como mulheres permaneciam fracas e inferiores.

A feiticeira, sabemos, é uma criação. O delegado de polícia assim pensava: “desejando fazer o mal e não achando um meio, criaram a ideia de ser a mulher de Marinho Alves da Silva, feiticeira”.¹⁵⁵ No caso de Ana também o promotor viu nos acusados uma criação: “o que os levaram a praticar o espancamento na vítima foi o fato desta ser ladra e feiticeira”.¹⁵⁶

Os agressores de Marinho e sua mulher perceberam o sobrenatural atuando maleficamente sobre sua saúde e propriedade. Assim foi que um declarante horas depois de ter tomado um copo de leite oferecido pela feiticeira, “sentiu-se mal, supondo ser feitiçaria da mulher de Marinho”. Outros depoimentos nos fornecem mais pistas: “que vem há muito tempo descobrindo coisinhas, que provam ser a mulher de Marinho feiticeira”, assim como alguém “que pareceu com uma doença que parecia lepra”; e acreditavam “todos os moradores de Porto Independência que foi mandinga feita pela mulher de Marinho”; outro achava também que era obra sua a “causa da morte de diversos animais de sua propriedade”.¹⁵⁷

Como duvidariam eles do poder diabólico da feiticeira, se os fatos comprovavam doenças e mortes de animais? Ademais são crenças que têm raízes na profundidade do tempo. O mistério, esta aura secreta que envolve as feiticeiras e mágicos, perde-se no horizonte da história. Orienta-se mais para a sua relação com as coisas e com os homens. São poderes ocultos, indefinidos, por isso temidos. As feiticeiras tanto po-

¹⁵⁵ ACTL. D. 4356/1934. p. 15.

¹⁵⁶ ACTL. D. 4589/1941. p. 1.

¹⁵⁷ ACTL. D. 4356/1934. Detalhes de vários depoimentos.

dem significar seres benéficos, quanto maléficos. Dos primeiros entes podem transformarem-se em seres do mal: “... a linha de partilha não é clara, e suas determinações não se apreendem facilmente; a feitiçaria de aldeia, aceita, solicitada – mesmo com um meio inconfessado – cessa um dia de ser reconhecida como benfazeja, como uma ajuda possível. ... a boa feiteira é, então, praticamente esquecida”. (MANDROU, 1979, p. 97)

Nos autos analisados constatamos esta mudança de direção no comportamento de uma vizinhança – da aceitação ou tolerância com a feiteira à sua perseguição. Antes de serem acoissadas eram, no mínimo, toleradas. Houve um tempo de armazenamento de fatos, até que a cumplicidade tática fosse rompida acidentalmente. E como uma descarga de todas as frustrações daqueles grupos de lavradores lançaram-se sobre suas presas, responsáveis por todos os seus malefícios.

Em sua pesquisa sobre feiteiras, na França do século XVII, Mandrou (1979, p. 123) nos fala que: “malefícios trazem o sinal mais seguro da cumplicidade estabelecida entre o demônio e suas criaturas: tanto gado perdido, tempestade e catástrofes naturais, quanto mortes de homens podem ser-lhes atribuídas desde que a suspeita recaia sobre elas”.

No caso de Ana, quase desapareceu o poder da feiteira para predominar o atributo de criminosa. Para alguns acusados, espancaram-na por saberem “que as tratava de uma feiteira, dada até a roubar”. Para outros, espancaram-na “com um pedaço de fumo de corda na mão, o que fizeram e não estão arrependidos, por se tratar de uma ladra de gado e animais cavалares, além de feiteira”.¹⁵⁸

Para a mesma feiteira, criminosa, no testemunho de outros contemporâneos, era o mágico que se sobrepunha, produzindo até malefícios à saúde: “a surraram com fumo, por saber que ela era feiti-

¹⁵⁸ ACTL. D. 4589/1941. fls. 8-24.

ceira”, atribuíam aos seus feitiços “a doença mental de uma moça que saía andando pelo mato”.¹⁵⁹

O próprio delegado de polícia aceitou, além do aspecto criminal, o elemento mágico: “Pelos depoimentos que se seguem nestes autos, vêm provar, quase exuberantemente, que a vítima Ana Vieira Borges é pessoa de maus antecedentes, criminosa, além de ladra de gado e animais cavaleares: finalmente, uma feiticeira”.¹⁶⁰ De vítima passou à criminosa, como num passe de mágica. Concreto havia sido seu espancamento, mas ficou “quase provado” que era má e criminosa. O feitiço virou contra a feiticeira...

Cabe observar que nos dois casos houve espancamento, com vara ou pedaço de fumo em corda, comportamento que não era usual. Os processos mostram a agressão em sua totalidade, com armas cujos ferimentos seriam fatais como revólver, faca, machado. Tudo indica a permanência das práticas de castigo às feiticeiras.

Carlo Ginzburg (1988) revela os vestígios do uso de ramos para açoitá-las: “a crença de que se pode fazer mal às bruxas unicamente espancando-as com ramos de viburno, a luta a golpes de bastão (até o pormenor dos cabos de vassoura com os quais estão armadas as feiticeiras lituanas) evoca os ramos de sorgo ou milho – Zaburro usados pelos feiticeiros do Friul”. A espécie de ramo poderia variar, mas sempre conservando o significado místico do vegetal em uso. Não seria forçada a vinculação dessas práticas antigas ao caso analisado, quando se sabe que é costume o uso de fumo para afugentar cobras, animal peçonhento. Não encarnavam essas feiticeiras o símbolo da maldade, do veneno?

Todavia, as citações dos autos conduzem a outro aspecto de maior interesse para esta análise: a “má fama”. Há um tempo em que a

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Idem, fl. 23.

feiticeira, de tolerada transmutava-se em maléfica. A imagem construída passa a ser de ameaçadora da ordem. Se na Idade Média blasfemava e renegava a Deus, a Virgem, aos santos e sacramentos, na época moderna e contemporânea, viola a propriedade: “É pessoa de maus antecedentes, criminosa, além de ladra de gado, finalmente feiticeira”, foi a conclusão que chegou o delegado de polícia, relembramos. Apropriou-se da fala dos agressores para ser acusador da vítima.

Ficou bem claro que se tratava de punir as responsáveis pelas desordens na comunidade. Tudo o que aconteceu de infausto não foi por si mesmo, mas por um mau espírito desencadeado por uma pessoa que deveria ser punida. Nada mais foram os atos agressivos contra as feiticeiras que a velha prática de controlar os que pareçam pôr em risco a ordem. Assim eram considerados perigosos os ladrões, os vagabundos, os bandidos, os homossexuais, as prostitutas, as feiticeiras e os macumbeiros.

Destes, temos notícias de Maciel, que atuava em Mutum, no município de Três Lagoas. Aí “ergueu uma capela à infinidade dos ‘Santos’ de sua devoção e é neste cafua que se reúnem os fanáticos para a ‘sarabanda’ em honra aos protetores do novo iluminado”. As palavras sublinhadas denunciam o desprestígio de Maciel, a despeito de sua popularidade. A desclassificação não se fazia diretamente pelos seus poderes de “iluminado”, mas pelos vícios de que os mortais eram possuídos. Era ele “um tipo degenerado pelo álcool que absorve diária e constantemente”. Posto em suspeição porque causava problemas à ordem, dizendo-se “adivinho e como tal vai ludibriando a boa fé dos ignorantes, tendo já suscitado conflitos de sério caráter” (GAZETA DO COMÉRCIO, 6 de ago. de 1933, p. 1). Esse, como o caso das feiticeiras, tornou-se incômodo quando perturbou a comunidade. Não antes.

Retomando os motivos da desclassificação social (dos vagabundos, bandidos, feiticeiras, prostitutas, homossexuais e macumbeiros) sentimo-nos compelida a vê-los em seus envasamentos, identificados

com o temor da perturbação da ordem. Relembramos que apenas o homossexualismo não poupava grupo social nenhum; os demais recrutavam seus componentes apenas na pobreza. Significa que os ordenadores estavam imunes à desclassificação, exceto pela “inversão do sexo”. Isto é um indicativo de que as mulheres estavam excluídas do papel que cabia apenas ao homem: “ordenar” a comunidade. A elas reservava-se a função de preservar a ordem pretendida, apenas como efeito demonstrativo.

É óbvio, que na dinâmica da sociedade as coisas não eram bem assim. Todas estas desclassificações faziam-se em função da preservação da ordem, em nome da tranquilidade e da segurança de duas instituições: a propriedade e a família. Desta forma, qualquer mudança, por mínima que fosse, na marca desclassificatória, implicava em mudanças anteriores naquelas instituições. Ficou evidente que pouco mudaram. A propriedade completou os interesses dos ordenadores em seu papel concentrador. Os valores e as estruturas permaneciam.

O que foi notável referia-se ao aprofundamento da distância entre ordenadores e o resto da comunidade, visível pelo padrão de vida. Todavia, após 1930, a Igreja, o Governo e o crescimento da cidade foram responsáveis por pequenas diferenças, o suficiente para percebermos algumas novas relações.

Os vagabundos, os bandidos e os etiquetados em feiticeiras, videntes e santos, durante o período getulista sofreram rigoroso controle. Lembramos, como, até 1935, a imprensa local reclamava da presença incômoda dos vagabundos. Posteriormente, essa manifestação de desassossego não teve registro nas páginas do jornal.

Em 1931, a polícia movia perseguição ao criminoso Cambira Camisão. O governo de Mato Grosso estava empenhado “no extermínio dos empreiteiros profissionais”. O aparato repressor existia, era só mobilizá-lo numa direção que antes não interessava. A imprensa regis-

trava que, em breve, Três Lagoas teria “aquartelada uma Cia. da Força Pública, reforçada com uma secção de metralhadoras e um esquadrão de cavalarianos para mover tenaz perseguição ao banditismo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 24 de jun. de 1931, p. 3)

Cumpre destacar que neste mesmo ano, 1931, foi propalada na imprensa escrita e no rádio a luta para capturar no Nordeste o famoso Lampião. Fazia parte do governo de Getúlio Vargas a eliminação do banditismo. Lembramos a feroz captura de Silvino Jacques, ocorrida ao final da década (1939).

Ainda em 1931 os “santos” e videntes foram tenazmente perseguidos. A *Gazeta do Comércio* comentava o aparecimento de “santos” em Minas Gerais, Pernambuco e Mato Grosso. E dizia “tal o número de coisas sobrenaturais registrados na imprensa, que somos inclinados a crer estarmos de novo na época dos milagres”. A repercussão desses fatos e boatos movimentou a polícia, “que resolveu perseguir as santas”. Em Recife dizia-se que por influência do clero, a “santa” foi “presa e recolhida ao xadrez”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 7 de jun. de 1931, p. 3)

Esta nota era utilizada para alertar sobre medida semelhante que iria acontecer a milagreira Manoelita, para a qual muitos três-lagoenses acorriam: “Pois a polícia de Minas”, dizia o jornal, “enviou para lá uma força de 40 praças com ordens terminantes para acabar com os milagres de Manoelita”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 7 de jun. de 1931, p. 3)

Posteriormente começou a aparecer com certa frequência, na *Gazeta do Comércio*, matérias que tratavam de revelações de cartomantes sobre a política local. “Santas” e cartomantes, dizia o mesmo jornal, que os casos já estavam “saíndo fora da medida do que é de se suportar” (GAZETA DO COMÉRCIO, 22 de jun. de 1931, p. 1). A partir da década de 1930 observamos que Governo, Polícia e Clero estiveram ao encalço de “santos”, videntes, bandidos e vagabundos. Antes de 1931

não houve registros desta natureza, evidenciando um pacto de poder com o objetivo de impor a ordem, segundo critérios morais, ideológicos e culturais. Por outro lado, cabe evidenciar que essa retomada da Igreja Católica no cenário político e educacional da década de 30, representando o pensamento oligárquico-conservador, assume significado muito mais amplo. (CARNEIRO, 1988, p. 111)

Ao tempo do Estado Novo esse pacto importava em outras tantas possíveis associações. Igreja e Justiça fortaleciam seus papéis de ordenadores, reforçando tal imagem. Com este empenho, por exemplo, em Três Lagoas foi entronizada na sala de Júri a imagem de Cristo; por ironia, era o Cristo crucificado... (GAZETA DO COMÉRCIO, 24 de set. de 1939, p. 3)

Em síntese, ao longo do período as diferenças ocorridas foram no sentido de manter maior vigilância e repressão aos grupos de desclassificados. 1931 mostrou-se como o início desta desinfecção, e o seu recrudescimento em 1939.

CAPÍTULO 5

INSTITUIÇÃO E PODER: PROPRIEDADE E FAMÍLIA

... todo preceito de lei ou de moral constitui apenas um elemento entre outros de uma construção ideológica edificado para justificar certas ações e para, numa medida, mascará-las...

Georges Duby, 1989

As noções de propriedade e família mostraram-se como suporte em que se as noções de ordem, tranquilidade e segurança. Este conjunto de valores recoberto e ordenado em torno de propriedade e família, bem nítido em nossa análise, revela a continuidade de um sistema, uma ordem estabelecida desde séculos. O conjunto de leis e órgãos policiais foram, também aqui, as sentinelas da sagrada instituição da propriedade. E não se fez diferente em seus vínculos com outra sagrada instituição: da família, pela tradição do nome e a prática da herança.¹⁶¹

1- O espaço: de indiviso a demarcado

Até a primeira metade do século XIX, o nordeste de Mato Grosso, onde se insere Três Lagoas, era um espaço habitado pelos índios Caiapó. Foi nesse momento que se iniciou a ocupação não índia de algumas áreas para atender a atividade pecuária por grupos mineiros e goianos, com entradas pelo rio Paranaíba. Ocupada a terra tida como devoluta, mais tarde processava-se a aquisição do título, primeiro a comprovação da capacidade da posse, depois, a legalização da propriedade. Este processo

¹⁶¹ Interessa-nos não só como foram definidos e regulados os procedimentos considerados como legítimos e ilegítimos na perpetuação daquela ordem. Nossa preocupação é ir além de sua formalização, e saber de que forma era ela questionada ou aceita, como seus mecanismos de perpetuação repeliem ou consentiam "as desordens". A partir dos conceitos propriedade e família, nesta seção nosso esforço é descobrir as exclusões e os interditos e em que interstícios "as desordens" penetravam.

de posse e propriedade do solo ainda não se esgotara, veio até a quarta década do XX quando nos primeiros anos deste século a estrada de ferro Noroeste foi ao encontro do crescente empório do gado.¹⁶²

Quando os trilhos ultrapassaram a divisa do Estado de São Paulo foram erguidos, em caráter provisório, alguns barracos para acampamento do grupo construtor da via-férrea. Estendida a linha, foi criada a primeira parada do trem em território mato-grossense, no km 38. Nascia, assim, o patrimônio de Três Lagoas.

Nascia de um vínculo da pecuária com o comércio. Se examinarmos o nascimento das cidades ao longo dos trilhos da Noroeste, nas duas primeiras décadas do século XX, encontraremos esta mesma associação: pecuária e comércio. A vocação de cidades voltadas para o comércio do gado marcou todas elas. E, a partir desses interesses, foi delineada a sua organização social.

O ordenamento da comunidade três-lagoense firmou-se no arranjo espacial. Tê-lo em vista é fundamental para a compreensão da base na formação desta comunidade. Daí impor-se como constitutivo apreender o processo de espacialização de seu território. Sem dúvida é esse o processo motor do ordenamento das sociedades, desde séculos. Alcança-se aí o fundamento essencial de toda sua organização social. Haveres, poderes, favores assomam desde logo: abrem-se frestas para entrever a medida da ordem.

Terra e poder é a relação que melhor expressa esse ordenamento especializado. Em Três Lagoas era concretizado na divisão procedida pelo Código de Posturas que, para “boa execução e todos os efeitos da administração municipal”, zoneou o município em 3 zonas: 1ª perímetro urbano; 2ª zona suburbana e 3ª zona rural.¹⁶³ Começamos por esta última que, na prática, foi a primeira.

¹⁶² Ver capítulo 2: A aventura da pecuária e do comércio.

¹⁶³ APMTL – Resolução Num. 42/1921. Livro de Leis Num. 01. fl. 52v.

A propriedade rural em Três Lagoas caracterizou-se pela grande extensão, reproduziu o processo histórico de concentração das terras na fase da conquista do Oeste. Tratava-se, na realidade, do mesmo processo desde os idos coloniais, com algumas formalidades diferentes.

A origem da propriedade privada, no Brasil, deve-se às concessões de sesmarias e datas. Marcada pelo seu caráter de desigualdade na distribuição, não se fez diferente no século XX em Três Lagoas. As possibilidades favoráveis para um número restrito recaíram, sempre, na pré-condição de recursos. Assim foram as sesmarias e as datas para lavras. Aqui foram os aforamentos. Naquelas, o número de escravos era o indicador da capacidade. Aqui, a aptidão era dada pelo pagamento de imposto.

A história do nascimento da fazenda Piaba constitui-se evocativa página da origem da propriedade privada em Três Lagoas. Protázio Garcia Leal, seu fundador, e o camarada Manoel Pinto são os protótipos dos “predestinados” a fazendeiro ou a peão.¹⁶⁴

Desde os tempos coloniais os meios de averiguação da capacidade de recursos para tocar a terra tiveram algumas mudanças, o que permaneceu sem alteração foi o objetivo: selecionar os que poderiam ter acesso à terra. Mecanismos que alimentaram o distanciamento cada vez maior dos dois polos da sociedade em relação à propriedade: os possuidores e os despossuídos. A partir desta afirmação impõe-se a explicação de como se fazia a triagem entre os que teriam cabedais e aqueles fadados à míngua de haveres.

Havia um tempo para a demonstração da capacidade. Ocupada a terra, seu ocupante recebia um título provisório de posse; o título definitivo de propriedade era concedido pela Seção de Terras, em Cuiabá, àqueles que haviam preenchido as condições requeridas. O pagamento de impostos era um dos requisitos, a força era outro meio usual. Lembremos o caso do senador Antão Vitorino, que mandou atear fogo ao patrimônio de Lajeado, depois, Queimado.

¹⁶⁴ Ver seção “De sertanistas a coronéis”, capítulo 2.

Testemunho contemporâneo, Marcolino Carlos de Souza, político e fazendeiro, em seu depoimento, mostrou-nos a estirpe dos fazendeiros. No início do século XX seu pai, José Carlos Queiroz, veio do sertão goiano para o distrito de paz de Garcias. Fez um açude num córrego no meio dos campos mais bonitos da região.¹⁶⁵ Voltou a Goiás e de lá veio num carro de bois, cheio de mantimentos, com a família e o gado. Nomeou sua posse de Ouriçanga, aí, por muitos anos, foi formando sua fazenda. (SOUZA, Marcolino, 1985, entrevista)

Essa história assemelha-se a de Protázio Garcia Leal, no final do século passado. Não foram as únicas, outras fazendas tiveram a mesma origem: pouco capital, terra apossada, muito trabalho. Era tranquila a concessão do título definitivo nestas condições. Nem sempre foi assim. A violência marcou a origem de muitas outras fazendas. O caso do Senador Vitorino foi um exemplo extremo. Marcolino Carlos de Souza conta que esse senador montou uma fazenda em frente aos Garcias. Tinha, além da fortuna pessoal, força, “inclusive de forças federais (...)”, com essa prepotência cometeu muitas arbitrariedades”. O senador “apressou-se a comprar os direitos primitivos de algum que tivesse posse”. Daqueles que ele não pudesse comprar facilmente, conseguiria pela violência: “Mandava um sargento com vários soldados botar fogo nos ranchos”. (SOUZA, Marcolino, 1985, entrevista)

Outro caso que ilustra a violência, em grau extremado, foi a questão Taquarussu. Também aí operou uma tropa da força federal. Tudo teve origem em oito léguas de sesmaria, numa escritura de Sudário a Beltrão: o “governo tomou 400 léguas, como de Taquarussu, para dividir entre Bento Ribeiro, ingleses e americanos”. Na opinião de contemporâneos “Taquarussu não existia como fazenda, mas como uma região devoluta do Estado, do povo”. A demanda, que era de incongruência entre a escritura e a demarcação, assumiu enormes proporções, manifestan-

¹⁶⁵ O açude e o rego d'água representavam uma posse em terras devolutas.

do-se como luta entre facções partidárias. O conflito acirrou-se com a exigência da saída dos moradores com prazo muito restrito. Prisões e piquetes das forças federais provocaram reação de fazendeiros, que organizaram jagunços para efetuar represálias (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de mar. de 1921, p. 2). Na realidade, a disputa pela terra era entre latifundiários. E aqui foi o começo de uma longa contenda entre as famílias Costa Lima e Faustino Franco.

A área de 829.376 ha. desencadeou, por mais de um ano, um clima de violência e insegurança. O litígio só foi resolvido em 1922, “com a distribuição de quinhões. Mais de 500 mil hectares foram entregues aos ingleses formando a Brazil Land & P. C. e a Walter George Waldson. O restante foi distribuído a alguns fazendeiros da região, entre eles, o Senador Vitorino, o Cel. Álvaro Feijó, e membros das famílias Costa Lima e Garcia”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de mar. de 1922, p. 2)

Na década de 1920 as terras que antes nada valiam, exacerbaram a cobiça e os ânimos: “Alcançaram um valor extraordinário, jamais atingido; uma légua de campo, que em 1912 era vendida por 4 ou 5 contos de réis, era agora negociada por 30 ou 40 contos” (GAZETA DO COMÉRCIO, 17 de out. de 1920, p. 2). Pela posse pacífica ou pela posse sangrenta foi violado o sertão. As terras ganharam donos, nos velhos moldes, em grandes extensões e aquinhoados aos que já tinham bens e força.

As terras suburbanas tiveram história própria. A zona suburbana, pelo Código de Posturas ficou determinada, como “todo patrimônio da cidade de Três Lagoas, excetuando-se a área da zona urbana”.¹⁶⁶ Em 1917, estava o Intendente Municipal autorizado pela Câmara dos Vereadores a dividir em lotes suburbanos aquela área, concedida pelo Governo do Estado, como patrimônio da vila.¹⁶⁷ Seria possível fixar aí

¹⁶⁶ APTML. Res. 42/1921. op. cit.

¹⁶⁷ APTML. Lei Num. 25. Livro de Leis Num. 01. p. 29v.

significativo número de migrantes, pois, exatamente, a partir desta data cresciam os fluxos de nordestinos flagelados pela seca. No entanto, não eram estes os desejados; na imprensa se repetia o apelo ao “braço estrangeiro, sem o qual resultará improfícua qualquer tentativa”. A justificativa era de um “um país novo em que o povoamento do solo” constituindo-se “um problema de alta relevância”, carecia de um “empreendimento de magnitude”, que só seria satisfeito com a mão de obra estrangeira. (GAZETA DO COMÉRCIO, 17 de out. de 1921, p. 1)

Os estrangeiros que chegavam à região não eram atraídos para a terra. A maioria empregava-se no comércio e outras agências, “desprezando a indústria produtiva da riqueza pública, como agrícola pastoril e a extrativa”. Embora diversas concessões de terras gratuitas fossem feitas pelo governo do Estado para a colonização, “não tiveram resultados práticos apreciáveis”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 7 de nov. de 1920, p. 1)

Empenhavam-se a imprensa, o legislativo e o executivo três-lagoense para construírem uma comunidade que fosse abastecida pelo trabalho estrangeiro. A primeira propalava a ideologia da superioridade europeia, enquanto o governo engenhava uma política de mercês ao estrangeiro, em restrição ao nacional. Em 1921, o Intendente Geral ficou “autorizado a ceder, a título gratuito, 25 lotes suburbanos do patrimônio”, escolhidos em zonas propícias à agricultura, para imigrantes estrangeiros. Exigia-se a “prova por parte do colono, de estar residindo no Brasil, a menos de um ano”. A inalienabilidade por cinco anos e a residência no lote obtido eram as cláusulas que se pretendiam garantir o êxito do programa.¹⁶⁸

Em 1923, foi determinado pelo governo do Estado a medição e demarcação dos lotes de colonização. Aos portadores de títulos provisórios era-lhes exigida prova de identidade de colono. Os lotes, sem ultrapassa-

¹⁶⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Três Lagoas - ACMTL. Res. 49/1921. Livro Resoluções. 1921-1927.

rem 500 ha., eram concedidos gratuitamente. A zona do Palmito foi, nessa ocasião, loteada (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de ago. de 1923, p. 1). Nesse mesmo ano o Intendente foi autorizado a dividir em lotes a Zona suburbana do distrito de Santa Rita. Foram 25 lotes, de 10 ha. cada um, reservados para serem “distribuídos gratuitamente a colonos estrangeiros ou nacionais de outros Estados, reconhecidamente pobres”.¹⁶⁹

O desejo inicial era povoar a zona suburbana com estrangeiros, mas a dificuldade de concretizar este propósito levou os ordenadores a uma flexibilidade. Os colonos provenientes de outros Estados, desde que pobres, poderiam ser agraciados. Nem poderia ser de outra forma, quem, senão pobres, aceitaria 10 hectares? A complacência no entanto, não alcançava aos pobres mato-grossenses. Apenas um vereador, Olintho Mancini, levantou sua voz a favor deles: “votou contra a exclusão da concessão gratuita de lotes naqueles patrimônios aos colonos filhos do Estado, reconhecidamente pobres”. Foi voto vencido.¹⁷⁰

Nem medo, nem perversidade parece ter movido a “Ilustrada Câmara” contra os pobres nativos. O desejo era manifesto: criar um cinturão verde em Três Lagoas. Orientava-os a busca de colonos com tradição no trato da terra, os mato-grossenses destinavam-se a peões de fazendas ou de tropas. Necessidade e utilidade nortearam suas ações de classificação em: trabalhadores para o serviço do gado e trabalhadores para o cultivo da terra.

Assim iniciava-se o ano de 1924: excluindo a pobreza nativa do acesso à terra. Contudo, ao longo do período o temor do despovoamento animava os ordenadores. Tanto que, neste mesmo janeiro, o vereador Bruno Garcia apresentou um projeto de “ordem moral” para abolir as multas por falta de pagamento dos impostos de 1921 a 1923. Alicerçava

¹⁶⁹ ACMTL. Atas das Câmaras. Livro Sessões Ordinárias no. 01. p. 49.

¹⁷⁰ Ibidem.

as razões de seu projeto para “evitar o êxodo da população; evitar mais empobrecimento dos habitantes, harmonizar a população com o novo governo municipal”. Esta última razão, certamente, foi a principal, pois que a miséria dos pobres nativos não estava incluída na “ordem do dia”.¹⁷¹

De qualquer modo, seriam rejeitados os pobres na distribuição das terras. A resolução Num. 46 de 1922 criara mecanismos para expulsá-los, caso recebessem um título provisório. Um artigo os excluía por antecipação: “Os terrenos do patrimônio municipal que forem requeridos por aforamento, na zona suburbana, desta cidade, desta lei em diante, serão pagos à razão de \$005 por m² e concedidos com a condição de serem locados e beneficiados. O fecho mesmo à arame, é considerado benefício, no primeiro ano de concessão”.¹⁷² A concessão gratuita aos estrangeiros foi exceção, e a recusa explícita aos pobres nativos nada mais foi que um reforço.

A questão do Porto Independência ilustra as dificuldades da pretendida colonização: “Uma empresa concessionária do porto, com exclusivos direitos aos terrenos, tivera concessão do governo do Estado, construindo nesta área mangueiros e invernadas para as boiadas que tivessem que atravessar o porto”. No entanto em 1923, “a mesma área estava sendo pretendida pela municipalidade para dividir em lotes e vende-los aos colonos”. A voz da força fazia-se ouvir através do engenheiro Horácio Nogueira: “E bem de ver que há nisto um mal entendido. Todavia, a empresa do Porto Independência espera chegar a um acordo satisfatório com a municipalidade. Mas se porventura tal não acontecer, havemos de reivindicar os nossos direitos recorrendo a todos os meios legais” (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de jan. de 1924, p. 1). O porto trazia rendas para os cofres públicos e o “mal-entendido” se desfez.

Em 1937, um decreto estadual reservando 3.600 ha. para patrimônio do município de Três Lagoas, confirmava a continuidade do

¹⁷¹ ACTML. Atas das Câmaras. Livro Sessões Ordinárias. 3ª. Reunião, 3.1.24.

¹⁷² APMTL. Resolução no 46 de 1922. Livro de Leis no 1. 1915-22.

grande vazio de terras. Logo foram sendo concedidos títulos: definitivos alguns, provisórios outros. Até mais de 100 ha. mediam algumas glebas. No entanto, na década de 1940, apesar da persistência de terras devolutas, não diminuía o número de pobres sem propriedade. Em 1940 o Ten. Cel. Manoel Pereira da Silva, então prefeito municipal, assinou um decreto-lei considerando “a existência de grande número de lotes de terrenos suburbanos e rurais”, que ainda não haviam sido aforados. Suas considerações tinham como uma das causas desta lacuna o “preço relativamente elevado das respectivas concessões, por isso (...) veio dificultar a sua aquisição pela classe pobre”. A razão primordial vinha no último arrazoado: “é dever do Município cooperar, o mais que for possível, para o desenvolvimento agroindustrial do seu território, para isso facilitando o aforamento de suas terras”. Ficava estabelecido o preço de 300 mil réis “para as concessões de lotes de terrenos suburbanos e rurais de 10 ha. cada um, ou seja, na base de 30 mil réis o hectare”.¹⁷³

Tanto como a distribuição da área devoluta, eram os cuidados com a legislação. Não se completava nunca, sempre havia um arranjo a efetuar. Assim, de início, a obrigação do foreiro era de apenas pagar impostos; logo lhe foi exigido que beneficiasse o terreno. Depois, com os títulos de propriedade, sujeitava-se ele às exigências de: “leis existentes sobre aforamento e as que futuramente forem decretadas”.¹⁷⁴ O que bem mostra o caráter episódico da legislação, sempre vinculada aos interesses dos ordenadores.

A reserva das terras suburbanas foi sendo distribuída, por aforamento, formando um cinturão de chácaras: roças de mandioca, milho e feijão; criação de porcos e galinhas; leitearia, olaria, serração de lenha, curtume. Tudo foi circundado a zona urbana. No entanto essa paisagem não permaneceu assim. No início da década de 1940 as terras mudavam de donos.

¹⁷³ APMTL. Decreto Lei no 4/1940. Livro de Leis no 3. 9.5.1940.

¹⁷⁴ APMTL. Títulos definitivos, 1941. Livro Títulos Definitivos 1916-46.

Vários editais de petição expunham as dificuldades de manter o imóvel. Foram perdidas, assim, terras devolutas pastais e lavradas, geralmente de 500 alqueires, por falta de pagamento dos impostos. Alguns tentavam mais um ano. Desse teor eram muitas petições: “Por motivos ponderosos, como fora a carência de numerário, decorrente da falta de venda de gado, na ocasião, não pode fazer o devido pagamento e extrair o título provisório, caducando assim, o despacho de venda. Interessando ainda ao peticionário a aquisição do referido lote, requer a V.Excia. se digne mandar publicar novos editais” (GAZETA DO COMÉRCIO, mar., abr. de 1945). Muitas petições referiam-se, na maioria das vezes, à glebas de 500 alqueires. Esta ladainha era concomitante com editais de compra de 1000 e até 5000 alqueires, o que serve como indício de que os primitivos lotes trocavam de donos.

O Dr. Bruno Garcia, em 1940, deplorava esta situação: “outrora inúmeros chacareiros habitavam nos arredores da cidade... Foram atirados para fora e constituído foi um latifúndio de duas léguas quadradas a leste de nossas civitas”. E, mostrando que a cidade estava sitiada, prosseguia dizendo que a oeste, 300 léguas estavam nas mãos de um só dono: “encurralaram Três Lagoas”. O sul estava também ameaçado de ficar com “pequenos latifúndios”. E, naqueles idos, já conclamava: “Façamos uma modesta revolução agrária em Três Lagoas: terra em pequenos lotes e grátis a quem se comprometer em cultivá-la”. (GAZETA DO COMÉRCIO, mar., abr. de 1945)

O período de 1940 a 1945 parece ter sido crítico. Precisamente em 1940, encontramos a repetição de transferências de lotes, por compra e venda, para uma única pessoa (GAZETA DO COMÉRCIO, 1945). É dessa época o lamento de “João do Campo”, na *Gazeta do Comércio*, falando sobre o êxodo rural: “Essa gente vinda com pouco ou nenhum capital, saída de labor rural, vem tentar a vida na cidade para poder se manter, e habituado à luta, intromete-se em tudo, montando leiterias,

bares, carroças, hotéis, padarias, botecos, casas de negócios, barbearias, açougues; vendem verduras, galinhas e ovos na rua; guiam carrinhos e automóveis, ou então, procuram emprego..." (GAZETA DO COMÉRCIO, 21 de fev. de 1940). O êxodo rural era percebido como atração pela cidade; na realidade, difícil era manter a propriedade da terra. Muitos nem terra recebiam. A injusta distribuição do solo e a pressão dos que podiam aumentar a propriedade imóvel sempre tiveram amparo legal.

A ocupação do espaço urbano teve, aqui, também uma história própria. Sem lugar a dúvidas, esse processo é o fuso e a roca da formação do tecido urbano. Centro e periferia; zonas nobres e áreas "infectas"; centros residenciais, comerciais, de cultura e de lazer; espaços e lugares determinados. Tudo é parte da dinâmica da ocupação do solo urbano.

Traçar ruas e avenidas, localizar as áreas livres, delimitar o perímetro urbano, enfiam desenhar o mapa da cidade é uma obra dos ordenadores jamais acabada. Substituem-se nomes, mas são sempre os ordenadores que tomam a si esta tarefa. Assim, não poderia ser diferente em Três Lagoas. Nasceu vila de "tábua e zinco", mas desde aí sob custódia: "edificações e reedificações dentro do perímetro urbano, necessitam de aprovação prévia da Intendência Municipal com planta ou esboço da edificação".¹⁷⁵

No perímetro urbano, desde o início, foram proibidos "estabelecimentos insalubres como sejam: curtumes, salga de peixes, fábricas de sabão, de velas de sebo ou estearina, de azeite, de óleo ou qualquer outra que se empregue ingrediente que vicie a atmosfera; e bem assim de depósitos nocivos como os de couros, estrumes, lixo ou cavacos".¹⁷⁶ Uma imagem de fachada e quintal de casa. Se todo o perímetro urbano deveria ser salubre e se existiam estabelecimentos, que aí não deveriam estar, é óbvio que se criavam zonas sujas, infetadas e insalubres.

¹⁷⁵ APMTL. Lei Num. 13. 12/1915. Câmara Munic. Livro de Leis Num. 1. p. 18.

¹⁷⁶ APMTL. Lei Num. 20 de 6 de março de 1917. Livro de Leis Num. 1. p. 24.

Em seus primórdios o centro precisava ser construído às pressas, casas de moradores se faziam urgentes. O poder público necessitava da iniciativa privada. Nada melhor que a política do favoritismo: “concessão de favores àquele que construía prédios para habitações de acordo com as exigências da lei, dentro do prazo de um ano”.¹⁷⁷ Com o mínimo de dois prédios já se tornava um agraciado. “Aquele” só poderia sair das hostes dos ordenadores, os possuidores de capital. As exigências e o prazo não concediam favores a quem dispusesse de pré-condições.

Outrossim, os interditos não se fizeram tardar, erguiam-se paralelos às apressadas construções. O Código de Posturas, aprovado em 1921, dá bem a medida dessas preocupações, em seus preceitos sobre a boa execução. Os edifícios “arruinados e insalubres” deveriam ser desocupados e fechados, e os “estabelecimentos incômodos, inconvenientes, insalubres e perigosos” teriam cessado o seu funcionamento. E mais: “fazendo demolir as construções feitas contra as Posturas, embargar as obras que se fizerem sem prévia licença ou forem condenadas por motivo de ruína ou insalubridade”.¹⁷⁸ Revelou-se sempre uma política urbana saneadora.

Na zona urbana, dividida em quatro subzonas, a regulamentação referia-se desde a obrigação da construção de passeios em toda a frente de seus prédios e de muros rebocados até às condições de banheiros e latrinas. Entretanto, as construções das zonas rurais e suburbanas não dependiam de Alvará de Construção. O que bem se vê, deslocava para essas zonas os que não tivessem condições de cumprir as muitas e minuciosas exigências; sendo muito mais rigorosas para o centro. Deste modo foram proibidas construções de madeira na zona central. Nesta e na primeira zona urbana foram desde logo, proibidos estábulos e cavalariças.¹⁷⁹

¹⁷⁷ ACMTL. 20ª e 21ª reuniões ordinárias respectivamente, 20 e 21 de dezembro de 1921. Livro de Sessões Ordinárias nº. 1 (Grifo nosso).

¹⁷⁸ APMTL. Res. Num. 42. Código de Posturas de Três Lagoas. 1921. Livro de Leis Num. 01. Cap. IV.

¹⁷⁹ Idem, Tit. XIV.

O capítulo sobre as habitações das zonas suburbanas e rurais diz, claramente, da intenção em demarcar zonas: salubres e negligenciadas. Enquanto os artigos sobre as habitações nas quatro subzonas urbanas foram demarcadas pelos termos “proibido” e “obrigatório”, no artigo 294, a Intendência assumia o papel de conselheira: “conquanto isentas de alvará de construção, de alinhamento, nivelamento e demais exigências, as construções suburbanas e rural a intendência aconselhará...”¹⁸⁰

Em seu conjunto, a política e as regulamentações apontam que o morar melhor seria na zona urbana, destinada aos que alcançassem recursos para se enquadrarem nas determinadas posturas municipais. Os títulos de concessão de lotes urbanos por aforamento deixam-nos entrever alguns aspectos dessa questão.

No período de 1920-21 foram feitas 67 concessões e 110 transferências. Havia concessões anteriores, ainda ao tempo em que Três Lagoas não se havia desmembrado de Santana do Paranaíba, este o motivo do maior número de transferências de títulos.¹⁸¹ As transferências ocorriam por desistências ou por omissão. Neste caso, a perda sempre se dava como pena pela falta de algum compromisso. A desistência, na maioria das vezes, era por não poder, também, arcar com os compromissos.

Até dezembro de 1921 a obrigação do foreiro era pagar os impostos. Pelo número de transferências de títulos nesse período, constata-se a impossibilidade de muitos. Foram, então, aprovadas pela Câmara dos Vereadores disposições mais austeras. Para aforamento perpétuo dos lotes urbanos situados nas três primeiras zonas, as concessões ficavam “sujeitas à condição, sob pena de comisso, de ser o lote, ou lotes, construídos ou, pelo menos, amurados com tipos de muros admitidos nas Posturas, dentro do prazo de um ano”.¹⁸² Em 1922, ainda se faziam transferências

¹⁸⁰ Idem, Art. 294.

¹⁸¹ Ver tabela XVI. Distribuição de lotes por aforamento 1920-45. (anexos)

¹⁸² APMTL. Res. Num.40/1921. Livro de Leis Num. 01. fl. 49.

de títulos, para, então, espaçarem-se, o que só ocorreu novamente em 1938. Talvez isto signifique que muitos passaram a ter conhecimento prévio da incapacidade em atender às novas exigências.¹⁸³

No mesmo mês (dezembro de 1921), foi aprovada nova resolução, mais rigorosa, que se referia aos terrenos “ainda não aforados ou que caírem em comisso”. O novo foreiro teria por obrigação construir casa, “dentro do prazo fixado no título de aforamento ou determinado, na falta, pelo intendente. Atendendo sempre às exigências do Código de Posturas e ao pagamento de impostos e bônus”. Restringia-se mais o mecanismo de transferência, pois a municipalidade reservava-se, agora, “o direito de opção nas transferências da enfiteuse”. Aprovando ou impugnando a pessoa do novo foreiro.

O motivo fundamental de todas as disposições fica esclarecido nos artigos 7º e 8º: Art. 7º “A licença para a transferência só se denegará havendo justos motivos”; Art. 8º “Consideram-se tais todos que dificultam e embaraçam a cobrança da pensão e os direitos que gravam o terreno, como a extrema pobreza do novo adquirente.”¹⁸⁴

Patenteado ficou que não seria lugar para os pobres morarem nas três primeiras zonas urbanas. Igualmente podemos concluir o quanto de favoritismo e revanche poderiam passar na “impugnação” ou na “aprovação”. Dois ofícios de 1930, assinados pelo intendente Bruno Garcia, exemplificam como eram tratados os amigos e os outros:

...informar o amigo do andamento dos impostos dos seus lotes de terrenos... se elevam os mesmo à importância de 343\$ 200 sem as respectivas multas que posso relevar, impostos desde 1919. Comunico-vos ainda que há vários pretendentes para os citados lotes, e só espero uma resolução de sua parte, para

¹⁸³ Ver tabela XVI. (anexos)

¹⁸⁴ APMTL. Res. Num. 45/1921. Livro de Leis Num. 01.

resgatar os impostos devidos ou então pela lei do comisso a Intendência disporá deles.¹⁸⁵

Cabe lembrar que a citada lei deveria ser acionada, quando não houvesse pagamento dos impostos por três anos consecutivos. No caso do amigo do intendente, de 1919 a 1930, estavam acumuladas as multas e ele propunha-se a relevá-las.

O segundo ofício, dirigido ao escrivão do Cartório Crime, Fellipe Nery de Souza, teve bem outro tom:

Fui informado de que V.S. está invadindo o lote do Sr. Virgínio Neves, o de nr. 54, que já está quase legalizado. Fica, portanto, V.S. intimado a comparecer nesta intendência a fim de combinar o pagamento do título do seu lote, pois que, em Cuiabá já se está organizando a expedição de títulos definitivos, àqueles que já possuem o provisório expedido por esta intendência. Outrossim, é necessário que V.S. respeite o terreno de propriedade alheia, a fim de que não sofra mais tarde piores consequências.¹⁸⁶

Desde o tratamento pessoal, amigo x V.S., passado pelos verbos esperar x intimidar, até o estilo de camaradagem x autoritário, temos dois perfis de tratamento pela intendência aos foreiros: os amigos e os outros, do que podemos concluir que havia uma primeira seleção pelos recursos: pobreza eliminava de antemão, qualquer pretendente. De posse do título provisório ter perdoadas as multas por oferta, ou ser intimado a resgatar o título, dependia das relações com o intendente.

Na distribuição dos lotes, ao longo do período, percebermos que seus titulares, nas zonas centrais, eram nomes de reconhecidas autorida-

¹⁸⁵ APMTL. Livro de Registros de Ofícios e Telegramas de 1930-31. p. 24.

¹⁸⁶ Idem, p. 47.

des: vereadores, delegados, juízes, intendentess, ou prósperos homens do comércio e da pecuária: Fenelon Müller, Francisco Garcia Leal, Siegfredo Roriz, Renato e Rômulo Carrato, Januário Penelli, Manoel Bazan, José Azevedo Coutinho, entre outros. Muitos com dois ou três lotes e, sem muita frequência, mas com algumas ocorrências, o aforamento de um quarteirão inteiro.¹⁸⁷

O bairro de Santa Luzia, de início uma zona sem valor, afastada do centro e próximo ao cemitério, sofreu modificações a partir de 1934,. Vários títulos de aforamento por transferência foram autorizados, o que significou a lei do comisso em ação. O destaque que pretendemos dar é aos nomes dos favorecidos, saídos da mesma lista dos que já possuíam lotes nas primeiras zonas urbanas. Lá estavam: Januário Penelli, comerciante e banqueiro; Manoel Bazan, comerciante; Otávio Siegfredo Roriz, fazendeiro e delegado; Renato e Rômulo Carrato, comerciantes e funcionários públicos, entre outros.¹⁸⁸

Os cancelamentos por desistência ou comisso, acentuaram-se em todas as zonas no ano de 1927, embora desde 1921 ocorressem transferências, foi entretanto em 1938 o maior número. É importante lembrar que desde 1927, término da conclusão da ponte sobre o rio Paraná, até quase final da década de 30, houve um refluxo na corrente migratória.

Esses lotes urbanos, não utilizados para uso próprio, serviram como reserva de capital, ou neles foram construídos imóveis para alugar, alguns verdadeiros pardieiros, na palavra do próprio intendente: “Na dita avenida Central existe uma casa, de sua propriedade, que é atualmente, um verdadeiro pardieiro. Torna-se necessário, pois, uma completa remodelação no citado prédio, ou então, construir um muro na sua frente, com o respectivo pavimento, a fim de que para o futuro, não dê

¹⁸⁷ APMTL. Livro de Concessões e Transferências 1921-22 e 1923-28.

¹⁸⁸ APMTL. Livro de Títulos de Aforamento. Bairro Santa Luzia. Livro Num. 01.

uma triste nota como atualmente se verifica”.¹⁸⁹ Não importava, de todo, terminar com o pardieiro, mas não deixá-lo à mostra.¹⁹⁰

A partilha do território do município de Três Lagoas pôs em evidência a história de uma trágica distribuição. Teria sido diferente em outros municípios, nesta e em outras épocas?

A distribuição espacial nas três zonas (rural, suburbana e urbana) nos forneceu o quadro da partilha do solo. As concessões por aforamento se iniciaram em 1915, tendo se estendido até o final da década de 50. Neste interim, resoluções, portarias e decretos criavam soluções, ou medidas de precaução, para os óbices ao ordenamento social. A propriedade rural, vimos, não alcançava a pobreza, faltavam-lhes as faculdades. Por algum tempo os lotes suburbanos estiveram nas mãos de alguns pobres, forasteiros; sempre os pobres nativos foram excluídos. Entretanto, aqueles logo perderam a terra por lhes faltar condições de mantê-la. A venda para formação de latifúndios foi o desfecho.

Os aforamentos urbanos serviram para bem localizar a alguns, enriquecer a poucos e desgraçar a muitos. Os melhores lotes, logo de valorização crescente, em zonas nobres da cidade, não só privilegiaram a área de construção dos palacetes da época, como possibilitaram, depois, a uma pequena camada ter uma renda de aluguéis comerciais ou residenciais, ou organizar seu capital através do loteamento para venda de terrenos.

Nesse arranjo, os pobres, se trabalhadores rurais, residiam na propriedade do patrão; se trabalhadores urbanos, alugariam uma casinha, às vezes, pardieiro, ou cômodos no centro da cidade; seriam ainda sitiados ou retirantes. Em todos os casos não fizeram parte dos que tinham direito

¹⁸⁹ APTML. Carta a Honorato dos Santos Jr. Livro de registros de Ofícios e Telegramas. p. 135.

¹⁹⁰ Cabe referir que o seu proprietário tinha residência em Porto Alegre, este imóvel era para aluguel. É interessante lembrar os cômodos para alugar, já referidos na seção “Pobreza Laboriosa”.

à propriedade da terra, formaram a massa dos despossuídos. O crescimento desordenado dessa massa alterava, por vezes, a “ordem construída”.

As condições de vida da maioria pobre, afastada do centro de poder, ignorante sobre a legislação e ausente dos apadrinhamentos, favorecia o melhor proveito aos que já eram favorecidos pelo melhor viver. Assim, a ocupação das terras livres, devolutas, como as glebas suburbanas ou os lotes urbanos, era em caráter provisório para os “predestinados” a despossuídos. Muitas vezes viam-se eles, de repente, diante do problema de buscarem novo local de moradia, pela presença de alguém que chegava com o título de propriedade. Assim, os deslocamentos das camadas pobres seguiam as etapas do desenvolvimento do centro urbano e da concentração da terra, num único processo.

Durante o inteiramento da concentração da terra nas mãos de uma minoria, a tarefa da exclusão foi tranquila na esfera das leis e normas; mas, encarnizada na luta pelo poder entre os que detiveram a posse da terra. Terra e poder, numa relação direta – não só conservar uma e outro, mas alarga-los –, foi o móvel das lutas entre os donos da terra. Assegurada a repartição da terra e, convenientemente, distribuída a quem dela pudesse dispor de poder, estavam ordenados alguns espaços da sociedade: de riqueza, de trabalho, de moradia e de lazer. Ficaram demarcados o lugar e o significado dos despossuídos nessa comunidade.

A imagem e a representação dos princípios de igualdade e liberdade no processo de distribuição da terra, foi aqui escamoteada. Descobrimos na memória dos que foram excluídos da propriedade da terra, uma versão que não corresponde a toda a verdade dos fatos, revelando-se, aí, toda a eficiência da separação entre a opinião pública e a prática jurídica: “Pasto tinha à vontade, tudo aberto. Era fácil, só requeria os terrenos...”. “Quem soube segurar, segurou... Naquele tempo, a gente não ligava, nem sabia...” Nestes fragmentos da fala de Sebastião Pereira, ferroviário aposentado, traduzimos a pobreza da visão dos excluídos da terra. O próprio verbo

“saber” em vez de “poder” revela que continuam não sabendo porque não puderam segurar a terra. Entretanto, em outro segmento de suas memórias conta que “Mané Preto tinha um terrenão” com gado, uma chácara, daquelas vendidas para as atuais fazendas; Mané “estava doente e velho, vendeu sua terra e veio para cidade”. (PEREIRA, 1989, entrevista)

Fares Zaguir, fotógrafo que prosperou no comércio, tem lembranças diferentes sobre a partilha de terras. Confirma que “tudo era barato, nada tinha valor, a terra era devoluta; nem era vendida era requerida, coisa fácil”. Contudo explica que não houve interesse por parte dele, “pelos comentários de morte. Era perigoso. Havia medo dos assaltos pelos jagunços; na cidade, era mais sossegado”. (ZAGUIR, 1985, entrevista)

Era opaca a ideia de que a terra era livre e barata, sem valor, pois assentava-se em situações que a negava na desigualdade do acesso à propriedade pelas restrições formais do direito. O Código de Posturas da Intendência e a legislação sobre a Colonização das Terras permitiram desvendar que a liberdade e a igualdade, para uso da terra, eram limitadas a determinadas pessoas em condições de serem proprietárias e por apresentarem os requisitos necessários ao objetivo do grupo ordenador. Um ordenamento que dividia o espaço físico pela desigualdade social: a maioria permanecia igual em sua comum exclusão à terra e aos espaços privilegiados de habitação.

Revelou-se em todo o processo uma racionalidade comprometida com a condição de uma “classe proprietária” que visava a terra como valor. Uma racionalidade orientada para resolver, no plano jurídico e institucional, as relações de propriedade e mão-de-obra. Efetivamente, realizou-se a concentração da terra sob novo investimento, mantendo a generalidade de uma igualdade/liberdade formal e abstrata.

Além do processo de concentração da terra, desdobrava-se toda uma seqüela de representações morais, jurídicas e políticas. Preenchiam-se

as condições essenciais para a utilização da mão-de-obra disponível para o trabalho da terra, com os excluídos da propriedade, que lhes fora negada.

O verdadeiro tema – a divisão da comunidade em ricos e pobres – foi, através dos tempos, recoberto pela ideia de que a terra e o gado não valiam nada. Na verdade, no período analisado a terra nesta região não era uma mercadoria que tivesse valor de compra, mas valor de reserva para capital. Isso apareceu em toda a sua transparência, uma vez desnudada a verdadeira função dos que estavam no poder: impulsionar o monopólio da terra. Apanágio de poucos, alimentado pela fome e peregrinação de muitos.

2- Do amor e do casamento

Um traço de ordem geral que diferenciava as famílias dos ordenadores das demais categorias sociais era o de toda uma herança, de um patrimônio, não só material, também cultural e moral.¹⁹¹ Representava para os ordenadores, na maioria das vezes, a marca do lugar que desfrutavam na comunidade. Para a pobreza laboriosa e os desclassificados, embora nada valendo, extremamente por isto, marcava também o seu lugar de desprivilegiados. Uma primeira divisão, portanto, são os códigos de comportamento, valores e regras para as diferentes categorias sociais.¹⁹²

¹⁹¹ É postulado básico nas Ciências Sociais que toda análise de uma comunidade precisa olhar a instituição familiar. A despeito de seu caráter nacional, e mesmo incorporando valores de uma esfera mais ampla (a civilização ocidental), conhecer como se organizava a família em Três Lagoas é indispensável em nosso estudo. As estruturas familiares, os costumes, a moral, as representações mentais, os papéis sociais de seus membros são elementos-chaves para esta tese. Enquanto individualidade coletiva, poderá ainda, servir, precisamente, como exemplo de uma realidade universal.

¹⁹² Trata-se, pois, de ver como se distribuíam os poderes e os papéis sociais, entre os dois sexos. A instituição do casamento civil e religioso, seus ritos e preceitos legais e morais, de forma alguma pode esgotar a análise. Interessa-nos muito mais o que ficava encoberto sobre esse envoltório jurídico e moralizador. Assim, estaremos deslocando nossas reflexões para estas esferas: categorias sociais, divisão de sexos e códigos da lei e da moral.

Ao longo da história da sociedade humana, definiram-se distintos os estatutos do masculino e do feminino. Deita raízes na Idade Média, muito do que encontramos na instituição do casamento nas sociedades contemporâneas. Seu modelo leigo, afirma Georges Duby (1989): “tem seu fundamento na noção de herança”. Criado para assegurar “a transmissão de um capital, de bens, de glória, de honra, e de garantir à descendência uma condição, uma posição...” (p. 15). Para as famílias em Três Lagoas, possuidoras de bens e de nome, esta razão continuava verdadeira. Veio, também, da Idade Média, o outro modelo, o religioso, criado para disciplinar a sexualidade. Da combinação de ambos, resultou uma instituição para “manter a ordem social” (p. 19). Esse aspecto moral, “da boa vida conjugal”, é que servia aos que não deixavam outra herança além da honra.

Na camada social privilegiada a coabitação fora do matrimônio provocava a segregação da mulher. O homem, se desacompanhado, continuava sendo aceito. Ruth Filgueiras deu-nos seu testemunho:

... tinha uma mulher de um engenheiro que era uma senhora boníssima, mas não a aceitavam. Um dia descobri que ela era desquitada, e ele era um homem solteiro. Ela era totalmente isolada. Havia uma outra que foi viver com um oficial do exército e eles não eram casados. Ele entrou no clube com a mulher, minhas amigas me disseram: Ruth, vamos embora... Se ele tivesse entrado sozinho, não teria problema. (FILGUEIRAS, 1987, entrevista)

Essas condições desaprovadas que criavam certos constrangimentos em determinadas ocasiões, eram recebidas com naturalidade na camada mais pobre. Assim, sabemos que João Agripino de Souza nunca pensou em casamento, por julgá-lo desnecessário, uma vez que vivia bem com sua companheira, que sempre o respeitou.¹⁹³ De igual modo, seu círculo de amizade recebia sua mulher, pois ela era “tida pelos amigos, como pelo padrasto e mãe do indiciado, como mulher legítima des-

¹⁹³ ACTL. D. 4312/1931. fl. 52.

te, ao ponto de morarem juntos, e estar ela presente na festa, dirigindo como uma das donas de casa”.¹⁹⁴

Por não verem importância na formalidade do casamento, mas também por carência de recursos, não se realizavam muitos casamentos. Foi assim justificado por João Agripino: “até a presente data não providenciou seu casamento com sua amásia por falta de dinheiro para isso, que, entretanto, confessa haver gasto... 40 mil réis para se casar no religioso”.¹⁹⁵

O casamento religioso, considerado como o sacramento que purificava as relações sexuais, orientando-o apenas para a procriação, era o mais usual também na camada mais favorecida. Muitos não eram casados civilmente, testemunhou-nos Ruth Filgueiras, confirmação que tivemos pela desproporção dos registros do cartório e da Igreja.¹⁹⁶ A cerimônia pública, com a benção do sacerdote e o uso de vestido branco, véu e grinalda simbolizavam pré-requisito da união santificada: a virgindade da noiva.

O noivado formalizava o compromisso do homem com um casamento próximo; caso desfeito, comprometeria a honra da noiva. Testemunhos da época permitem ver a seriedade deste ato: “quando se referiu a palavra noivo, empregou esse termo na acepção comum, de pessoas que se namoram, mas sem ter conhecimento oficial de que houvesse um contrato de casamento, pois nunca recebera participação disso, nem lera em jornal algum”.¹⁹⁷ Havia uma obrigação do contrato, no entanto, algumas formalidades estavam reservadas aos que dispusessem de recursos: “Sem a fórmula protocolar da participação em cartão dourado do contrato de casamento, coisa a que não se está obrigado”.¹⁹⁸

¹⁹⁴ *Idem*, fl. 37v.

¹⁹⁵ *Idem*, fl. 52.

¹⁹⁶ Ver seção “Festa Oficial”, capítulo 8.

¹⁹⁷ ACTL. D. 4890/1941. fl. 57.

¹⁹⁸ *Idem*, fl. 103.

O comportamento das moças era vigiado não só pelos pais, mas pela comunidade. O recato, principalmente em público, sempre foi de bom alvitre. Isaura, moça do sertão, foi censurada pelo seu despudor numa festa na fazenda: “o depoente e sua senhora presenciaram cenas de namoro entre o acusado e sua noiva; que, entretanto, achavam que esse namoro não ia dar bom resultado diante da desenvoltura do mesmo namoro... Ele conservava-se juntinho a esta, e por vezes, passava-lhe o braço pelos ombros”.¹⁹⁹

A vigilância centrada no corpo e no gesto da mulher expressava o desvelo com a honra. A mulher era, no entanto, apenas depositária de uma honra que era propriedade do homem. Ela apenas a portava, tinha a posse da honra materializada no sexo. Antes do casamento o hímen era a prova, se o encontrasse rompido, o homem devolveria a mulher à casa paterna. Isso aconteceu com Josina Rodrigues, assim depôs seu marido: “que não a encontrando mais virgem... no dia seguinte do casamento procurara a sua sogra e lhe dissera que sua filha não era mais donzela, por isso que ela e sua filha o haviam enganado acrescentando à sua sogra, que tomasse conta de sua filha”.²⁰⁰

Desonrada também fora Orquiza, desobrigando Manoel ao casamento: “que ele declarante não é o autor de seu defloramento, pois quando teve a primeira relação sexual com Orquiza nada mais encontrou de sua honra... Não tendo encontrado nela os sinais de integridade física”.²⁰¹ Casos como os de Orquiza e Josina foram raros e, importa dizer, de famílias pobres. Não obtivemos nos processos-crimes, nenhum exemplo proveniente do seio dos ordenadores. Não significa que não tenham existido, mas diz muito do maior rigor e autoridade na educação das moças, entendemos também pelo maior controle e poder em ocultar fatos como os descritos acima, para evitar o escândalo.

¹⁹⁹ Idem, fl. 54 (Grifos nossos).

²⁰⁰ ACTL. D. 4748/1940. fl. 15.

²⁰¹ ACTL. D. 4914/1944. fl. 9.

Casada, a mulher era, através do sexo, guardiã da honra do marido. Primeiro a virgindade, depois a fidelidade. Neste caso, a lei amparava o homem: a infidelidade da mulher era considerada delito. E o marido traído arvorava-se ao direito de privá-la da própria vida. Assim foi com D. Hermelinda Prates que sofreu atentado de homicídio, por parte de seu marido desconfiado de sua fidelidade. Disse, em juízo, Antonio Prates Aparecido que “no fato criminoso” em que era “acusado como autor” era “apenas vítima”, porquanto usando dos seus direitos de marido e indo, particularmente, pedir explicação à sua esposa sobre o seu procedimento íntimo.²⁰²

Os casos passionais na camada da pobreza laboriosa eram resolvidos diretamente pelo marido, ou amásio, que se sentisse traído. A morte ou, no mínimo, a tentativa de homicídio para a mulher e, às vezes, para o “outro”, via de regra, era o modo de lavar a honra. Os ordenadores não admitiam expor-se ao escândalo, e a empreitada de um profissional do crime resolvia-lhes o que viam como cilada que o destino lhes preparara. Nem sempre ocorria tudo como fora planejado. Foi esse o caso de um comentado triângulo amoroso entre o prefeito municipal em 1941, Manoel Pereira da Silva e a esposa do fazendeiro Antonio Teodoro de Lima, filho do Cel. Cecílio de Lima.

Os irmãos Benedito e Francisco, “conhecidos bandoleiros do Estado de São Paulo”, foram procurados por Alcides Siqueira que lhes exibindo “uma bolada de dinheiro” e “uma pistola Mauzer e um revólver calibre 38, marca H.O.”, disse-lhe: “o serviço era pra assassinar o coronel Manuel Pereira da Silva, o barbeiro Sr. Sebastião Durval Costa e a esposa de Antonio Teodoro de Lima, cuja empreitada criminosa era por conta deste”.²⁰³

A polícia foi mais rápida que os bandidos e prendeu-os na estação-férrea, impedindo que se perpetrassem os homicídios. O prefeito, é

²⁰² ACTL. D. 4766/1918. fl. 13.

²⁰³ ACTL. D. 4857/1941. fl. 19. Este processo-crime contra Alcides Siqueira, Américo Rodrigues Monteiro, Benedito Moreira e Francisco Moreira forneceu-nos elementos nos depoimentos dos próprios indiciados.

certo, dispunha de melhores influências na delegacia do que o fazendeiro. E não foi por mera coincidência que o prefeito Pereirinha renunciou ao cargo, retirando-se para a cidade de Corumbá, enquanto a esposa de Teodoro, Alícia Couto de Lima, diretora do Grupo Escolar Afonso Pena, pediu demissão e foi residir no Rio de Janeiro.

Essa história trágica mostra-nos como o casamento encarcerava a mulher; ela não podia dispor de seu destino, nem de sua vida. Só o rompimento total com a comunidade possibilitou que Alícia continuasse vivendo. Mostra-nos, ainda, que esses sentimentos e essas relações poderiam ser ocultadas, jamais eliminadas. Nem o mais rigoroso controle, nem as mais duras sanções, comandam essas dimensões do homem e da mulher, tão particulares e inexplicáveis.

Nem só o marido julgava-se com direito sobre a vida da mulher com quem vivia, também o amásio. Aqui foram os homicídios os mais frequentes casos, porque a mulher não soubera “respeitar o homem”. Feridos em sua honra de machos, os amásios usavam “seus direitos de propriedade” sobre a vida da mulher, o que evidencia o superpoder do homem sobre a mulher. Aí repousava uma das bases da honra masculina: nas relações entre os sexos, cabiam a eles os direitos e a elas os deveres.²⁰⁴

Os limites da sexualidade masculina extravasavam as fronteiras do território conjugal, pois havia uma moral que se fingia aceitar. O advogado Almeida Barros, testemunha de uma cena de madrugada, legou-nos a prova de uma “dupla duplicidade” – moral x prática e tragédia x comédia: “... levantara às 3 e meia horas, como é de seu hábito e estava a providenciar o café na cozinha de sua residência, quando ouviu sucessivos disparos de arma de fogo... que se dirigiu ao portão de sua casa... ouviu uma voz ago-

²⁰⁴ Ver tabelas V e X (anexos). Nos 38 casos de homicídios ou tentativas de homicídio, por questões de mulher, apenas dois autores foram condenados. Todos os outros foram absolvidos ou impronunciados; ou tiveram seus processos não concluídos, anulados ou prescritos por decurso de prazo.

niada dizer: ‘gente, me leve que eu sou um homem de família, não posso morrer num bordel’... repetindo com insistência a súplica”.²⁰⁵

Não podia morrer num bordel, mas nada o havia impedido de viver o prazer do bordel. O limite das libertinagens era não virem à público em forma de escândalo. Prostituição, concubinato, aventuras amorosas não estavam nos códigos civil, criminal, ou eclesiástico, mas vividos, sabidos e consentidos, até ao ponto em que a ordem não sofresse comoção.

Legal, legítima, religiosa e moral não esgotavam as ordens que regiam a zona entre amor e casamento. Superstições e credences faziam costumes. O ano bissexto, por exemplo, era de mau presságio para os casamentos. Eis aqui uma nota interessante, sobre 19 casamentos realizados no mês de dezembro de 1931 entre os dias 5 e 31, “porque o 32 seria bissexto”: “Os cavaleiros em marcha para suas casas, corriam, aos saltos, na frente dos noivos, enquanto estes se aproximavam uns dos outros, trocavam frases amorosas e felizes e depois chicoteavam seus cavalos, para mais cedo chegarem ao destino – às vezes, debaixo de pesadas chuvas e outras, debaixo de um sol ardente” (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de jan. de 1932, p. 2). As cerimônias dos casamentos nas fazendas eram sempre muito pitorescas. Aqui, todavia, estamos chamando atenção de como as forças místicas, sobrenaturais, exerciam influência nas decisões importantes e no quotidiano das pessoas.

Comentamos, de forma geral, os papéis do homem e da mulher nas duas camadas sociais que polarizavam a comunidade de Três Lagoas. É relevante, entretanto, que se comente algumas nuances dos comportamentos e mentalidade. O poder do homem e a desigualdade entre os sexos, nunca impediu a existência de mulheres fortes, independentes e arrojadas, mulheres que tiveram um papel ativo na comunidade. O espaço da mulher não se resumia no interior do lar e da Igreja, estendia-se além, e apresentavam variações de acordo com o medo em que viviam.

²⁰⁵ ACTL. D. 4574/1928. fl. 27.

Na zona rural, pela morte do chefe da família algumas vezes a viúva assumia esta função. Famosa na região de Garcias foi a D. Olívia Garcia Dias, verdadeira matriarca. Conhecida na igreja como “veneranda”, teve até seu nome gravado a ouro na portinhola do tabernáculo do altar da matriz, por ela doado (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de jul. de 1938, p. 2). Existiam também viúvas lavradoras, vivendo de seu trabalho e de vender verduras por elas plantadas.

Na cidade, a mulher do povo, aquela nascida e predestinada a viver na pobreza laboriosa, ou aquela pela “fatalidade” tornada uma meretriz, encontrava ocasiões para estender seu espaço. A própria calçada e o pátio davam-lhe oportunidades. Era no quintal que ela lavava e estendia a roupa, apanhava a água no poço, conversava através da cerca com os vizinhos. Homens, mulheres e crianças circulavam nessa área para irem à latrina. Era no quintal que estavam os cajueiros e as mangueiras, e à sombra destes, sentavam-se para descansar, conversar e protegerem-se do sol causticante, no longo verão mato-grossense. À noite, sentados em cadeiras na calçada, ou na soleira da porta, conversavam, bisbilhotavam, brigavam e testemunhavam cenas de briga.²⁰⁶

O espaço de vida da mulher pobre alongava-se à padaria e ao boteco, onde buscava os gêneros de primeira necessidade: grãos, farinhas, velas, fósforos, sal, açúcar, banha, café e as novidades, as fofocas do bairro e do sertão. A mulher que vivia, além da sua casa, a rua e o boteco, tanto se mostrava com uma passividade resignada, acanhada, encolhida, quanto poderia exibir um comportamento explosivo, briguento, traduzindo uma revolta, muitas vezes, inconsciente.²⁰⁷

O espaço da mulher da camada social privilegiada era contornado por alguns impedimentos da ordem de “estilo de vida”. Vivia em am-

²⁰⁶ Vários depoimentos nos processos-crimes nos permitiram compor esse quadro.

²⁰⁷ ACTL. D. 4855/1923 e D. 4829/1927 (Ao longo dos depoimentos).

bientes mais privados, círculos fechados de famílias (SIQUEIRA, 1987, entrevista). Todavia, não lhes faltavam ocasiões para uma convivência menos estreita que o lar. Organizavam quermesses, festas de igreja, frequentavam confeitarias, cinema e clubes sociais. Em todos esses momentos, a mulher preocupava-se com sua imagem. A distinção, a elegância, o moderno, a delicadeza, a virtude eram a matéria prima do modelo que deveriam representar. Feitas para brilho e ornamento da sociedade, mas senhoras “úteis à Família e à Pátria”.²⁰⁸

Mulheres flanavam na década de 1930 no estádio de Futebol, no cinema, no balneário da Lagoa Maior, no ringue de patinação e na esplanada da estação. Era sempre um tempo distinto da intimidade do lar, tempo de exercício para um convívio social mais amplo. Esses contatos ampliavam sua visão de mundo e seu espaço de vida na comunidade.

A história de vida de algumas mulheres gravou na comunidade a marca do trabalho, da luta diária, de um olhar com seriedade para o mundo. Construindo não o futuro dos filhos, mas o próprio presente de sua família. Elas não estão nas galerias de retratos das casas do poder, nem em placas de nomes de ruas, no entanto, fizeram tanto, ou mais que muitos homens, cujos nomes foram gravados para não serem esquecidos. No comércio, na imprensa, na escola essas mulheres provavelmente se realizaram, pois certo é que realizaram parte da história de Três Lagoas. Por morte do marido, ao lado dele, ou mais que ele, assumiram uma atividade diuturna.

Dois hotéis têm sua memória ligada às tarefas, sem folga, a duas mulheres. No Hotel dos Viajantes, Clementina Carrato e, no Hotel Modelo, Anita Peron, esposas dos respectivos donos, eram os braços direitos, senão a própria cabeça do negócio. Não foram raras as casas de comércio em que a mulher assumiu “in totem” o controle e mesmo, o

²⁰⁸ ACTL.D. 4797/1936. fl. 3.

exercício das diversas funções: compra, venda e contabilidade. A Casa Barateira, a partir de 1940, pela morte de seu proprietário Egydio Thomé, foi assumida pela viúva, Hassib Thomé. Cunhou em sua prole e descendência o significado dos termos trabalho, independência e dignidade. A Casa Oliveira e a Casa Oriente dominavam o comércio nas décadas de 30 e 40, graças ao desempenho eficiente de suas mulheres, Fernandinha de Oliveira e Ana Abraão, que estiveram sempre à frente dos negócios, junto com seus maridos (THOMÉ, 1989, entrevista). Exemplo de participação ativa no mercado foi, também, o de Encarnação Coimbra, cujo marido Antero Rodrigues Coimbra era fotógrafo e relojoeiro. Vendia roupas, por ela mesmo feitas, e miudezas para uma freguesia do sertão (VASCONCELOS, 1987, entrevista).

E não se esgotam aí os casos de mulheres ativas, batalhadoras, que as circunstâncias e/ou a personalidade as empurravam para um novo mundo, então, muito masculino: o mundo dos negócios. “Outra figura de real prestígio” foi Lília Soares, esposa de Elmano Soares, diretor da *Gazeta do Comércio*. Não só labutava ao seu lado, substituía-o em diversas ocasiões, por longo tempo, “quer na redação, quer na Gerência”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de jul. de 1936, p. 3)

Na Revolução de 1930, embora ao mesmo estilo de missão benéfica, organizaram-se em comissão para angariar subscrições que auxiliassem a *Gazeta do Comércio* em prol da Aliança Liberal. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de nov. de 1930, p. 2)

Enquanto as mulheres tomavam os lugares que a sociedade antes lhes negara, não cessaram as contestações. Desde a década de 1920 negavam-lhes o direito político. É ilustrativo um registro de 1925: “Voto de Eva – Referve e escachoa, cada vez mais, em todo o mundo civilizado a onda arrogante de feminismo” (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de set. de 1925, p. 2). E quando votaram pela primeira vez para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, na visão masculina, elas continuavam “assim

emprestando um novo brilho à solenidade eleitoral” (GAZETA DO COMÉRCIO, 7 de mai. de 1930, p. 1). O brilho suplantava o dever cívico...

O direito ao voto, de um lado, resultava de uma campanha universal, de outro, fazia parte da política populista de Getúlio Vargas. Entretanto, a participação no mercado competindo com o homem, é evidente, tratava-se de uma conquista individual. Representava um grande avanço, pois que a educação e a mentalidade dominante baseava-se na noção do “espírito feminino”, “mão feminina”, voltados apenas para o aspecto estético.

Mesmo nos festejos juninos havia a preocupação de criar, ou conservar, a imagem da mulher feita para as prendas domésticas. Diferenciavam-se os sexos pelas profissões. Assim, no 13 de junho os jogos para meninas eram: “ovo na colher”, “linha na agulha” e “corrida num pé só”. Para os meninos eram: “cabos de guerra”, “o estafeta” e a “corrida do saco”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de jun. de 1932, p. 2)

A Igreja, a escola, a imprensa, a família por meio de práticas morais e sociais fixavam os procedimentos considerados legítimos e ilegítimos para o viver nesta comunidade. Reproduzia, claro, a própria sociedade brasileira. Na década de 30, nos grandes centros da Europa e Estados Unidos vivia-se uma inquietude e um espírito crítico, que forçavam as barreiras de desigualdade entre os sexos. A prática do divórcio e a divulgação do cinema, questionando a indissolubilidade do matrimônio, enfraqueciam o bloco monolítico de crenças sobre a sacralidade do casamento. É óbvio que os fatores sócios econômicos lá exerceram uma pressão, aqui inexistente. Isto explica a defasagem no tempo.

Três Lagoas, vivendo a era do jornal, da revista, do romance, do rádio e do cinema, no mínimo, não desconhecia o “vírus” que atacava os grandes centros. Apesar, todavia, dos exemplos de algumas mudanças que apontamos, não percebemos na mentalidade e no comportamento, em geral, que tivessem sido seriamente afetados. O que ficou nítido, ao

longo do tempo, foram as permanências de submissão ao homem, do respeito que os membros da família lhe tributavam, da honra da família pela virgindade das filhas e castidade da mãe.

É interessante lembrar que esses valores foram criados desde a Idade Média, em torno das noções de propriedade e herança (DUBY, 1989). Os valores foram estendidos aos que nada tinham, todavia apenas em seu aspecto ético. O que se impôs e se arraigou foi, portanto, em todas as camadas sociais, uma ideologia e uma prática machista.

Ao final do período, início da década de 1940, esses valores e essas práticas eram questionadas, não tanto por uma mudança de mentalidade, mas pelas contingências da vida. Contudo, se percebemos algumas mudanças de atitude e comportamento, quando olhamos a família nada nos levou a crer que, em sua essência, tenha a instituição da propriedade se modificado.

3- O lugar de cada um: homem e mulher

O alto índice de crimes que tiveram por tema questões entre homem e mulher, leva-nos a iniciar afirmando o óbvio: a relação homem-mulher é o princípio do espaço humano. Aqui nossa preocupação não se volta para os papéis do homem e da mulher, nem sobre a maneira como a justiça tratava os crimes da paixão. Simplesmente, enfatizamos que a vida de todos os dias era muito mais afetada pelas relações homem-mulher do que pelas relações de poder político-jurídico.

Não negamos a vinculação das duas estruturas. É indiscutível que as relações homem-mulher têm uma história instituída por um contexto político-jurídico. O que interessa dar ênfase é a inerência de uma relação espontânea, princípio de todo o viver humano. Nossa questão central é olhar uma ordem que foge aos parâmetros das ordens instituídas. Não é o fundamental, todavia situa-se no cruzamento de todas as outras or-

dens. Essa dimensão que estamos falando não se divide nas categorias sociais, nem família-bordel ou casamento-concubinato. Falamos de algo mais simples, próximo a suas origens, apenas de homem e mulher.

Aqui interessam os motivos porque um homem ou uma mulher, matava seu parceiro, para a compreensão de como eles transgrediam os códigos vigentes e desrespeitavam os valores da época. Importa salientar a abertura de uma outra ordem dentro da própria ordem.²⁰⁹ A paixão daqueles homens e mulheres pode ser considerada como referências para a compreensão da vida de todos os dias. Elementos de alguns processos-crimes são bastante ricos neste sentido: “Boaventura tinha dito que se Benedita o deixasse para se juntar a outro, a mataria”. Em seu depoimento Boaventura alegou que já gastara com Benedita quatro contos de réis e sentindo-se desprezado, por ela ter se amasiado com outro, “ficou indignado e resolveu tirar a existência de sua ex-amante”.²¹⁰ Cumpre ressaltar que a alegação dos quatro contos de réis não seria pelo dinheiro em si: gastar com uma amante implicava na categoria de “teúda e manteúda”, isto é, ela fora sua mulher. Sua indignação tornou-se desmesurada pelo sentimento de rejeição: ciúme, ódio, humilhação tomaram conta de Boaventura.

O motivo da morte de muitas mulheres, na ótica dos contemporâneos aos fatos, era geralmente a recusa. O testemunho se repetia: “se ela não vivesse com ele, não viveria com mais ninguém”. Esta visão era legitimada pela ordem oficial. O conteúdo do relatório do delegado expressava, via de regra, esta ideia: “levado por excessos de ciúmes ou talvez por requinte de perversidade...”²¹¹

A morte de Vilarminio foi diferente. Maria Gabriela (Juquinha) era casada com Clarimundo e foi o pivô do crime: “Houve uma discussão

²⁰⁹ Ultimamente surgiram vários estudos sobre a subordinação estrutural da mulher e sobre o exercício do poder por meio do aparelho judiciário, no julgamento de crimes passionais: Mariza Correa (1981; 1983).

²¹⁰ ACTL. D. 4747/1922. fls. 18 e 22.

²¹¹ ACTL. D. 4620/1944. fl. 17.

acalorada entre João Francisco e Vilarminio, na casa de Clarimundo, por causa da mulher deste, que andava de namoro com estes dois”. O marido declarou “que nem sempre encontrava-se em casa”, “nunca percebeu nenhum namoro de sua mulher com João Francisco ou Vilarminio”. Várias testemunhas disseram que Maria Gabriela sabia quem matara Vilarminio e sabia que ele estaria a cavalo, na estrada naquele dia. A morte havia sido “encomendada” por João Francisco. Luiz Catarinense declarou que “estava na casa de Clarimundo no dia do crime, com João Francisco e Maria Gabriela, quando ouviram o tiro”.²¹²

A multiplicidade das paixões – amor, ódio, vingança, ciúme – ocupava, certamente, a maior parte da vida de todos os dias. As banalidades, os paroxismos, o corriqueiro, os meandros da existência social ocupam uma boa parte do cotidiano e são fundamentais na existência de cada um e na vida de uma comunidade. São (des)ordens – a ordem humana.

²¹² ACTL. D. 4697/1936 (Ao longo do processo).

CAPÍTULO 6

PROCESSOS: O FILTRO DA (IN) JUSTIÇA

O Proprietário de terras, de casas, o homem de negócios, quando expropriado pelos 'melhoramentos', como estradas de ferro, abertura de ruas, etc., não recebem apenas indenização plena e completa. De acordo com a lei humana e divina, têm ainda de ser consolados por sua 'renúncia' forçada mediante um lucro considerável. Mas, o trabalhador, com mulher e filhos e seus pertences, é lançado à rua, e se acorre em massa para os bairros onde a municipalidade zela pela ordem, é perseguido pela polícia sanitária.

Karl Marx (1983)

1- Construção e distorção da ordem: os poderes da justiça

Ordem, harmonia e equidade são conceitos que comumente articulamos à questão da justiça. Entretanto, o manuseio dos 244 processos-crimes, distribuídos por 30 anos, chamou-nos a atenção para três fatos rotineiros: a morosidade e a omissão nos trâmites dos autos, e a manipulação dos processos com fuga do que rezava a norma. Nossa preocupação em conhecer a estrutura e o funcionamento do poder judiciário, em Três Lagoas, aumentou após a leitura de um processo-crime de 1938.

O referido processo, contra o dentista Josué de Carvalho, acusado por estupro e defloração na menor Maria Ferreira Vida,²¹³ por si não nos causou estranheza: delitos desta natureza tiveram baixa incidência no período.²¹⁴ Nem pelo desfecho – inconcluso – pois os percentuais de absolvição/condenação e não concluídos aproximavam-se. Nosso estra-

²¹³ ACTL. D. 4965/1938.

²¹⁴ Ver tabela V (anexos)

nhamento deu-se pela matéria anexa aos autos, que nada tinha com o delito, mas com a própria organização da Justiça.

Em lugar do despacho, o juiz de direito, Clarindo Correa da Costa, fez um protesto contra a “deliberação em que vem estar o Governo Interventorial de Mato Grosso” (interventor Júlio Müller), afastando-o do cargo, para que dele se investisse seu substituto legal. Aliás, este não foi o único caso de querelas da Justiça a surgirem nos autos, sobrepondo-se a sua própria ação de julgar o delito.

Anexo aos autos encontramos uma publicação do *Diário Oficial* com matéria assinalada nos Atos do Interventor Federal, aposentando juízes de direito das comarcas de Mato Grosso, desembargadores e tabeliães de notas. O ato de nº 266 referia-se ao caso de Três Lagoas: Julio Müller, dizendo-se autorizado pela Constituição de 10 de novembro de 1937, tomava a resolução de aposentar o Dr. Clarindo Correa da Costa, “no interesse do serviço público.”²¹⁵

Tratava-se de um ato apoiado numa constituição ditatorial, obedecendo às formalidades legais, como constou na cópia do termo de audiência extraordinária: “para o fim único de, em ela fazer constar o ato Interventorial.”²¹⁶

O protesto do juiz aposentado revela-nos uma outra face: “Desconhecendo os fundamentos deste ato que o alcança em pleno exercício de suas funções de magistrado, contra o qual nada, à luz meridiana, foi arguido por alguém...”²¹⁷

Estas ilegalidades e arbitrariedades protestadas pelo magistrado, com a máscara do “interesse público”, atendiam aos interesses mera-

²¹⁵ *Diário Oficial*. Cuiabá, 8 de janeiro de 1938. In: Proc. 4965/1938.

²¹⁶ Termo de audiência extraordinária. Ibidem.

²¹⁷ ACTL D. 4965/1938. p.76

mente politiqueiros. Outros juízes sofreram a mesma discriminação, no entanto, o Dr. Clarindo era irmão do Dr. Mário Correa da Costa, governador do Estado de Mato Grosso antes do Estado Novo. Isto diz bem dos interesses não revelados.

Questionamos, a partir dos pontos que nos sugeriram este caso, a organização e o funcionamento da justiça, antes e após 1938. Deixamos aqui, à margem, o aspecto ditatorial, interessando-nos antes pelo seu aspecto dito moralizador, pois “no interesse do serviço público”. Em resumo, queríamos saber que diferenças existiam, se é que haviam existido, na Justiça três-lagoense, nas duas fases.

Numa primeira abordagem dos dados verificamos que a omissão e a morosidade na Justiça foram rotinas ao longo de todo o período.²¹⁸ Cabe, entretanto, ver se os mecanismos desses vícios permaneciam os mesmos.

Na documentação relativa ao poder judiciário encontramos, constantemente, registros de protestos pelas suas mazelas, ao lado de esperanças, sempre renovados, pela substituição de seus protagonistas. Reside aí nossa segunda abordagem: saber da conduta individual dos agentes da Justiça, e da oficial (a do Poder Jurídico como pessoa moral).

Na área judicial eram notórias as desordens, ilustrativas nas seguintes referências: “radicais transformações porque vem passando a causa da justiça no foro local, apesar da balbúrdia e anarquia, encontradas quando dele tomou posse... a honestidade o respeito e circunspecção em tudo dominassem, dando valor e relevo à comarca.”²¹⁹ Cumpre esclarecer que não estamos desatentas às rivalidades dos grupos partidários. Ao dar-se a mudança, os que chegavam ao poder sempre detratavam a gestão anterior, para enaltecer o novo poder. Todavia, as desordens existiam.

²¹⁸ Ver Tabelas IV e I – Despachos dos processos. (anexos)

²¹⁹ Referências ao Dr. José Ottilio da Gama, juiz de direito em Três Lagoas de 1930 a 1933. *Almanaque Ilustrado*. Três Lagoas, Tipografia e Livraria Gazeta do Comércio de Três Lagoas, 1930.

A organização do poder judicial em cada comarca, antes da República Nova, cabia a um juiz de direito e três suplentes. O juiz devia ser bacharel, prestando concurso perante a Relação, e nomeado pelo presidente do Estado. Aos suplentes era dispensada qualquer formação, eram leigos, nomeados pelo presidente, com o único critério: o político. Tanto o juiz de direito, quanto seus suplentes não poderiam ser removidos sem o requererem. Mas apenas os suplentes, de caráter essencialmente político, não poderiam perder o cargo a não ser por requerimento ou por sentença. Os juizes de paz, três em cada paróquia, eram eleitos. Quanto aos promotores da justiça e seus adjuntos eram nomeados, mas com uma diferença essencial entre os anteriores: “dentre as pessoas legalmente habilitadas com preferência os bacharéis formados e... conservados enquanto-bem-servirem.” (AYALA, SIMON, 1914, p. 37). Isso explica porque de 1918 a 1929, enquanto sucederam dois juizes de direito, foram 5 os promotores e, em vários processos-crimes, atuaram promotores interinos ou *ad-hoc*. Essas diferenças, em parte, também explicam os constantes conflitos entre juiz e promotor, que adiante veremos.

Os tabeliões eram de nomeação do presidente do Estado, mas não eram pagos pelos cofres públicos e sim pelas partes que necessitassem dos seus serviços. Isso facilita entender por que a maioria dos processos não era concluída, permanecendo na gaveta do tabelião.

Propósitos para sanar as mazelas nunca faltaram, no entanto, sem sucesso. No período do Governo Provisório de Getúlio Vargas, as mudanças eram propostas com o “fim de moralizar a justiça dando prosseguimento a processos-crimes injustificadamente sepultados sob a poeira dos arquivos.” A tentativa de solução repousava na forma de recrutamento para o Ministério Público. O promotor deveria ser nomeado e formado, “absolutamente imune do vício político e das injunções partidárias.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 22 de jul. de 1931, p. 1)

As mudanças para efetuar a “moralização”, foram vãs. Tanto o conjunto dos processos-crimes,²²⁰ como a repetição dessa cantilena, pela imprensa, mostram que as mudanças não atingiram os objetivos. Assim, em 1936, repetia-se a queixa: “Ao assumir o cargo de juiz de Direito... observei que a criminalidade era excessiva, não somente pelo grande número de criminosos impunes, sem processos terminados, como também pela composição do corpo de jurados... absolvições em massa... que o poder público, nas nomeações dos Representantes do Ministério Público e das Autoridades Policiais, escolha pessoas de valor...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de maio de 1935, p. 1)

Predominava o pensamento de que alterando o quadro de pessoal do poder judiciário o problema seria resolvido. Na realidade, o vício estava, também, na estrutura da organização da própria sociedade.

Mudanças no funcionamento do judiciário igualmente foram tentadas, sem resultados perceptíveis. Em 1938 o promotor público chamava atenção do costume da nulidade: “a tendência hodierna de nossos tratadistas e tribunais é no sentido de restringir, cada vez mais os casos de nulidade do processo e julgamento para que prevaleça a justiça substancial sobre a meramente formal.”²²¹ Entretanto, no arquivo criminal de Três Lagoas a questão específica da nulidade não era grande, mas encontrava outros descaminhos equivalentes, como a prescrição por prazo, a não conclusão e o arquivamento.

As mudanças na organização e no funcionamento do poder judiciário, na década de 1930, não alteraram a morosidade, a omissão e a manipulação dos autos em suas duas fases: policial e judicial.

2- A rotina da morosidade e da omissão

A morosidade era rotina, todavia, algumas vezes a frouxidão ultrapassava a regra, havia, então interesses em denunciá-la, ou justificá-

²²⁰ Ver tabelas IV e V. (anexos)

²²¹ ACTL. D. 4697/1936. fl.17

-la. O processo-crime por homicídio contra Waldemar Pereira torna-se explicativo. Teve seu início com o inquérito policial em novembro de 1927. Ao final de janeiro do ano seguinte, informava o escrivão que “o feito teve cerceado a sua marcha, por achar-se ausente da comarca, o Sr. Promotor Noginel Pegado.” Em data seguinte a essa informação o juiz de direito despachava: “Achando-se atualmente na Comarca o Sr. Promotor, dê-se novamente visto ao mesmo.”²²² Somente em maio o novo juiz julgou procedente a denúncia. O réu encontrava-se foragido, assim permanecendo por três anos. Em 1931, o delegado especial havia capturado o réu, o que permitiu a instalação do júri popular por um terceiro juiz, resultando na condenação de Waldemar, logo posto em liberdade, porque já decorrera o prazo em que deveria cumprir a pena.

Esse não foi um caso isolado. Em 1927, deu entrada no Fórum um inquérito policial de agressão corporal. Por duas vezes baixaram os autos à Delegacia, cessando seus trâmites com o ato de seu recebimento pelo escrivão. Após quatro anos, o mesmo escrivão informou que o agressor havia falecido. Foi então arquivado o processo. Morosidade e omissão conjugavam-se, até mesmo após a propalada moralização do Estado Novo.

Os descaminhos da Justiça eram provocados por diferentes motivos. Vejamos alguns, os mais repetidos. Não foram raras as vezes em que os processos-crimes retardaram, por não serem intimadas as testemunhas, ou por ficarem engavetados no cartório-crime. Há, entretanto, dois processos que são exemplares de vários vícios.

Em 1922, o processo contra Abílio Barroso e Manoel Nello de Souza, responsáveis por um duplo homicídio, em “questão de somenos importância” e com “requintes de perversidade”, encontrou óbices de diversas ordens, em seu andamento. Na primeira audiência marcada as testemunhas não compareceram. O juiz Cel. Alfredo Justino expediu

²²² ACTL. D. 4883/1927. fl.42

mandado para que viessem depor abaixo de vara, após o que o escrivão informou que: “as testemunhas não foram ainda intimadas por falta de condução ao oficial de justiça.”²²³

O juiz de direito determinou a solução para o impasse: “requeira, de quem de direito os recursos necessários e passe novo mandado para intimar as testemunhas faltosas a virem depor.” Três meses após, o escrivão informava que demorava “por acúmulo de serviço” e repetia a desculpa anterior, a da falta de condução. Novamente foi expedido mandado de intimação e, após um mês, o oficial de justiça certificou: “não ter encontrado nenhuma das testemunhas.”

Mais um mês decorreu e o promotor Lamartine Mendes, dando vistas ao processo, disse que: “Em vista da certidão retro não me resta recurso que requer o arquivamento do processo protestando porém pelo seu andamento em tempo oportuno.”

O oficial de Justiça, o Escrivão e o Promotor, todos colaboram para o arquivamento do processo de um crime hediondo. Nove anos após, 1931, era preenchida uma formalidade, sem nenhum respeito ao que a Justiça, na maioria das vezes, tinha como fundamental: as provas. O Juiz Otílio Gama salienta em despacho que: “Acabo de ser informado pelo escrivão que tem certeza da morte de Abílio Barroso e informação de que Manuel Nello de Souza é também morto.” Dado vistas ao promotor, assim retornou: “Em vista da honrada afirmação do M.M. Juiz de Direito da Comarca requeiro o arquivamento deste processo.”

Aqui as provas foram dispensadas e acolhidas a “certeza da informação” e a “honrada afirmação” para arquivar um processo em que, por quase 10 anos, os indiciados estiveram foragidos. Este processo contém bem o essencial da rotina de meandros para escapar-se ao cumprimento das funções judiciais.

²²³ ACTL. D. 4852/1922. fl.31-37 (parágrafos seguintes).

Havia uma constante arbitrariedade e, em consequência, ocorriam contradições. A questão da formalidade era, muitas vezes, a base fundamental para anular-se ou arquivar-se um processo, como podia ser facilmente dispensada. O que pesava no desfecho do processo era o jogo de poder.

Processos arrastavam-se por anos a fio e, não raras vezes, deparamos com o registro da morte do réu concluindo o feito judicial. Assim foi a queixa-crime de 1919, que recebeu a denúncia do promotor, após um ano. Em 1931, 12 anos após, o juiz solicitava o arquivamento: “Informado como me encontro por várias pessoas de respeitabilidade, que o denunciado José Antonio já é falecido.”²²⁴

Todavia, é no conjunto dos processos que importa situar o encaminhamento para apreender sua mecânica. Cumpre, pois, trazer mais alguns elementos colhidos em outros autos. No caso anterior o promotor pediu o arquivamento do processo pela impossibilidade de encontrarem-se as testemunhas. Havia, entretanto, diferenças.

Naquele mesmo ano, 1922, outro crime de homicídio, com ostentação de sua face perversa na fase policial, teve no judiciário um tratamento muito distinto. Nem as testemunhas, nem os réus foram intimados. O promotor, dando vistas ao processo, requereu o seguinte: “Não basta a certidão de que as testemunhas faltosas não foram encontradas. É preciso saber se elas se encontram em lugar incerto e não sabido, ou não... certificar ao pé da certidão... a razão porque deixaram de ser intimados os réus José Riograndense e Pedro Vicente.”²²⁵

A mesma desculpa repetiu-se: “sem recursos e meios de condução”. Nesse caso, o promotor não solicitou o arquivamento, mas desistiu do depoimento das testemunhas faltosas e as substituiu. A troca de to-

²²⁴ ACTL. D. 4934/1919. fl. 19.

²²⁵ ACTL. D. 4714/1922. fl. 38.

das as testemunhas encontramos, por mais vezes, ao longo dos 30 anos. Resultava em descaracterizar o delito, de sua fase policial. O processo citado preencheu todas as formalidades e foi a júri popular, sendo os réus condenados. Em seguida, subiu à apelação e, por simples considerações formais, foi obtida sua anulação. Cabe referir que houvera, no inquérito policial, confissão, com detalhes do crime, por parte dos réus, sendo um deles inspetor de quarteirão de distrito policial.

As escusas para cobrir os desleixos variavam desde a falta de recursos, falta de condução, ausência do promotor ao acúmulo de serviços pelo preparo de eleições²²⁶. Algumas vezes o promotor ou o juiz de direito protestava e demandava a retomada do processo, nem sempre com êxito. Torna-se útil destacar mais alguns trechos de outros autos, para fazer aparecer esses elementos, que pretendiam mostrar-se como Justiça aos olhos da comunidade. Na realidade, constituía-se uma aparência, um discurso retórico.

O processo-crime contra Sebastião Paulista representa bem esse quadro e fortalece a visão de conjunto. O homicídio ocorrera em junho de 1936. Em outubro, o promotor Júlio Viegas Muniz tendo conhecimento de que as testemunhas arroladas haviam transferido as suas residências para “lugares incertos e não sabidos”, desistiu de seus depoimentos e substituiu-as por outras, objetivando “evitar delongas para o término do sumário”. No ano seguinte, março de 1937, o escrivão Manoel Pedro de Campos informava que as testemunhas substitutas não haviam sido inquiridas, novamente, porque não eram encontradas pelo oficial de Justiça e justificava a demora: “por motivos de acúmulo de serviços eleitorais, ficou parado até esta data.” O juiz de direito autorizou o cumprimento de seu despacho anterior. Entretanto, ao final do ano, novembro, Lindolfo de Souza Oliveira, substituto do escrivão do 2º Ofício

²²⁶ ACTL. D. 4380/1925, 4715/1936, 4883/1927, 4909/1927, 4943/1925, 4783/1915.

informava o seguinte: “revolvendo o arquivo deste cartório encontrei estes autos que se acham paralisados e, por motivo de acúmulo do serviço eleitoral, deixei de dar andamento nos mesmo.”²²⁷

O despacho do juiz Clarindo Correa, em tom moralizador e energético, e o desfecho do processo, decompõe a mecânica do aparelho judiciário:

Não justifica o motivo alegado pelo sr. Escrivão do 2º ofício. Não houve acúmulo de serviço eleitoral que impedisse o prosseguimento de todo e qualquer processo por prazo tão dilatado como se verifica no presente, onde o meu despacho... não teve cumprimento até a presente data. Chamo a atenção do sr. Escrivão por essa gravíssima irregularidade retendo os autos em cartório, por tão longo prazo, prejudicando não só os interesses da Justiça como das partes interessadas. Advirto o sr. Escrivão que d’ora em diante qualquer retenção em cartório de processos sem motivos justificados este juízo procederá criminalmente contra os faltosos.”²²⁸

Na mesma data do despacho, 16 de novembro de 1937, os autos chegaram ao cartório do 1º ofício e lá ficaram todo o Estado Novo e durante o período da chamada democracia, até a ditadura militar quando, em 1968, foram considerados conclusos e arquivados. Casos como estes repetiram-se. De um total de 244 processos crimes, 131 não foram concluídos, percentual expressivo da morosidade e omissão da Justiça.

O aspecto simbólico, através do cumprimento das formalidades, pairava acima do funcional; interessava muito menos os efeitos sobre o delito em si, ou o réu, do que a imagem do edifício jurídico. O determinante simbólico expresso sob a forma de leis, normas e códigos assegurava a legitimidade da justiça enquanto ordem. Contudo, em seus bastidores a justiça fazia-se, frequentemente, desordem.

²²⁷ ACTL. D. 4915/1936. fls. 30.

²²⁸ Idem, fl. 34.

Há, entretanto, um processo em que esse fato emerge com toda a clareza. Trata-se de um processo por defloração, em que o acusado declarou que os médicos peritos haviam solicitado a quantia de três contos de réis para fornecer um laudo pericial, que serviria para a defesa dele, acusado. Verídica ou não a acusação, o fato é que no laudo constou a presença de um hímen complacente, e o saber médico não se sentiu em condições de atestar se houve defloração. A questão que interessa enfatizar, aqui, foi o encobrimento da declaração para zelar pela ordem pública: “Seria trazer à Justiça e à Polícia inteira confusão e gravame aos elevados interesses da sociedade. Deixaria de existir crime porque os interessados na impunidade dos delinquentes, por uma simples alegação derrubaria todo o Edifício no qual repousa o interesse coletivo.”²²⁹

O desfecho dos autos tornou-se função do que estava em jogo, o próprio aparelho repressor, e não da natureza suspeição/evidência, quanto à realidade do delito. Em outras peças criminais verificamos algo similar. Em certas situações a modificação da relação de forças deslocava o que estava em jogo na repressão, e já não se reconhecia mais nos autos aquilo que deveria ser propalado, apagando o que não poderia ser considerado. Era assim que a Justiça aparecia como zeladora da ordem social, preservando sua própria imagem para manter o poder e a ideia de que zelava pela ordem. Deste modo, todo o edifício da Justiça aparentava alicerçar-se na estabilidade e na harmonia.

Esses zelos expressavam a vontade e o discurso de um grupo: o dos ordenadores. Eram eles que criavam a lei, que diziam e faziam a ordem da comunidade. Roberto Aguiar teoriza bem esta questão:

quase que por um escamoteamento da realidade, a questão da justiça circula dentro do mundo jurídico como se fosse assunto de sua exclusividade. Mas é preciso também colocar que as normas

²²⁹ ACTL. D. 4890/1941. fl. 17.

jurídicas e os ordenamentos jurídicos, como todos atos normativos editados pelo poder... traduzem de forma explícita, seja em seu conteúdo, seja pelas práticas que o sustentam, as características, interesses e ideologias dos grupos que legislam. (AGUIAR, 1982, p. 122)

As instituições – no caso em análise, a Justiça – condicionam as relações específicas entre os agentes sociais. Cabe aqui lembrar este outro aspecto da questão, pois que ficou patente o contraste entre o preenchimento das formalidades simbólicas e os óbices à execução. Mesmo quando seus agentes eram omissos a justiça permaneceu transubstanciada em ordem justa, embora assumindo, de fato, muitas vezes, uma dimensão de (des)ordem, de ordem feita desordem.

3- Poderes em conflito: o jogo da ordem

Os poderes locais constituem-se espaço de posições rivais. Os interesses e as ideologias que compõem esse conjunto não cessam de se confrontarem. Ademais há sempre uma urgência para os poderes definirem-se, de situarem-se reciprocamente. Formam assim um lugar em que se encontram e se chocam ideias, projetos e práticas.

Esse jogo dos conflitos e das posições expressam a dinâmica das instituições que respondem às necessidades reguladoras da comunidade. É pela diferença que cada poder existe e se legitima em relação aos outros. Não há, nesse caráter cotidiano de confronto, divergência em seu propósito maior, mas, precisamente, de convergência: manter a ordem social.

Esses agentes de controle social têm como objetivo expresso a ordem, pois, sem ela temem o caos na comunidade. Tencionamos mostrar como os próprios órgãos e as pessoas responsáveis pela ordem invertiam-se, muitas vezes. Aqui vamos olhar os conflitos que se estabeleciam entre os poderes encarregados de manter a comunidade em paz e harmonia: polícia, judiciário e militar. Em seguimento abordaremos o poder político.

Nos despachos, nas informações as animosidades rancorosas, as querelas políticas encontraram, muitas vezes, ocasião para serem expressas. Em suas quotas nos autos, juiz, promotor, escrivão, advogados, delegado de polícia, todos acharam propício, em algumas circunstâncias, extravasarem suas incompatibilidades ou desentendimentos, deslocando o que deveria ser a essência dos autos – o julgamento da transgressão ou delito – para as desavenças pessoais ou políticas.

É relevante fazer aparecer esses antagonismos em seu próprio discurso, para conhecer os conflitos entre os poderes locais. Perceber as características de suas relações em seus antagonismos no próprio jogo do poder.

Juiz e promotor, não raro, desentendiam-se. Em 1922, o escrivão informava ao Cel. Justino de Souza, juiz de direito, que o promotor público, Olavo Eugênio Dantas Coelho, não fora ouvido naquele processo. O despacho do magistrado veio em tom de censura ao agente da promotoria pública: “Não tem fundamento a informação, sendo das atribuições da Promotoria Pública, como representante legal dos negócios do Estado, poder ausentar-se da sua comarca, em serviço estranho ao da Justiça e sem conhecimento desta...”²³⁰

As mesmas autoridades, no ano anterior, em processo-crime contra Izidro Rabello, estiveram em desacordo. O promotor Olavo Eugênio Coelho Dantas reclamou da morosidade do processo pela dificuldade do comparecimento das testemunhas a juízo, e da “negligência do terceiro suplente de juiz, retendo os autos em seu poder por 2 meses.” No caso, o juiz era o Cel. Alfredo Justino de Souza, que ignorou a impronúncia do promotor público, mandando que se lançasse o nome do réu no rol dos culpados.

Cabe acrescentar que o promotor em 6 de janeiro de 1922 havia indiciado Izidro Rabello e a 5 de junho de 1922 o impronunciou, alegan-

²³⁰ ACTL. D. 4618/1922 fl. 12.

do que não ficara, “de modo algum provado que o indiciado havia cometido o crime articulado na denúncia... nem indícios veementes existentes que possam trazer a opinião de que seja ele o seu autor... a afirmativa da vítima nenhuma força tem.” Desprezou também, 6 testemunhas, porque “nenhuma delas, todavia, é de vista.”²³¹

No mês seguinte, o promotor interino, Tancredo Tasso Cardoso Gomes apresentou o libelo, onde disse que iria provar em júri, que o acusado fora o autor da morte de Jerônimo.²³²

O jogo do poder, como no caso anterior, não era raro. Perceptível esta frequência, cumpre que se indague da possibilidade de especificar os tipos de conflitos. Foi necessário descobrir outros fatos e relacioná-los para entender a trama.

Ao longo de vários anos, encontramos, em diversos autos, essas quizilas entre juiz e promotor. Acrescentamos mais dois exemplos. Em 1927, o juiz de direito, Basílio Ranoya indicou como promotor *ad-hoc* o advogado dr. Generoso Alves Siqueira para substituir Noginel Pegado, que estava em licença de saúde. A partir daí desencadeou-se uma discussão em linguagem violenta, envolvendo os três personagens.

Dr. Generoso Siqueira negou-se a substituir o promotor, numa linguagem vituperina dirigida, não ao juiz, mas ao promotor licenciado. Destacamos alguns trechos: “...não estou disposto a exercer as funções do representante do Ministério Público que alegando, falsamente, moléstia, propositada e sistematicamente entra em licença nas vésperas dos dias de serviço do júri... o Estado mantém um funcionário que vive à expensas de seus cofres.”²³³

²³¹ ACTL. D. 4889/1921 fl. 31.

²³² *Idem*, fl. 33.

²³³ ACTL. D. 4782/1927. fl. 31.

Noginel de Moura Pegado chama a ética profissional para não apresentar ao juiz o motivo de sua ausência, e deu a réplica:

Em nome da ética profissional peço tão somente que seja cancelada a nota proterviosa, ou melhor, a promoção chicaneira e inquinada de mal querenças... meu talentoso injuriador... de falsear a verdade e vir dentro das páginas dos autos dizer que eu pretendo reiterar uma crônica anomalia no uso perene e abusivo do desamor ao cargo que desempenho a contra-gosto do meu ofensor que, sem dúvida, pleiteia para um dos seus capachos.²³⁴

Nos dois textos estão as razões da querela: a política dos cargos e as rivalidades partidárias. Os debatedores eram desafetos políticos. Entretanto, o juiz, como se filiava ao mesmo partido do dr. Generoso, finalizou a questão com este sofisma: “Quanto as pretensas ofensas que alega o Promotor da Justiça assacadas a sua pessoa... lê com serenidade e isenção de ânimo não descobre nenhuma injúria, ofensa ou insulto, pois se houvesse este juízo as mandaria riscar.”²³⁵

Não cessaram aí as farpas entre juiz e promotor; seguiram-se trocas de ironias, mesmo na parte técnica do processo. Ao ponto do magistrado mandar riscar termos contra ele assacados: “Determino o escrivão do feito que risque as primeiras 15 linhas da cota de fls. 36v., por conter as mesmas palavras irreverentes a este juízo.”²³⁶

Entrelaçado aos conflitos entre as autoridades estava a proteção/perseguição ao réu. O desfecho do processo dependia deste jogo de forças, de quem podia mais nesta política mandonista. Assim foi, entre outros, no caso de Sebastião Ananias, peão do Cel. Alfredo Justino de

²³⁴ Idem, fl. 36.

²³⁵ Idem, fl. 36.

²³⁶ Idem, fl. 38.

Souza. O delegado de polícia, o médico Bruno Garcia, requereu a prisão preventiva. O promotor Barros Barreto despachou nestes termos: “...caso evidentiíssimo de legítima defesa em todos os seus requisitos, que dispensa maiores argumentos requer arquivamento.”²³⁷

O juiz Ranoya, do mesmo partido que o delegado, e de outro que o promotor e o coronel Justino, indeferiu o requerimento: “compete ao promotor oferecer a sua denúncia para apurar-se no sumário a responsabilidade criminal que cabe ao réu; se no sumário ficar apurado que o réu agiu em defesa própria, ou de terceiros, ao juiz sumariamente é que compete reconhecer-la, uma vez que concorre a favor do delinqüente os requisitos...”²³⁸

Esses apadrinhamentos/perseguições nas áreas policial e judicial não cessaram com o Estado Novo. Encontramos um processo-crime, de 1941 contra Alcides Siqueira, Américo Monteiro e Benedito e Francisco Moreira, como outros no período, mostrando que muitos vícios permaneceram. Este processo referia-se a uma empreitada de morte do Cel. Pereirinha, pelo Cel. A. Teodoro de Lima. Os suspeitos foram presos na estação da viação-férrea por conduzirem arma proibida. Prisão que teria impedido a perpetração do homicídio.

Em seu despacho o promotor de Justiça, que era amigo da família Lima, posicionou-se contra a medida e solicitou o arquivamento do processo-crime, nestes termos:

Não praticou o referido indiciado crime nenhum. Apenas andava armado sem a necessária licença. Trata-se, conseqüentemente, de uma pequena contravenção... A contravenção do porte de armas não é punida em Mato Grosso, pois que neste Estado pouco policiado e sem garantias, é moda andar-se armado. Pelo menos não sei de ninguém

²³⁷ CTL. D. 4657/1929. fl. 19.

²³⁸ Idem, fl. 21.

que tenha sido processado em Mato Grosso pelo porte de armas.²³⁹

Era “moda”, como disse o promotor, o porte de armas, como era de costume a empreitada para matar. E nesse caso, os indícios e os depoimentos apontavam para o “serviço” que deveria ser prestado ao coronel Teodoro de Lima. Entretanto, o peso maior para o desfecho dos autos (não concluído) foram as pessoas envolvidas.

Promover e decidir na Justiça cabia ao juiz e ao promotor. O jogo de forças entre eles expressava-se nas formalidades e na palavra. Nos autos eles descarregavam as irritações e as brigas internas de poder.

Por suas ramificações, o poder, aqui, alojava-se, também, na atuação do tabelião. O cartório crime revelou-se um lugar onde os processos poderiam mudar de rumo. A rapidez ou morosidade, resultando na conclusão ou na prescrição, ficava na dependência da distribuição dos autos pelo notário. Ele interferia nas audiências pelo comparecimento, ou não, das testemunhas. Revelou-se sempre uma pessoa chave. Envolvia-se no mesmo jogo, embora, muitas vezes, mudasse de lado. Ora pertencia ao grupo do promotor, ora, ao do juiz. E nem sempre o juiz e promotor eram opositores. Tudo era comandado pela política partidária. Atrás de todos estavam os coronéis, nem sempre os mesmos, ocupando o cume do poder. Era, ainda, cambiante o papel do notário conforme o peso das partes diretamente interessadas. Vale repetir que seus serviços eram pagos pelas partes, que deles necessitassem, embora com tarifas aprovadas pelo Governo.

Seria natural, portanto, que os conflitos entre as autoridades do judiciário envolvessem juntamente o escrivão. Para efeito de ilustração, citamos uma ocorrência no processo-crime contra Francisco Figueiredo. Ao final do registro sobre o depoimento da testemunha João Garcia, o escrivão anotou: “Dada a palavra ao promotor que compare-

²³⁹ ACTL. D. 4857/1941. fl. 41 (Grifos nossos).

ceu neste ato nada ficou perguntado à testemunha, retirando-se em seguida para não assinar o presente depoimento.” É muito significativa, a parte sublinhada pelo próprio escrivão. Deixou-nos muito claro seu envolvimento pessoal nas atuações do processo. A continuidade esclareceu-nos melhor como dividiam-se as forças naquele momento, pois, dado vistas ao promotor, assim ele interferiu nas anotações: “observo não ser verdadeira a afirmação das linhas 10 e 16 da fl. 24 verso, não as havendo eu autorizado a sua inserção.” ²⁴⁰

O juiz Ranoya expediu a baixa dos autos a cartório para o escrivão se certificar se era ou não verdadeira a afirmação constante. Os autos subiram à conclusão, mas com silêncio a respeito do despacho do juiz. Estipulou-se a pena de um ano ao réu, que esteve foragido durante esse tempo. Ao fim, solicitou prescrição, que lhe foi deferida. Este processo desvendou-nos um pouco mais das tramas da Justiça. Foram evidentes as artimanhas e divergências: de um lado, o promotor, de outro, o juiz e escrivão. Tornou-se perceptível que, na manobra do réu mantendo-se foragido e retornando a público, quando lhe favoreceu a prescrição da pena, outro poder entrara em cena: o policial.

Foram frequentes as divergências entre o delegado de polícia, o promotor público e o juiz de direito. Cumpre lembrar que o cargo de delegado de polícia era essencialmente político. Em Três Lagoas, médicos, fazendeiros e comerciantes exerceram essa função. É da maior importância conhecer os conflitos que se estabeleceram entre esses poderes.

Os antagonismos entre a polícia e o judiciário manifestavam-se, via de regra, como se fossem entre as instituições. Nem sempre o foram, na verdade. Seria mesmo falacioso entendê-los daquele modo. Outros interesses, como já mostramos, mesclavam-se no judiciário. Muitas vezes, até sobrepondo-se. A política do mandonismo, predominante ao longo do período, foi um fator significativo.

²⁴⁰ ACTL. D. 4440/1929. fl. 24-28.

Dois casos são sugestivos de que a polícia agiu movida com intenção de negar a ordem. No processo contra Abílio Ferreira Lima, por lesão corporal, projetaram-se as contrariedades do juiz Ranoya com o delegado Severino Ramos de Queiroz. Requerera este a prisão preventiva. O juiz negou a medida por considerá-la “violenta e de exceção”, acrescentando: “medidas idênticas de criminosos de morte foram solicitadas pelas autoridades policial e atendidas, não constando, ...que nenhuma tenha sido executada, nem mesmo de criminosos pronunciados como Getúlio Marques, sendo público e notório que o mesmo se achava refugiado na Fazenda Piaba.” O grau de animosidade ficou patente com o novo relatório do delegado. Irônico, na primeira parte: “Não existindo mandado de prisão de autoridade competente, esta Delegacia mandou-o em paz...”²⁴¹

Na continuidade do relatório, solicitando a devida vênua declarou:

Esta Delegacia não é responsável pela não prisão de criminosos – circunstância em que se baseou o M. J. de Direito para negar a decretação da prisão preventiva... Sem requisição assinada por autoridade competente, a qual, neste caso é o Juiz de Direito, não poderá sair do quartel nenhuma força policial armada na devida forma, na conformidade das instruções que os comandantes têm de seus superiores ou chefes... Não pode, pois, a autoridade policial aceitar a pecha de faltosa pela não efetivada dessas prisões.²⁴²

Cabe lembrar que no período da República Velha a polícia militar, considerada a Força Pública do Estado, era formada pelos praças que vinham prestar o serviço militar. A Delegacia de polícia precisava articular-se com a Força Pública e a Brigada Policial do Estado. A Força Pública era composta de elementos dos mais diversos lugares, com predominância do Nordeste, com alto percentual de analfabetos e, muitas

²⁴¹ ACTL. D. 4829/1927. fl. 22-24.

²⁴² Idem, fl. 29.

vezes, revelando uma conduta violenta, caracterizando-se, em algumas ocasiões, como inversores da ordem pela qual deveria zelar. O acobertamento, por parte do delegado de polícia, fez aflorar, em alguns destes casos, o antagonismo entre autoridades policial e judicial.

O processo-crime contra Adelino Pereira de Oliveira e Ricardo Gulpiano de Almeida é ilustrativo de conflitos desta natureza. Ambos foram indiciados como autores da morte de um colega de farda, Manuel Pereira Genes. A proteção dispensada pelo delegado de polícia, cap. Severino Ramos de Queiroz, provocou os protestos do Promotor Público: “um singular auto de resistência... documento que se pretendia arquitetar a lenda de uma suposta resistência oferecida por Genes... com o fim reprovável de isentar-se antecipadamente os soldados criminosos.” O promotor, Luiz Antonio Albuquerque Barros Barreto, justificou seu pedido de prisão preventiva em termos que transparecem as contradições entre as autoridades policial e judicial: “com a máxima serenidade e energia, a bem dos interesses da sociedade, do respeito às leis e dos critérios e bom nome das autoridades.”²⁴³

Manter a ordem pública sempre implicou em zelar pelo “bom nome das autoridades”. Um falso discurso e manobras com as formalidades, para possibilitar resguardar essas imagens. Todavia, não poucas vezes, encontramos ações de autoridades que ultrapassavam esse nível. Assim foi o caso de Genes revelado pela veemência do dr. Barros Barreto: “Não se conformando com a ação negativa da polícia civil e com a interpretação facciosa do sr. Delegado de Polícia, na inópia de elementos de instrução que permitisse uma verificação cabal de responsabilidade.”

A “ação negativa” não se limitou a manobras dentro dos autos, mas a medidas que pusessem os criminosos distantes da justiça. Ao tomar conhecimento de que a autoridade policial pretendia embarcar os indiciados para Campo Grande, disse o promotor público: “com geral estranheza e indignação, soube-se que os soldados indigitados criminosos

²⁴³ ACTL. D. 4574/4928. fl. 31 (parágrafos seguintes).

havam sido postos inexplicavelmente em absoluta liberdade, apurando ainda que... os ditos soldados deveriam partir dois dias depois, transferidos para Campo Grande.”

O promotor e juiz estiveram em comum acordo contra a ação negativa do delegado de polícia. Ao conceder a prisão preventiva requerida pela promotoria disse o juiz, dr. Ranoya:

Atendendo que a mesma autoridade policial eximiu-se a proceder, como lhe competia, ao inquérito a fim de se apurar a responsabilidade dos criminosos, tendo ainda declarado verbalmente a este juízo que não haveria força humana que o obrigasse a proceder ao inquérito (...) devido a proteção que a autoridade policial, que exerce também o cargo de comandante do destacamento policial, dispensa aos criminosos.²⁴⁴

Não se esgotam nestes dois processos-crimes as animosidades entre o capitão Severino e o dr. Ranoya e Barros Barreto. Outros no desempenho de suas funções, também inverteram a ordem.

4- O abuso de poder: arbitrariedade e prepotência

Em todos os níveis, de alto a baixo, encontramos, em algumas circunstâncias, o uso excessivo de poder pelas autoridades a quem cabia o zelo pela ordem, ao ponto de inverter a própria ordem.

Algumas dessas autoridades permaneceram na memória de muitos de seus contemporâneos, por suas atitudes violentas. Para outros, uma violência necessária. Conforme o Sr. Januário Pereira de Souza, em depoimento, a função da polícia era “apaziguar as brigas”. Precisava, para tanto, dispor de energia: “Havia uns comandantes que eram muito energéticos, como um tal capitão Severino.” Esse capitão Severino é o mesmo delegado que se atritou com o juiz Ranoya. O Sr. Januário reflete bem

²⁴⁴ Idem, fl. 37

a opinião pública, de que a autoridade carecia de força e coragem. Enquanto que as referências a outro delegado, o capitão Astrogildo, eram marcadamente diferentes: “Era valente e desarmava qualquer um na rua. Sozinho, não tinha ordenança nem nada. Cavaleiro e boiadeiro, quem andava com revólver na cintura, ele desarmava no meio da rua.”²⁴⁵

As mazelas, a prepotência, as arbitrariedades e venalidades, vícios das autoridades responsáveis pela ordem e justiça foram encontrados na soma de fragmentos dos autos. O capitão Severino e Octavio Sigefredo Roriz marcaram época de tirania e opressão. Delegados de polícia e chefes do destacamento da Força Pública, em Três Lagoas, que nos autos deixaram vestígios dessa prepotência.

O processo-crime contra José Batista de Camargo, policial que matou seu colega de farda, Amaro Eugênio, é exemplar da arbitrariedade do capitão Severino. O inquérito policial foi encaminhado para proteger o criminoso, pois forçada pelo próprio delegado uma legítima defesa. A atuação do promotor Noginel Pegado indica sua contrariedade com a ação policial. Há, ainda, testemunhas fortes sobre a conduta do delegado de polícia: “... que esse fato ficou em casa, sem punição alguma como se dera com os anteriores, que a testemunha atribuiu isto a proteção ou amizade ilimitada que lhe dispensa o seu comandante cap. Severino de Queiroz.”²⁴⁶ Ao início do processo, Noginel Pegado foi transferido para outra comarca, por ato do presidente do Estado, a ação judicial tomou outro rumo e o réu foi absolvido.

O delegado Sigefredo Roriz, hoje nome de rua, era fazendeiro e comerciante. Em suas funções de delegado de polícia foi um adequado representante da ordem em que a lei e a justiça dependem do jogo de forças de quem está no poder. Testemunhos da época nos permitem tra-

²⁴⁵ SOUZA, Januário Pereira de. Entrevista, AHCTL – Centro Universitário de Três Lagoas. (fita mag.) 1985.

²⁴⁶ ACTL. D. 4433/1928. fl. 35.

çar um perfil: “... como delegado de polícia desta cidade, foi péssimo e arbitrário, tanto assim que num jogo de futebol nesta cidade, proibiu ele a torcida contra o time de cujo clube era ele associado, chegando ao ponto de chamar a atenção de uma filha da declarante, que calasse a boca porque ele era autoridade e fazia o que muito bem quisesse.”²⁴⁷

Outros declarantes, no mesmo processo, referiam-se a Roriz com semelhante opinião: “uma autoridade violenta e arbitrária péssima autoridade, vingativo, ao ponto de ter prendido um filho do declarante por ele frequentar a casa de Elmano Soares, levando-lhe o revólver ao peito, quando ele tentava separar dois contendores no campo de futebol.”

Atos de violência e omissão parece terem marcado a passagem de Roriz pela delegacia: “Sob pretexto de prender Armino Dias Ferreira e Benevuto Garcia Leal, intendente municipal de então, tentou arrombar a porta de uma casa de tolerância... como delegado deixou muitas vezes de cumprir mandados de prisão contra criminosos que viviam na cidade e até em vez de os prender, os protegia abertamente.”

As maiores denúncias contra essa autoridade encontramos por parte do jornalista Elmano Soares, quando sofreu um atentado em sua própria casa. Declarou em juízo que a conduta do delegado de polícia era suspeita: “... que tem o dever de zelar pela ordem e garantir a sociedade, expurgando-o, dos maus elementos, é bem esquisito...” Elmano Soares declarou que Manuel Cambira Camisão, “conhecido como empreiteiro profissional”, após o crime desapareceu da cidade. O que achava muito significativo, porque constava ser ele “capanga” do delegado de polícia: “Tanto assim que não saía da casa dele e andava sempre armado de dois revólveres.”

A ideia de expurgo dos maus elementos para limpar o ambiente, é aqui retomada, não pela autoridade, agente da ordem, que, no caso, apareceu como inversor da ordem, mas pela vítima da desordem. O jor-

²⁴⁷ ACTL. D. 4603/1931. fl. 37-42 (parágrafos seguintes).

nalista Elmano Soares foi, várias vezes, perseguido por seus opositores políticos. Cumpre explicar que, em 1935, ele sofreu um processo no qual era acusado de subversivo, por ser considerado comunista. Queremos enfatizar aqui os constantes arranjos, a disposição metódica para uma ordem asséptica: entre os ordenadores, não importava de que lado eles estivessem, a ideia de saneamento permanecia. A desordem considerada patogênica serve de justificativa a toda uma ideologia e uma política centralizadora e saneadora.

Duas empregadas domésticas prestaram seus depoimentos na justiça, revelando fatos que evidenciavam o envolvimento não só do delegado de polícia como do grupo político ao qual ele pertencia. Entretanto, a polícia era uma verdadeira dança e contradança. Autoridades que um dia estavam no poder, no seguinte poderiam ser afastadas. Assim foi com Octavio Roriz. Em dezembro de 1931, ele e seus companheiros, como Fenelon Souza Filho, coletor de rendas, fizeram parte do grupo que foi destituído junto com o interventor de Mato Grosso, Cel. Antonio Mena Gonçalves.

Essas inversões da ordem foram encontradas ao longo do período, em seus vários compartimentos, como no inquérito policial militar, de 1941, que pôs em suspeição o promotor público Humberto Neves. Trata-se da fuga de três presos sentenciados. Estes conduziram, ainda, o armamento e munição do Corpo da Guarda da Cadeia Pública, anexa ao Quartel do Destacamento – 2 fuzis e um mosquetão Mauzer e 80 cartuchos de guerra. Foi indiciado o cabo responsável pelo serviço da guarda naquele momento, pois dispensara as três praças de que se compunha a guarda: “Um para almoçar, outro para ir à casa da lavanderia e um outro para ir seostar (dormir).”²⁴⁸

O que mais surpreende no relatório do IPM é a suspeição à autoridade que ocupava a promotoria pública:

²⁴⁸ ACTL. D. 4868/1941. fl. 3.

há uma grande coincidência, que há necessidade de ser averiguada pela Polícia Civil; o sr. promotor mudou-se para uma casa nas imediações do quartel e cadeia no dia 12; a 13, o sentenciado Ataliba esteve em sua residência em palestra, ... onde foi buscá-lo o cabo Raimundo comandante da Guarda e do Quartel, logo após o sentenciado Ataliba apoderou-se do armamento e munição, arma seus companheiros; arrombam uma das prisões... ferem um soldado e fogem, sendo tudo observado pelo promotor público da janela de sua residência.²⁴⁹

Há uma simplicidade tão grande nos fatos que só pode ser entendida num contexto maior. As desordens e o cumprimento das normas não obedeciam uma lógica por nós esperada, pois para nossa surpresa, completava-se o relatório esclarecendo que, no dia seguinte à fuga, “o sr. promotor de justiça muda-se da sua casa, deixando assim transparecer que algo havia sido combinado, ou tudo não passa de grande coincidência.”

Cumprе esclarecer que os autos foram remetidos para Cuiabá ao Comandante Geral da Força Policial, de onde voltaram, dando entrada no arquivo criminal de Três Lagoas em 1 de fevereiro de 1941, sem mais nem um registro. Este caso exemplifica um abuso de autoridade que entendemos não só como a ação de um agente, mas, também, pela omissão deliberada, o não fazer para causar dano, para negar a norma.

Utilizamos alguns elementos de um conjunto de autos que nos mostraram os contrastes e conflitos dentro das próprias instituições zeladoras pela ordem, onde o que se estabelecia em nível de discurso e de formalidades, guardava diferença do que ocorria em nível dos fatos.

A Justiça que se distribui em tribunais, leis, órgãos, polícia pretende ser elemento estabilizador, de tranquilidade social e de preservação dos valores. Entretanto, quando seu discurso e suas autoridades titulares são

²⁴⁹ Idem, fl. 23. (parágrafo seguinte)

deficientes, injustas, prepotentes e arbitrárias gera-se na comunidade uma fonte de descrença e de inconformidade. Os próprios autos e a imprensa local apontaram a opinião que assinalava a instituição e seus agentes como um universo de corrupção, imoralidade e arbitrariedade oficiais. Tudo traduzido numa perda de confiança e credibilidade na autoridade. Em seu conjunto, os acontecimentos revelaram a deterioração da imagem da autoridade. Isso, em parte, explica-se na rotina da violência, na justiça com as próprias mãos, na “empresa de morte”, nas tropelias em ruas e bares.

Há necessidade de ultrapassar o nível dos textos, de buscar a compreensão desta dinâmica em sua própria estrutura social. Até aqui encontramos, ao refúgio dos processos-crimes, as animosidades entre segmentos dos ordenadores. Em nome da ordem e da justiça, através da palavra e da formalidade, estabelecia-se um jogo de poder entre eles. Importava menos julgar o crime, o fundamental era atender a interesses clientelísticos. Juiz e promotor, como vimos, nem sempre estavam do mesmo lado. Delegado de polícia e escrivão do cartório-crime, de igual modo, podiam ocupar posições diferentes neste jogo de poder. Todavia, a autoridade desses agentes era produto de um compromisso necessário com os grupos dominantes. Há necessidade de sairmos das malhas da justiça e buscarmos as relações que se faziam com os outros poderes.

Já vimos como, a cada instante, a justiça criminal realizava-se, mais ou menos, adequando-se à situação. O alto percentual de processos não julgados²⁵⁰ é um indício de que a acomodação dos conflitos passava por via da omissão. A multiplicidade dos interesses em causa constrangia cada organização a negociar sua caução. Nestas ocasiões, os detentores destes poderes parciais sobre a ordem jogavam, eles mesmos, suas próprias posições.

Cumprе lembrar que o recrutamento das pessoas encarregadas de administrar a justiça e decidir os conflitos entre acusado, vítima e socie-

²⁵⁰ Ver tabelas IV e V (anexos)

dade baseava-se no clientelismo político. No jogo entre a liberdade da pessoa e a segurança social pesavam fatores vinculados ao clientelismo: a “vassalagem” e o paternalismo. Todos eram fontes de conduta delitativa oficial; de um oficialismo imoral que punha em perda o respeito, a confiança e a credibilidade na instituição da justiça.

Cabe, ainda, referir as diversidades de motivos em que se emaranhavam os ordenadores. Havia uma tábua de valores, tradições, preconceitos e ideologia predominantes. Esta tábua não se pautava pela homogeneidade. As diversas instituições – família, igreja, propriedade, política – possuíam, muitas vezes, valores e morais diferentes e até conflitantes.

O ritualismo e a formalização da justiça eram, por isso, necessários para efetuarem-se as conexões com os interesses dominantes nos diferentes grupos. De outro lado, como efeito dessa necessidade, havia regularidade na pirâmide do aparelho que ministrava a justiça, mas seu funcionamento sofria de constantes anomalias. A cada momento os poderes policial e jurídico chocavam-se.

A esta altura impõe-se buscar a relação destes poderes com o poder público.

CAPÍTULO 7

OS ARRANJOS DOS PODERES LOCAIS

...nunca deixamos de considerar a transformação das instituições judiciais um aspecto da evolução geral da sociedade.

Georges Duby (1989)

A ordem é uma propriedade de um sistema. Dado que a comunidade, aqui analisada, caracterizava-se pelo coronelismo – uma política de compromissos – implica que se conheçam as relações entre os poderes locais. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1985) adverte a necessidade de olhar os outros aspectos, além do político, no fenómeno do coronelismo. Maria de Lourdes Janotti fala no mesmo diapasão (1986).

Entretanto, a razão mais forte para analisarmos como se estruturavam os poderes instituídos é de ordem mais geral. Vemos como indispensável o cruzamento destas duas análises: poder e quotidiano, em todo estudo sobre comunidade. Existirá, afinal, alguma área da pesquisa histórica em que se possa voltar as costas para o poder?

É da maior importância indagar dessas relações. Nossa análise está mais orientada para ver as desordens nestes poderes. Num primeiro momento, olhamos o poder da Justiça e, aqui, debruçamo-nos sobre o Político; para depois, buscarmos as relações entre ambos.

1- O teor político da vida em três lagoas

Qualquer ação ou decisão na vida pública, qualquer acontecimento maior no quotidiano das pessoas pareciam estar integrados na política partidária. Não eram somente fatos da esfera governamental, mas igualmente uma festa, um casamento, uma morte ou uma demanda na justiça poderiam ser afetados pelas disputas das facções políticas. Este domínio da

política partidária na vida pública, administrativa ou social, não nos autoriza, no entanto, a entendê-lo como detentor do monopólio da ordem.

Uma atmosfera de luta e paixão envolvia a vida dessa comunidade. Uma paixão que arrebatava por igual os coronéis, os doutores e seus apaniguados. Para a compreensão do clima da época precisamos entender as tramas do poder político.

O discurso público era, geralmente, em torno de assuntos públicos, especialmente da política. Sobressaíam os fatos da política local e regional, num estilo marcado pela violência. Decisões tomadas no nível do público afetavam fortemente a vida privada. As ideias políticas revestiam-se de paixão, impregnando atitudes e expectativas da comunidade.

A vida privada era tingida pela truculência da política mandonista. Para alguns, seus cargos e suas vidas eram marcadas pela instabilidade. Um viver em permanente ataque e defesa por esta intranquilidade crônica. Todavia, as necessidades da maioria não se esgotavam na disputa eleitoral, ou nem eram por ela afetadas. Outros interesses, outras paixões, outros sentimentos animavam aquelas pessoas. Disputas por cercas, animais, dinheiro, mulher, negócios tomavam mais tempo dos que não estavam no centro da arena política.

O estudo da política coronelística, se isolado dessa outra dimensão da vida, pode oferecer uma visão desproporcional da dinâmica social. Maria Isaura de Queiroz (1985, p. 164) despertou-nos para esta diferença, ao dizer que “os coronéis se devoravam entre si, muito mais do que devoravam seus apaniguados, ‘situação’ e ‘oposição’ se chocavam em entreveros sangrentos, muito mais do que os chefes de uma e outra com relação aos subordinados”. A luta era pelo poder político.

Ao analisarmos a organização e o funcionamento dos poderes, judiciário e policial, emergiram as relações destes com o poder político.

Mostrando-se eles, então, muito mais em seu avesso do que em seus papéis de zeladores da lei e da ordem da comunidade. Por trás do quadro de disputas e discórdias estava o poder dos chefes políticos locais, gozando de ampla autonomia extralegal. Tratava-se do controle político pelos mandões, impondo normas de exercícios de poder que traduziam os interesses do grupo dos ordenadores. Essas desordens, na sua maioria, eram o prolongamento público das contendas entre os grupos políticos; disputas intermináveis, frequentemente, exacerbadas.

Maria Isaura Pereira Queiroz (1985, p. 158) adverte que na análise da estrutura coronelística regional, há a necessidade de ver se o mando repousava na mão de um coronel ou de uma parentela, ou se diversas famílias disputavam o poder. No primeiro caso “o poder é absoluto não dando margem quase a lutas”. Ao contrário, estas podiam “ser terríveis”. Este foi o caso de Três Lagoas.

Alguns processos-crimes apresentaram fragmentos dessas intrincadas relações dos poderes locais. Tramas da política, que apareceram com maior clareza quando aquelas relações foram apreendidas no conjunto dos autos. Algumas peças revelaram, especialmente, a face perversa da política e de suas vinculações com os outros poderes instituídos. Todavia, apesar da riqueza dos elementos colhidos, não foram suficientes para traçar o panorama político, por isso os jornais, os arquivos da Câmara e do Executivo e depoimentos de testemunhos da época foram valiosos.

De um lado, os documentos mostraram-nos que os conflitos de interesses eram resolvidos pela força do poder. Este não residia propriamente na lei, mas na capacidade de manobras com o aspecto legal, ou na pura força através das armas. De outro, foi-nos revelado que os curtos períodos de tranquilidade ocorreram pela distribuição de cargos e benesses, pela repartição do poder.

Disputas, alianças e barganhas foram características gerais da política coronelística. Sem fugir destas marcas, Três Lagoas viveu experi-

ências diferentes. Aqui a disputa pelo poder sofreu, nas três primeiras décadas do século XX, influências das ideias e movimentos separatistas do Estado de Mato Grosso e das dissidências do Partido Republicano Paulista (PRP). Ao tempo do governo Vargas, manteve-se a dupla ascendência: de Cuiabá e de São Paulo.

2- Polarização entre localismo e centralismo

A ocupação do território de Três Lagoas deu-se pelo desdobramento do surto povoador do centro-oeste, na segunda metade do século XIX. Do núcleo de Santana do Paranaíba vieram membros das famílias Garcia, Leal, Lopes, Queiroz, Justino de Souza. Estes vínculos de família e disputas, primeiro pela terra, depois pelo poder, repercutiram nas questões políticas, envolvendo as duas localidades. O centro urbano de Três Lagoas, entretanto, originou-se pela necessidade do comércio. Nasceu com a ferrovia e com as casas comerciais. Portugueses, espanhóis e mesmo paulistas entregaram-se a esta nova atividade, aproximando o sertão à cidade.

Os conflitos de poder emergiram, desde seus primórdios, marcados, pois, por essas situações: famílias e atividades.

Deste modo, fatos locais entre os dois partidos políticos, Republicano Mato-Grossense (os celestinistas) e o Republicano Conservador (os azeredistas) envolviam, algumas vezes, as facções das duas comunidades. Foi assim, em 1918, quando o juiz da comarca de Paranaíba, dr. Honorato Paim, foi vítima da “sanha dos seus adversários”, do partido Republicano Conservador, os políticos de Três Lagoas envolveram-se na contenda. Assunto de botequim e barbearia que deixou a, então, vila em alvoroço, por longo período.²⁵¹

O que veio a público nas discussões do caso, no Salão Triângulo Mineiro, apontam outras rivalidades além das filiações partidárias. Nogi-

²⁵¹ ACTL. D. 4606/1918. fl. 5-22 (parágrafos seguintes).

nel Pegado (celestinista) atribuiu a responsabilidade dos acontecimentos aos chefes políticos de Três Lagoas, ao mesmo tempo em que expressava a ideia, dominante na época, da retaliação: “o dever de meus correligionários era tomar desforra contra certos elementos daqui... mandantes, que pertencem ao comércio daqui... que a chacina deveria começar pelo alto comércio e pessoas de evidência desta vila.”

Essas tagarelices de Pegado, em uma barbearia, foram consideradas pelo delegado de polícia, Cel. Manoel Pereira da Silva, enorme “constrangimento moral para as pessoas ameaçadas”. E concluía seu relatório dizendo: “Não se diga, para excluir sua responsabilidade que o indiciado assim procederia por gracejos tolos ou por explosão de basófia, não, a ameaça por ele feita foi séria e inspirou receio...”

Às vezes a discórdia não ultrapassava o nível de trocas de palavras. Inquéritos que não iam adiante. O poder extralegal dos coronéis e as barganhas podiam interromper qualquer ação policial ou judicial.

As duas comunidades vizinhas, Três Lagoas e Paranaíba, entrelaçavam suas questões políticas, também, pela mobilidade de algumas autoridades, como delegado ou promotor, que ora ocupava cargos aqui ou lá. Sobre um dos atentados de que foi vítima o jornalista Elmano Soares, disse uma testemunha que sabia “por intermédio do Sr. Felipe Farias, atualmente promotor de Santana do Paranayba, havia sido mandado praticar pelo sr. delegado de polícia, coletor Estadual, intendente municipal e o sr. dr. Almeida de Barros.”²⁵²

Não foram casos isolados. Repetiam-se. Em relação a outro atentado, contra Francisco Neves e João Filgueiras em Paranaíba, a imprensa daquela cidade reclamava: “Mas a política, a que se diz situacionista em Três Lagoas, intrometendo-se como costuma fazer, na vida do vizinho

²⁵² ACTL. D. 4603/1931. fl. 17.

município, iniciou logo uma infame campanha de desmoralização contra os foros de cultura e civilização dos santanenses...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de jan. de 1930, p. 1)

O coronelismo em Mato Grosso caracterizava-se pela disputa de diversas famílias, revestindo-se em permanente guerra entre elas. Em Três Lagoas, também não havia um grupo único. Além das constantes contendas internas havia um contínuo movimento de ajuste/desajuste com o poder regional.

Na visão dos contemporâneos a existência de mais de um partido era motivo de altivez de um passado político “brilhante e coerente”, “conquanto às vezes manchado de sangue por movimentos armados”: “Sempre tivemos dois partidos em luta aberta, franca, leal, porque declarada. Nunca houve em Mato Grosso, como algures temos visto, municípios em que há o partido ‘governista’ e o ‘mais governista’. A política entre nós, graças ao brio do nosso povo, à força de nossas convicções, tem sido definida, clara, coerente.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 25 de nov. de 1923, p. 1)

Se em Cuiabá, onde localizava-se a força central das agremiações políticas, mantinha-se essa “coerência”, na política local a rigidez rompia-se, vez por outra, conforme as alianças e barganhas com a capital. Aqui a vitória não dependia dos votos nas urnas, mas dos acertos no Rio de Janeiro. Assim era a política no Brasil.

Nas três primeiras décadas, Pedro Celestino Correa da Costa e Antonio Azeredo foram as figuras de proa da política mato-grossense. Faziam e desfaziam autoridades, revoltas e acordos.

Essa divisão, entretanto, não se esgotava aí. Houve sempre, desde o início da República, latente ou manifesto, um movimento separatista, o Norte centralizado em Cuiabá, e o Sul, em Campo Grande, liderando o movimento secessionista. Na Revolução Constitucionalista de 1932, sob a direção do médico Vespasiano Barbosa Martins chegou a instalar-se

um governo independente de Cuiabá. Em 1934, considerado subversivo, o movimento foi energicamente reprimido pelas forças policiais. (RODRIGUES, 1984, p. 146-9)

As ideias separatistas dividiam também a política local. Em Três Lagoas, os que estavam favorecidos, no momento, por Cuiabá, alinhavam-se contra os “subversivos”.

Disputa do poder por várias famílias, movimentos separatistas e decisões finais dependentes dos acordos no Rio de Janeiro, tumultuavam a, já violenta, vida política, do município. Desta forma, a reafirmação do poder do coronel, rompido na ordem simbólica do mandonismo local, só poderia ser recomposta por meios ilegais e violentos. Os momentos cruciais localizavam-se nas eleições. Durante a década de 1920 e início de 30 agudizaram-se, culminando em revoltas armadas. Vejamos o que significaram para Três Lagoas esses envolvimento.

Durante o movimento revoltoso de 1922, com a revolta militar em Pernambuco e Rio de Janeiro, Três Lagoas “esteve transformada em verdadeira praça de guerra”. Foram ocupados, pelas forças de guarnição do Estado de Mato Grosso, os pontos estratégicos fronteiriços com São Paulo. O embate terminou quando o Gal. Souza Aguiar, emissário do Governo Federal, propôs a rendição dos revoltosos ao Gal. Clodoaldo da Fonseca, Comandante da Circunscrição Mato-grossense. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de jul. de 1922, p. 1)

À época desse movimento era governador de Mato Grosso, Pedro Celestino, que apoiava o governo federal. Não houve, entretanto, unanimidade e o norte e o sul estiveram divididos. A facção adversária dos celestinistas aproveitou-se do momento de revolta e praticou vinganças contra adversários políticos e inimigos pessoais. Qualquer das facções agia do mesmo modo.

Na revolta de 1924, novamente Três Lagoas foi palco de guerra. Revoltosos de São Paulo procuraram Mato Grosso para se fixarem, e daqui dirigiram proclamações aos seus adeptos para o renascimento da revolta: “E ao desembarcarem na margem mato-grossense do rio Paraná, os revoltosos deram-se pressa em lançar uma proclamação ‘Aos mato-grossenses do Sul’, na qual se procura fazer surgir nesta região ideia de separação desta extensa zona do Mato Grosso, formando um Estado autônomo - A Brasilândia.”²⁵³

Nesse movimento a facção política do coronel Manoel Cecílio da Costa Lima esteve ao lado das forças legais. A fazenda Uerê, de sua propriedade, aquartelou as forças, à espera dos rebeldes. O presidente Pedro Celestino novamente posicionou-se ao lado das forças legais. Isso acirrava os ânimos, em crônico estado de paixão, confrontando celestinistas e aze-redistas. Ao mesmo tempo, dava-se outra polarização: Norte contra Sul.

Situação semelhante reproduziu-se em 1932, mas invertendo-se os papéis. O coronel Manoel da Costa Lima esteve sob o comando geral de diversos grupos rebeldes. Com a rendição dos rebeldes paulistas, Três Lagoas ficou ocupada militarmente. O grupo que esteve ao lado de Getúlio Vargas, ao final da revolta, denunciava o “despudor e cinismo” que “se acobertava nas informações divulgadas pela imprensa e pelo rádio a serviço do constitucionalismo.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de out. de 1932, p. 1)

Perseguições e violência repetiam-se. Não havia aí diferença nas facções três-lagoenses, apenas trocavam-se as posições de perseguidor e perseguido. Aqui, mudou em função dos períodos: durante a revolução e após sua derrota.

Verificou-se em Três Lagoas, reflexo do que ocorreria no sul do Estado, um fenômeno que não era comum nos demais Estados da federa-

²⁵³ Relatório apresentado ao Ministro da Guerra pelo Gal. João Nepomuceno da Costa, comandante da Circunscrição e do Destacamento do Exército. (COSTA, 2013) [referência do organizador].

ção, excetuando-se o Rio Grande do Sul – a luta entre coronel e governador. Os dois Estados foram marcados por movimentos separatistas. Diz-nos Maria de Lourdes M. Janotti (1986, p. 49): “...a luta entre coronéis era comum, mas entre coronel e Governador teria consequências bem mais amplas; por isso imperava o bom senso...”

O “bom senso” é certo que se “equilibrava” na barganha e no sistema de alianças. Aqui, parece, que o fluxo das migrações internas e externas modificava não só a composição dos ordenadores, como a “massa de manobra eleitoral”. Cabe lembrar o número significativo de ferroviários, militares e lavradores (com, ou sem terra) que a acorriam para Três Lagoas no período. É possível que a mobilidade social conferisse diferenças nos conflitos, na renovação/conservação/ampliação do poder dos coronéis, e de suas relações com o centro.

3- O mandonismo local

O mandonismo local traduzia-se nos partidos políticos, tão somente para afiançarem uma legenda aos mandantes. As eleições municipais constituíam-se verdadeiro combate. As facções locais credenciavam-se pela comprovação da maioria dos eleitores no município. O “bico de pena” e a “degola” não foram os únicos meios para obterem tal resultado. Carabinas e revólveres em emboscada, ou em plena festa, foram também utilizados na disputa do poder. Foram as “mortes encomendadas”. Um e outro, mecanismos da violência institucionalizada. O “bico de pena” e a “degola” expurgavam as “personas non gratas”. As “mortes encomendadas” eliminavam qualquer indesejável.

Os partidos políticos revelaram-se não só como forças locais, também como fortes facções que enfrentavam o poder central. Entretanto, não havia rigidez nas fileiras dos partidos, o transito era fácil: cargos e benesses.

Desde as origens de Três Lagoas, foi tumultuada a área do poder político – Intendência e Câmara. Ao primeiro ano de município, o

presidente da Câmara, Antonio de Souza Queiroz, solicitava garantias de ordem local ao Ministro da Guerra, e ao General Comandante da 6ª. Região Militar, sediada em São Paulo. O motivo era justificado pelos: “insistentes boatos e verificada existência numeroso grupo bandidos armados proximidade esta vila intento de assalta-la...”²⁵⁴

Em virtude dessa solicitação foi criada em Três Lagoas uma Guarnição Militar pelo Gal. Comandante da 6ª. Região Militar. Os “bandidos”, no entanto, contra os quais a Câmara procurou cercar-se de garantias, não eram comuns – faziam parte de uma facção política adversária, liderada pelo Coronel Alfredo Justino, então, exercendo a função de delegado de polícia.

Os depositários dos poderes executivos e legislativo reclamaram providencias para “garantia da ordem e da tranquilidade públicas” que, no seu entender, “estavam seriamente ameaçadas com o ato violento de que pretendia lançar mão o atual delegado de Polícia.” Tomavam essa postura diante de uma convocação para eleições a deputados da Assembleia Estadual, assinada pelo delegado. A eleição, que seria no edifício da Câmara Municipal, foi impedida de realizar-se pelas “providências” da Guarnição Militar.

Cabe explicar que a Assembleia Estadual exercia seu mandato, em virtude de “habeas-corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal”. O confronto em Três Lagoas era, portanto, desdobramento das maquinações políticas do centro. Na luta pura e simples do poder, a questão aparente era a de legalidade e da legitimidade.

Intendente e Presidente da Câmara recorreram à força militar para o que consideravam: “uma flagrante ameaça à ordem pública, porquanto a nós competia defender o edifício municipal não permitindo que nele

²⁵⁴ AMPTL. Livro Reg. Offícios e Telegramas 1915-1920. Fl.12v. nº 50 e 51 (parágrafos seguintes).

se realizasse a pseudoeleição... diante da atitude correta e patriótica desta Guarnição.” Com efeito, o Comandante da Guarnição Militar recebeu os agradecimentos por ter garantido “a inviolabilidade do edifício municipal contra elementos sediciosos e perturbadores.” Chamamos atenção para a noção de sacralidade do edifício, que simbolizava o poder municipal.

O confronto, de aparência entre legalidade/legitimidade era prolongamento de disputas de facções políticas do centro. Cabia sempre, a qualquer das partes, recorrência de recursos em novo foro. Impedida a eleição, pela força militar, a intendência e a Câmara foram obrigadas a justificarem-se perante o interventor federal do Estado de Mato Grosso, Dr. Camilo Soares: “queixas quanto ao procedimento força federal aqui destacada acusando-a de intervir ou imiscuir-se na administração municipal, cabe-nos o dever de protestar contra tais acusações... Única medida força federal foi garantir edifício municipal que intrusos pretendiam assaltar.”²⁵⁵

Abuso de autoridade e interferência na jurisdição do delegado de polícia é certo que houve. Justificava-se a “garantia” por ter sido “requisitada pelo intendente municipal legalmente nomeado e em exercício”. Ademais, o comandante do Esquadrão de cavalaria, Raul Betim Paes Lima, foi afastado e processado pela acusação de arbitrariedade.

Para o 2º triênio, 1921-23, houve eleições, ao contrário do anterior em que o intendente fora nomeado, o que em nada diminuiu o clima de contenda entre as facções políticas. Longe disso, manifestaram-se as duas fortalecidas, com desdobramentos por nós desconhecidos em qualquer outra região do Brasil.

A década de 20 inicia-se para Mato Grosso, de resto, para todo o país, com muitas insatisfações e intensa agitação. A campanha política para as eleições de 1921 foram acirradas em Mato Grosso, culminando

²⁵⁵ AMPTL. Livro Reg. Ofícios e Telegramas 1915-1920. Fl.12v. nº 50 e 51 (parágrafos seguintes).

num acordo político entre Azeredo e Celestino. As bases para o acordo foram as distribuições de cargos.

Em telegrama ao diretório do Partido Republicano Mato-grossense, em Três Lagoas, o deputado Celestino justificava sua atuação: “Atendendo situação especial política estado seus altos interesses fomos naturalmente levados firmar acordo com senador Azeredo... confiante patriotismo prezados amigos que bem reconheceram suprema necessidade normalização vida política social Mato Grosso pela consolidação-da ordem estou certo aprovará este meu ato.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de jan. de 1921)

Cabe enfatizar um de nossos pressupostos: a ordem não é simplesmente simbólica, há instituições, pessoas, leis, bens, interesses, privilégios. Implica também, e por efeito destes componentes, o sentido de segurança e tranquilidade.

As partes acordantes denominaram esse acordo de “fusionismo”. Sobre a eleição de 1921 o ex-presidente do Estado Mato-grossense, Gal. Caetano de Albuquerque, dissera acertadamente: “Propriamente não houve eleição, o que houve foi uma farsa ignóbil. A liberdade de voto é ainda um mito, o mandonismo é a verdadeira farsa que prevalece sujeitando ao mais ignóbil cativo.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de mar. de 1921, p. 1)

Em Três Lagoas, entretanto, a política seguia outro rumo. Para as eleições de dezembro de 1920 concorreram duas chapas: uma do Partido Republicano Mato-grossense, encabeçada pelo coronel Alfredo Justino de Souza, para intendente Geral do Município. A outra, do Partido Republicano Conservador, tinha no advogado Generoso Alves de Siqueira o candidato a chefe do executivo.²⁵⁶

Divulgando o resultado da contagem de votos, deu ganho de causa ao Partido Conservador, que não foi aceito pelo adversário. E o inusitado

²⁵⁶ Ver Quadro I – Chapas para eleições municipais, 1920. (anexos)

estabeleceu-se na ordem política. Os dois candidatos a intendente, os candidatos a vereadores e demais membros eleitos para o Governo municipal assumiram seus cargos. Não faltou termo para a ocorrência: **dualidade camararia**. Era janeiro de 1921, mês em que celestinistas e azeredistas acordaram no “fusionismo”, no âmbito do Estado e da Federação.

Em maio, permanecia a situação anômala e os dois intendentes foram ao Rio de Janeiro, como emissários de sua respectiva agremiação política, estabelecer as bases de um acordo. O encontro foi no palácio Monroe com o senador Pedro Celestino e o deputado Anibal Toledo. (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de mai. de 1921, p. 1)

Houve um propósito para solucionar a questão. Mas a discordância quanto ao caminho da negociação criou novo impasse: arbitragem ou acordo passou a ser o nó da questão. Dr. Generoso Siqueira aventou a arbitragem, o coronel Alfredo Justino discordou. O acordo implicaria uma representação de cada partido, tal como o “fusionismo”. O caso afinal foi resolvido por arbitragem. Era o tempo da Liga das Nações, tida como o tribunal apropriado para resolver os problemas entre os povos. As justificativas referiam-se àquela organização. Afirmavam assim: “É a democracia, é a civilização, é o progresso a nortear os homens que governam, novas regras de direito e jurisprudência.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 8 de mai. de 1921, p. 1)

O apelo fazia-se também por uma ética: “A própria moral política... se tornava ridículo e vergonhoso que, depois da luta sem tréguas, aí travada no tempo de eleições, os adversários de ontem se reconciliassem...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 8 de mai. de 1921, p. 1). Na realidade sempre houve uma radicalização nos grupos políticos, nenhum admitia ficar fora do poder. A arbitragem resolveu a situação da dualidade, dando ganho à facção de Generoso Siqueira. Todavia, ao coronel Alfredo Justino foi concedido o cargo de 1º suplente de Juiz de Direito.

Cabe esclarecer que nesta época o ocupante deste cargo era efetivamente quem desempenhava as funções judiciárias na Comarca.

Uma parcela do grupo que atuava na política discordava da arbitragem, entendendo como “patriótica” a fusão Celestino-Azeredo e que assim deveria ser em Três Lagoas. Reproduzindo essa opinião, a *Gazeta* vaticinava: “Não nos parece eficaz esse remédio... os ressentimentos fervilharão de novo perturbando a vida administrativa do município.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de jul. de 1921, p. 1). O “vaticínio” cumpriu-se. Seguiram-se anos tumultuados na política três-lagoense.

No final de 1923, após três anos do “memorial acordo político”, o “partido da fusão” organizou-se “definitivamente”, tomando o nome de Partido Republicano de Mato Grosso. A comissão central era integrada, obviamente, pelos chefes supremos: Coronel Pedro Celestino, coronel Antonio Azeredo, coronel Anibal de Toledo e coronel Estevão Correa. (GAZETA DO COMÉRCIO, 25 de nov. de 1923, p. 1)

O programa e os estatutos do novo partido, insertos em ata das sessões da Câmara, enfatizava o objetivo do “fusionamento dos dois grandes partidos em que se dividia a família política matogrossense” – a “pacificação política”. Tornava-se útil destacar alguns excertos, exatamente aqueles que não saíram do papel, que continuaram como impedimentos da “pacificação”: “Nítida delimitação entre a administração e a política com supremacia dos poderes públicos aos quais os poderes partidários auxiliam.”²⁵⁷

A raiz de muitos dissabores era conhecida: a ingerência dos coronéis na administração. Mal que não seria debelado pelo “fusionismo”. Assim, também, outro mal era atacado: “Absoluto respeito as Constituições e leis”. Sem sucesso, exatamente, pela continuidade do artigo: “com

²⁵⁷ ACMTL – Atas das Câmaras. Liv. Sessões Ordinárias, Num. 1, 09 de julho de 1927. fl. 42-45 (parágrafos seguintes).

reserva do direito de pleitear sua emenda ou reforma, quando o partido assim julgar conveniente aos interesses do Estado e da União.”

Não faltou a receita para evitar as graves crises em época de eleições, de igual insucesso: “a mais ampla liberdade e a mais rigorosa verdade eleitorais.”

E as questões de maior conflito entre os ordenadores três-lagoenses, aqui, talvez, estivessem resolvidas, se valesse o escrito: “Completo afastamento dos interesses partidários no tocante às questões fiscais. Independência da magistratura para que esta se mantenha alheia às lutas partidárias e seja uma garantia efetiva de todos os direitos.”

Os estatutos do novo partido mantiveram a estrutura para as desavenças em círculos concêntricos. Seus órgãos – convenção, Comissão Central, Diretórios Municipais e Diretórios Distritais – continuariam a serem os lugares das discórdias. O problema iniciava no próprio distrito de paz, onde seu diretório deveria escolher os candidatos aos cargos efetivos do distrito e “dirigir os partidos e os pleitos eleitorais no distrito e entender-se com o Diretório Municipal respectivo sobre os negócios partidários.” No distrito de Santa Rita, por exemplo, a rivalidade entre os Lima e os Franco impedia qualquer negociação em termos pacíficos.

Para o triênio 1924-1926 o “Partido Fusão” organizou uma chapa de conciliação. A esperança era grande. A *Gazeta do Comércio* considerava que a “chapa fusionista” era “um atestado de democracia”, pois atendia “plenamente aos interesses-coletivos-em-geral, tanto mais que a compõe elementos representantes de todas as classes sociais como engenheiros, agrimensores, médicos, advogados, comerciantes, industriais, empregados do comércio, operários, fazendeiros e criadores.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de out. de 1923)

A democracia era entendida como ausência das “esterilizantes lutas partidárias”. Não ultrapassava este nível, importava era evitar os tumultos

costumeiros. Os **interesses coletivos** continuavam “coincidindo” com os dos ordenadores, que ocupavam os cargos importantes. Os “representantes” da outra camada social figuravam como suplentes de cargos menores.²⁵⁸

Em janeiro de 1924 tomava posse o novo intendente geral Fernelon Müller, entrevistado sobre seus planos de ação respondeu: “As plataformas estão hoje fora da moda, pois em geral, não são levadas à realidade porque são de difícil previsão os acidentes da administração.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de jan. de 1924, p. 1). Esta falta de previsão e racionalidade administrativa diz muito da força das injunções políticas. Era extremamente difícil conciliar. O ano de 1924 foi marcado pelo movimento sedicioso de São Paulo, que contribuiu para frustrar estes planos conciliatórios.

Boatos e conjecturas elaboravam o imaginário, enquanto as ações construíam o verdadeiro cenário da revolta. Telégrafo com censura, suspensão do tráfego da Noroeste, invasão dos Correios e Telégrafos, chegada dos revoltosos em porto Independência, fogos cruzados – tudo criou o pânico em Três Lagoas. Desfez-se o “fusionismo” pela divisão dos que estavam com as forças legais, ou com os sediciosos e seguiram-se perseguições e prisões.

Ao iniciar 1925, a campanha para presidência do Estado de Mato Grosso fez renascer as antigas divergências. Novo acordo no Rio de Janeiro, arbitrado pelo Ministro da Justiça que escolheu Dr. Mário Correa para suceder Pedro Celestino. Entretanto, a escolha do vice-presidente criou novo impasse.

Essas tricas como não podiam deixar de ser, repercutiam no poder municipal. Os generosistas apoiavam Pedro Celestino, e os da facção do coronel Alfredo Justino eram solidários ao Dr. Mário Correa. Retornavam

²⁵⁸ Ver quadro 2. Chapa da Fusão, 1923. (anexos)

as divergências do período anterior. (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de abr. de 1925, p. 1; out. de 1925, p. 1). Não tardou, também, o rompimento.

Um novo partido foi criado em cuja direção pontuavam os coroneiros Alfredo Justino, Januário Leal, Protásio Garcia, Faustino Franco, José Carlos e Antonio de Souza Queiroz. Ainda integravam a renovada facção Afonso Garcia Prado, Juca Faustino “e outros elementos sertanejos”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de jan. de 1926, p. 1)

Uma carta aberta ao presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Mário Correa, apresentou “algumas razões da inconfidência treslagoana”: “Nós, os inconfidentes municipais três lagoanos, não queremos demais: somente que não protejais os magnatotes, que simplesmente por capricho do ‘Centro’, têm posto e disposto tudo entre nós”. A proteção reclamada era endereçada, especialmente, ao presidente da Câmara, Dr. Generoso Siqueira, e ao intendente, Dr. Fenelon Müller. Sobre o primeiro, a interrogação era se: “como presidente da Câmara podia ser advogado de uma Companhia que tinha e tem interesses ligados aos do Município”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de jan. de 1926, p. 1)

O Dr. Müller era engenheiro da Noroeste e a indagação fez-se sobre a compatibilidade das funções: “como intendente e fabricante da matéria para construção, ... ser ao mesmo tempo fiscal das obras públicas do Estado e fornecedor de materiais para as mesmas obras.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de jan. de 1926, p. 1)

Essas denúncias deixam perceber que as discórdias políticas não permaneciam nos limites políticos. Interesses bem particulares se cruzavam. Reforçamos a afirmação feita ao início deste capítulo: é indispensável o cruzamento dos seguintes elementos – poder e cotidiano.

As eleições de dezembro de 1926, para não fugirem à regra, foram acusadas de fraude e pancadaria: “não merecem nome de eleição... merecem ser classificadas de ‘refinada bandalheira’... tudo isto pratica-

do com endosso e o beneplácito do juiz Ranoya.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de dez. de 1926, p. 1). Feita a apuração dos votos foi considerado vitoriosa a chapa do Dr. Generoso. A facção adversária pediu anulação da eleição. Entrementes, a chapa Justino foi diplomada pela Junta Apuradora e seus integrantes tomavam posse na Câmara e na Intendência. Pela segunda vez, dois governos estabeleceram-se. Duas cerimônias de diplomação e de posse.

A capital, Cuiabá, nessa época agitava-se com “os revoltosos a mando de Prestes, em número de 1.200”, e o governo chamava “às armas todos os homens válidos, declarando rebelde todo aquele que se não apresentar.” No momento da nova “dualidade de poderes”, o clima geral no Brasil era de revolta. E a violência fez-se de ambas as partes, culminando em um atentado à vida do Dr. Fenelon Müller. Somente em julho de 1927, a questão da “dualidade de poderes” foi resolvida. Uma nota oficial do Estado dizia: “dois grupos fortes, ambos filiados ao Partido Democrata Matogrossense, se degladiavam naquele próspero município sulino em torno da sucessão municipal.”²⁵⁹

O recurso eleitoral fora encaminhado pelos grupos de Generoso Siqueira e Fenelon Müller à Junta de Recursos. Por unanimidade de votos a Junta decidiu que os “recorrentes tinham sido legitimamente eleitos”. Os candidatos que se orientavam pelo Cel. Justino convencidos da fraude, inquinaram da nulidade da apuração e utilizaram o expediente da “dualidade de poderes.”

A questão foi “solucionada em palestras íntimas entre os aludidos chefes políticos e o presidente da Comissão Central do Partido Democrático”, Dr. Mário Correa. Sobre a maneira como foi conduzido o encontro, registrava a nota oficial: “cujas ponderações lograram pleno êxito no espírito dos dois prestigiosos representantes de Três Lagoas,

²⁵⁹ ACMTL. Livro Sessões Ordinárias Num. 1, 1921-1927. fl. 123. p. 124 (parágrafos seguintes)

inspirados como foram exclusivamente nos ditames da lei.” Ressaltamos aqui aquela ideia de sacralidade para as coisas da ordem e do poder. A inspiração na lei justificaria a violação da própria lei.

A falácia de que tudo era dentro da lei, pela paz e pelo progresso, não esgotava a nota. Um ato laudatório aos “prestigiosos” chefes políticos e ao “avantajado valor político” da obra de Mário Correa, precedia a conclusão: “Desapareceu, portanto, o motivo que os separavam, voltando a imperar no Diretório Municipal daquela futura terra a mais estreita cordialidade e união de vistas...”

A “cordialidade”, de fato, estava longe de existir. Seguiu-se um período de franca hostilidade. Deste modo, o triênio 1927-29 foi tão violento quanto os anteriores. O triênio 1930-32 teria o dr. Bruno Garcia na Intendência Geral e o dr. Generoso Siqueira como presidente da Câmara. Entretanto, a Revolução de Outubro interrompeu seus mandatos.

A terceira década encerrava-se com um país convulsionado. Para a sucessão presidencial, formaram-se dois sólidos blocos. Seguindo os demais Estados, a Aliança Liberal firmou-se como oposição.²⁶⁰ Aos 28 de outubro de 1930, foram depostos todos os membros da intendência, da Câmara Municipal e demais cargos eletivos do Município. O Diretório da Aliança Liberal aprovou a composição de uma junta Governativa formada pelo 2º Tenente Luiz Moreira de Paula, Rodrigo de Magalhães e Luiz Ferreira da Silva.²⁶¹

Em 1931, os que constituíram a Aliança tentavam organizar um partido, a União Liberal Matogrossense. Em sua tática de contemporizar, Getúlio Vargas “pediu que esperassem a oportunidade”. Era preciso “que voltasse a calma aos espíritos agitados”. Em julho, tiveram liberdade de ação. O novo partido Liberal de Três Lagoas foi liderado pelo Coronel

²⁶⁰ Ver quadro: Diretório da Aliança Liberal (anexo)

²⁶¹ ACTML – Livro de Atas Sessões Ordinárias, Num. 2. 1928-30. fl. 83

Juca Faustino. Os Franco Faustino eram do mesmo distrito que os da Costa Lima, Santa Rita, e tinham um velho litígio. O período pós 1930 foi de lutas de extrema ferocidade entre as duas famílias.

De março de 1931, sucedendo à Junta Governativa, até setembro de 1932, quatro intendentes estiveram na chefia do Executivo Municipal. Foi, então, nomeado o coronel Antonio de Souza Queiroz, um dos fundadores de Três Lagoas, permanecendo por dois anos. Até setembro de 1935, outro vaivém na administração municipal, por onde passaram quatro chefes.

Deu-se, ao mesmo tempo, uma ciranda de partidos, de exonerações, de nomeações, de perseguições, de proscrições, reacendendo os ânimos, nunca serenados (GAZETA DO COMÉRCIO, 1931, diversos). O acirramento das rivalidades foi desencadeado no movimento constitucionalista de 1932.

Eram vários os partidos na campanha para a Constituinte de 34, mas houve uma Frente Única dos partidos, ditos liberais. Em 1935, o Partido Evolucionista fragmentou-se: um grupo, com o Dr. Mário Correa, o outro, com o capitão Felinto Müller. A cisão no Estado reacendeu-se; o sul, em sua maioria, acompanhava Felinto Müller²⁶² que escalou, rapidamente, o poder político, desfrutando de grande prestígio junto ao presidente Vargas. Nessa condição, teve possibilidade de manobrar a política de Mato Grosso. Conseguiu deixar seus irmãos Fenelon e Julio Müller como interventores. Fenelon Müller foi o que mais diretamente atuou em Três Lagoas como ordenador – engenheiro e político.

Em 1935, a política em Três Lagoas era ainda um caldeirão permanecendo os mesmos vícios de antes de 30. As eleições para as Câmaras Federal e Estadual de 1935 tiveram várias denúncias: suborno, violação de urna, cabala, venalidade: “Gente armada, corifeus do oficialismo, aju-

²⁶² Até 1934 foram organizados os seguintes partidos: Partido União Liberal Matogrossense, Partido Revolucionário Matogrossense, Partido Economista do Brasil, Partido Nacional dos Pobres, Partido Revolucionário e Partido Progressista.

davam esta obra nefasta que para sempre lança, sobre o voto secreto o ferrete da ignomínia, da degradação”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de mai. de 1935, p. 1)

Denunciada a violação de urna da 3ª seção eleitoral, teve seu resultado anulado. Foi realizado um pleito suplementar também, em seguida, “anulado”, voltando a valer o pleito primitivo (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de ago. de 1935, p. 1). Nascia, desse modo, o voto secreto: sob a custódia das armas e à mercê de ilegalidades.

A interferência de Filinto Müller em Três Lagoas, provocou alguns dissabores para o grupo que não comungava desse poder. Após as eleições de outubro de 1934, foi com surpresa exonerado o prefeito coronel Souza Queiroz, e nomeado um filintista, o fazendeiro José Lopes Barbosa, que não completou três meses de administração. Foi um período turbulento, com radicalização de ambos os lados (GAZETA DO COMÉRCIO, 31 de out. de 1934, p. 3). Veio a público, além disto, um envolvimento de venalidade do prefeito (Zezé Carneiro), forçado a entregar o cargo ao secretário da prefeitura, Renato Roberto Carrato, por não existir substituto legal.

No panorama político de Três Lagoas mostrou-se grupos políticos muito fortes, apesar da flexibilidade de trânsito, de um para outro lado. Isso nos levou à indagação dos interesses que ora se atritavam, ora convergiam, entre os ordenadores. Não nos pareceu que apenas a disputa pelo poder em si levasse a essa ferrenha oposição. Interesses concretos como os impostos e a regulamentação do comércio foram motivos para os grandes conflitos. Assim como a distribuição de cargos foi outro forte motivo. O mandonismo local, aqui, apresentou aquelas características predominantes no país, guardando, entretanto, uma feição particular.

4- Justiça e política: (des)ordens dentro da ordem

Havia uma grande diferença entre os crimes dos ordenadores com o das outras duas categorias: pobreza laboriosa e desclassificados.

Não só pela incidência reduzidíssima da primeira, como pelo gênero.²⁶³ Essas diferenças apoiavam-se tanto nos padrões de ação judicial, quanto na conjuntura política.

Por ocasião do movimento revolucionário, explodido em 9 de julho de 1932, em São Paulo, Manoel da Costa Lima organizou e chefiou, dentro do distrito de Santa Rita do Rio Pardo, um numeroso grupo de homens que de armas nas mãos colocou-se entre os revolucionários. Diziam ser um batalhão constitucionalista. Divididos em grupos dirigidos por filhos, parentes e amigos dedicados ao chefe geral. Um desses bandos era dirigido por Luciano Costa Lima, o outro por Antonio de Oliveira Lima.²⁶⁴

O primeiro grupo foi processado pela morte de Jordão Bento Coutinho (vulgo José do Carmo), “de quem Manoel da Costa Lima era inimigo político e pessoal”. O segundo grupo foi acusado da morte de Abbadio Cabral de Melo, também inimigo pessoal do coronel Manoel Cecílio.

Nos dois casos o delegado de polícia, Laurentino Pinto de Souza, solicitou prisão preventiva. As solicitações foram reforçadas pela promotoria pública: “alguns deles não useiros e veseiros na empreitada de crimes. Dois são estrangeiros... se continuarem soltos poderão dificultar a ação da justiça que precisa agir com calma e com acerto para se punir quem tiver responsabilidade.”²⁶⁵

Neste processo contra o grupo de Luciano, serviu de promotor *ad hoc* Clementino Gonçalves dos Santos. No caso do bando de Antonio de Oliveira Lima, atuou o cel. Afonso de Lamare que fez denúncia semelhante: “os dois primeiros são possuidores de fortes recursos financeiros... dispondo também, como dispõem de grande influência política e pessoal. Os

²⁶³ Ver Tab. XVII. “Condenações: motivo do crime e profissão do réu”. (anexo).

²⁶⁴ ACTL. D. 4454/1932 e 4513/1932.

²⁶⁵ ACTL. D. 4454/1932. fl. 35.

três últimos são jornalheiros, sem residência certa.”²⁶⁶ O delegado de polícia ao solicitar a prisão preventiva diante do que depuseram as testemunhas, dissera: “O presente inquérito, cuja leitura vem de ser mesmo horripilante a qualquer criatura de bom senso que se dê o trabalho de lê-lo...”²⁶⁷

De fato, na leitura dos inquéritos e dos processos-crimes, logo instaurados, é a crueldade que assoma com toda sua frieza. O despacho do juiz produz uma sensação de que a Justiça estava sendo proclamada: “... a lei é igual para todos e não seria digno que num mesmo processo, com as mesmas responsabilidades em face do Direito, fossem presos preventivamente uns denunciados, e outros permanecessem em liberdade.”²⁶⁸ “A lei é igual para todos e não seria digno que num mesmo processo com as mesmas responsabilidades criminais, fossem presos preventivamente só os pobres.”²⁶⁹

Ricos e pobres, pelo discurso do dr. Otílio, deveriam ser responsabilizados pelos crimes. Entretanto, as possibilidades de impedirem a ação judicial faziam-nos diferentes. Os pobres eram “elementos contrários à ordem e nocivos à sociedade”, podendo “burlar a ação da Justiça.” Os ricos, como “pessoas abastadas, dispondo de influência pessoal e política”, embaraçariam o andamento do processo.

Várias testemunhas depuseram nos dois casos. Revelaram que as duas vítimas haviam sido anteriormente muito amigas e companheiros políticos do coronel Cecílio. Todavia, nos últimos três anos tornaram-se inimigos da família Lima. Vários depoimentos afirmaram que os bandos haviam saído com o propósito de “buscar José do Carmo” e “que o fim da diligência era tão somente matarem a Abbadio.”²⁷⁰

²⁶⁷ ACTL. D. 4454/a1932. fl. 35.

²⁶⁸ ACTL. D. 4513/1932. fl. 40.

²⁶⁹ ACTL. D. 4454/32 fl. 38.

²⁷⁰ ACTL. D. 4513/32 e 4454/1932. Ao longo dos depoimentos.

Os processos-crimes caminhavam no sentido de incriminar os indiciados. Cabe ressaltar que todas as testemunhas fizeram parte do Batalhão Constitucionalista, ou estavam juntas às vítimas no momento de sua morte.

Em 14 de janeiro de 1923, o juiz dr. Otílio Gama registrava nos dois autos: “Este juízo acaba de receber um telegrama do desembargador Octavio Cunha determinando a remessa urgente destes autos ao Superior Tribunal de Justiça, sejam pois, estes autos remetidos imediatamente, sob registro do Correio (via aérea)...”²⁷¹

Os autos foram remetidos a Cuiabá, retornando com a concessão do habeas-corpus. O promotor era o agrimensor Antonio Olyntho Mancini. Justificando a interrupção do inquérito das testemunhas solicitava a substituição de algumas, alegando que não haviam sido encontradas. Na verdade, não consta nos autos a intimação de nenhuma das testemunhas relegadas.

A partir dessa fase, os processos tomaram novos rumos. Os depoimentos, claramente combinados, contam uma nova versão. Nos dois casos, os chefes são inocentados pela atribuição de responsabilidade a elementos estrangeiros.

A morte de Abbadio resultou de um tiroteio na porta da casa, onde chegou a vítima. O bando estava entrincheirado, mais ou menos 30 homens. As novas testemunhas participantes do bando, declararam que Antonio de Oliveira teria gritado: “não se assustem que não viemos fazer mal nenhum.” Nesse momento, ouviram “uma descarga cerrada dos seus companheiros e viram Abbadio cair morto na porta da referida casa”. Ouviram, também, os gritos do capitão Antonio de Oliveira de: “não atirem, não atirem.”²⁷²

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² ACTL. D. 4513/1932. Ao longo dos depoimentos (parágrafos seguintes).

A intenção de inocentar o chefe torna-se descabida na leitura do seguinte trecho: “o cap. Antonio de Oliveira mostrou-se bastante contrariado e abatido declarando que não tinha vindo à fazenda Dourados para ver o que ele estava vendo... não escondendo sua contrariedade diante do que sucedera.”

O fato não podia ser negado, mas distorcido. A nova direção ocorreu com três testemunhas, elementos do bando: “tinham atirado para cima apenas para amedrontar e que estranharam de ter caído um homem morto, ao que retrucou um paraguaio, de nome Romeiro, que ele tinha atirado para matar, como matara.” Cabe referir que Romeiro não apareceu em nenhum outro momento nos autos, a não ser na voz destas testemunhas.

O processo contra Luciano da Costa Lima assemelhou-se também, em sua nova versão. Foi imputada a responsabilidade de cinco tiros em José do Carmo ao paraguaio Tolentino Acosta; que, também, em nenhum momento esteve presente nos inquéritos. Nem foi intimado. Luciano, igualmente, mostrara-se “visivelmente contrariado com o que acontecera”. Para justificar a agressão foi alegado que a vítima estava “alucinada” pela bebida.

Há necessidade de esclarecer os novos recursos utilizados para compreender-se as relações da justiça com a política. No processo contra Luciano, o promotor pediu a impronúncia dos denunciados e atribuiu a responsabilidade do crime a Tolentino da Costa, o paraguaio.

A sentença do mesmo juiz, dr. Otílio Gama, concordava com o pedido do promotor, negando sua própria postura anterior:

Considerando que, em razão do exposto, os seis primeiros depoimentos, prestados na ausência dos denunciados não tem força e estão em flagrante contradição com os demais depoimentos. (sic) Durante a primeira fase do sumário de culpa, correu à revelia dos denunciados, os quais se encontravam

ocultos, a fim de não serem detidos por força dum mandado de prisão preventiva expedido por este juízo e revogado pelo superior Tribunal da Justiça.²⁷³

O próprio dr. Otílio que expedira a prisão preventiva e que conduzira os depoimentos em todas as fases do sumário, agora anulava os primeiros depoimentos porque contrariavam os últimos.

O processo-crime contra Antonio de Oliveira Lima é mais cabal, em seus indícios, das relações espúrias entre a Justiça e a política.

O advogado Sabino da Costa arrolou como testemunhas os coroneis Alfredo Justino de Souza e José Lopes Barbosa, o capitão Octávio Siegfredo Roriz e Rosário Congro, que fora constituído advogado no caso de Luciano Costa Lima e ainda, o jornalista Luiz Ferreira da Silva. Os cinco ordenadores foram unânimes em dizer: “que ouviu dizer, por ser público e notório nesta cidade, que o autor da morte de Abbadio Cabral é um indivíduo de naturalidade paraguaia, chamado José Romeiro.”²⁷⁴

É da maior importância contrapor os argumentos do Juiz para suas considerações sobre os depoimentos. Dois pesos, duas medidas. Em referência às cinco últimas testemunhas, disse o dr. Otílio: “Além disso e de inestimável valor são os depoimentos de cidadãos conceituadíssimos no nosso meio social como o coronel Alfredo Justino, o advogado Rosário Congro, o negociante, Octavio Siegfredo Roriz, o fazendeiro José Lopes Barbosa e o jornalista Luiz Ferreira da Silva, os quais confirmam plenamente ter sido o paraguaio...”

Quanto às cinco primeiras testemunhas, que estiveram presentes no ato, as considerações foram: “são as únicas que acusam aos denunciados. Tais testemunhas, porém, nada provam... testemunhas suspeitas

²⁷³ ACTL. D. 4454/32 fl. 55.

²⁷⁴ ACTL. D. 4513/1932. fl. 59-61 (parágrafos seguintes – grifos nossos).

tíssimas... só sabem por ouvir dizer, mas não precisam a fonte donde colheram as informações que prestaram.”

Todos “ouviram dizer”, as cinco últimas no entanto, disseram o que foi forjado como “público e notório” na segunda fase do sumário. Na primeira, fora voz corrente o contrário. Sob o título “os crimes de Santa Rita” dizia a Gazeta: “O tenente, Antonin Valentim de Brito, que fora... proceder o inquérito sobre três assassinatos atribuídos à família Costa Lima... Os indigitados autores dos covardíssimos crimes... sumiram no mato para não serem encontrados.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 6 de nov. de 1932, p. 1)

Era preciso, portanto, reforçar os depoimentos contraditórios. Todavia, o dr. Otílio apenas enfatizou pela repetição: “sendo preciso salientar que cinco destas testemunhas são pessoas conceituadíssimas e seus depoimentos têm um alto valor moral e jurídico.” E sobre as outras: “duas são amigos íntimos e compadres da vítima, e as outras três nada assistiram e não precisam as fontes donde ouviram o que disseram, não podendo ter valor jurídico depoimentos assim.”²⁷⁵

A *Gazeta do Comércio*, que neste período fazia oposição aos Limas, denunciava sob o título “Os lampeões de Santa Rita”:

Está consumada a ignomínia. ‘Os lampeões’ foram finalmente impronunciados. Os criminosos não são eles: são os dois lendários correntinos adrede contratados na Vacaria. Que ridícula farsa. Que indecente comédia. Que pouca vergonha... provocou sério escândalo na cidade. O dr. Bruno, indignado, dizia numa roda: - Isto é uma terra avacalhada. Só os pequenos, os pobres diabos vão para a cadeia. Quem tem dinheiro, com ele azinhavra as consciências e vive impune estimulado por novos banditismos. [sic] (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de ago. de 1933, p. 3)

²⁷⁵ ACTL. D. 4513/1932. fl. 61.

Havia, é certo, o reconhecimento de que a justiça se fazia diferente entre ricos e pobres. Isso, no entanto, foi denunciado quando houve interesses em acusar adversários políticos. Recordamos as palavras do mesmo juiz julgador, quando expediu a prisão preventiva: “a lei é igual para todos”. Cumpre, pois, esclarecer a conjuntura política neste momento e a questão dos Lima.

O distrito de Santa Rita do Rio Pardo por muito tempo “feudo” da família Lima, entrou, no final da década de 1920, em conflito com a família Faustino Franco, proprietários também em Santa Rita. Por ocasião da Revolução Constitucionalista, o coronel Manuel Cecílio recebera ordens do Comandante da Circunscrição Militar do Estado “para organizar uma força patriótica”, arrebanhar cavalos e apreender armas e munição de guerra a serviço da “revolução”²⁷⁶.

Nessas diligências, ocorreram os assassinatos de seus dois adversários. Abbadio era subdelegado do distrito, nomeado pelo interventor Vespasiano Martins. A subdelegacia era postulada por Pedro da Costa Lima, afinal nomeado pelo próprio Manoel da Costa Lima. Seria vítima da sanha, também, Joaquim Evangelista (o coronel Juquinha) genro do Coronel Faustino Franco. O testemunho é do próprio Joaquim Evangelista, que publicamente fez uma nota de agradecimento à família Garcia, que o gasalhou na fazenda Piaba: “Atrozmente perseguido por elementos ‘constitucionalistas’ chefiados pelo famigerado coronel Manoel Cecílio que diziam ter ordem de matar-me (há disto bastante testemunhas) ...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de out. de 1932, p. 4)

Para dominar era comum a perseguição e a destruição do adversário. As revoltas sempre foram momentos propícios para esta sanha, de modo a contar com uma cobertura protetora de legitimidade.

O advogado Rosário Congro, na defesa de Luciano Costa e seu grupo, avocou o prestígio da família “portadora de uma tradição de trabalho e

²⁷⁶ ACTL. D. 4513/1932. Ao longo de vários depoimentos.

de honra”. Foi nesta peça de defesa que encontramos os traços marcantes da política mandonista em Três Lagoas. Referindo-se ao coronel Manoel Cecílio, Rosário Congro disse: “O distrito em que reside, sempre esteve entregue à sua direção, e não pequeno era o contingente eleitoral de que dispunha conquistado com ele, assinaladas vitórias cívicas. Seus adversários, movendo aos Lima a luta de campanário, ... as mais bárbaras acusações... Acusados de Lampeões de Santa Rita, de bandoleiros.”²⁷⁷

Apesar disso, continuavam os Lima “distinguidos pelos altos poderes do Estado”. Em 1930, “vencedora a evolução, então verificou-se a queda dos Lima”, e a ascensão do coronel José Faustino Franco. Em 1932, novamente os Lima ficaram ao lado dos vencidos. Finda a Revolução Constitucionalista, “os inquéritos se multiplicavam”. Exílio ou exoneração podia ser o caminho dos perdedores. Aos Lima coube um processo criminal, em que, como já se viu, foram inocentados, por manipulações da própria Justiça.

Este ciclo de revoltas desencadeava paixões, perseguições aos rebeldes, acusações aos adversários, ódios encarniçados provocavam reações coletivas violentas, sempre sob o comando de algum coronel. Numa ação extralegal, a violência parecia justificar-se aos olhos dos contemporâneos. Dependendo, é verdade, da perspectiva em que estivessem.

A política cambiante, num verdadeiro vaivém, fazia a Justiça oscilante. Foi significativo o número de inquéritos e processos-crimes que tiveram como móvel a política; fosse pelo crime em si, fosse por inquinações do adversário. Isso explica, em parte, porque muitos não eram concluídos, ou já no início, eram conduzidos à impronúncia, ou ao arquivo.²⁷⁸

²⁷⁷ ACTL. D. 4454, fl. 51 (parágrafo seguinte).

²⁷⁸ ACTL. D. 4518/1929, 4409/1938, 4732/1939, 4603/1931. Não foram poucos os nomes dos ordenadores que, em um momento apareceram como indiciados, para noutro, surgirem como acusadores ou defensores. Assim foi, exemplo, com o coronel Juquinha (Joaquim Evangelista), com Alfredo Sobreira Feitosa, com Elmano Soares, com Noginel Pegado, entre outros.

Outro crime que teve envolvimento político, agitando a comunidade, foi o da morte de Cosmo Joaquim Estrela, mais conhecido por Estrela. O crime ocorreu em casa “da decaída Adelaide”. Um grupo de homens e mulheres cantava, tocava e conversava, quando “inesperadamente, os denunciados (quatro) sacaram de suas armas e atiraram contra Estrela”.²⁷⁹

Segundo algumas testemunhas e o próprio Zeca Uberabense, após a prática do delito, “não só os 4 denunciados, como algumas pessoas da família Bordes, inclusive José Silvério Borges (Zeca Uberabense), estiveram bebendo em casa de Dominginhos e vivendo Zeca Uberabense”.

Este fato serviu para que se tornasse “público e notório em vila dos Garcias que foi Zeca Uberabense o mandante”. Em seu depoimento na justiça disse: “que os criminosos passaram pela casa dele e contaram o que tinham feito, tendo ele censurado muito o procedimento deles; que os autores do crime estavam embriagados e o acusado temendo desgostá-los, acompanhou-os... até a casa de Dominginhos”.

Zeca Uberabense negou seu envolvimento na morte de Estrela e declarou que Benvido da Cunha Viana andara “pela vila dos Garcias a proclamar que ele tinha sido o mandante”. Benvido, como José Carlos Queiroz e Afonso Garcia Prado, eram chefes políticos do distrito de Vitorino (Vila Garcia) e antes das eleições presidenciais, de março de 1930, amigos e correligionários de Zeca Uberabense. A Aliança Liberal os separou, tornando-se “inimigos rancorosos”.

As testemunhas formaram dois grupos, o que indicava uma questão de ciúme por mulher e o que encaminhava para o envolvimento político. Houve por parte de seus adversários uma tentativa de incriminar Zeca Uberabense. De fato, por nada ficar provado o réu foi impronunciado. Ficou claro, ainda, que a grande questão era envolver Zeca Uberabense e, não, a de punir os assassinos de Estrela. A eles, também, nada aconteceu.

²⁷⁹ ACTL. D. 4470/1931. Ao longo dos autos (parágrafos seguintes).

Zeca Uberabense era figura em destaque no município. “Portador de bons conhecimentos” foi mestre escola, subdelegado de polícia, Juiz de paz e escrivão. A defesa apresentada por Rosário Congro traça não apenas o perfil político de Zeca Uberabense, como bem retrata toda sua época: “Orientador, sabe iniciar e conduzir seu grupo de votantes aos comícios cívicos, motivo porque usufruiu especial consideração dos seus chefes. Um dia, porém, divergiu de seus companheiros. Foi quando surgiu a Aliança Liberal... alistado no novo partido, certo fez algum mal à sua antiga agremiação”. Em períodos anteriores assim fora! Era prática “o egoísmo político partidário e a malquerença: “Assim, Zeca Uberabense “passou a ser considerado indesejável, em contraposição aos méritos de antes.”

Na vila dos Garcias, o “feudo” era dos Garcia-Queiroz-Prado enquanto em Santa Rita havia uma disputa entre os Francos e os Limas. Essas rivalidades, como as que ocorriam no núcleo urbano de Três Lagoas, foram responsáveis por muitos comparecimentos de ordenadores à Justiça. Eram semelhantes as práticas de violência e de apadrinhamento entre todas as facções que se enfrentavam. Um vaivém constante que fazia a Justiça à mercê da política. O que, entretanto, permanecia imutável era a “condescendência” com os erros dos ordenadores. Dizia a *Gazeta* sobre o grupo de Generoso Siqueira, o que bem caberia a toda categoria dos políticos: “Depois de corridos pela execração pública de Três Lagoas, os componentes do ignóbil tríduo Generoso, Nery, Congro deram na mania de se julgarem perseguidos (eles que tanta perseguição fizeram) e uma vez em São Paulo, e garrando-se às abas de casacas amigas conseguiram cartas de recomendações para ‘alguém’ desta cidade e até para membros do governo do Estado”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 21 de dez. de 1930, p. 1)

A pergunta, que pretendemos ter respondido neste tópico, foi levantada naquela ocasião: “Ora se todos os três têm culpas grossas no cartório e, se principalmente Generoso e Nery são os autores de numerosos atropelos com o Código Penal, por que razão se não procede criminalmente contra eles?” (GAZETA DO COMÉRCIO, 21 de dez. de 1930, p. 1)

O alto índice de processos-crimes não concluídos, ou desde sua origem cerceados para não chegarem ao julgamento final, mostrou-se coerente das injunções da política com a justiça. Correspondia, em grande parte, à parcela dos ordenadores que, pelas exacerbadas rivalidades partidárias, eram indiciados.²⁸⁰ Entretanto, na rede de relações sociais e políticas, havia sempre um padrinho ou um canal a recorrer, ao contrário das categorias menos favorecidas e socialmente menos articuladas da comunidade. Estas se não estivessem sobre a proteção de um chefe político ou de alguma pessoa de influência, serviam como exemplos de que a Justiça zelava pela ordem.

Os autos referentes a indiciados da categoria dos ordenadores, por outro lado, mostraram-nos que os conflitos de poder entre eles eram resolvidos por duas ordens opostas e complementares. Uma ordem legal, em que as formalidades, as provas, os expedientes burocráticos e processualísticos eram articulados com maestria; havia em seu grupo os que possuíam esse conhecimento, tornando-se, muitas vezes, uma ordem extralegal. A outra ordem fazia-se pela desordem, pela violência, pelo extermínio do adversário, pelo crime. Ambas complementavam-se, porque aquela acomodava esta. Na verdade, as duas eram ordens feitas desordens.

5- O alto comércio: conservadores e rebeldes

O maior conflito pelo poder entre os ordenadores ocorria no campo em que o público e o privado se defrontavam. Esta é uma tese já aceita na historiografia brasileira, apesar de não existir “um consenso no que diz respeito às relações entre a autonomia municipal e a autoridade coronelística” (JANOTTI, 1986, p. 45). Em Três Lagoas os atritos não correspondiam apenas a esta divisão; assinalavam o surgimento de novas relações sociais entre os ordenadores.

Já foi suficientemente demonstrado, em estudos históricos e sociológicos, o quanto era maleável a estrutura coronelística amoldando-se

²⁸⁰ Ver tabela V – “Despacho de processos por natureza do delito”. (anexos)

a sucessivos movimentos históricos e a diferenças regionais. Estas distinções, embora em nuances, não podem ser desconsideradas em nosso estudo. Interessa, aqui, perceber as rivalidades internas dos ordenadores: não só os conflitos entre os coronéis, também as contradições entre seus interesses e os dos comerciantes.²⁸¹

Um conjunto expressivo de autos apontou-nos que as desordens de maior repercussão surgiam no espaço de poder dos próprios ordenadores. Os ódios entre as facções políticas e as rivalidades entre localismo e centro não podem, sozinhos, expressarem os motivos de tantas desavenças. A desarmonia, em todos os casos, revelou-se por conflitos de poder. Todavia, somente a disputa do poder entre os coronéis não explica os aspectos fundamentais desses conflitos.²⁸²

Já em seus primórdios de vila, os grandes tumultos foram ocasionados pela oposição das facções celestinista e azeredista, em Três Lagoas liderados, respectivamente, pelo coronel Justino de Souza e Generoso Siqueira. O processo-crime contra Noginel Pegado, mais tarde promotor público, aventou a rivalidade entre o “alto comércio” de Três Lagoas e os celestinistas de Santana do Paranaíba. Cumpre ressaltar que, neste período, faziam parte do governo local fortes comerciantes como Bernardino Mendes e Antonio de Souza Caldeira Queiroz.

Os choques de interesses entre os poderes constituídos e o comércio local desencadearam-se a partir da publicação do Código de Posturas de Três Lagoas em 1922. Especialmente, por seu capítulo do “fechamento das casas comerciais”: “todas as casas comerciais da cidade e do Município

²⁸¹ Importa sublinhar nossa preocupação com estas particularidades. Buscamos compreender o espaço de tensões entre os ordenadores. Pareceu-nos necessário essa divisão para ressaltar os aspectos fundamentais dos conflitos que vinham à tona nos níveis políticos e jurídicos.

²⁸² Por outro lado, se os processos-crimes foram ricos para indicar a existência destes conflitos, não foram além. Sentimos a necessidade de aprofundar esta questão e as fontes próprias encontramos nos arquivos das Câmaras Legislativas e do Executivo.

são obrigadas a fechar suas portas às dezenove e meia horas, todos os dias úteis; não abrirão nos domingos e feriados nacionais e estaduais”.²⁸³

Excetuavam-se as farmácias, confeitarias, bares, hotéis, restaurantes, leiterias, cafés, padarias, bilhares e açougues: “Em caso de infração, era previsto multa, em caso de reincidências a multa seria dobrada ou cassado a licença.”

De seus 314 artigos, o que rezava sobre o horário de fechamento do comércio desencadeou enorme polêmica, com sérios atritos entre o governo e os comerciantes. Imediatamente à publicação do edital de aviso, que entraria em vigor este capítulo, o comércio fez uma representação ao governo. Solicitavam que o “fim moral de trabalho” passasse das 19:30 para às 20 horas, nos dias úteis e, que aos domingos e feriados, ficasse “aberto até 10 ou 11 horas”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de abr. de 1922, p. 1)

Muitos comerciantes, desde o início, recusaram-se a dar cumprimentos à lei. E a questão radicalizou-se de ambos os lados. Assim registrava a Gazeta do Comércio: “... não é crível que eles queiram abrir hostilidades contra o poder municipal num momento em que criaturas há que de tudo se prevalecem para fazer explorações da mais baixa politicagem... o Sr. 2º vice-presidente em exercício, garantiu-nos estar disposto a não transigir com os infratores.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de mar. de 1922, p. 1)

O comércio agitou-se e surgiu a ideia de se fundar uma sociedade que garantisse “os interesses dessa sacrificada classe”. Não só assumiram o papel de vítimas, os comerciantes julgavam certas posturas “absurdas e comprometedoras da boa marcha dos negócios da praça”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de mar. de 1922, p. 1)

Agressões de parte a parte, um membro da família Mendes, abastados comerciantes, veio a público no jornal com um protesto sobre a atitude

²⁸³ APMTL. Resolução Num. 42. Livro de Leis, Num. 01. fl. 76 (parágrafo seguinte).

do intendente em exercício, coronel Álvaro Feijó. A denúncia ilustra bem o clima que se formou: “Às 19 hs e 50 m do dia 22, aquele Sr. Intendente postado em frente ao meu estabelecimento... me manda dizer por um transeunte qualquer, que fechasse as portas, pois considerava desaforo estarem abertas.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de mar. de 1922, p. 1)

Em lugar de infração pelo descumprimento da lei, o ato transforma-se em “desaforo”, e, nestes termos, teve resposta do infrator-desaforado: “retorqui, desaforo era aquela intimação, porquanto via muitas outras casas abertas” A autoridade fez-se desautorizada. Nesta visão, porque os outros não cumpriam, a lei tornava-se nula. Mas não apenas desautorizada, pois a autoridade agiu, de acordo com o comerciante Manoel Mendes, com irracionalidade: “Então s.s. o que faz? Chama uma porção de garotos e manda-os atirar para dentro de meu estabelecimento pedaços de tijolos, terra, etc., acompanhando esse belíssimo ato com palavras de baixo calão...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de mar. de 1922, p. 1)

Além do governo e do comércio existia a parte mais fraca: os comerciários. A visão sobre o problema era confusa: “O comércio está no seu papel, cerrado fileiras para garantir a integridade do seu patrimônio moral e material. A classe dos empregados assiste por igual, esse sacrossanto e indeclinável direito.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de abr. de 1922, p. 1)

Mas, como conciliar? Na visão do jornal, entraria, então, a Intendência: “Com um pouco de espírito de justiça” e eles com um pouco de boa vontade. Pretendiam “um Tratado de Paz entre Capital e o Trabalho”. A polêmica arrastava-se. A seção “livre” da *Gazeta do Comércio* foi utilizada várias vezes, para protestos. Numa dessas, dizia João Alves de Miranda, reclamando de artigo de *A notícia*: “fazia supor existir um conluio de comerciantes com botequineiros ou proprietários de escusas tavernas com o fim de revogar ou modificar a lei do fechamento do comércio”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de abr. de 1922, p. 1)

A lei municipal sobre o fechamento do comércio foi votada, aprovada, sancionada e, por alguns meses, fiscalizada. A Câmara Municipal delegou poderes a um fiscal. E “era muito de ver a alegria dos caixeiros no seu entusiasmo pela sua lei Áurea”. O fiscal, a cavalo, percorria as ruas na hora do fechamento. Poucos meses durou. Perguntava-se: “e a municipalidade? E o fiscal? E o cavalo?” (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de abr. de 1922, p. 1)

Em 1934, 12 anos mais tarde, a questão voltava à discussão. O prefeito Antonio de Souza Queiroz “atendendo a que comerciantes pediram”, assinou um ato em que o fechamento do comércio se faria às 19 horas nos dias úteis e domingos e feriados às 11 horas (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de fev. de 1934, p. 4). Embora, com duração efêmera.

A insistência pela abertura do comércio aos domingos retornou, em 1938, com um apelo ao prefeito municipal. Os comerciantes responsabilizaram “a lei do fechamento” pelo “definhamento do comércio”. E recordaram: “Era costume virem aqui, com os trens e outros meios de transporte de sábado à noite, numerosos sertanejos das zonas do município... nos procuravam para fazer suas compras por toda a semana, movimentando assim a nossa praça...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de mai. de 1938, p. 1). Entretanto, agora, reconheciam a lei do descanso e diziam se comprometer em conceder as 24 horas de repouso aos seus empregados.²⁸⁴

Tanto quanto o fechamento do comércio, os impostos ocupavam grande tempo dos governantes e dos comerciantes. Para a “classe conservadora”, cabia ao “alto comércio uma tarefa essencialmente civilizadora”. Em 1923, reclamava-se de “certa animosidade de caráter pessoal e exclusivista”, para com as autoridades municipais, enquanto tal, como um

²⁸⁴ Somente em 1940, com a lei federal, o município regulamentou as 8 horas. Assim constou no decreto lei: “atendendo a que comerciantes e comercários desta praça, em número de 36, requereram a esta prefeitura.” APMTL – Decreto Lei Num. 3, 13.4.40. Livro de Leis Num. 3 de 1940-48. fl. 2.

desacato e com risco de propagação do mau exemplo. Dizia-se, então: “Ninguém mais respeita leis, nem considera direitos... desse comércio antes toda a importância às autoridades às leis e às posturas que são a base de uma coletividade organizada com sólidos alicerces.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 25 de mar. de 1923, p. 1)

Desde 1922, havia vozes que conclamavam “nada de política, o comércio deve fundar uma associação de classe”. Consideravam a “medida naturalmente indicada” para enfrentarem seus interesses em jogo. A política, diziam, “é uma sanguessuga das energias criadoras (GAZETA DO COMÉRCIO, 17 de dez. de 1922, p. 2). Em 1925, os comerciantes já estavam organizados em associação. A questão do imposto de consumo, que se arrastou por mais de ano, arregimentou a classe. Foi acirrada a contenda entre o governo e o comércio.

A opinião pública coincidia com o conjunto dos fatos: os três-lagoenses tinham “o péssimo costume de rebeldia e da contumácia”. E naquela velha prática pedagógica: “O progresso dum povo infere-se por sua capacidade tributária e pelo seu respeito aos poderes constituídos. Por que há de subsistir nos dias pacíficos que ora decorrem, quem se rebele contra o poder municipal?” Aí estavam os elementos das constantes desordens entre os ordenadores: a arrecadação fiscal e o acato à autoridade. Não só contra a municipalidade rebelaram-se os comerciantes, prova disto foi o telegrama do presidente do Estado ao Intendente, Álvaro Feijó: “Lamento pleito contribuintes contra Intendência sentido se eximirem pagamento municipal principalmente depois decisão Justiça Federal garantindo direitos municipalidade.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de mai. de 1922, p. 1).

Depois de um ano de “luta estéril”, em virtude da arrelia suscitada pela criação do “imposto de consumo” o comércio resolveu acatar o executivo municipal, não faltando a vigente ideologia do progresso: “será, mister que todos nos unamos em defesa de uma única bandeira: a do

Progresso”. Foi neste momento que se consolidou a ideia de se organizar a Associação Comercial.

Entretanto, este período de “congraçamento” entre governo e comércio não perdurou muito. Em 1927, a Câmara dos Vereadores consignava em ata, pela voz de seu presidente, Generoso Siqueira, “veemente protesto à campanha da difamação que uma parte do comércio vem movendo à tributação de gêneros, que entram para o consumo público”. Para ele o movimento com “aparência duma reivindicação de direitos” não conseguia ocultar o “ódio que eles alimentavam” contra os poderes municipais.²⁸⁵

A rebeldia de um forte segmento da camada social dos ordenadores contra os poderes constituídos era mostrada como um desvio. Assim retratava o vereador a imagem do comércio: “Classe conservadora por excelência, sobre a qual se firmam os alicerces das instituições públicas, ao comércio repugna a violência... Suas armas são a persuasão, o raciocínio desapassionado, a análise da lei que combate e o recurso aos poderes competentes para brigar e derrogar conforme for o caso.”

Entretanto, a realidade não se mostrava assim. Em muitos momentos não só o comércio, mas elementos da polícia, da justiça, do legislativo e do executivo, fazendeiros e comerciantes buscavam solucionar seus conflitos com a desordem. Na verdade, orientavam suas ações, muitas vezes, pelas ordens opostas: legal e anárquica.

Lideravam este movimento Bernardino Mendes, cônsul português e dos mais prósperos comerciantes; Elmano Soares, proprietário da *Gazeta do Comércio* e João Primavera, então, presidente da Associação Comercial. Dessa forma, tratava-se de um representativo e influente setor da comunidade, que dispunha de instituições como o Consulado Português, a Associação Comercial e um órgão da imprensa local.

²⁸⁵ ACMTL. Ata Sessão Ordinária. 13.7.27. Livro Sessões Ordinárias. Num. 1. 1921-1927 (parágrafos seguintes).

Generoso Siqueira qualificou o movimento como “campanha pessoal e odienta”, de “sovietismo” e de “capricho da trindade que explora a bolsa e a ignorância.”

Esta foi a segunda vez em que os comerciantes se rebelaram contra os poderes municipais e desacatarem a decisão judicial. Na reunião da Câmara foi lembrado o primeiro movimento que, “solucionado por sentença judicial”, não foi respeitado o ato da Justiça. Repetia-se o desacato no caso presente. A legitimidade e a constitucionalidade foram proclamadas pela justiça local e estadual “decidindo contrariamente ao comércio o interdito proibitório” requerido.

Vemos uma relação entre esse comportamento rebelde dos comerciantes e o costume dos poderes em isentar impostos e perdoar multas. Como também se explica a atitude contraditória pela maleabilidade da lei e dos órgãos encarregados de zelarem pela ordem legal. Juntos esses fatores formam uma explicação coerente.

A isenção de impostos, não raras vezes, constava como assunto no expediente das reuniões das Câmaras. Em 1923, foi apresentado um projeto, embora não tenha sido aprovado, “perdoando impostos e relevando multas”.²⁸⁶ A *Gazeta do Comércio*, ao criticar “a defesa dos contribuintes contumazmente refratário”, pelo projeto do vereador Bruno Garcia, denunciava: “embora desde que Três Lagoas existe eles nunca houvessem pago um ceitil”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de jan. de 1924, p. 1)

Muitos contribuintes eram legalmente beneficiados. Em 1927, por exemplo, foi “aprovado o projeto isentando o sr. Eduardo Silva, proprietário do Hotel Modelo, do pagamento de impostos de patente e predial, por cinco anos”. Se por um lado, o município precisava arrecadar impostos, sua única fonte de renda, por outro, a cidade carecia de certos serviços, que eram estimulados com isenções. Em 1921, eram isentadas,

²⁸⁶ Ibidem.

por dois anos, todas as olarias que se fundassem, “dentro do período de 6 meses, a contar da data”.²⁸⁷

Todavia, o que se mostrou rotina foi o não pagamento dos tributos. Os contribuintes eram relapsos. Comum era também a atitude paternalista dos governantes. A radicalização se fazia como efeito da prática: “Aos amigos tudo, aos adversários nada”.

Depois de 1932, os conflitos entre governo e comércio atenuavam-se. A questão dos impostos municipais nesse ano evidenciou a mudança nas ações. Na lei orçamentária havia uma desproporção nos impostos de Patentes e Profissão, “pequenas casas eram as mais sobrecarregadas”. Organizaram-se os reclamantes e o prefeito “imediatamente aquiesceu nas modificações”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de jan. de 1924, p. 1)

A imprensa registrava as mudanças percebidas:

Com este ato da justiça e de equidade renasceu a confiança no seio da população. Não foi preciso como outrora, para conseguir legítimas aspirações, recorrer a processos drásticos de que o fechamento do comércio em 1926 e 1929 são ainda viva recordação. A cascurrice, a obstinação, o capricho que nesse tempo eram o lábaro político-administrativo, diluíram-se definitivamente, onde o advento-da-Nova-Era. (GAZETA DO COMÉRCIO, 17 de jan. de 1932, p. 1)

Na fase anterior, a iniciativa privada era constantemente solicitada pelo Governo. As concessões e contratos davam-se entre os homens de negócio e o governo estadual ou federal. Deste modo, além da fraqueza financeira, a autoridade municipal era o elo mais fraco nessa cadeia. Em relação à cobrança dos impostos dos contribuintes remissos, o governo municipal não se facultava de nenhum dispositivo jurídico para suas execuções. A discussão maior sempre foi sobre a constitucionalidade de nas soluções dos conflitos.

²⁸⁷ ACTML. Livro de Resoluções. Leis Votadas e Sancionadas. 1921-27. Resolução 47.

Os portos da Moeda, do Taboado, Quinze e Independência e as estradas boiadeiras, a estrada para automóvel, a iluminação pública e privada, tudo foi de iniciativa privada, com licenças privilegiadas. Resultava desde o início uma confiança “nos homens progressistas, capazes de impulsionar poderosamente a nossa grandeza”. Era reconhecida a necessidade de capital em “largas torrentes prontos a desbravar os sertões” (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de jun. de 1921, p. 1). Em 1925, “o progresso” era tributado a essa “classe progressista”, “graças à ousadia laboriosa de particulares e, mau grado, o jacobinismo dos nossos dirigentes”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de mar. de 1925, p. 1)

A iniciativa privada mantinha o Hospital da Caridade e a Banda S. Cecília, construiu a matriz e a capela de Santo Antonio, murou o cemitério, assumiu o calçamento do logradouro mais central e movimentado. As doações e subvenções eram contínuas. Isso explica sua revolta quando cobrados em forma de impostos.

O próprio Bernardino Mendes que liderava a rebeldia em 1927, “sempre esteve à frente das boas iniciativas”. Em 1939, reuniu os seus amigos e “com eles foi à casa do Cel. Pereirinha da Silva” propor o fornecimento das pedras para que se fizesse o calçamento central. A Prefeitura arcaria com o resto (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de mar. de 1939, p. 1). Esta informalidade, uma reunião na residência do prefeito, em lugar da prefeitura é mais um indicador de quanto, ainda, eram esfumaçadas as fronteiras entre o público e o privado. Era natural, assim, esses choques entre governo e homens de negócios. Todos ordenadores.

PARTE III

**CALENDÁRIO, ROTINA E INVERSÃO
DO QUOTIDIANO**

A vida social, como toda vida, é criadora de formas.

Raymond Ledrut

CAPÍTULO 8

O SAGRADO, O PROFANO E O CÍVICO NO CALENDÁRIO DAS FESTAS

Esse Carnaval só dura do Natal até a Quaresma; metade do ano restante se passa lembrando o último Carnaval, a outra metade esperando o Carnaval seguinte.

Thomas Gray

Uma das características de Três Lagoas era a profusão de festas.²⁸⁸ Assim deveria ser em todo o Brasil. Não surgiram todas ao mesmo tempo, e alguns de seus rituais foram desaparecendo ou se modificando ao longo do tempo. Nos rituais estavam as diferenças, por pequenas não deixam de ser significativas. Mesmo nas festas anuais, nenhuma era exatamente igual às dos anos anteriores. Ainda, existiam variações conforme os locais onde se realizavam, porque alguns multiplicavam-se por diversos pontos da comunidade.

Existiam, também, outras diferenças, dependendo da situação política: “A festa não se dissocia nunca de um contexto social que a segrega, lhe impõe os seus impulsos e as suas máscaras” (HEERS, 1987, p. 26). Pois a festa apresenta-se, além de divertimento, “como o reflexo duma sociedade e de intenções políticas”. É bem disto que se trata aqui, “as festas derivam de circunstâncias em que estão implicadas todas as espécies de estruturas e práticas, antes do mais, políticas e sociais” (HEERS, 1987, p. 10).

²⁸⁸ Festas em família: aniversário, noivados e casamentos; festas de recepção: para autoridades civis, militares e eclesiásticas; festas anuais de comunidades: o mês de maio (culto à Virgem Maria), a Semana Santa, a festa Eucarística, a festa do Divino (religiosas), as festas juninas (cívico-social-religiosa), Natal Ano Novo e Carnaval; festas de sentido predominantemente cívico: Descobrimento da América, data de Garibaldi, dia do Soldado, Abolição da Escravatura, dia da Pátria, o 21 de Abril, o dia da Bandeira, a República; festas transportadas: Independência da Espanha, de Portugal, da Itália e festas nortistas.

Estas considerações, a nosso ver, não conflitam com a afirmação de Bakhtin:

As festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma forma primordial, marcante, de civilização humana. Não é preciso considerá-las nem explicá-las como um produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo nem, interpretação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, num sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo. (BAKHTIN, 1987, p. 7)

Esta “concepção de mundo” expressa nas festividades, conforme Bakhtin, corresponde à ideia de que as festas são “como o reflexo duma sociedade”, segundo Jacques Heers. Ambos acentuam a representação da própria vida nos rituais festivos. No entanto, consideram a festa num nível superior, o das ideias, das intenções, do espírito, das preocupações. É assim que vemos a festa.

Pelo ano cronológico, em Três Lagoas, as festas começavam no 1º dia de Janeiro, iniciando às vésperas, como a maioria delas e encerrando o ano civil com a corrida de São Silvestre.²⁸⁹

Pode-se perceber um elenco de festas nos primeiros tempos 1915-1931, e, num segundo momento 1932-1945. Além de novas festas incluírem no calendário, ocorreram modificações nos rituais daquelas primeiras.

O conjunto das festas populares anuais, da comunidade, distribuíam no seguinte calendário:

²⁸⁹ Nas fontes consultadas, o primeiro registro de festa de São Silvestre foi no ano de 1936, na *Gazeta do Comércio* de Três Lagoas.

Janeiro 01 – Ano Novo 06 – Reis 20 – S. Sebastião	Fevereiro ou Março Poderia ser o mês da folia.
Março ou Abril Eram sujeitos a ter a Semana Santa.	Abril 19 – Aniversário do presidente Getúlio Vargas 21 – Tiradentes
Maió - “Mês” de Maria”, mês marcadamente católico. 01 – Dia do Trabalho 02 – Independência da Espanha – Colônia espanhola. 03 – Descobrimento do Brasil 13 – Abolição A festa do Divino, às vezes, recaía neste mês ou no seguinte	Junho – “Mês joanino” Este era o mês forte, que guardava o núcleo das festas. 13 – Santo Antônio, padroeiro da cidade e Retomada de Corumbá 15 – Autonomia do Município 24 – São João 29 – São Pedro
Julho 02 – Festa da Escola “2 de julho”	Agosto 06 – Bom Jesus da Lapa S. João Bosco 25 – Dia do Soldado
Setembro 07 – Dia da Pátria 20 – Independência da Itália – Colônia Italiana	Outubro 05 – Independência de Portugal – Colônia Portuguesa 12 – N. S. Aparecida e Descobrimento da América Festa da Primavera
Novembro 15 – República 19 – Bandeira	Dezembro 25 – Natal 31 – São Silvestre

Durante o Estado Novo, setembro e novembro eram os meses, predominantemente, cívico-políticos.

O calendário de festas apresentado não corresponde aos primórdios, algumas festas surgiram na década de trinta. Em decorrência disto resultou um olhar em duas fases, todo o tempo: as festas nos primeiros tempos 1915-1931 e as transformações nas festas 1932-1945.

No primeiro período além do Natal, Ano Novo, a semana Santa e o Carnaval, eram festejados o 13 de junho, São João e São Pedro, o Descobrimento da América e a festa da Eucaristia.

A partir de 1932, foram acrescentadas o aniversário de Vargas, o dia do Soldado, a corrida de São Silvestre, a festa da Primavera, a festa da Bandeira, o dia de Tiradentes, a festa de N. S. Aparecida, a data de Garibaldi e a solenidade de São Sebastião. Revestindo-se de novos rituais e assumindo uma função eminentemente cívico-pedagógica, encontramos o dia da Pátria e o dia da República.

1- São João: núcleo dos rituais das festas populares

Num certo sentido, toda festa era joanina, na medida em que incluíam os mesmos repertórios: dança, rojões, comida, rezas.²⁹⁰ Todas as grandes festas do ano tinham rituais comuns e a festa de São João constituía um conjunto significativo de tais rituais. Era, também, este o significado para os seus participantes: “Todo fim de ano é uma noite grande de São João. E a hora das preces, da eterna invocação da Sra. Dona Felicidade. E a interrogação a um tempo angustiosa e cheia de fé no dia seguinte.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de jan. de 1937, p. 1)

Encontrava-se nesse ciclo de festas, a reafirmação da fé no futuro, pela preservação das tradições, a afirmação da solidariedade dentro da comunidade. O tempo da festa interrompe a rotina dos dias numerados para colocar, em destaque, à medida que marca o tempo de vida: o ano, o aniversário. É um momento de renovação, de tornar a surgir, de adquirir

²⁹⁰ Estamos empregando o termo joanina, no sentido de rituais comuns à festa de S. João; e, juninas, referindo-nos às festas do mês de junho, sem necessariamente, aquele caráter.

um novo vigor. A interrogação é sempre “angustiosa e cheia de fé”. A lembrança é, também, marcada pela angústia, e se equilibra na esperança. Toda festa é lembrança e interrogação; traz sempre uma carga afetiva e uma disposição de espírito diferente do ritmo da vida quotidiana.

Para Mona Ozouf (1976, p. 267) “é na repetição que se fundamenta a esperança e, por outro lado, mais que um futuro aberto a todas as indeterminações, e por este fato, fonte de angústia, a festa representa, de uma só vez e de imediato, com uma magia não assimilável à previsão e ao trabalho, a cena da imortalidade e da indestrutibilidade.”

Uma pequena crônica de um participante das festas, em Três Lagoas, é bastante elucidativa:

Estamos vivendo o mês mais nacional do calendário mundial. É no mês de junho. A alma nativa do brasileiro expande-se miraculosamente, saindo de sua habitual e já debatida ‘tristeza’ para as manifestações ruidosas das festas juninas. Nas cidades, nas vilas, nas povoações e nas fazendas (principalmente nestas) a alma primitiva do homem nacional volve ao passado longínquo dos seus ancestrais para a celebração original das festividades joaninas. ... Nos salões, nos lares e nas ‘casas grandes’ das fazendas reúnem a família e os amigos para os tradicionais jogos e adivinhações, entremeados pelo cardápio, bem nacional: pipocas, bolinhos e broas de fubá. Junho é portanto, o mês brasileiro, o mês bem mestiço, o mês dessa ‘raça triste formada de três raças tristes’ e, para o reerguimento moral de toda essa geração descrente que, desesperada dentro da desordem procura uma solução sem encontrá-la, voltamos o nosso pensamento na esperança de melhores dias. Mês de junho – o mês de Santo Antônio, S. João, S. Pedro, os Santos Nacionais – o mês brasileiro. (GAZETA DO COMÉRCIO, 21 de jun. de 1935, p. 1)

A imagem da nacionalidade pela “alma nativa, alma primitiva” e, pelo “mês mestiço” reflete bem o espírito do período Vargas, tão impreg-

nado da ideologia nacionalista, do caráter de brasilidade e pelo “branqueamento” e integração do povo brasileiro, através da mestiçagem da raça. O mês de junho e os santos europeus foram nacionalizados. Mas, há um outro componente político neste discurso: a preocupação com a “desordem”. Era o ano de 1936, os mentores e pais do Estado Novo preparavam o espírito da população brasileira para o Golpe de 37, reforçado pelos acontecimentos de 35.

Em junho de 1930, diferente fora a imagem que passou o mesmo jornal: as festas de S. João “decorreram com grande animação e entusiasmo”, e “em quase todas as ruas da cidade foram acesas enormes fogueiras, em torno das quais adultos e menores se divertiam a valer”. Não apenas na rua, a alegria e a tranquilidade estavam também no interior das residências, pois “suntuoso baile” com “farta e variada mesa de doces, guaraná e cerveja” foi oferecido aos convidados, “apesar da crise que nos assoberba”. São João “este ano foi festejado como nunca o fora.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de jun. de 1930, p. 1)

Peter Burke salienta que “discutir festas é, necessariamente, discutir rituais”. Ele se refere a rituais como o “uso da ação para expressar significados”. E o significado dos elementos da festa pode se modificar com o “ritual através do qual eles se manifestam”. (BURKE, 1989, p. 204)

Um estudo sobre as modificações das festas juninas, São João e o “13 de junho” constitui-se um exemplo esclarecedor da ideia de que a festa, conforme Vovelle (1987, p. 247) “filtra metaforicamente” todas as tensões de uma coletividade, resultando, por vezes, mudanças em rituais e seus significados.

Na festa de São João, em Três Lagoas, além do costume generalizado no Brasil, transportado da Europa moderna, em acender fogueiras, costumava-se também, dar banho, na Lagoa Maior, na imagem do santo, costume desaparecido em Três Lagoas, após 1944, mas que permanece em

Corumbá: “O fogo e a água são símbolos usuais de purificação, de modo que é plausível afirmar que o significado da festa era a renovação e a regeneração”, diz Peter Burke (1989, p. 205). Aventamos a possibilidade de assim ter sido aqui, muito da influência cristã na festa folclorizada. Antes de qualquer interpretação, faz-se necessário buscar o rastro destas festas²⁹¹.

Começamos com São João, buscando vê-la nos diferentes espaços em que ocorreu. Queremos mostrar a festa do terreiro, a da rua e a do salão. Dança, reza, comida, bebida e banho do santo não faltavam em nenhuma comemoração. Todavia, diferenças existiam: “por tradição às gigantescas e numerosas fogueiras que crepitam incessantemente, se juntam os folguedos os mais variados e característicos, dados os costumes à índole de cada povo, consagrados todos eles... pelos fiéis e crentes ao milagroso São João Batista, o Precursor”²⁹². Cabe ressaltar que Três Lagoas, em 1931, ano deste relato, estava, ainda, em formação de sua comunidade, com elementos humanos muito variados, nacionais e estrangeiros.

O baile começava antes das 21 horas, interrompia-se para irem até a Lagoa Maior para os festejos tradicionais. Em romaria partiam “em demanda da Lagoa (...) para lavar São João... ato religioso e costumeiro... como vem fazendo-se nos anos anteriores, homenagear, naquela data, o santo referido”. Da Lagoa voltavam depois das 24 horas, com prosseguimento do baile. A hora da saída da procissão dependia do local da festa, pois em mais de um local reuniam-se para os festejos. Desde o salão, que reunia para uma “soiree dançante” com “pessoas de destaque desta cidade”, até a festa no terreiro, da qual participavam as pessoas simples. As “Comitivas” encontravam-se na Lagoa, próximo à meia noite; às vezes ocorria de se depararem no caminho. O local designado para a queima dos fogos, por ocasião do batismo de S. João, eram as margens da Lagoa.

²⁹¹ E o fizemos em duas fontes: os processos-crimes e o jornal. Temos a intenção de perceber as mudanças e os fatores condicionantes destas mudanças, para logo analisarmos outras festas merecedoras de atenção. E, então, captar o significado destas mudanças.

²⁹² ACTL. D. 4312/1932. fl. 31.

Às vezes, algum participante de uma procissão, ao retornar, mudava de grupo e ia para outra festa²⁹³. No entanto, isto não era comum.

A festa ao ar livre tinha o local improvisado: “na frente da casa um palanque coberto de bambu, que estava servindo de sala de baile”. Ali encontravam-se os “tocadores” de bandolim e violão, “sentados na sala do baile, isto é, no galpão na frente da ‘casa’”. A iluminação do Galpão era por uma lâmpada de gás; outras repartições da casa eram iluminadas por lamparinas.” Não só dançavam, também rezavam. Os espaços de dança e reza eram distintos – “o cômodo ao lado, que é assoalho estava servindo de capela..., iluminados por 4 ou 6 velas de cera”. Não só dançavam e rezavam, também comiam e bebiam: “na cozinha, além de bom fogo no fogão, onde a dona da casa preparava o café, havia uma lamparina acesa”. O quintal complementava o espaço que faltava na casa onde “havia uma mesa bastante comprida... contendo louças limpas e sujas, por esta parte nem uma luz havia e a noite estava escura”.²⁹⁴

Sempre encontravam-se algumas variações, quando se passava de uma casa para outra. Os dados da festa supracitados referiam-se a uma casa na zona suburbana; colhemos outros rituais em uma casa de lavrador, localizada em zona rural: “Esta festa constava de rezar um terço, o que foi feito sem nenhuma anormalidade”. As 22 horas, o dono da casa, logo após o terço, “resolveu sair com todos os assistentes para o terreiro da casa, onde havia uma pequena latada a fim de todos cantarem um côco, espécie de festa dançante”. Os festeiros resolveram fazer um “catira”²⁹⁵ no terreiro da casa debaixo da latada. “Tocavam viola e cantavam modinhas”.²⁹⁶

²⁹³ Idem, fl. 31. Lagoa é o nome reduzido, de uso popular, do topônimo Lagoa Maior.

²⁹⁴ Idem, fl. 33-47.

²⁹⁵ Coco designa dança e canto popular dos sertões nortistas. Catira é uma espécie de dança e canto popular presente também no Triângulo Mineiro e interior de São Paulo.

²⁹⁶ ACTL. D. 4915/1936. fl. 23.

Sobre a procissão e o banho de S. João o depoimento seguinte é rico em informações:

Na procissão saía todo mundo de uma casa particular, um terreiro, um clube, todo mundo a pé, era um divertimento. Não saíam da Igreja, era um folclore. Alguém levava a imagem do Santo, carregavam vela ou lanterna, porque não havia luz elétrica... Esse costume veio de Cuiabá, daquela zona de Mato Grosso, onde ainda existem aquelas festas do Espírito Santo, São João, Santo Antônio... Quem era o maior patrocinador destas festas era um cuiabano, Sr. Manoel Pedro de Campos... ele morreu. Veio o pessoal do sul e foi tirando esses hábitos de cuiabanos, hoje já não existe isso. (FILGUEIRAS, 1987, entrevista)

As festas de São João punham em alvoroço o sertão e a cidade; não havia recanto que não comemorasse o santo. O registro jornalístico mostra como, no ano de 1932, o 24 de junho foi movimentado. Nas ruas, arderam as fogueiras, e os balões coloriam a noite. Nas igrejas, “o ritual católico teve crescida concorrência de fiéis”, especialmente a procissão. Na cancha do campo de aviação realizaram-se corridas de cavalos. Em Jupuíá, no rio Paraná, os pescadores promoveram o batismo das canoas, “comparecendo elevado número de famílias”. A cerimônia foi presidida por senhoras e senhoritas que, como madrinhas, deram os nomes às embarcações. Nas oficinas da Estrada de Ferro Noroeste, além da fogueira e dos festejos religiosos, houve a festa profana: um baile. E no cine Odeon viveram a festa caipira com a eleição de “miss”. Quermesse, rojões, balões, fogueiras, danças, rezas, comilanças e beberagem quebravam o cotidiano dos habitantes de Três Lagoas. No Clube Concórdia, até o ano de 1932 o único clube social da cidade, o “brilho” foi outro (GAZETA DO COMÉRCIO, 22 de jun. de 1932, p. 3). Com um baile de gala, os sócios homenagearam o santo (ironicamente) do bordão e da vestimenta de pele de carneiro.

Do ano seguinte, 1933, o baile de gala do Concórdia: “Foi o mais notável acontecimento social desde que Três Lagoas existe... a melhor

nota ‘chic’ das nossas festas sociais... promovida pela briosa oficialidade da 16ª BC”. Constou, além do baile, serviço de “buffet” franco. Não faltando o registro de “finas toiles”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de jun. de 1933, p. 1)

Jacques Heers (1987, p. 16) vê uma das consequências das festas medievais na “exaltação das situações e dos valores, ainda mais das influências, dos privilégios, tudo reforçado pela exibição do luxo e pela distribuição de benesses”. O mesmo se poderia dizer da festa em Três Lagoas. Uma oficialidade querendo marcar o seu lugar na cidade; os sócios do clube, pelo brilho dos vestuários, pondo em destaque o grupo a que pertenciam.

Em 1933, ocorreu dentro do Clube Concórdia uma divisão, resultando a criação de outro clube, o Grêmio Três-lagoense. Na origem desta emulação, que marcou época, estava uma rixa de família, uma rixa política. O seu ponto de partida foi, à luz da imprensa contemporânea, uma questão administrativa, burocrática, dentro do Clube Concórdia. A rivalidade entre os dois clubes suscitou, através das organizações das festividades, sempre, mais ou menos, uma batalha simulada. Jacques Heers (1987, p. 18) diz que a festa pública sublinha a competição: “A festa pública exalta os poderes... forças que pesam muito nos equilíbrios ou nas hierarquias, elementos decisivos para forjar ou conservar reputações”. No caso desses clubes, aplica-se esta consideração.²⁹⁷

O relato da festa joanina que o Grêmio Três-lagoense promoveu em 1936, elucida as modificações no “tom dos bailes”, em decorrência da rivalidade entre os clubes:

... vai esta vanguardeira agremiação solenizar a data de 23 de junho, ... com um imponente sarau dançante, e, conforme escolhido e determinado pelo fino elemento feminino que enriquece o seu amplo quadro

²⁹⁷ Este aspecto político será analisado adiante, neste momento queremos, apenas, considerar que a rivalidade foi fator de mudanças nos bailes sociais do mês de junho.

social será o traje característico do dia, o chitão. ... de que se revista de desusado realce... contratado um eletrizante 'jazz' extra para reforçar o harmonioso conjunto musical de amadores do Grêmio. ... uma comemoração condigna que há de certamente marcar época nos anais festivos da já vitoriosa corporação. (GAZETA DO COMÉRCIO, 14 de jun. de 1936, p. 3)

O baile do chitão substituiu o baile de gala, mas não abriu mão do “brilho” pois que a festa é a melhor oportunidade para ostentar riqueza e prestígio:

Por todos os cantos de seus vastos salões teve soberba ornamentação alusiva, e a sua engalanação constou de originalidade nesta matéria... O serviço de buffet esteve à altura, sendo servido nos intervalos das contradanças vinho Moscatel Imperial, café, etc. Por volta das 24 horas um fino 'lunch' foi servido... mesinhas especiais ricamente ornamentadas, dispostas no amplo palco da sede sob um jato de luz de 3 mil velas. (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de jul. de 1936, p. 2)

Comparando-se a iluminação do pátio e os serviços de “buffet” com a festa no terreiro, à luz de lampião à gás e lamparinas, entende-se porque o uso do chitão. Tratava-se, para esse grupo social, de uma fantasia. Eles se mascaravam de sertanejos porque tinham o pleno sentido urbano, a mentalidade citadina. Assim, como se refere Jacques Heers (1987, p. 2) sobre as sátiras e mascarados, “já não é o exotismo ou a evocação de um mundo fantástico... mas um autêntico disfarce, um sinal de transferência social, ao mesmo tempo e mais ainda, sem dúvida, o desejo de imitar, de macaquear”.

De outro lado, o que nos parece anacrônico, “chita” e “brilho”, era, para os contemporâneos, fundamental. A “chita” representava, de modo eufêmico, o que a comédia caipira satirizava – a vida simples do sertanejo. Diz Mona Ozouf (1976, p. 226) ser sempre sensível na festa “o medo

supersticioso de corporificar aquilo que se quer negar”. Assim se explica a necessidade do “brilho”, para caracterizar uma sociedade moderna em que uma das suas marcas era a eletricidade. Não era, pois, anacrônico, o modo de afirmar que viviam em um mundo moderno, não afirmando a vida sertaneja, mas a esconjurando. “A comemoração é uma conjuração”, diz Mona Ozouf (1976, p. 225), no sentido de exorcismo. E. No caso presente, parece aplicar-se, sem nenhum esforço, para esta explicação: “o tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento novo: a alegria esfuziante das festas... diz da capacidade do tempo em fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo” (OZOUF, 1976, p. 218). Parece-nos que a duplicidade, aparentemente ambígua, de “brilho” e “chita” seria uma maneira de afirmar e renegar o arcaico; não o negando, mas o renegando.

Há outro registro social sobre o baile da Chita, que acende mais luzes para nossa interpretação, iluminando outros recantos:

A seda parece que vai perdendo os foros de nobreza, que desfruta nos reinos da elegância. O brilho, a maciez, a finura dos tecidos já não satisfazem os apetites de bom tom. Sua excelência, a elegância, tem também o seu direito a enfado. Às vezes, é preciso dar à indumentária feminina, saciada de sedas, algo bizarro e novo que tenha graça e imprima de originalidade. Então recorre-se à chita, à velha e corriqueira chita. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de nov. de 1933, p. 1)

A moda sempre é o reflexo da época. Fatores diversos, culturais, políticos, econômicos, influem nos tecidos, nas cores, no estilo. Considerando a época da crônica, janeiro 1933, não se pode desconsiderar a Grande Depressão e a nova mulher que surgia, efeito da crescente urbanização e do aceleração da indústria. O uso da chita para disfarce, máscara de sertanejo, foi um expediente. Como foi a chita, poderia ter

sido um chapéu de palha, tamancos, cesta, qualquer adereço que lembrasse a vida no sertão. Por que a chita?

A moda reflete o espírito da época, mas obedece às leis do mercado. E aqui, o motivo da chita, e não qualquer outro adereço. Exatamente nesse período havia necessidade de dar evasão à indústria têxtil nacional. Matéria prima não faltava, o algodão abastecia as necessidades da indústria e sua produção “foi incentivada à medida que a indústria crescia. O fracasso do café, sobretudo no período da Grande Depressão, desviou agricultores para o algodão e outros produtos de consumo interno” (BUESCU, 1974, p. 166). O uso do algodão, não foi introduzido apenas no Brasil, também na Europa. Diz James Laver (1989, p. 243): “Talvez como medida de economia, os vestidos de noite eram às vezes de lã ou algodão e até de casimira, que anteriormente se julgava adequada apenas para o dia. A Depressão certamente contribuiu para aumentar a semelhança entre as roupas das diversas classes, pelo menos em linhas gerais”.

Além do incentivo governamental, o mercado necessitava criar uma mentalidade voltada para o consumo do tecido de algodão. Uma imagem construída para o uso da chita necessariamente deveria apelar para o imaginário do homem e da mulher. Na mesma crônica sobre os bailes de chita, encontra-se outro elemento: “Por muito que seduza ao homem a moleza colante dos vestidos finos e do ‘pijama’ de seda, não sei porque, a ponta de uma saia de chita, vista assim de relance, na negligência caseira, é uma coisa que sempre meche e fustiga a sensibilidade masculina. No baile deverá dar-se o mesmo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de jan. de 1933, p. 1)

Pertencem ao imaginário do cronista a projeção dos desejos masculinos, o que impossibilita saber se a “ponta de saia” era da esposa ou da empregada. De qualquer forma, essas ideias reforçam o uso da chita pelas mulheres que frequentavam os salões do Grêmio Três-lagoense. Mesmo porque, o uso da chita estava se disseminado em todo o país. Tais eram os

comentários sobre o baile da chita, referindo-se ao natal de 1932, em Santa Maria, Rio Grande do Sul: “a fina flor da sociedade realizou elegantíssimo baile nos salões do Clube Caixeral. Sendo obrigatório os vestidos de chita, para as damas, e o traje de linho branco para os cavalheiros... Igualmente em Goyás, baile da chita. O baile foi de arromba e marcou época nos anais elegantes”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de jan. de 1933, p. 1)

Nossa intenção foi mostrar como as mudanças nos rituais da festa dependeu de vários fatores. No caso do baile, a inovação foi a chita, mas quando da introdução do baile de gala, já fora, por sua vez, outra variação. Cabe lembrar os bailes do terreiro, embaixo de uma latada: “a circunstância decide a festa, a impressão a completa”. (OZOUF, 1976, p. 220)

A festa de São João continuou sofrendo alterações. Em 1937, o baile no Concórdia contou com a presença do interventor do Estado de Mato grosso e sua comitiva: “Foi um baile à cigana, os salões preparados à caráter... de lona armadas à guisa de barracos, como a simular um acampamento dessa gente inquieta à borda da clareira de algum bosque”. No ano seguinte foi o baile da saudade: “O S. João Brasileiro”. Quadrilhas, “shots”, sanfona, com “fox trot” e samba. A festa no salão não dispensava o que se comia em torno das fogueiras: pé-de-moleque, batata assada, pastéis “quando o relógio anunciou a meia-noite os concordianos, procissionalmente, entoando hinos ao glorioso santo dirigiam-se à lagoa para batizar a vítima de Heródes”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de jun. de 1937, p. 1)

O “baile da saudade” foi em junho de 1938; já, em março do mesmo ano havia na imprensa uma nota nostálgica, que nos sugere os móveis desta “saudade”:

Os caminhões viajam superlotados e não vencem o transporte de cereais, de banha, etc, que estão à margem do caminho... os tempos mudaram: desapareceu o velho carro de boi, moroso e desconcertante, cedendo

lugar ao automotor veloz e possante. Este rasga o nosso sertão, por toda a parte... nosso interior sertanejo conservará o seu título da ‘sala de visitas do Estado’ e como tudo nos indica, voltará aos seus áureos tempos antigos faustosos, alegres e confiantes. (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de mar. de 1938, p. 1)

Os tempos mudaram. A dinâmica do comércio exigia transporte mais rápido: economia, tempo e dinheiro eram elementos que integravam o dia-a-dia do três-lagoense, mas a imagem do fausto e da despreocupação permanecia idealizada, saudosa. O último registro que obtivemos sobre a procissão à Lagoa para batismo de S. João data do ano de 1944. Coincidiu o fim do banho do santo com o ano em que a Lagoa Maior deixou de fornecer água para a cidade, por ter secado. Firmava-se o uso do vestido de chita e as danças se regionalizavam: o “siriri” e o “choro ciranda”, como se estivéssemos nas alagadiças regiões do rio Cuiabá abaixo “comia-se pés-de-moleque e chipa, e tomava-se quentão” (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de jun. de 1944, p. 3). No ano seguinte, não se realizou a procissão, mas nos salões do Concórdia houve uma inovação – um concurso de miss. Após o desfile das candidatas, um júri escolheu o vestido de mais apurado gosto artístico interpretando o estilo “Dama Antiga”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de jun. de 1945, p. 1)

A cidade se modernizava. O que permanecia na festa de São João eram as fogueiras, os foguetes, os bailes, os pés-de-moleque, batata assada e os jogos para ver a sorte. De outro lado, a festa joanina, por meio de alguns de seus rituais, se disseminava em outras festas. Ela concorria, desde a segunda metade dos anos 1930, com outras festas incluídas no calendário festivo.²⁹⁸ Para efeito de sumarização, destacamos os fatores mais fortes responsáveis pelas mudanças na festa de São João: uma rixa política, a diversidade étnica e regional da população, o crescimento da cidade, o jogo do mercado nacional, um desequilíbrio ecológico – a morte da Lagoa – e uma mentalidade urbana moderna.

²⁹⁸ Tema que será tratado mais adiante.

2- O 13 de junho: festa religiosa, festa cívica ou festa social?

O 13 de junho era polissêmico, revelando mais de um significado. O sentido religioso, o sentido cívico e o sentido social estavam justapostos. Os rituais manifestavam-se simultaneamente sobre o santo padroeiro da cidade, Santo Antônio; sobre a retomada de Corumbá, “feito” (nos dois sentidos da palavra: fato e proeza) heroico da Guerra do Paraguai e o encontro para dançar, cantar, comer e beber. Num triplo amálgama, um herói santo, um heroísmo cívico e uma tradição de festas joaninas. Propósitos e tradições diferentes, as três numa única festa articulada. Cabe referir que a Retomada de Corumbá era celebrada apenas nos salões do clube social nos primeiros tempos (1915-1931), depois na escola. Não foi encontrado registro desta celebração na camada desfavorecida, apenas na “seleta”.²⁹⁹

O tríptico aspecto manifestou-se nos primeiros tempos, até que se separassem. O 13 de junho permaneceu como festa de Santo Antônio, com duas celebrações: o culto religioso na igreja e os rituais nas ruas e terreiros. Por decreto de 1942 a festa cívica passou para o dia 15 de junho, comemorativa da autonomia do município, e a comemoração da retomada de Corumbá foi apropriada pela escola, em 1940.

Um conhecimento prévio das transformações nos festejos do 13 de junho faz-se necessário para a análise de conjunto das festas populares, em Três Lagoas.

Até 1923, o 13 de junho era a festa de Santo Antônio apenas, embora celebrado em diferentes lugares. Na singela igrejinha do padroeiro,

²⁹⁹ A festa no salão marcava a fronteira entre o segmento mais alto da sociedade e a “arraia-miúda”. O registro da festa da camada desprivilegiada obtivemos nos processos-crimes, enquanto aquela do salão retiramos das crônicas sociais dos jornais. De ambas as comemorações, também, coligimos relatos de pessoas coevas aos fatos; mesmo aqui prossegue a divisão: pessoas de “famílias tradicionais” têm memória das primeiras e “os outros”, das segundas festas.

a celebração começava oito dias antes, com a novena “ao glorioso Santo Antônio”, e no desaparato do templo, cerimônias com “toda pompa e solenidade” (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de jun. de 1923, p. 4). A igreja, mesmo no meio pobre e primitivo, sempre marcou seus rituais pela suntuosidade. Embora, muitas vezes, como em Três Lagoas, apenas alguns símbolos, alguns sinais e marcas da magnificência estivessem presentes num conjunto desarmonioso. Aliás, não era esta disposição prerrogativa apenas da Igreja, o poder público e os grupos sociais privilegiados revelavam, também, esta vocação.

Após as preces, “solenes”, o povo aglomerava-se na pracinha, que circundava a capela, para o leilão de prendas. As “pessoas de destaque” eram os promotores da festa, os festeiros, função atribuída como honraria. O mérito eram as posses. Os fazendeiros e comerciantes forneciam leitões, galinhas e perus assados para serem, ali, consumidos ou leiloados. Para as crianças e os mais pobres, havia outras distrações como os brindes das pescarias e pipocas e pastéis para comerem. As moças, ricas e pobres, tinham oportunidades para olharem os rapazes.

No edifício do grupo escolar realizou-se uma “soirée dançante” com as “pessoas de mais destaque desta cidade” (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de jun. de 1923, p. 2). A partir de 1924 o clube Concórdia (criado em 1923) apropriou-se da festa do dia 13, dando-lhe um novo sentido. O ritual católico da novena e da quermesse, prosseguia no templo e na praça. Mas, na década de 30, em vez de novena, celebrava-se um tríduo.

Em 1936, os festeiros convidavam o povo, em geral, não só para maior brilhantismo das solenidades, como também para concorrer com o seu generoso auxílio em benefício de sua capela. No programa constava um tríduo, confissões e uma “missa cantada”, o que significava solene, e procissão, “para a qual se pede o comparecimento de anjinhos” (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de jun. de 1936, p. 1). Para receber o “generoso auxílio” realizava-se uma quermesse, onde, entre outras atrações, havia

fogueira e muita iluminação na praça. Cabe referir que a capela de Santo Antônio, que é anterior à igreja matriz, era assistida pela colônia portuguesa, mormente pelos comerciantes mais prósperos.

O relato de duas festas de santo Antônio, uma no Grêmio Tresla-goense (criado em 1933) e outra no Clube Concórdia, fornece elementos ricos para a compreensão do clima dessas festas:

Em homenagem à tradicional efeméride de 13 de junho, essa nobre e brilhante sociedade honra e glória dos destinos alegres da caçula matogrossense, ofereceu nesse dia santificado, consagrado àquele religioso franciscano..., nos seus vastos e luxuosos salões uma deslumbrante 'soirée' dançante, a que compareceu o que há de mais digno no seio de nossa querida população. ... Enquanto, lá fora, a petizada divertia-se... ali no ambiente do baile sentíamos, num ambiente de luz e de paz, perfumes de flores e incensos, que espalhavam as suas santificadas vaporações. Essas maravilhas nos faziam delirar... cânticos de virgens. Aos acordes maviosos e celestiais, que se escutavam, juntavam-se, também, os lindos trechos de música executados pela 'orquestra terrena'... A certa altura do suntuoso baile... algumas palavras congratulatórias alusivas à data... considerações a respeito do feito heróico da retomada de Corumbá, enaltecendo o valor militar dos heróis que tombaram às margens do Paraguai... palavras de louvor ao padroeiro da cidade para cujos habitantes invocava as bênçãos dulcíssimas... (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de mar. de 1933, p. 3, grifo nosso)

A religiosidade, a sociabilidade e o civismo todos mesclavam-se na festa dos salões. Anterior à "sacralização da política" (LEHARO, 1986), o sagrado estava nos salões e terreiros, a sociedade era sagrada. O profano e o sagrado, o público e o privado, o cívico e o social não se diferenciavam na sociedade que estamos analisando. Os clubes sociais, a escola e a família eram todos portadores de papel cívico, social, religioso e pedagógico.

Em 1930, no Clube Concórdia no dia 13 de junho, realizou-se um “atraente sarau lítero-musical dançante” em que não faltou o tom sagrado nas homenagens ao santo padroeiro. Da “suntuosa comemoração” contava um programa matizado: sessão de abertura com o Hino Nacional; “Marcha Concordiana”; “Saudação à Bandeira”; “Recitativos” – poesia e discursos, em que os heróis de Corumbá e Santo Antonio eram invocados como exemplo e bênçãos. A seguir, aos sons de uma orquestra, o rodopio dos pares no salão. Foi “a festa Branca, o belo sexo compareceu em branco”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de jun. de 1930, p. 3)

Ainda em 1937, o Clube Concórdia abriu seus salões “a uma importante festa cívica... pessoas de nossa melhor sociedade, sócios, autoridades locais”. Discursos e poesias. Palavras do presidente Manoel Pedro de Campos (tabelião da cidade, que, por 19 anos, foi presidente do clube) em tom cívico, como nos anos anteriores. A novidade decorreu das mudanças sociais refletidas no título da comédia: “Progresso Feminino” e do indício da resistência da comunidade em aceitar as conquistas da mulher. (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de jun. de 1937, p. 3)

1940, foi um ano-marco para as grandes transformações no 13 de junho. A Retomada de Corumbá, agora, no Grupo Escolar Afonso Pena com “brilhante solenidade... além dos corpos docente e discente do estabelecimento, os alunos do Externato São João Bosco, uma comissão do Colégio “2 de julho” e inúmeros convidados”. A cerimônia foi presidida pelo inspetor escolar, dr. Sabino da Costa, advogado que, por algum tempo, foi diretor do Jornal *Gazeta do Comércio*. O 13 de junho coincidia, desde 1939, com a data da fundação do Grupo Escolar. Em seu discurso, a diretora, Prof^a. Lúcia Couto Lima, enfatizou o papel da escola: “o grande presidente Vargas em Junho de 1939, declara a Escola primária – Defesa Nacional – igualando-a ao Exército, que com armas, protege a Nação... a missão gratíssima do mestre retorna ao lugar de honra que lhe cabe”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de jun. de 1940, p. 1)

Não só ocupou o lugar de honra, foi onde o Estado Novo encontrou um ótimo canal de difusão de sua doutrina e uma disciplinada população para encorpar a massa que ia às praças públicas aplaudir os discursos políticos. A escola passou a concorrer com o quartel e a se apropriar do que antes estivera nos clubes sociais: o aspecto cívico das festas.

O golpe no 13 de junho veio por decreto do executivo municipal, em 1942, declarando feriado municipal o dia 15 de junho de cada ano, “data do acontecimento máximo registrado na história de Três Lagoas: a criação do município”. Um olhar de cima declarava qual a data mais significativa: “Este fato um dos mais expressivos da evolução desta terra, não podia de forma nenhuma, deixar de ser comemorado como uma de suas efemérides de maior realce”. E reforçava, por decreto: “E nenhuma outra é mais significativa nos anais da evolução de nossa querida cidade”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 14 de jun. de 1942, p. 1)

O 13 de junho dos clubes já dividia, desde 1939, a Retomada de Corumbá com a escola; perderia, por lei, o brilho da festa, que passaria a luzir dois dias depois, no 15. A lei não provocou, de imediato, a mudança, mas desde os anos 1950 o 15 de junho é a data magna do município e o 13 de junho ficou apenas na memória.

No ano seguinte, 1940, decididamente estavam separados religioso, cívico e social. A Retomada de Corumbá não brilhou nos salões do Concórdia, nem no Grêmio, teve um espaço nas colunas do jornal e uma passeata dos escoteiros do Colégio 2 de julho. O Santo Antonio, “glorioso padroeiro de Três Lagoas” perderia para a emancipação do município. Todavia, “a pedido do padre vigário recomendam os festeiros que sejam enfeitadas as casas e as ruas por onde passará a procissão”. O santo foi retirado dos salões e foi para as ruas, mas ele requeria que elas estivessem ornamentadas. Não faltaram a quermesse e o leilão. É óbvio, houve missa; neste ano, com distribuição de pão bento. (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de jun. de 1943, p. 3)

Se, São João, como mostramos, continha o núcleo dos rituais comuns às demais festas, era o 13 de junho que se manifestava na triplicidade da festa cívica, profana e religiosa. Não percebemos na festa de S. João um elemento cívico forte, como o revelado na celebração da retomada de Corumbá.

Pode-se evidenciar nas celebrações do 13 de junho, de um lado, que o seu caráter polissêmico, nos primeiros tempos, não resultava apenas do tríplice aspecto cívico, social e religioso, também porque significava coisas diferentes para diferentes grupos da comunidade. Assim, a Retomada de Corumbá fazia parte “do salão”, sendo ignorada pela camada social, que não o frequentava. Esse segmento desprivilegiado celebrava uma festa mais próxima aos antigos rituais de fogueira, comida e dança, enquanto o outro introduzia o “brilho”, o “fausto” e o épico, numa festa de origens rurais. As festas juninas, em suas raízes europeias, situavam-se no período das colheitas. Além desta diferença, participando ambas as camadas sociais de uma mesma festa na capela de Santo Antônio e dos leilões e quermesses, outra distinção as marcavam: todos eram atores, mas apenas da “elite” saíam os promotores, os festeiros. A eles a honra e o mérito, e a todo o seu grupo sempre os melhores e os primeiros lugares. Seus nomes encontramos nos registros paroquiais e nas crônicas sociais pelos donativos ofertados, onde não faltava uma hierarquia pela quantia da oferta. Os outros eram os anônimos, necessários na contabilidade dos fiéis e no patentear a primazia do grupo dos festeiros.

De outro lado, ficou evidente que sua tríplice polissemia de cívico, religioso e profano foi desfeita do alto: o profano ficou nas salas de dança, ricas ou pobres; o religioso permaneceu apenas na igreja; e o cívico foi para a escola e para o quartel. A outra diferença, aquela dos grupos sociais, não só foi preservada, como acentuada.

Ambas as festas, São João e o 13 de junho, circunscreviam-se nas festas juninas, que iniciavam com o “Santo de Lisboa” e encerravam com o “Santo da Chave”, no dia 29. Essa era uma festa menor, mas cultuada:

Assim como o S. João, também o São Pedro foi ruidosamente festejado em Três Lagoas. Inúmeras fogueiras, balões, fogos e bailes, mais uma vez atestaram inequivocamente o fervoroso culto de nosso povo pela tradição. Com o concurso de muitos anjos e crentes empunhando círios, realizou-se bonita procissão. Foi grande o seu acompanhamento e, abrilhantando-a, tocou durante o percurso a banda de música Santa Cecília. (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de jun. de 1936, p. 1)

A celebração de S. Pedro era, desde os primórdios do município, promovida pela Igreja. Missas pela manhã e “rezas à noite” aos “gloriosos apóstolos São Pedro e São Paulo” (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de jun. de 1923, p. 2). Entretanto, em 1944, o Grêmio Treslagoense promoveu a festa de São Pedro, cunhada pela tradição popular, sem a ênfase religiosa e para um grupo seleta, os sócios do clube. Houve “farta distribuição de doces caipiras³⁰⁰, como rosquinhas, pés-de-moleque, queijadinhos, broinhas etc” que “fizeram a delícia dos que ali estavam”. Orações em homenagem ao “santo chaveiro”, o “santo padroeiro”. E, naturalmente, música e dança. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de jul. de 1945, p. 1)

Até aqui o trio de festas juninas foi olhado por partes, carece, ainda, um olhar de conjunto. De outro lado, há necessidade de se retomar, nesta visão de conjunto, o reordenamento do calendário festivo da comunidade.

Parece ter ficado claro que houve um momento em que as festas inscreviam-se num quadro de transição de uma comunidade. O processo denota-se, claramente, quando percebemos alguns de seus elementos. A coexistência de rituais tradicionais com formas modernas ritualizadas, que iam sendo acrescentadas, sugerem a intenção de a comunidade mostrar-se moderna, civilizada. No entanto, seria falacioso se tomássemos esta ideia

³⁰⁰ Pela primeira vez, 1944, a expressão caipira, nas fontes consultadas, até então o termo referido era sertão, sertanejo.

como geral. Desvenda-se a confusão quando percebemos que essas formas residiam apenas nos grupos bem situados. Na festa da camada menos favorecida, a pobreza laboriosa, não foi percebida essa intenção; ao contrário, havia uma disposição de celebrar as festas com os rituais de suas regiões de origens principalmente os nordestinos e os nortistas. Eram formas de celebração com memória ligada às questões da terra, ao sertão.

De outro lado, a apropriação da festa por parte do Estado Novo desorganizou o calendário festivo, até então com um ordenamento, mais ou menos, espontâneo. Não totalmente natural, porque grande parte das manifestações estava sob o controle da Igreja. Embora tendo o leme a Igreja, tratavam-se de celebrações tradicionais, enquanto o Estado chegava de inopino. É certo que a concorrência do Estado não substituiu as outras participações – igreja, clubes sociais e a fazenda; mas, é também verdade que o calendário festivo, sendo alterado, provocava mudanças nas categorias das festas.

Nos primeiros tempos não havia distinção entre os aspectos cívico profano e religioso como ficou evidenciado; eram as “celebrações compostas”, no dizer de Vovelle, “difíceis de propor distinções” (VOVELLE, 1989, p. 125). No segundo momento, que dizemos de transformações nas festas, foi possível distinguir os temas e os espaços do sagrado, do profano e do cívico. Embora no Estado Novo fosse carregado o religioso para o discurso político e vice-versa, o político fosse levado para o discurso da Igreja, havia consciência de uma diferenciação naqueles espaços profano, sagrado e cívico. Estes três aspectos, fartamente demonstrado, estavam em íntima comunhão ao nível do povo, sentados numa cultura popular dos ordenadores e da pobreza laboriosa.

Nas transformações das festas resultou a divisão em festa popular e festa oficial, religiosa ou do Estado. Aquela significando comemorações espontâneas, manifestações popularizadas, repertório dos nossos costumes e das nossas tradições, permeada pelos regionalismos; este o

sentido que estamos dando para festa popular. Uma festa com elementos enraizados na tradição e no solo da região. A festa oficial é formal, regulamentada, fiscalizada, hierarquizada, programada. Há um propósito nessas festas que se distingue da intenção maior das festas populares, o divertimento. Nas festas oficiais, o propósito é o domínio da coletividade, pelo exercício do poder no espaço festivo: a massa domesticada.

Referindo-se aos festejos carnavalescos medievais, Bakhtin (1987, p. p.4) diz que: “esses ritos e espetáculos organizados à maneira cômica apresentavam uma diferença de princípio, poderíamos dizer, em relação as formas do culto e às cerimônias oficiais sérias da Igreja ou do Estado feudal”. A separação do cívico-religioso do profano criava formas de celebrações exteriores à Igreja e ao Estado. Para Bakhtin (1987, p. 6), estas formas “pertencem à esfera particular da vida cotidiana”.

O significado das festas juninas para seus participantes, independente do decreto que elevava o dia 15 como a festa máxima, permaneceu, por algum tempo, como grande acontecimento. A única que rivalizava com as festas juninas era o carnaval.

3- Natal, Ano Novo e Reis: festas universais e populares

Esta tríade de festas constituía os festejos que os ingleses chamam de “Christmas” e atualmente, no Brasil, diz-se as Festas de Fim de Ano. Suas origens, no entanto, foram distintas: “Dos romanos, que, por sua vez, haviam recebido dos gregos a tradição, os primitivos cristãos perpetuaram o legado dos gregos as tradições do Ano-Novo, colorindo-o dos reflexos místicos, dos vidros pintados de suas catedrais”, afirma Mello Moraes Filho. Foi na Idade Média que a Igreja Católica incluiu os festejos do Ano-Bom “no calendário do Natal, com outras pompas e outros ideais” (MORAES FILHO, 1976, p. 23-57). Encerrando o ciclo com a festa de Reis.

A celebração do fim de ano e a entrada do novo ano, incluindo o Natal e Reis, como a Páscoa têm um conteúdo de renovação. Situam-se em polos opostos, em relação ao significado da vida. A Páscoa, próxima da morte, e as celebrações de fim de ano ligadas ao nascimento.

A Igreja Católica apropriou-se dos ritos profanos do Ano Novo e incluiu-os no ciclo das festas natalinas. Todavia, o que a Igreja fez, em parte, o secularismo desfez. O elemento sagrado cunhou, especialmente, o Natal; o Ano Novo conservou muito de seu elemento pagão, assumindo mais tarde, muito mais, o caráter profano. Em sua trajetória, o Natal permaneceu uma festa cristã e o Ano Novo uma festa social. Essas mudanças foram bem visíveis em três Lagoas.

A missa do galo era o ponto alto dos festejos cristãos. Sinos a bimbalharem; acordes musicais do órgão repercutindo pelos ares, incenso e flores esparzindo a fragrância sagrada; velas a arderem em artísticos candelabros e alvas toalhas de linho. Este o cenário do banquete que comemorava não essencialmente o nascimento de Jesus, mas a Igreja de Cristo. O nascimento sempre renovado, a cada ano, reaviva a memória dos fiéis: para anunciar uma nova era, no ano 1, nascera o Salvador.

A força da ideia de renovação no mental coletivo animava a esperança de duas melhores: a fé no destino e na fatalidade designada por Deus. Um sentimento e uma atitude de esperança tendo por cenário o festim sacro rompiam com o cotidiano de lutas na política, desafeições vicinais, desencontros familiares e da labuta diária. Tudo eram alegria, esperança e exaltação da fé.

A ceia natalina como zênite dos festejos familiares, e após a missa do galo, alongava a imagem da esperança e da comunhão. Fortalece, acalenta, reacende os laços de família. Religião e família, instituições básicas da comunidade, o sagrado público, no templo, e o sagrado privado, no lar, são os elementos básicos da festa cristã do Natal.

Seriam iguais as comemorações nos lares? Sim, através dos anos que sem alteração, todavia nas tradições históricas das famílias, estava a variação. Em Três Lagoas, a maioria dos árabes era cristã e o seu Natal não era idêntico aos dos portugueses, por exemplo. A mesa árabe reunia familiares e amigos, chegados ao anoitecer. Comensais da união da família, das tradições e costumes da primeira pátria. Carneiro, tâmaras, nozes, avelãs, castanhas, quibes, frango recheado, bolo e doces sírios faziam o cardápio da ceia e o alimento do espírito de grupo. Reacendia o ânimo da comunidade árabe, mantinha acesa e viva a memória dos ancestrais. (THOMÉ, 1989, entrevista)

As famílias portuguesas reuniam-se entre si. Iam à missa do Galo e, após este ato religioso, recolhiam-se às suas casas. Era a hora da ceia familiar, “de forma simples, íntima, sem alterações através dos tempos”. “Na mesa portuguesa, com certeza”, eram presenças obrigatórias, o peru e o vinho tinto. A “simplicidade” daqueles tempos difere do presente; além do arroz e do frango, possivelmente, à cabidela, “muita castanha cozida, e de outras espécies”. (CRUZ, 1990, entrevista)

A festa era de véspera, como a maioria delas, e à noite. No dia seguinte, o 25 de dezembro, acordavam mais tarde que o costureiro, “e, geralmente, o almoço era constituído do que tinha sobrado da ceia”. Cumprimentavam-se os portugueses, entre si, com as expressões puramente cristãs: “Desejar a presença de Cristo em nossos corações. Viver com Cristo”.³⁰¹

Não costumavam fazer troca de presentes, sequer entre os familiares. Todavia num costume típico, “os chefes de famílias costumavam dar presentes para as viúvas e para os filhos daqueles que, em vida, tinham sido amigos. Como que uma obrigação ou compromisso, havia uma atenção carinhosa às pessoas ou crianças órfãs”.³⁰² Atitude reve-

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² Ibidem.

ladora de uma comunidade com fortes traços de patriarcalismo, pelo reforço da noção de chefe de família e da ideia da fragilidade e incapacidade da mulher e da criança.

Bernardino Mendes, proprietário da Casa Comercial Portuguesa, tinha por costume fazer todos os anos, pelo Natal, “uma pequena festa para a qual convidava seus empregados e alguns amigos”. Era servido um almoço. Em 1922, foi um churrasco riograndense, com vinho e cerveja.³⁰³

Na década de 1930, o Natal estava tomando ares modernos. Em 1933, antes da missa do Galo, as crianças e adultos receberam nos salões do Grêmio o Papai Noel, que distribuiu presentes. Dançaram até a hora de irem para a Igreja. (GAZETA DO COMÉRCIO, 31 de dez. de 1933, p. 4)

Essas festas ricas, no entanto, não eram conhecidas pelos não aquinhoados; na verdade, eram de uma simplicidade comovente. O puro espírito da festa, despido de qualquer exterioridade vaidosa, marcava a festa natalina da gente humilde. A comemoração do natal não tinha data fixa, variava entre 23, 24 e 25 de dezembro; deveria ser num sábado ou domingo, porque o 24 não era feriado. Reuniam-se para um almoço. Não havia trocas de presentes. Quando moradores em fazendas nas cercanias do núcleo urbano, os membros da pobreza laboriosa rural conseguiam reunir parentes e amigos que morassem em fazendas não muito distantes. Entretanto, aqueles que viviam em estabelecimentos muito isolados, não tinham condições de reunirem mais do que a própria família. Raramente recebiam algum parente para essas datas. (PEREIRA, 1990, entrevista)

De forma geral, o almoço constituía-se de galinha e bolinho frito de fubá. Quando participavam parentes, além da família traziam a sua colaboração, quase sempre galinha. Havia pão feito em casa e broa de polvilho, que comiam ao resto do dia, acompanhados de café e chimarrão. (PEREIRA, 1990, entrevista)

³⁰³ A.C.T.L. D. 4954/1922. fl. 10.

As broas eram preparadas com uma ou duas semanas de antecedência, colocadas em sacos de farinha de trigo e guardados em um suporte de madeira, junto ao teto do rancho. Na medida que lhes sobrava o tempo da rotina diária, dedicavam-se ao preparo das broas. Esse tempo gasto nas horas de folga, já era em si, o tempo da festa. Festa é uma questão de espírito, repetindo Vovelle (1989).

Nem todos comemoravam o Natal, o Sr. Sebastião Guilherme dos Santos conta-nos que o Natal era dia de reza “igual a todos os outros” (SANTOS, 1990, entrevista). Contudo, o Ano Novo era festejado por todos.

O Ano Novo perdia, de certa forma, o aspecto de solenidade maior para o Natal. Os portugueses não cultivavam nenhuma festividade: “Era um dia comum entre os membros da colônia portuguesa” (CRUZ, 1990, entrevista). As famílias árabes comemoravam a entrada do novo ano sem este caráter intimista de família. Reuniam amigos e festejavam, fora de casa. Uma festa social (THOMÉ, 1989, entrevista).

O Ano Novo não tinha a mesma importância entre as camadas sociais: a privilegiada (os ordenadores), e aquele segmento pobre, morador em zona rural. Para estes, a festa do Ano Novo era maior que o Natal. Festejavam a passagem do ano desde o anoitecer, até o dia seguinte. No Natal apenas a família se reunia, no Ano Novo a festa era de vizinhança. É preciso ter a compreensão de vizinhança rural, no sentido das distâncias: “Vinhão a pé, ou a cavalo pelas estradas. Cada ano, uma família era encarregada da festa”. (JESUS, 1990, entrevista)

Os festejos iniciavam com uma janta, com a presença obrigatória de bolinhos fritos, de galinha e leitão. Durante o ano inteiro cuidavam dos frangos e leitões, cevados nas proximidades das festas. A família, raramente, abatia esses animais, que eram destinados para a festa do Ano Novo. O jantar era servido no quintal, numa mesa grande, improvisada para esta ocasião. Tomavam licor de frutas da estação, geralmente

de jabuticaba. A bebida era preparada com dois meses de antecedência em tachos, no fogão à lenha. Depois vertia-se em garrafinhas, guardadas para a ocasião da festa (SANTOS, 1990, entrevista). Após o jantar, entremeando as brincadeiras, eram oferecidos licor e as infalíveis broas e biscoitos, os mesmos do Natal. A roda do café e do chimarrão também circulava, ao longo do tempo da festa (JESUS, 1990, entrevista).

As brincadeiras, durante a noite inteira, eram de uma singeleza emocionante. Conforme testemunho de D. Raimunda, brincavam de roda com as cantigas próprias para brincadeira de roda. Todos, homens, mulheres e crianças. Brincavam de “passa-anel”, em que o anel era escondido na mão de alguém; todos deviam tentar descobrir com quem ficara o anel. Outra brincadeira era de “esconde-esconde”, qualquer objeto, como uma folha de árvore, por exemplo, era escondido e todos eram incitados a descobrirem o objeto escondido. Os acertadores ou descobridores ganhavam bolinho, frango ou pão de casa. E a noite inteira brincavam e comiam. As mulheres tomavam licor e os homens “pinga” (JESUS, 1990, entrevista). Sebastião Guilherme relatou-nos que contavam lendas durante a noite. Recorda que ouvia sempre lendas como as do Negrinho do Pastoreiro e do Saci Pererê (SANTOS, 1990, entrevista).

O testemunho de D. Raimunda sobre a roupa vestida, no dia da festa, o quanto tem de inusitado para a sociedade de consumo que vivemos, tem de esclarecedor da simplicidade, de quase natureza, em que vivia aquela gente simples da roça: “Todo o mundo fazia o seu vestido no tear, tecido tipo de saco grosseiro. Tinha sempre só uma roupa, feita para vestir a primeira vez na festa do Ano Novo. Durante o ano, quando lavavam a roupa, ficavam enroladas na toalha, à espera de que secasse. Não havia vergonha como agora; se a toalha cáisse, não ficavam envergonhadas.” (JESUS, 1990, entrevista)

Esses ritos praticados pelos sertanejos puseram a nu o contraste entre a vida das camadas favorecidas, e urbanas, e a vida dos moradores

nas fazendas. Uma alimentação, mesmo em dia de sua maior festa, com base em produção própria: leitão, galinha, farinha e polvilho de mandioca e milho. Tudo do cercado, de sua roça. Um despojamento completo, numa total despreocupação com o vestuário; a necessidade da solidariedade no grupo vicinal, para que fossem mantidas as tradições e os laços por sociabilidade. Tudo num grande contraste com a festa urbana, presa aos rituais cristãos, ao comércio e a uma tradição transplantada. Em oposição ao desperdício, a frugalidade.

O dia de Reis encerrava o ciclo natalino. Na data, 6 de janeiro, havia a visitação e cânticos. Anteriormente já haviam reunido as prendas – carnes, frangos, leitão: “No dia esperado, reuniam-se na casa de algum deles para a reza e, depois, a janta”. Era um encontro entre amigos e familiares, pessoas bem íntimas (CRUZ, 1990, entrevista). Era uma festa a mais na colônia portuguesa.

A presença de nortistas matizava os festejos de Reis. “Uma festinha simples e popular, para a qual não há convites especiais”. Uma festa regional do norte, os “presépios e as pastoras”, onde os admiradores das pastorinhas, tomavam dois partidos, torcendo uns para o cordão azul e, outros para o cordão encarnado. Carvalho Branco, que escrevia para a *Gazeta do Comércio*, deixou-nos suas impressões sobre essa festa que ocorria no dia do Ano Bom e era repetida no dia de Reis:

Na residência de Orlando de Azevedo a festa nortista, ... promovida pela esposa, Emília e sua irmã Auta... na qual tomavam parte dois grupos de lindas e graciosas meninas, formando dois cordões: Azul e Encarnado... vários números de canto e dança de fundo religioso, tendo por objetivo, no seu simbolismo cristão e realizando-se diante de um lindo e artístico presépio, festejar o nascimento de Jesus. (GAZETA DO COMÉRCIO, 31 de dez. de 1939, p. 1)

Afirma, ainda, Carvalho Branco: “A simplicidade dos versos, a ingenuidade dos símbolos, tudo faz lembrar os autos dos longínquos tem-

pos do apóstolo do Brasil, padre Anchieta, que se valia de todos os meios para infundir na alma indígena, os sentimentos religiosos.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 31 de dez. de 1939, p. 1)

“Os Santos Reis” começava logo após o Natal, com uma novena, e envolvia toda a comunidade. Os devotos percorriam as casas da cidade, “cantando músicas relativas a Santos Reis” ou música repentista: “Os cantores, ou contadores ou tocadores de viola, violão, cavaquinho, vestiam-se com suas melhores roupas e também à caráter. Seus instrumentos musicais eram ornados ou decorados com fitas de seda, fartamente, e coloridas, bem coloridas para acentuar este evento”. Os dias intercalados entre o Natal e Reis eram coloridos, movimentados e sonoros. Os tocadores e festeiros “iam de porta em porta, casas de comércio ou de família, onde sabiam que seriam bem recebidos e iriam ganhar uma prenda” (CRUZ, 1990, entrevista). Arrecadavam dinheiro ou carnes de frango, leitão, carneiro, gado. O 6 de janeiro era mais um dos dias de comilança e encerrava o ciclo natalino.

Fora da zona urbana, nas fazendas ou na zona suburbana, a festa dos Reis “se concentrava em três dias. Rezava-se o dia inteiro ou à tarde toda, e à noite havia festa para os convidados com comes e bebes à vontade, na casa de quem fazia a reunião” (CRUZ, 1990, entrevista). Era ocasião para amigos, compadres e vizinhos reafirmarem a solidariedade.

Elias Canetti (1983, p. 57) diz que “uma festa chama a outra, e pela densidade de objetos e de homens se multiplica a vida”. Uma superabundância de homens, mulheres, comida e bebida. “Há mais coisas que todos juntos podem consumir, e para aí afluí, cada vez mais, gente. Enquanto houver algo, se servem, e parece como se nunca pudesse acabar... a vida e o prazer estão assegurados pelo que dura a festa”.

D. Jurema Chagas Cruz, testemunha-nos que na festa dos Santos Reis respeitava-se o presépio: “Quase sempre a chegada da folia era

em frente ao presépio, quando era possível mantê-lo. Agradecia-se, com muita humildade e carinho, qualquer manifestação de apoio e solidariedade para tais encontros... As canções e hinos eram bonitos, alegres e significativos”. (CRUZ, 1990, entrevista)

Em Três Lagoas, muitos desses festejos desapareceram no início da década de 60.

Elementos sagrados e profanos mesclavam-se, antigos costumes regionais matizavam os festejos e apresentavam tonalidades diferentes, fossem na cidade ou nas fazendas. As solidariedades eram fortalecidas e mantinham-se acesa a chama das tradições. Ao mesmo tempo que se processavam as trocas de alguns rituais nos distintos grupos culturais, aprofundavam-se as distâncias sociais entre os grupos dos ordenadores e da pobreza laboriosa.

4- Carnaval: a festa da folia ou a folia da festa?

No Brasil – diz Georges Balandier (1982, p. 55), referindo-se ao carnaval – “é um dos rituais nacionais; dele se opõe, em sua liberdade, sua espontaneidade, seus excessos, suas manifestações, à cerimônia política da Semana da Pátria e às ritualizações constrangedoras da Semana Santa”. Em Três Lagoas, todavia, exatamente por seu caráter de liberdade e espontaneidade o carnaval aproximava-se das festas joaninas.

A seriedade que caracteriza toda festa oficial, cívica ou religiosa, assinala a distinção entre as celebrações litúrgicas do culto à Pátria e da morte de Cristo aos festejos do Carnaval e das festas joaninas. É neste sentido que estamos olhando a folia do Carnaval, a espontaneidade, em contraste com a seriedade da festa oficial. As festas espontâneas são ricas por revelarem as visões de mundo, ao contrário das oficiais que consagram o regime.

A cidade toda parecia divertir-se nos dias de Carnaval. No início da década de 1930, para uma população que não atingia 10 mil habitan-

tes, a extensão dos festejos nos indica a dimensão do acontecimento. No Bar Montevideu realizou-se “um imponente baile à fantasia”, também o Recreio da Mocidade, outro bar, próximo ao primeiro – tudo era perto – promoveu festejos carnavalescos. Até no cinema dançava-se; neste ano, 1921, no cine Pathé, após a sessão cinematográfica, houve um “baile familiar”, ocorrendo “a batalha de serpentinas... cheia de animação”. Não terminaram aí os festejos: “carros alegóricos, percorrendo toda a cidade em plena alegria e divertimento” traziam o povo (adultos, velhos e crianças) para a festa de rua. (GAZETA DO COMÉRCIO, 6 de fev. de 1921, p. 3)

Os relatos jornalísticos informam-nos da agitação de que era tomada Três Lagoas, e fornecem-nos outra indicação: era a rua o ponto de encontro de todos, a triagem ocorria nas salas. Quando não existiam clubes sociais (o primeiro foi criado em 1923, o Concórdia) o cinema, com “baile familiar”, fazia-lhe às vezes. José Carlos Sebe Bom Meihy (1986, p. 34) admite, para o Brasil, esta divisão, e o faz de modo categórico: “Desde sempre o carnaval manteve a idéia de espaço como fundamental: os salões para a elite; a rua para o grande público, pobre”.

Tudo começava na avenida Central, onde desfilavam os carros alegóricos e se “fazia coro e cantava”. E tudo era cedo, às 19 horas, já iam para o cinema. Após o filme, tinha início a batalha, “jogavam serpentina de um camarote no outro. Lá embaixo ficava cheio de confetes e serpentinas”. Antes da fundação do Concórdia, dançavam no cinema, as cadeiras eram retiradas e o lugar da plateia transformava-se em pista de baile. (SOUZA, Ange, 1988, entrevista)

Em 1923, o grupo, que já fazia seleta, teve um baile à fantasia no cinema Odeon. E os comentários faziam parte da festa, antecedendo-lhe, e prosseguindo quaresma a dentro. Assim, neste ano, dizia o cronista: “pelo que temos ouvido nas rodas elegantes, vai ser grande a afluência de convidados” (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de fev. de 1923, p. 2). O tempo de festa se alonga pelos preparativos e pelas lembranças.

O baile familiar, as “rodas elegantes”, nos alertam para a relatividade da afirmação de Georges Balandier (1982, p. 56): “O carnaval brasileiro dá a impressão de uma sociedade onde os cortes sociais, as desigualdades, os poderes estão temporariamente expulsos. Ele mostra uma sociedade fraterna e festiva debaixo da que regula rigorosamente a vida quotidiana, e através desta ilusão contribui para aceitação desta última”. Em Três Lagoas, os festejos do carnaval não produziam este engano dos sentidos. Havia grupos seletos, e só na rua, como nas procissões ou desfiles cívicos, encontravam-se com os demais.

A análise de José Carlos Sebe valida nossa interpretação:

as diversas interpretações do carnaval conduzem a uma visão simplista de tríduo com uma festa democrática. Para algumas correntes generalizadoras, parece que o carnaval, como espaço utópico por excelência, abriga a suspensão das regras – todas – da sociedade. Assim, imagina-se uma situação na qual as classes sociais deixariam de existir. Outros autores contrariamente acham que, apesar da aparência, as regras sociais são reafirmadas de maneira sutis. As roupas, os clubes, o policiamento seriam exemplos da não – efetivação – da inversão de valores. (MEIHY, 1986, p. 79)

Esta diferenciação de festas, em que negro não entrava em clube de branco, nem pobre frequentava salão de rico, acentuou-se quando os clubes Concórdia e Grêmio rivalizavam-se no brilho das festas: “em seus salões artísticos e pitorescamente ornamentado... o prestígio do Grêmio e de suas elegantes festas”. Testemunha D. Angela Carrato Souza (1988, entrevista): “... então, por isso que eram animados, cada um queria que o seu fosse melhor, cada um queria que acabasse mais tarde o baile, que o carnaval fosse melhor. Um carnaval... ficavam vigiando os outros que eram próximos” – ambos ficavam em frente à praça da Estação – “para ver quando apagavam as luzes, o que significava que o baile tinha acabado, então foi quando as luzes do outro Clube apagou e nós saímos para a rua num cordão, tocando e catando, passamos em frente do outro clube”.

D. Ruth Filgueiras (1987, entrevista) confirma e reforça: “Cada um queria sempre sobrepujar o outro, razão pela qual, havia sempre uma certa briga, uma luta”.

Confete, serpentina, lança-perfume, fantasia, máscara coloriam e perfumavam o Carnaval em Três Lagoas. Tudo regado a cerveja, conforme nos mostra a propaganda da Casa Espanhola. Vinha muito forasteiro para o Carnaval, principalmente de Araçatuba, Bauru e Campo Grande. (SOUZA, Angela, 1988, entrevista)

Os elementos que evidenciamos, particulares a Três Lagoas ou comuns ao Brasil, incluem-se nos temas bastante trabalhados sobre o carnaval. Há, entretanto, um aspecto que não tem merecido um destaque especial: as opiniões sobre a festa do Carnaval, o modo de percebê-la no calendário festivo.

Em 1933, os leitores da *Gazeta do Comércio* de Três Lagoas liam a opinião de Menotti del Pichia, membro da Academia de letras e um dos intelectuais cooptado pelo Estado Novo. O título da crônica era uma interrogação: “Terra do Carnaval?”. O objetivo era mostrar que o Brasil, naquele momento, pós-revolução de 30, era um país sério: “Tínhamos uma fórmula cética, que disfarçava um cínico pessimismo de uma geração desencantada a qual tomada de terror diante de graves problemas que agitam a vida nacional, resolvia-os com humorismo covarde e primário, que se traduzia nesta frase: ‘O Brasil é o país do Carnaval’”. Mostrava Menotti del Pichia a mudança, em sua opinião, graças à revolução de 30:

Após as últimas lutas que evidenciaram a boa qualidade do cerne da raça, a geração derrotista e cética, que resolvia nossos problemas preconizando um contínuo e imenso carnaval coletivo, de fórmula totalmente desmoralizada... Há uma vontade viril e consciente que se definiu, à qual repugna a passiva aceitação da arcaica diagnose moral de que somos um povo sem caráter... A geração derrancada e comodista que via no Brasil um festivo carnaval foi varrida pelo pipocar

das metralhadoras e acordada do seu pessimismo.
(GAZETA DO COMÉRCIO, 29 de jan. de 1933, p. 1)

Está bem claro o quanto a ideia de carnaval se opunha à seriedade das coisas da pátria. Demonstrada ficou, também, a preocupação de apagar esta imagem de um país do carnaval. Preparava-se a ideologia do trabalho que não se coadunava com a do não-trabalho. Eram às vésperas do Estado Novo.

Enquanto essa era preocupação do Estado, a Igreja atacava no aspecto da moralidade, condenando fantasias não apropriadas à distinção dos sexos. O vigário de Três Lagoas, Pe. Agostinho, respondendo a uma crítica que lhe fora assacada, pela imprensa dizia: “Frei Diávoles não gostou da crítica do Padre Agostinho. Era natural, e o padre gostou da crítica do diabo porque, com isto ficou ciente de que o diabo não estava na igreja, quando, em conferência com as Filhas de Maria, tratou da indumentária carnavalesca... é pecaminoso uma senhora ou moça vestir de homem ou homem, ou moço, vestir de mulher”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 18 de fev. de 1934, p. 4)

Enquanto o Estado buscava desvincular a ideia de Carnaval ao Brasil, e a Igreja cuidava de normatizar a indumentária carnavalesca (para evitar a imagem de inversão dos sexos), outra ideia circulava. O *Gazeta do Comércio*, com espírito propriamente carnavalesco, questionava a frieza e seriedade, às vésperas do reinado de Momo: “Há um certo frio precedendo o Carnaval deste ano. Essa festinha, que ouvi na terra é muito nossa, sem feição de coisa importada, sempre alcança sucesso. Agora, porém a falta de entusiasmo é notável... Não se sabe se o brasileiro está levando muito a sério, as coisas sérias, ou se é falta de numerário, perfeitamente sensível, a causa desta geladeira”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de fev. de 1938, p. 3)

Uma nova ideologia, uma ação normatizadora, uma crise econômica e o início de um novo regime foram fatores que, de algum modo, interferiram no clima mental da comunidade. No entanto, em ano algum

deixou de ser celebrado o reinado da folia. E a cada ano, os bailes de carnaval dos clubes Concórdia e Grêmio ultrapassavam a ostentação do ano anterior. Cada vez mais, as festas dos salões se distanciavam dos festejos de rua. O cordão de isolamento era a polícia e o exército. De 1934, colhemos notícias sobre os preparativos das apresentações de blocos carnavalescos e bailes: “Dizem que o exército e a polícia vão ficar de rigorosa prontidão. E nem é para menos” (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de fev. de 1934, p. 1). Sebe Meihy (1986, p. 60) aponta para a relação entre o carnaval e a política no Rio de Janeiro, advinda do século XIX, com a portaria policial de 1853: “A distinção clara entre o carnaval de rua e o de salão colocava a festa, já controlada pela polícia, dentro de um evidente esquema de dominação pelo aparelho do Estado”. O Estado sempre interferiu, no mínimo por estar atento ou de rigorosa prontidão, em toda a manifestação popular que possa deixar em risco a ordem estabelecida.

Uma confrontação do carnaval com a festa oficial nos fornece elementos para pensar em festas que servem para perpetuar a ordem e festas que ameaçam a ordem. Estas são, certamente, necessárias para dar vazão de todos os controles do cotidiano. Por outro lado, são, de utilidade para o Estado ostentar o seu aparato repressivo.

A teoria das festas como válvula de escape tem aceitação por Mikhail Bakhtin e Peter Burke. Ela “ajuda a explicar a importância da violência” e sugere uma “vazão controlada de energia”, canalizada (BURKE, 1989, p.225). Ao contrário da festa oficial, diz Bakhtin (1987, p. 8) “o carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus... opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro ainda incompleto”.³⁰⁴

³⁰⁴ Ao final, retomaremos os pressupostos teóricos da “válvula de escape”, e mostraremos seus limites para interpretar as festas numa comunidade, quando desdobradas em seus segmentos sociais.

5- Festa oficial: a religiosa e a cívica

A festa oficial, diz Bakhtin (1987, p. 8), é a “que se servia para consagrar a ordem social presente”. Refere-se ele à Idade Média, no entanto, cabe ao caso que estamos analisando. Por este seu caráter consagrador, sancionador do regime, mesmo se não houvesse o propósito deliberado, a festa oficial “sempre tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes”. A seriedade é a sua marca. Tudo precisa ser programado e controlado.

Festa religiosa

A Igreja Católica impregnava o quotidiano todo através de suas festas. No calendário festivo, o tempo lhe era maior. Ela ordenava rigorosamente suas festas, no campo ou na cidade, por extensão, a própria vida de seus fiéis, porque cunhava, de modo solene, a moral, a conduta e a mentalidade católica. Não só no espiritual, também no lado material da vida, penetrava a Igreja. Toda festa religiosa era organizada com donativos dos fiéis e em todas elas havia um apelo para a concessão do óbulo.

Os dados coletados em algumas festas religiosas colocam em evidência estas afirmações. A Igreja vestia-se de pompa e cercava-se de eminências. Na festa da Eucaristia, em 1924, na procissão de Corpus Christi “homens eminentes da nossa sociedade levaram as varas do rico pálio”, que fora importado do Rio de Janeiro (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de jun. de 1924, p. 3). A suntuosidade tinha sempre um propósito: pontificar a autoridade eclesiástica. Mas, havia outro propósito: atrair fiéis, a elite de preferência. Às vezes, era explícita essa intenção. Nos preparativos da referida festa da Eucaristia foi claramente divulgada a expectativa: “Vai ser revestida de um notável entusiasmo que prenderá para sempre os corações dos pobres filhos de Três Lagoas à prática da religião católica”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de jun. de 1924, p. 1)

A procissão de Corpus Christi uma tradição, como legado dos tempos coloniais, atravessou os séculos em seu cortejo suntuoso. “Era a mais solene procissão portuguesa e no Brasil, especialmente, depois da chegada do Príncipe Regente, D. João, em 1808. Assumiu proporções e luzimentos raros, presentes os soberanos, príncipes, fidalguia, tropas enfileiradas, salvas de todas as fortalezas, embandeiramento geral, etc.” (MORAES FILHO, 1976, p. 160)

Nas expressões recolhidas sobre a Semana Santa, todas conferiam às solenidades “pompa e brilhantismo”. Quarta-feira de cinzas, a vigília e o lava-pés na quinta, a vigília da agonia e o sepultamento do senhor morto, a aleluia do sábado e a exaltação do Cristo ressuscitado: quarenta dias de um poder exercido sobre a alma e o corpo dos cristãos. Por séculos, todo o seu cotidiano penetrado pela doutrina, a ideologia e a prática cristãs. A pompa e o brilho atravessaram, também, os séculos. Vínculos com o tempo: uma memória reativada anualmente.

Mostrou com clareza Adalgisa Arantes Campos (1987) que o termo pompa tem dois sentidos, em sua denotação original: “detinha o sentido de procissão... ideia de cortejo e séquito. Significou também exterioridade ou aparência e, ainda, luxo e gala... Atualmente o sentido do termo pompa se encontra bem mais reduzido, traduzindo praticamente apenas a exterioridade luxuosa”. Exemplificando no caso da festa do Triunfo Eucarístico refere-se à existência dos dois sentidos: “uma manifestação radical de exterioridade” e “o rigor existente na colocação das figuras daquele cortejo”.

Eis um registro da solenidade de costume: “... sexta-feira, à noite, concorria procissão do enterro, com o concurso dos nossos escoteiros... Ontem à hora da Aleluia, ouviu-se por toda a cidade, nutrido pipocar de foguetes e tiros de revólver pelo advento do Senhor. De madrugada em muitos postes, apareceram Judas ridiculamente vestidos e com legendas curiosas e extravagantes. Hoje, dia de Páscoa, continuarão as festividades do rito católico”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de abr. de 1930, p. 1)

O uso de tiros com revólver para aclamar a ressurreição, uma arma para matar na aclamação do poder sobre a morte, só poderia ter aceitação numa comunidade em que a arma era como parte da indumentária do homem. Todavia põe em evidência um outro aspecto, a influência das solenidades da Semana Santa não só nas mulheres e crianças, mas também nos homens; e, ainda, naqueles em que o revólver era como a sua extensão.

Nenhuma outra celebração, tem, na Igreja Católica, a força para disciplinar como a Semana Santa. O corpo, a alma, a casa e o mercado são alcançados pelos tentáculos deste poder. Os princípios básicos para a garantia do sucesso, parece-nos serem o da repetição e o da multiplicação dos pontos de apoio da memória.

“Ora, se a festa repete”, diz Mona Ozouf (1976, p. 217), “de forma alguma, é com o sentimento de uma repetição erudita, porém muito mais com o sentido que Freud deu a repetição: um esforço cego para dominar o choque perturbador sem que esse, precisamente, possa ser situado, datado, desarraigado do presente invisível e enfim governado”.

É nesse sentido que a repetição dos gestos, das palavras, dos hábitos, da mentalidade criada para as celebrações da Semana Santa, penetra nas entranhas dos crentes, perdendo-se nas brumas de um passado extenso. Uma memória formada no clima da Semana Santa ocupando todos os poros da vida daqueles cristãos. A Igreja tornava “os corpos dóceis” e “normalizava” todo o quotidiano, como diria Foucault.

A começar pela disciplina do corpo, desde que o fiel entrava na igreja – persignava-se com água benta, fazendo a genuflexão, e após uma curvatura da cabeça para maior reverência, estava abonado para penetrar no recinto sagrado das cerimônias. Durante o tempo integral dos rituais, nunca o fiel podia abandonar-se ou portar-se como lhe aprouvesse, ou seu corpo exigisse. Era-lhe ordenado quando devia ajoelhar-se, sentar-se e pôr-se em pé.

Vemos na formação dessa comunidade, tal como Foucault (1976, p. 125) mostra, como se operava a transformação do camponês em soldado: “corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga em silêncio, no automatismo dos hábitos”. Considerando-se estas técnicas desde a infância, pode-se bem aquilatar em que profundidade se arraigavam hábitos de um cristão.

Na Sexta-feira Santa, o Senhor Morto ficava exposto para visitação aos fiéis que, ao se aproximarem do simulacro do cadáver em exposição, “dobravam o joelho no topo dos degraus, inclinavam o corpo, abaixavam a frente, beijando de preferência os dedos dos pés ou o dorso da mão ensanguentada, da imagem estendida” (MORAES FILHO, 1976, p. 168).

A meticulosidade da Igreja católica conseguia um crente e um disciplinado: “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (FOUCAULT, 1976, p. 127). Para este “nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que, pela entrada, que aí encontra o poder que quer apanhá-lo” (FOUCAULT, 1976, p. 129).

Disciplinado o corpo para assistir ao templo, não se esgotavam aí a arte e a obra da Igreja. Era preciso ter controle sobre a vida dentro do lar. Disciplinar também os apetites. Assim: jejum e abstinência. Desse modo, o mercado era atingido; as casas do gênero precisavam abastecerem-se com bacalhau, camarão, vinho e sardinha. Os pescadores dos rios Paraná e Sucuriú, por sua vez, lançavam suas redes com mais entusiasmo, na expectativa de melhores vendas. Eram nesses dias finais de Quaresma que redobravam os afazeres culinários, tanto pelo que preparavam para consumir, em substituição à carne, como pelos sequilhos, doces de calda e pudins, que se faziam para o domingo de Páscoa.

Os procedimentos disciplinares ainda não se esgotavam no controle da frente, joelhos, mãos, coluna, boca e estômago. Sobravam os

desejos e os instintos. “A abstenção de toda a casta de jogo de divertimentos, e a continência, em qualquer condição, constituíam uma lei”. (MORAES FILHO, 1976, p. 165)

Não só se privava de consumir carne de “sangue quente”, como não se fazia nenhum abate de animal. Não corria o sangue, nem o leite. Assim era a sexta-feira santa. Ao lado do fervor católico, a superstição. Se ordenhassem as vacas em vez de leite, sairia sangue, estórias de “quem comer carne na Sexta-feira Santa teve castigos terríveis”; a casa não era varrida, quase nada se fazia. Era um dia para meditação, tristeza e luto.

Para tornar os “corpos dóceis” e deixar os apetites submissos às normas, a Igreja precisou de séculos. Construiu uma mentalidade escatológica. A doutrina católica afirma a destruição do mundo, a volta de Cristo, a ressurreição do corpo e a imortalidade da alma. E existiria melhor ensejo para unir prática e doutrina do que a Semana Santa? O efeito conveniente era graças às articulações do medo, da angústia, da esperança e da exaltação. Temas aterradores e temas gloriosos, temas de destruição e temas de ressurreição. Nada era, no entanto, ao acaso.

O ritual, o cenário, a música, o ordenamento do tempo, a sucessão dos temas, a iconografia, todos eles tinham um papel nas cerimônias. O tema do juízo Final era alguma coisa de aterradora, incutia um medo permanente do além. Para citar Phillipe Ariès (1989, p. 118): “o medo suscitado por uma eternidade infeliz”. Iniciava na primeira quarta-feira da Quaresma com a imposição das cinzas na cabeça, enquanto o celebrante pronunciava: “Lembra-te homem que és pó e em pó te hás de converter”. Gesto e palavra construíam a imagem da destruição, da morte. Phillipe Ariès vê no tema “cinza” um sentimento ambíguo: “Designa a poeira dos caminhos com que os penitentes se cobrem em sinal de luto e de humildade, como se vestem de sacos ou de crina... Designa também o pó da decomposição... mas as cinzas também significam o produto da decomposição pelo fogo, que é, então, uma purificação” (ARIÈS, 1989, p. 119).

A cerimônia da imposição das cinzas, mesmo com o sentido de renovação, resultou de uma ideia macabra. Lembra aos homens a sua destruição, a sua redução ao pó. Adalgisa Arantes Campos (1987, p. 87) aponta como um dos traços característicos da ideia macabra: “Essa identificação entre ser e não ser, tudo e nada, durar e desdurar”. Assim, a ideia de ressurreição para a vida eterna, não apaga a “consciência profundamente subjetiva da incessante corrupção de tudo que existe submetido ao tempo” (CAMPOS, 1987, p. 86). Percebemos nas cerimônias da Quarta-feira de cinzas e na adoração do Senhor Morto, um componente trágico, como sobrevivências dos temas macabros.

Na quinta-feira, as três igrejas: a matriz, a Capela de Santo Antônio e a Capela de N.S. Bom Jesus da Lapa amanheciam de luto. Panos roxos cobriam suas imagens e a austeridade em lugar do brilho era o tom que marcava o sagrado recinto. As flores e as velas eram retiradas e os templos permaneciam na penumbra. Em vez do sino, a matraca. Na quinta e na sexta-feira santas procedia-se a vigília. Dividiam-se os fiéis, para se quarterarem na sentinela do Cristo Morto. As congregações das Filhas de Maria, e do Sagrado Coração de Jesus dispunham de exércitos disciplinados, e entre os seus congregados, repartiam-se as funções da guarda. Os sinos e o órgão calavam-se; o som era apenas das Ladainhas, Terços e Vias Sacras.

Uma crônica de 1939 mostra o espírito de religiosidade e o clima da Sexta-feira Santa:

As cerimônias da Semana Santa ocorreram de conformidade com o rito e a tradição desta abençoada terra. A procissão do Senhor Morto foi tocante, comovente! Dir-se-ia que Cristo – o maior e o mais sublime de todos os homens, que há dois mil anos, selou com o seu precioso sangue, o drama mais completo da humanidade, estivesse ali, sobre o pátio, personificado em matéria... Quando a procissão passava em frente do Sr. Filgueiras, que naquela hora regorgitava de fregueses, cerrava suas portas. O belo

gesto deve ser imitado. Louvado seja N. S. Jesus Cristo. Isto aqui ainda é a terra de Santa Cruz. (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de abr. de 1939, p. 3)

Nem toda a população acorria às cerimônias, principalmente os homens furtavam-se a elas. O feriado era pretexto para irem ao bar. Especialmente, os empregados na Estada de Ferro e os trabalhadores rurais. Para esses, quando vinham à cidade, o bar era um dos seus pontos de encontro. Não faltava, logicamente, aquele grupo das profissões liberais. Pelo que se deduz da crônica, mais importante do que a participação era a atitude de respeito, o reconhecimento da grandeza do rito. As portas que se fechavam é simbólico.

No sábado, o dia já amanhecia em aleluia e o tema era o triunfo da morte. A crença em uma outra vida, além da “terrena”, era reforçada pela esperança de fugir à infelicidade eterna e assim fortalecia o temor da “hora da morte” e o tempo depois da morte.

As solenidades no domingo de Páscoa em contraste com o longo período da Quaresma, especialmente nos últimos dias, refulgiam. A liturgia da Páscoa desdobrava-se em cânticos, sinos, paramentos branco e dourado, círios, flores e incenso. A imagem criada pela exaltação da cruz era a do triunfo sobre a morte. Os “corpos dóceis” continuavam sentando-se, ajoelhando-se e levantando-se conforme os rituais com a fé revigorada; alguns alimentado a esperança de um milagre – uma cura, um retorno, a melhoria de vida.

Este espírito quaresmeiro, em suas nuances, desde o domingo de Ramos até o domingo de Páscoa está bem claro no testemunho de D. Jurema Chagas Cruz. Referiu-se aos anos da primeira metade do século, dizendo que à chegada da Semana Santa havia muito respeito. Desde o domingo de Ramos, com a benção de um ramo verde, renovado cada ano e guardado como objeto sagrado, a Igreja passava a ser frequentada diariamente para a reza do terço:

Às quintas-feiras santas o clima já era de total respeito, em anúncio à chegada da sexta-feira da Paixão. ... sexta-feira, quase todo o mundo ia à Igreja como que para velar o corpo de Cristo, exposto à visitação. À noite, procissão com grande acompanhamento da população. Uma obrigação social. Na procissão havia a presença de Verônica. Após o término, havia o sermão do Padre. Durante a quaresma inteira não havia casamentos e nem reuniões sociais nos Clubes da cidade. Havia um total recolhimento. Silêncio. Muito jejum por parte dos religiosos... (CRUZ, 1990, entrevista)

O sábado de aleluia quebrava o espírito agônico e era sempre muito esperado. Faziam os judas, famosos bonecos de pano, de roupas velhas, recheadas de capim, com alegorias próprias. Havia a luta e os judas apanhavam de pauladas por crianças ou jovens, que, ansiosamente esperavam por estas oportunidades para comemorar o sábado de Aleluia.

Havia até alguns jovens ou crianças que, por brincadeira, assaltavam o quintal dos vizinhos ou dos amigos, e ‘roubavam’ frangos, galinhas ou perus ou galos e, ao final, tudo era uma festa. Às vezes, o famoso Judas recebia o nome de alguém (famoso, ou político, ou pessoa de destaque cujo pensamento ou comportamento pudesse contrariar o grupo). O boneco Judas era quase sempre do tamanho de uma pessoa normal, amarrado a um poste de luz, ou à árvore. (CRUZ, 1990, entrevista)

Tudo isso acontecia somente no sábado de Aleluia. Durante muitos anos foi assim. Ao longo das três décadas analisadas nada mudou. O testemunho desvenda toda a meticulosidade ordenadora de que falávamos: um cotidiano impregnado do poder católico ramificado.

Muitas outras festas religiosas, aconteciam e eram o modo mais persuasivo de atrair o povo e a melhor oportunidade de exercer o poder, pelo brilho.

As solenidades de São Sebastião, 20 de janeiro, ocupavam um lugar importante no calendário das festas: “... festa do glorioso S. Sebastião, em penhor de gratidão e reconhecimento de tantos e tantos benefícios que Ele derramou sobre o nosso lar. Povo, particularmente o do sertão”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 4 de jan. de 1937, p. 3)

Além da missa e da procissão realizavam-se quermesses, forma eficiente de atrair o “sertão” e de angariar donativos. Vejamos o que escreveu o padre vigário em sua “Advertência religiosa”: “Todas as Associações da Paróquia estão já convidadas e se apreciaria também o comparecimento de Anjos. É bom que os fiéis compareçam cada qual levando uma vela. De noite, no largo do jardim, haverá quermesse em favor das obras da capelinha: tratem bem e com generosidade os nossos santos, se queremos ganhar os favores mais preciosos do Céu”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 4 de jan. de 1937, p. 3)

Na voz do padre vigário, ficamos autorizados a interpretar a sutileza para trazer o homem simples do sertão: a quermesse; o motivo: angariar recursos materiais; e o artifício: a generosidade do cristão em troca dos favores do santo. Esses “favores” eram escalonados, de menos a mais preciosos, e a medida da preciosidade mantinha correspondência com a “generosidade”, que era medida pela soma de recursos doados. Há outro ardil para a fé simples do sertanejo, “tratar bem o santo”: implicava em granjear os favores celestiais, para o vigário representava colher os “favores dos fiéis”.

O apelo ao homem do sertão era reforçado anualmente em cada festa, não só na de S. Sebastião. No ano seguinte novamente o vigário pedia a benção aos doadores de prendas para a festa, especialmente aos fazendeiros: “O glorioso São Sebastião abençoe, e proteja com carinho a todos, particularmente os fazendeiros e aos que moram no sertão, para que nada lhes possa acontecer que os prejudique ou na saúde ou em seus bens de fortuna”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de jan. de 1938, p. 2)

No mesmo artigo do jornal, de autoria do vigário, encontramos elementos preciosos que mostram o ordenamento da procissão de São Sebastião e revelam alguns traços fundamentais nas festas religiosas:

Procissão com panegírico do Santo ao voltar para a Matriz e Benção do Santíssimo... convidados a Banda Santa Cecília, todas as Associações Religiosas e o nosso bom povo. Para maior ordem e decoro no desenvolvimento da Procissão, vamos dar umas disposições; que se forem observadas também no futuro, muito contribuirão para o feliz êxito das mesmas. Na frente, a cruz com os coroinhas, logo em seguida, as crianças; meninos e meninas; Anjos, filhas de Maria; Associadas de Santa Terezinha; Senhoras do Apostolado da oração; Marianos. O povo que quiser também entrar na Procissão, será assim distribuído: srtas. adiante das Filhas de Maria; homens adiante dos Marianos, atrás do Andor, os Festeiros com o Padre em função de Celebrante, com seus coroinhas e os músicos. Insistimos encarecidamente para que em toda Procissão entre a tomar parte o maior número de fiéis e não só fique fora apreciando somente. (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de jan. de 1938, p. 2, grifos nosso)

Dois critérios orientavam a organização: a ordem e a quantidade. A ordem imposta foi por duas naturezas de rituais. Uma originada no seio da própria Igreja: o andor, onde estava o santo, era o eixo, o ponto central e mais alto. No início da procissão estava o símbolo cristão, a cruz. A seguir, os figurantes precediam o “Andor”, atrás do qual vinham os figurantes, próximos da Banda. Junto ao andor, o ator principal, o oficiante. A outra ordem era definida pelo observável na sociedade. Uma separação dos sexos, mulheres à frente e homens atrás, assim se faziam (fazem?) a entrada nos ambientes sociais. A parte anterior do andor era ornamento, os personagens principais vinham atrás, tal como na vida social, eram os homens. Outra disposição, re-

flexo da comunidade, categorizava as mulheres em virgens (as senhoritas) e casadas (senhoras), não havendo esta divisão, por estado civil, no caso dos homens. Os meninos não pertenciam, ainda, ao gênero dos homens, ficavam na ala feminina. Num conjunto: crianças, anjos e donzelas tinham, por retaguarda, as senhoras; na realidade, guardiãs da “inocência e candura” dos meninos e da virgindade das filhas.

Uma assistência nas calçadas produzia mal-estar, o número maior de participantes era o apelo de uma Igreja de caráter universal, que sempre zelou para abraçar a todos em seu seio.

A festa de São Sebastião revestia-se de dignidades, era o santo patrono da igreja matriz. As comemorações de Santo Antonio eram significativas, não só pela tradição portuguesa em Três Lagoas, mas porque era o santo padroeiro, que deu nome à primeira capela. As raízes históricas estavam ligadas a essa capelinha. Todavia, existia outra Igreja, e, em consequência, outra festa, a de Nosso Senhor Bom Jesus da Lapa, fundada pela colônia baiana, cuja imagem fora adquirida na Bahia.

Na inauguração dessa capela, em 1938, o advogado Sabino Costa, representando a colônia baiana, em discurso salientou que: “... os crentes irão encontrar aos pés do N. S. Bom Jesus da Lapa, ungidos pelo bálsamo da fé, lenitivos às suas aflições e a tranquilidade para seus corações batidos das tribulações...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de ago. de 1938, p. 2)

Cabe referir que desde seus primórdios, no início do século, Três Lagoas recebia migrantes baianos. E, que no final dos anos 1930, havia um estímulo de migração para o Oeste. É, aliás, sabido das desventuras de muitos migrantes, especialmente os nordestinos. Em sequência, dizia o orador: “Sr. Bom Jesus da Lapa, santo da sua devoção, da devoção de seus maiores, dos seus ancestrais, do glorioso e bravo povo baiano. ... Brasileiros que comungam da história da fé e do trabalho”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de ago. de 1938, p. 2)

Era o tempo do Estado Novo e, dificilmente, encontra-se algum discurso que não referisse ao trabalho como valor mais alto, e ao progresso: “... que S. Bom Jesus da Lapa se torne um dos patronos de nossa cidade, ao lado do glorioso Santo Antônio de Pádua, nosso padroeiro. ... Com o seres tu o santo dos baianos, não importes que te veneres, em qualquer quadrante da Terra de Santa Cruz... nesta terra onde te abrigarás para sentinela dos nossos destinos, velas por este povo bom e progressista” (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de ago. de 1938, p. 1). É necessário referir que havia um preconceito velado com os baianos, de forma geral tidos por maus elementos.

Do que se viu acima, revela a ausência de uma política efetiva de assistência social, invocando-se, em seu lugar, a proteção dos céus. O Dr. Sabino fazia parte do grupo dos ordenadores, advogado de projeção e ocupante de cargos importantes, como já tivemos ocasião de referir; era, além disto, orador em vários eventos. Salientamos estes fatos para destacar de que grupo social era porta voz, o dr. Sabino. Ao final de sua oração, continuando a súplica ao santo, disse: “Abençoa o povo desta terra, enxuga as lágrimas... dos órfãos, desamparados; ampara os fracos e oprimidos; dá o pão de cada dia aos párias da sorte; protege as viúvas, levando-lhes consolo no lar ermo e vazio”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de ago. de 1938, p. 1)

Encerrou seu discurso numa invocação ao santo: “concede às vítimas da perseguição, a assistência divina de tua misericórdia e infinita bondade!” Era o tempo das vítimas do anticomunismo, da punição aos “inimigos da pátria”, entre as quais encontrava-se, naquele momento, seu amigo e proprietário do jornal *Gazeta do Comércio*, Elmano Soares.

O depoimento de D. Jurema sobre a festa da Lapa, fornece elementos que iluminam a compreensão de como oscilavam situações, locais e momentos para a convivência e a separação das camadas sociais:

Em ambiente muito animado, e disputado, cada qual, queria ver quem mais se destacava e mais rendia financeiramente. Os leilões eram altos e percebia-se uma luta pelo poder. Havia liberdade para se beber e se comer à vontade. Na maioria fazendeiros, famílias tradicionais e gente ligada à colônia baiana. Entretanto, era muito frequentado por gente de todas as camadas sociais. Desde a gente mais importante, políticos, elite, poderes em geral, como o comerciante, o vendedor anônimo, o feirante, a gente mais simples e humilde e até as chamadas prostitutas. Depois de uma certa hora da noite, das 10 horas, percebia-se já diferença no clima da festa. As 'mulheres da zona' se aproximavam e passavam a frequentar as barracas e os lugares públicos". (CRUZ, 1990, entrevista)

Ordenadores, pobreza e desclassificados todos compareciam ao local da festa. Entretanto, o tempo os separava.

D. Jurema esclarece, ainda, a diferença entre o público que frequentava as festas de Santo Antônio e o da Lapa: na trezena de Santo Antônio, a frequência dominante era das pessoas mais próximas ao centro, socialmente mais estáveis, mais organizadas. Havia uma seleção natural em decorrência dos aspectos mencionados. Inclusive as festividades de noite terminavam mais cedo, até meia noite, no máximo. Enquanto que, nas festas do Bom Jesus da Lapa, o ambiente era muito heterogêneo, mesclado, inclusive com brigas e discussões, por causa da bebida que corria solta, como também a própria hora em que as coisas terminavam:

De madrugada, antes das duas, nunca... Muito povão. Muito namoro às escondidas e que se manifestavam em decorrência de um clima propício. Liberdade maior para tudo. O bairro distante do centro, as músicas, o nível de um clima menos rígido, mais solto, mais liberto, mais à vontade dos boêmios, e das pessoas soltas e descompromissadas... (CRUZ, 1990, entrevista)

Aquela ideia de espacialidade da ordem, centro e periferia tem neste relato um exemplo típico: “Notava-se bem que nas festas da Lapa”, o “poder era marcante, poder-propriedade; poder-político, poder – até no domínio das mulheres; das donas dos cabarés ou das casas de tolerância” CRUZ, 1990, entrevista). Tudo caracterizava-se pela disputa, afinal festa é sempre um tempo de competição.

Na zona rural as festas de cunho religioso apresentavam-se diferentes daquelas da cidade. Tomamos duas para análise.

A primeira realizou-se em 1924 no embrião da vila dos Garcias. Cabe lembrar que uma zona de poder da família Garcia, descendentes de um dos pioneiros. Período politicamente conturbado. Foram “imponentes festejos”... “por ocasião do levantamento do Cruzeiro na praça S. José, havendo benções do mesmo pelo digno Rvdo. Pe. José Giardelli que também celebrou missas nos referidos dias”. Foram duas semanas de festividades, com “grande afluência de povo vindo de todo o sertão”. Além das missas, o padre realizou vários casamentos e batizados. Não faltou quermesse, muita comida e bebida. Tudo sobre o controle da família Garcia. (GAZETA DO COMÉRCIO, 29 de jun. de 1924, p. 2)

A recém-criada vila assistiu “uma grande e nunca vista procissão de cavaleiros para o transporte solene e respeitoso da imagem N. S. d’Abbadia da fazenda Morro Vermelho, da exma. sra. D. Olívia Garcia Dias para os dias do festejo, ‘para maior glória da mãe de Deus’, pois a Virgem era zelosamente guardada pela família de d. Olívia. Havia um valor de veneração, pois “ninguém ignora, nestes sertões, os milagres desta imagem”.

Uma festa religiosa, com inauguração do Cruzeiro, missas e procissões. Ao mesmo tempo, “divertimentos, jogos, fogos de artifícios, corridas de cavalos, cinema, circo de cavaleiros, etc.” Religião e divertimento não esgotam os aspectos da festa dos Garcias: “durante 15 dias foi transformada em Feira Livre, vendedores de toda a parte e negociantes

de toda a espécie”. E, provavelmente, o motivo principal da festa, de todas as atrações, da criação da própria vila, aparece nas últimas expressões da nota jornalística: “à venda lotes coloniais”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 6 de abr. de 1924, p. 2)

A outra festa foi na fazenda Barreirinhos, também para benzer um “magnífico Cruzeiro, colocado bem na frente da nova casa de morada”. O proprietário, também da família Garcia, Gandorfo Garcia Dias, fez coincidir a festa na data de seu aniversário. Da cidade foi “numeroso pessoal” em “um auto e um caminhão”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de mar. de 1938, p. 2)

Como já de costume, após a missa seguiram-se batizados e crismas. Era a oportunidade dos sertanejos tornarem-se “soldados de Cristo”. Tendo o aniversariante feito uma doação para as obras da Matriz, o vigário, Pe. Vitório Lobato expressou-se no “dever, mais ainda, prazer, de agradecer duma forma, toda particular, mais uma vez, ao digno festeiro pelo cunho verdadeiramente religioso que quis dar a sua festa a fórmula de votos ardentes para que muitos e, se possível for, todos os fazendeiros chamem a si a benção de deus numa forma tão linda e solene”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de mar. de 1938, p. 2)

Apenas colocamos em realce o que muitos estudos já evidenciaram, os vínculos de mútuo interesse entre a Igreja e o grande fazendeiro. A primeira por ambicionar sempre ampliar e conservar fiéis e por necessitar de óbulos mais “generosos” que os oferecidos nas salvas que circulavam nas missas. Os fazendeiros apreciavam a religião, como um freio para que se mantivessem íntegros dois valores da família: fidelidade conjugal, da mulher bem entendido, e da virgindade das filhas. Entretanto, nos casos das festas aqui citadas, tratava-se de fortalecerem o seu poder político. O modo, público e laudatório, como o vigário agradeceu a doação, dizem bem dos frutos que os fazendeiros colhiam. Importava em terem seus nomes proclamados como benfeitores e poderosos, homens

de influência. Eram ocasiões em que o fazendeiro reunia a sua clientela e podia mostrar-se como um homem rico, generoso e afável. Podia fazer tudo isso e, ainda, realizar negócio de venda de loteamento de suas terras com a expressão progressista: “lotes coloniais”.

A festa era o momento, nas palavras de Jacques Heers (1987, p. 17), da “exaltação das situações e dos valores, ainda mais das influências, e pela distribuição de benesses”.

Havia, ainda, um mês todo de Maria, a Virgem, o mês de Maio: “Piedosos exercícios em louvor da Virgem Santíssima... com toda pompa e brilhantismo... flores pelas crianças, recitação do terço, ladainhas e benção do S. Sacramento”, todas as noites (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de mai. de 1921, p. 2). Como todas as noites, também, havia a coroação de N. Senhora:

silêncio e expectativa, pois sempre a filha de alguém, previamente escolhida ia fazer a coroação da santa. Fotógrafos. Sorrisos, alegria e ansiedade no olhar das crianças presentes. Tudo parecia um sonho, ou uma curiosidade”... “entrada dos anjinhos, seguido de um imenso grupo de moças vestidas todas de branco, as famosas Filhas de Maria... no peito, uma fita azul... as mais moças com fitas verdes... Dia 31, o último dia... a coroação era mais solene. Festiva, Nobre. (CRUZ, 1990, entrevista)

Um mês inteiro bem ao gosto dos ordenadores. Trinta dias enaltecendo a virgindade e a castidade de Nossa Senhora. Trinta dias exaltando a Virgem e induzindo o culto da egolatria. A Igreja Católica sempre em sintonia com os valores burgueses e estes agradavam as “famílias gradas”. Pais, filhas e vigário todos em comunhão, especialmente no mês de maio, e em público.

Procuramos mostrar como a festa religiosa favorecia o exercício do poder da Igreja ao máximo. Ampliava o seu espaço de dominação,

estendendo-se pelo suburbano e rural, envolvendo mulheres, crianças e homens. Fazia-se eco aos gostos e interesses do grupo dominante e confortava e alegrava os oprimidos.

A festa cívica

No período do Estado Novo, o calendário das festas sofreu grandes modificações. Foram incluídas festas novas como a de N. S. Aparecida, o aniversário do presidente Getúlio Vargas, a festa da primavera e o dia da Bandeira. Ao mesmo tempo, as antigas festas sofreram transformações no cenário, nos personagens, nos rituais, nos símbolos e em seu conteúdo. E, em consequência, em seu caráter.

Nossa reflexão orienta-se pela interrogação: até que ponto e por que as festas sofreram a exigência do autoritarismo? A notável e flagrante modificação do calendário, após 1932, suscitou esta pergunta. Para respondê-la, pareceu-nos mais adequado partir de outra indagação: qual o lugar da festa nos primeiros tempos e qual o seu lugar depois de transformada? Necessariamente, o percurso deverá discutir os rituais, o cenário, os personagens, os símbolos e os conteúdos. Já ficou evidente para nós, pela análise das festas juninas, que ocorreu um profundo corte, ao nível do caráter das festas. Nos primeiros tempos, verificou-se um amálgama dos sentidos profano, sagrado e cívico, assentando-se a transformação no isolamento destes três sentidos. Por serem as festas cívicas o núcleo das mudanças é nelas que concentramos nossa atenção. Vamos dar ênfase, primeiro, ao texto das fontes consultadas e, logo, à interpretação dos fatos.

Atendendo ao título de “Aniversário da República”, em 1920, dizia a *Gazeta*: “comércio, indústria e as repartições públicas deixarão de funcionar amanhã, para que todos possam expandir livremente o seu entusiasmo pelo grande dia nacional” (GAZETA DO COMÉRCIO, 14 de nov. de 1920, p. 3). Cinco anos mais tarde, em 1925, o Clube Concórdia, comemorando a proclamação da República promoveu uma festa lítero-musi-

cal. Palestra, música e dança nos salões de uma entidade social (GAZETA DO COMÉRCIO, 22 de nov. de 1925, p. 3). Em 1924, a República foi comemorada com uma passeata com os alunos do Colégio 2 de Julho, do professor João Magiano Pinto, “numa singela, porém significativa festa cívica” (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de nov. de 1924, p. 3).

Em 1932, o 15 de novembro em Três Lagoas teve “uma patriótica comemoração” no Clube Concórdia e alvorada pelos escoteiros. Não faltou “um atraente programa” que reuniu nos salões do Concórdia “uma seleta assistência”... “um baile que se prolongou até a madrugada... na ocasião um discurso patriótico. (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de nov. de 1932, p. 1)

Nos anos de 1937 a 1938, ainda não houvera a profunda mudança nas comemorações da República. Todavia, é significativo o registro de “um ato cívico-religioso de cunho verdadeiramente popular” com missa e desfile dos escoteiros, com a Lira Santa Cecília “em comemoração à data-magna do advento republicano” (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de nov. de 1937, p. 1). No ano seguinte, 1938, houve uma nota sobre o desfile dos escoteiros, “arautos do civismo” em Três Lagoas. No Concórdia prosseguia “animado sarau dançante com prelação cívica” (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de nov. de 1938, p. 1).

Nesta sequência de registros sobre a celebração da República, de 1920 a 1938, pôde-se perceber que de uma possibilidade de “expandir livremente o seu entusiasmo”, passou-se, para uma comemoração “com seleta assistência”. É importante lembrarmos que não existia antes de 1924, nenhum clube social seleta. Os anos de transição para a festa da República, transformada, localizaram-se em 1937-38, em que “os arautos do civismo” surgiram associados à Lira Santa Cecília e à Igreja para darem “um cunho verdadeiramente popular”.

Novos personagens apareciam em cena, em vez de “seleto”, enfatizava-se o “popular”. E, novos cenários eram compostos, não nos salões, mas nas naves da matriz e na praça pública.

Em 1939, cinquentenário da proclamação da República, um programa para reunir o povo mostrou-se como o ponto de inflexão:

Atendendo à patriótica recomendação das altas autoridades do país, o Cel. Manoel Pereira da Silva, benemérito chefe executivo municipal e o capitão Danton Braga Benites, ilustre comandante da unidade do exército. 1ª Cia. 33 Btl. de Caçadores promoveram na sede da Prefeitura... uma reunião... elemento do maior relevo do nosso meio social com o objetivo de fixarem um programa das comemorações do cinquentenário da proclamação da República... e da festa da Bandeira... oportunidade de se incentivar o patriotismo. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de nov. de 1939, p. 1, grifos nosso)

A oportunidade de “maior relevo” eram: o prefeito e o comandante; o juiz de direito, Pelópidas Gouveia; o delegado de Polícia, dr. Antonio Neves; o homem das finanças, representante do Banco do Brasil, Nicolau Penelli; os representantes dos dois clubes, Manoel Pedro de Campos e Renato Carrato; o agente da Estação da Estrada de Ferro Noroeste, Dormevil Forastieri e o padre vigário, Vítório Lovato. A esta reunião compareceram os diretores das escolas, advogados e representantes da Gazeta do Comércio. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de nov. de 1939, p. 1)

Os novos diretores do espetáculo eram do poder executivo, da justiça e do exército. Foram cooptados os antigos promotores das festas, os presidentes dos clubes e o vigário. Transporte e finanças representavam canais importantes para qualquer mobilização. Os ocupantes de cargos de chefia nesses setores eram pessoas chaves. Compareceram à reunião, portanto, as pessoas que iriam pôr em prática o programa e fazer a divulgação do evento. Eis o registro das comemorações:

... grande imponente as demonstrações cívicas... Todos os alunos dos estabelecimentos de ensino locais, compareceram incorporados e

uniformizados... na praça Santo Antônio... leitura do ato administrativo pelo prefeito... considerando que a implantação do regime republicano se deve ao patriotismo e operosidade de vultos proeminentes da História Pátria, tais como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Quintino Bocaiúva; ... que é recomendação expressa dos altos poderes da República para se perpetuarem, em todos os municípios do país, os nomes de tão insignes brasileiros, resolve dar nome a quatro ruas... “Fica igualmente denominada Praça da Bandeira, a área livre formada na 1ª zona urbana desta cidade, entre as ruas Intendência e Porto Esperança, em cujo centro se acha localizada a Igreja Matriz. (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de nov. de 1939, p. 1, grifos nosso)

Os alunos compareceram à praça com uma disciplina de exército, “incorporados”. Não só a igreja tornava “dóceis” os corpos; igualmente a escola fazia-o bem, (FOUCAULT, 1976) com um “adestramento” mais intenso nesse momento, porque se tratava de uma apresentação em público: um espetáculo para ser visto e admirado.

De tal modo é explícito o texto acima que dispensaria comentários maiores: um patriotismo inculcado pela devoção aos vultos ligados à República. Entretanto, era uma República vinculada ao momento histórico em que o Congresso havia sido fechado e o exército ocupava um lugar chave. Além disto, tendo como outro marco referencial a “Revolução de 30”, apagava o período da República Velha. Estas intenções estavam bem claras na leitura do *Boletim Diário* no 269, pelo comandante, cap. Danton Benites, publicado na imprensa local. Transcrição que se faz adiante.

Antes vejamos outros elementos do texto acima. Tratava-se de um patriotismo inculcado no símbolo da “operosidade”, gravado em placas, visualizadas pelo nome, em cada esquina. Todo poder necessita de símbolos. O seu conhecimento revela o que, muitas vezes, não está transparente. Eram marcos do novo regime: a face da Consolidação da

República e a Revolução de 30. A base de seus símbolos repousa na noção de trabalho, ordem e progresso.

Eis o referido boletim do capitão:

Marechal Deodoro era de fato o chefe militar de maior prestígio no Exército... Os erros graves dos partidos políticos que colocavam, quase sempre, os seus interesses e dos seus adeptos, acima dos grandes interesses nacionais, levaram o nosso Mal. Deodoro a ligar-se aos republicanos e combater os inimigos da pátria, representados pelos detentores do poder e o Conselho de Ministros... Meus comandados: a 10 de novembro de 1937, houve outra vez necessidade do Exército intervir para a consolidação da República Brasileira, em virtude dos políticos dos partidos terem repetido suas façanhas com enorme prejuízo para os interesses nacionais. Mais uma vez foi dissolvido o Congresso e a máquina política desmontada. Hoje comemoramos o cinquentenário da República com o país em Ordem e em Progresso para engrandecimento do nosso Brasil. (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de nov. de 1939, p. , grifo nosso)

Toda a justificativa do Golpe de 1937 aí estava. Os vilões, “inimigos da Pátria”, eram os legisladores e os políticos. A interpretação destes textos mostrou-nos, em parte, como o festejo cívico separou-se do social. Os grupos sociais perderam o direito da promoção; agora, nas mãos e sob o olhar das “altas autoridades”. As festas foram uniformizadas em todo o país. As comemorações do cinquentenário da República serviram para legitimar o Golpe de 37, reafirmando a perniciosidade dos políticos e realçando o papel do Exército como elemento fundamental na ordem e no progresso do país. A festa cívica foi oficializada, apropriada pelo Estado. Consagrava, sancionava e fortificava o regime do Estado Novo. A festa cívica, mais que celebrar, assumia uma função pedagógica, contradizendo o movimento espontâneo da comunidade.

Era o momento em que se configurava um regime político centralizador, autoritário e nacionalista. A festa foi um dos veículos utilizados para tentar transformar o povo em massa controlada, contida.

Em Bakhtin (1987, p. 8), encontramos uma reflexão pertinente a esse respeito: “Na prática, a festa oficial olhava apenas para trás, para o passado de que se servia para consagrar a ordem social presente... A festa era o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa, dominante, que assumia a aparência de uma verdade eterna, imutável e peremptória. Por isso o tom da festa oficial só podia ser o da sociedade sem falha...”

Os textos revelaram, em parte, como o cívico separou-se do profano. Resta saber como isso foi percebido e aceito pela comunidade. Neste sentido, encontramos um debate pela imprensa, bastante explicativo.

O Estado oficializou a festa cívica em 1939, não obstante os clubes sociais ainda mantiveram suas costumeiras sessões cívico-literárias. Entretanto, em 1943, vozes do mesmo grupo social, condenavam esta atitude tradicional assomando como arautos no regime estadonovista:

Prestígio da esperança dos graúdos às festas cívicas realizadas na praça pública, além de ser um dever é uma atitude edificante para os escolares... Outra coisa que lembráramos aos clubes sociais, é a necessidade de se não intercalar as sessões cívicas nos bailes, ou estes naqueles. É preciso levar mais a sério os atos que por sua natureza são magnos. Uma reunião social que se realiza com o propósito do culto que devemos à pátria, deve deixar na assistência uma só emoção – a do nosso amor pelo Brasil... Não façamos dela o chamariz para as nossas demonstrações de patriotismo, pois assim, passam a ser de patriotada. (GAZETA DO COMÉRCIO, 12 de set. de 1943, p. 1, grifo nosso)

Este arrazoado de Guilherme Gil, colunista da *Gazeta*, é um atestado da propriedade da ênfase na seriedade da festa oficial, dada por

Bakhtin. Deste, colhemos outra sentença para fortalecer a imagem do que estava acontecendo, naquele momento, em Três lagoas: “Assim, a festa oficial traia a verdadeira natureza da festa humana e desfigurava-a” (BAKHTIN, 1987, p. 8).

Cabe lembrar a cooptação do intelectual no Estado Novo, argumentadamente demonstrada por Sérgio Micelli (1975). Assumiram os intelectuais sempre um tom pedagógico, nítido nas palavras de Guilherme Gil. Seu artigo teve réplica e tréplica pondo em evidência concepções diferentes sobre a transformação das festas:

O Clube Concórdia houve por bem, em uma de suas apreciadas domingueiras, como centro recreativo que é, comemorar a Semana da Pátria... no seu programa, uma parte cívica, onde três de seus membros teriam por tema assuntos referentes ao Brasil... Guilherme Gil não gostou... censurou o clube, dizendo que as manifestações cívicas não devem ser feitas a par com as festas sociais. Não podemos conceber como um jornalista orientador da opinião pública, doutrinador por excelência, saia com tamanho disparate!... Oxalá todas as agremiações esportivas, recreativas, religiosas, pias, profissionais, técnicas, dedicassem parte de suas atividades estatutárias a cultuar a Pátria... Que mal adveria para o Brasil, se nas igrejas, nas Faculdades, nos clubes, nos Centros profissionais (criadores, comerciantes, operários, choferes, proprietários, etc.) se destinassem nas suas reuniões, uma hora de concentração cívica, onde alguém se incumbisse de falar da nossa-Pátria-e-de-nossa-gente. (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de set. de 1943, p. 3, grifos nossos)

O culto à Pátria e o “falar de nossa gente” parece ser o núcleo da divergência, não dos dois contestadores, mas das concepções que existiam na comunidade, sobre o tema. A resposta de Urbano Vilaça e Guilherme Gil expressa o costume da terra, arraigado numa tradição em que não havia separação do cívico e do social. Traduz ainda, um sentimento de

amor às coisas da pátria, numa visão cósmica e de vínculos com o viver da comunidade, da “nossa gente”. Guilherme Gil representava a ideologia e a política do Estado Novo, cunhadas pelo nacionalismo e autoritarismo. Pátria conotava regime político, e o seu culto significava enaltecer o Estado Novo, enfatizar os seus princípios, aqueles que poderiam/deveriam ser divulgados. A festa cívica tinha uma única direção: disciplinar a massa. Aqui não importavam “corpos dóceis”, mas doces mentes, “uma só emoção – a do nosso amor pelo Brasil”.

É interessante reproduzir a tréplica:

Não temos, nem por sombra, a verdade de querer impor a nossa opinião. ... espírito de colaboração... indicar aquilo que nos parece uma contribuição para o aperfeiçoamento dos costumes... a excelente impressão que nos ficou da sua oratória, como ainda da não menos patriótica proferida pela professora... que nos levou a lamentar não se houvesse feito da simples domingueira uma especial e solene sessão cívica. Talvez por isso não se sentiram obrigados ao comparecimento autoridades que lá não estiveram e muitas outras pessoas gradas que teriam dado realce maior à cerimônia. (GAZETA DO COMÉRCIO, 19 de set. de 1943, p. 3, grifos nossos)

O aperfeiçoamento dos costumes significava, em última instância, separar os tempos do divertimento daquele devido à “Pátria”. A operação dividir sempre leva ao enfraquecimento e revela-se, na prática a melhor técnica de poder. Distribuir as pessoas por suas ações, em espaços distintos (social, religioso e cívico), e dessa distribuição tirar o melhor proveito pelo controle e vigilância, parece-nos ter sido uma das táticas do Estado Novo.

Separaram-se os espaços, não para colocá-los em antagonismo, mas, a partir do poder político, por sua centralização criar uma unidade. Daí a necessidade da presença das autoridades; além do controle, um “maior realce”, sempre conferido pelas “pessoas gradas”.

Não esgotamos, ainda, os dados da réplica do sr. Guilherme Gil, há mais um elemento fecundo para nossa análise:

Não confundamos, porém as comemorações coletivas, às quais se deve ir com o pensamento religioso de quem vai à missa, à Missa da Pátria... O 'quorum', portanto, não deve ser o mesmo que se reúne para outro fim, a dança... uma concentração espiritual originada de tão alto motivo, deve perdurar quanto possível em sua esplendente beleza, e não saltar de imediato de sua magnitude para o banal de uma Domingada dançante. (GAZETA DO COMÉRCIO, 26 de set. de 1943, p. 1)

O divertimento, o social, foi banalizado e o cívico, sacralizado. Alcir Lenharo (1986, p. 169) trabalhou com esta ideia, “boa parte dos símbolos e imagens próprios do discurso teológico foram contrabandeados e secularizados, convertendo-se em matéria de domínio público”.

A apropriação de imagens e símbolos religiosos pela política já ocorrera, mesmo na Revolução Francesa. Mona Ozouf (1976) e Vovelle (1989), entre outros, trabalharam com este tema, um novo complexo de crenças e ritos, “da Razão ao ser superior”. Ignasi Terradas Saborit (1989, p. 16) esclarece a diferença da apropriação do religioso pela política na Revolução Francesa, em relação aos regimes totalitários e autoritários do século XX: “uma época em que a cerimonialização, o ritual e a sacralização das ideias não deveriam ser entendidas como estando a serviço de um realismo ou concerto de interesses, mas, antes, como expressão direta de necessidades sociais (reivindicações) ou como insinuação de outros valores morais de convivência (como os evocados pelas democracias da antiguidade).

Não diz respeito a este livro aprofundar a discussão acerca da apropriação do religioso pelo político, apenas como uma referência ao que representava o sagrado e o profano para a comunidade de Três Lagoas. Se a “sacralização da política” no Estado Novo, deveu-se às inten-

ções dos teóricos e governantes estadonovistas, como mostrou Alcir Lenharo (1986), não é menos verdade que era diferente para o povo, a sacralização do cívico. Até então, conforme vimos nas manifestações das festas, não havia fronteiras entre sagrado, profano e cívico. Ao separá-los, o Estado Novo o fez em duas categorias: sagrado e profano. Na primeira, o religioso e o político; o social, o profano, continuou sendo entendido por “mundanidade”. A divisão binária sagrado/profano era congruente com a concepção de mundo da comunidade três-la-goense. Tanto para Guilherme Gil, quanto para Urbano Vilaça, eram estas as categorias existentes. A questão primordial era como e onde realizar o culto à Pátria, ao mesmo nível como se separavam os lugares para cultuar o Cristo Morto e o João Batista ou o Antônio de Pádua: “O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como qualquer coisa de absolutamente diferente do profano. ... a manifestação de algo ‘de ordem diferente’ – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo ‘natural’, ‘profano.’” (ELIADE, 1983, p. 25-6)

O mundo, na concepção de urbano Vilaça, era o conjunto das agremiações, clubes e centros de todas as naturezas, significava o viver em grupo, o ordenamento da comunidade em seu dia-a-dia. Não havia separação entre cívico e “social”. Tudo era social. Por isso, considerou a observação de Guilherme Gil um “tamanho disparate”, e ainda perguntou: “que mal adveria para o Brasil”, se em qualquer agremiação “destinasse nas suas reuniões, uma hora de concentração cívica?” Não era assim no Ano Novo, no Natal, no 13 de junho, todas as festas um “grande São João?” Renovação, sorte, culto aos heróis, santos e mitos?

Mircea Eliade é categórico: “o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história... Há, contudo, uma diferença de experiência religiosa que se explica pelas diferenças de economia, de cultura e de organização social, numa palavra, pela História”. (ELIADE, 1983, p. 25)

É necessário sublinhar os “dois modos de ser no mundo”, para apontar onde se localizava a divergência entre os dois questionadores sobre o lugar e o clima do culto à pátria.

Objetivando mostrar que a congruência da “sacralização da política” não se manifestava apenas entre o Estado e a comunidade, mas também entre a Igreja e o Estado, faremos referência a uma análise dos discursos de D. Aquino Corrêa, bispo de Mato Grosso, no período que estamos analisando.

Uma coletânea de 50 discursos de D. Aquino, de 1913 a 1942, permitiu-nos ver uma outra direção: a Igreja Católica levando o político para o seu discurso. Num primeiro momento, de 1913 a 1930, o bispo exortava seus fiéis, e deixava recado para os não-fiéis, de que o verdadeiro patriotismo fundamentava-se nos valores cristãos. Entre 1930 a 1932, D. Aquino não atacava os fundamentos laicos da República, como fizera no período anterior, mas acenava com a predisposição da volta da Igreja para o poder perdido com a laicização do Estado. E no último período, de 1932 a 1945, seus discursos traduziam a comunhão da Igreja com o Estado. Neste sentido, a Igreja sacramentou a política de Getúlio Vargas.

Não cabe a menor dúvida de que o Estado manipulou símbolos no propósito de impor-se como um poder legítimo para erradicar instituições, práticas e crenças, e instaurar a convicção de um “Brasil Novo”. Contudo, necessitamos de outra interpretação, a que corresponde a uma mentalidade abrangida pela fé católica, desde os primórdios da nação. De outro lado, o esforço da Igreja pelo seu retorno como Igreja privilegiada no Estado (conseguidos, finalmente) não pode ser esquecido.

O que estamos tentando dizer é que a experiência de sagrado e profano estava sendo questionada. O cívico, a pátria e tudo o que lhe dizia respeito, precisava ser, de algum modo, visto como sagrado para unir fé e patriotismo, bandeira da Igreja desde os idos de 1889. (MENDONÇA, 1987)

E o melhor argumento para este questionamento encontramos em artigo da *Gazeta do Comércio*, sobre o registro civil e sua reforma, que bem vale como testemunho:

Enquanto o registro público acusava num ano, 9 nascimentos, 13 óbitos e 23 casamentos, a estatística eclesiástica, no mesmo período, 83 casamentos e 540 batizados. Mas o padre vai e o escrivão fica à espera... léguas e léguas de mau caminho... um mesmo país regido por uma só constituição, existam dois modos de se praticar o mesmo ato... com efeito motivos expostos, melhor seria que voltássemos ao regime anterior, da validade do casamento religioso para todos os efeitos, pondo termos a essa dualidade que vai pelo nosso país, ou então que o religioso fosse precedido do civil. (GAZETA DO COMÉRCIO, s/d, 1939, p. 1)

Era 1939, momento em que se tonificava o prestígio da Igreja. Revelava-se numa conjuntura em que alguns problemas suscitavam a discussão da competência do Estado e da Igreja. No caso, a deficiência dos meios de transporte, isolando o sertão, punha em questionamento não a quem cabia, por ser sagrado ou profano, os registros de nascimento, morte e casamento, mas de quem tinha condições para entrar no sertão. O casamento, o nascimento e a morte mantinham-se sagrados quer sobre o registro da Igreja, ou do Estado.

Retornando à festa oficial, vamos referir-nos, ainda, a três efemérides, criadas na década de 1930: o dia do Soldado, e as festas da Primavera e de N. S. Aparecida. Antes, destacamos outros elementos, significativos para nossa análise, nas festas da Bandeira e no “Dia da Pátria”.

No período da festa transformada, a festa cívica ocupou outro espaço e, por ser espetáculo, precisou de diretor. O salão era para o público seletos. A festa cívica era para a massa; os recintos públicos, abertos como a praça, ou fechados como o cinema, eram os mais apropriados. Os discursos dos presidentes ou do orador oficial dos clubes sociais foram substituídos

pelos das autoridades dos poderes executivo e judiciário. Assim, em 1939, na festa da Bandeira, “à noite, na sessão cívica no Cine Glória” o povo ali reunido ouviu o discurso do Juiz de Direito, Dr. Lima Avelino. Muito da festa anterior foi conservado, números de música e recitativos prosseguiram no repertório. Todavia, com um elemento novo: a juventude. Aos alunos cabia esta parte atrativa, enquanto as autoridades assumiam a função pedagógica. (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de nov. de 1939, p. 1)

Mesmo nas comemorações escolares, lá estavam as autoridades: “perante os alunos formados no pátio, com a presença de todo o corpo docente”, as solenidades do Dia da Pátria foram “presididas pelo Dr. Lima Avelino, juiz de direito”. O prefeito “Pereirinha” estava em Corumbá, em licença de 15 dias, e sua ausência foi assim justificada. Os frutos da arregimentação seriam logo colhidos. Em 1939, dizia-se: “Em nenhum momento da nossa história se fez mais necessário incentivar e estimular a dedicação à pátria. É preciso que a alma brasileira vibre uníssona ao primeiro brado de alarme”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de set. de 1939, p. 1)

No ano seguinte, o tom foi este: “De todas as manifestações da ‘Semana da Pátria’, a mais importante foi, sem dúvida, o dia da ‘Juventude Brasileira’. Do norte ao sul, a juventude desfilou perante as respectivas autoridades, freneticamente aplaudida por toda a população”. Era o coroamento da “vibração da alma brasileira” pela Pátria, do culto ao chefe supremo: “O entusiasmo inenarrável das comemorações patrióticas deste ano são bem uma prova da direção sábia que o grande presidente Vargas vem dando a esta predestinada Terra-de-Santa-Cruz”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 3 de set. de 1940, p. 1, grifos nossos)

Para aplaudir freneticamente era preciso acreditar e ter fé no futuro, a fé numa terra predestinada. Toda a ideologia do Estado Novo aí: chefe, massa, trabalho, juventude, pátria.

No elenco das festas cívicas o Dia do Soldado foi tratado com o mesmo cuidado que os dias da Pátria e da Bandeira. Em 1936, já tivera

“o maior êxito”, e “excepcional brilhantismo”. Foram desdobradas as suas comemorações em partes cívico-militar, desportiva e social. A festa começou no quartel: “Pela madrugada foi a cidade sacudida por uma salva de morteiros”. Durante a manhã prosseguiu com formatura da tropa, hasteamento do pavilhão brasileiro, leitura de boletim, e entrega “de medalha de bronze ao subtenente João Pompeu de Barros”. Parte da comunidade estivera no quartel: o pelotão de Escoteiros, a Banda Santa Cecília e autoridades. À tarde, no campo da ATEA (Associação Três-lagoense de Esporte Amador) “teve lugar a parte popular do programa”. Uma parada escolar esportiva e “uma lição de Educação Física pelos praças do 16º BC” e “as provas propriamente desportivas” – corridas, saltos, jogos – foram assistidos pela “população em peso”, com “entusiasmo indescritível”, em “ordem absoluta”. O “estádio regorgitava” (sic)... À noite, “nas sociedades”, ‘soirée’ dançante em honra da oficialidade do 16º BC, “ao som de afinada orquestra” e num ambiente de franca cordialidade e alegria”. Os dois clubes promoveram reuniões dançantes, a rivalidade ente eles estava no auge. (GAZEDA DO COMÉRCIO, 26 de ago. de 1936, p. 1)

Em 1944, a festa do dia do soldado continuava pela manhã, tarde e noite. No quartel, compareceram as “autoridades locais e pessoas gradas”, acrescidas agora das escolas da cidade. Nas ruas, houve “um desfile com o garbo de sempre”. Houve, ainda: às 15 horas, no estádio, uma “bela festa esportiva” e à noite, no Cine Santa Helena, numa verdadeira comunhão, uma mesa com as autoridades militares, civis e eclesiásticas. (GAZEDA DO COMÉRCIO, 27 de ago. de 1944, p. 1)

Três festas que inovaram, totalmente, o calendário foram a do aniversário de Vargas, a da Primavera e a de N. S. Aparecida. Cada uma com finalidades de culto diferente: o chefe, a juventude e a padroeira do Brasil.

O dia 19 de abril, aniversário de Getúlio Vargas, passou a ser festejado em todas as escolas com sessões solenes, onde preleções e recitativos enalteciam a figura do presidente na construção de uma imagem

paternalística. Não faltava o desfile, arregimentados e uniformizados. (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de ago. de 1942, p. 1)

Na festa de N. S. Aparecida, em 1943, houve uma semana de festejos com rituais tradicionais mesclados aos modernos. No programa, além de rezas e procissões, não faltaram “teatro e caipiradas”, leilão e bailes, corridas de cavalos e jogo de futebol. (GAZETA DO COMÉRCIO, 11 de ago. de 1943, p. 2)

O primeiro registro que obtivemos da Festa da Primavera foi em 1939, e revela como a festa no salão estava assumindo o seu caráter de “mundialidade”, enquanto o cívico estava dirigindo-se para o quartel, para a escola e para outros ambientes públicos: cinema e praça. Em outubro, o Clube Concórdia realizou a festa da Primavera, que foi “um deslumbrante sucesso mundano... espetáculo de graça e beleza”. Nos intervalos das danças houve declarações sobre a primavera, todavia, sobre os tradicionais discursos não há nenhuma informação. (GAZETA DO COMÉRCIO, 29 de out. de 1939, p. 3)

Em resumo, até aqui, vimos como a festa, nos primeiros tempos, correspondia à vida que se desenvolvia em Três Lagoas. A cidade ia tornando-se “um mundo” com grupos diversificados e, gradualmente, um espaço de sociabilidade ia formando-se: o clube social. Não apenas um espaço da vida social separado da família e da Igreja, mas também, que esse domínio público importasse numa diversificação social. Um grupo de “pessoas seletas” buscava distinguir-se do resto da comunidade, e procurava, avidamente, através da festa, manifestar hábitos culturais – vestuários, alimentação, arte, etc. – que retratassem a nova situação urbana. E mais ainda: que demarcassem essa vida, separando-a da vida familiar e religiosa, e do restante da comunidade que não vivesse esses novos hábitos. A linha divisória situava-se num comportamento entendido como “civildade”.

A festa no clube representava a visão de mundo de um “grupo seletos”; constituía-se de elementos coerentes ao seu modo de viver, pensar

e sonhar. A tentativa de criar condições para se identificar como “civilizado” trouxe consigo a preocupação em festejar as coisas e pessoas locais, mais especialmente do Estado, Mato Grosso. Era um modo espontâneo de divertimento e de “polimento”, de cultura.

O vestuário, a ornamentação do clube, o “serviço de buffet”, o “jazz-band”, tudo era símbolo da própria vida que viviam, ou imaginavam tê-la. Todos que pertenciam ao grupo participavam da festa.

Na festa transformada, quando o cívico se deslaçou deste espaço social, ela, a festa cívica, deixou de ser festa e transformou-se em cerimônia. Pois a “a cerimônia diferencia-se da festa porque não implica uma participação ativa de todos os membros do grupo social. Ela supõe que o contato com o sagrado é regulado, limitado, na verdade, delegado a um certo número de eleitos” (RIVIÉRE, 1988, p. 13). Uma cerimônia, como um espetáculo: com diretores, atores, figurantes e público.

Tratava-se, no entanto, para o Estado Novo, de transformar o público “seleto” em massa. Isso decorria de uma necessidade: da legitimação de seu poder. Diz Georges Balandier (1982, p. 7): “Ele, (o poder) só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”. Daqui resultaram as outras mudanças na festa cívica: deixou de ser espontânea para ser programada; de ser diversão para assumir seriedade; de representar a vida local para demonstrar a da nação.

Em seu estudo sobre carnavais, paradas e procissões Roberto Da Matta (1983) diz que esses rituais assumem “uma curiosa, intrigante e expressiva forma triangular, cujos vértices são o Estado, a Igreja e o povo”. Entretanto, observa Da Matta (1983), “cada um deles expressa uma maneira diferente de perceber, interromper e representar a sociedade maior, no caso, a brasileira”.

A festa social, aqui, desfigurou-se em espetáculo teatral. Um jogo do poder, encenado para convencer a sociedade não de que ela “estava em Ordem e em Progresso”. Balandier (1982) ensina que “O mito da unidade, expresso pela raça, pelo povo ou pelas massas, torna-se o cenário da teatralização política. Ele mobiliza e recebe sua ampliação mais espetacular na festa que põe a nação inteira em situação cerimonial”.

Todavia, mudando o cenário, criando novos papéis e novos símbolos, o Estado tomava emprestados rituais de uma herança cultural. Assim, a cerimônia cívica conservou as sessões lítero-musicais e as apresentações cênicas da festa social e se apropriou da ritualização cristã, em seu discurso e suas práticas. A Semana da Pátria é o exemplo mor. O público substituído pelo altar da Pátria, o sermão pelo discurso, os santos pela bandeira, a lamparina pelo fogo da Pátria, a procissão pelo desfile. Algumas práticas já vinham de 1889, a diferença maior estava em que depois de 30, a autoridade eclesiástica estava junto às autoridades civis, sacramentando a cerimônia. Nos palanques e nas mesas, lado a lado, os poderes civil, eclesiástico e militar.

6- Variações étnicas e regionais: a festa incorporada

As festas surgem em decorrência de todo um modo de vida. Sendo assim, é de se esperar que a festa varie conforme as transformações culturais, políticas e sociais. Ora, se Três Lagoas resultava de um fluxo constante de pessoas que chegavam de todos os quadrantes do país, especialmente do norte, e de estrangeiros (em maior número: portugueses, espanhóis, italianos e árabes) era natural que parte de suas tradições fizesse presença no calendário festivo.

Três datas entraram no rol das festas transportadas na bagagem de imigrantes europeus. Significativamente, a data do surgimento de seus países como Estados modernos. Faziam parte do calendário, e hoje da memória, a independência da Espanha (2 de maio), a independência da

Itália (20 de setembro) e a independência de Portugal (5 de outubro). As comemorações eram propriedade das respectivas colônias, mas nenhuma excluía a comunidade. Ao contrário, mostravam-se com alvoroço.

No dia 2 de maio de 1924, a cidade despertou pela madrugada com uma salva de morteiro (GAZETA DO COMÉRCIO, 4 de maio de 1924, p. 3). Não foi o primeiro, nem o último ano. O retumbar dos fogos não surpreendia: a data era conhecida, uma festa da colônia espanhola. No ano anterior, a *Gazeta do Comércio* detalhara: a “banda de música percorreu as ruas e tocada às portas das autoridades, distinguindo o nosso jornal com maior apreço”. Ao meio dia, um “opíparo almoço” com a presença do fotógrafo mais antigo, Antero Coimbra (português) (GAZETA DO COMÉRCIO, 6 de mai. de 1923, p. 3).

Nesse mesmo ano, no 20 de setembro, pela madrugada, além dos morteiros, foram queimados foguetes e houve uma “tocata matinal”. À noite, duas sessões cinematográficas encerravam as comemorações da colônia italiana. (GAZETA DO COMÉRCIO, 23 de set. de 1923, p. 3)

Em 1921, o 5 de outubro ficou marcado por uma “animada festa portuguesa”, “morteiros e foguetes na alvorada, e da praça da Estação, por uma banda de música, ecoaram os Hinos Nacional e A portuguesa... os manifestantes percorreram as ruas da cidade, detendo-se às portas das autoridades, das redações dos jornais e das pessoas gradas da colônia portuguesa”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de out. de 1921, p. 9)

Não ficava a festa neste anunciar-se em alarido. A colônia portuguesa era participante ativa da comunidade. A comissão da festa de 5 de outubro, do ano de 1921, organizou uma quermesse com renda em prol do hospital. A capela de Santo Antônio, como o hospital, era zelosamente atendida pelos portugueses. (THOMÉ, 1989, entrevista)

Ao final da década de 30 não se registravam estes alvoroços; de forma mais doce manifestavam os portugueses a sua emoção à comu-

nidade: distribuindo balas às crianças da Escola “2 de julho” (THOMÉ, 1989, entrevista). Este encolhimento das comemorações, antes tão alardeadas, ocorreu, também, nas festividades espanholas e italianas. Foi resultado da política nacionalista do Estado Novo, e do posicionamento do governo Vargas na conjuntura da 2ª Grande Guerra.

Como já mostramos ao longo desta seção, disseminadas pelas festas, nos mais variados rituais, apresentavam-se as influências trazidas pelos migrantes nacionais. Danças, canções, pratos típicos regionais justapunham-se àqueles do centro-oeste. Assim chegaram o coco, a catira, e o churrasco rio-grandense.

A forma e o conteúdo dessas influências no calendário festivo dizem-nos bem que elas não ocorriam por uma combinação aleatória de fatores, mas graças a elementos ligados à ordem e à posição social dos seus portadores. Deste modo, vemos os portugueses, espanhóis e italianos querendo identificar-se na comunidade, pela sua nacionalidade, e encontraram na independência de seu país o símbolo mais forte da Pátria. Dos nacionais, os do Norte eram maioria e dispunham de uma tradição rica em danças e canções; elementos que os identificavam com a sua região, em contraste com o resto do país. É interessante observar que os imigrantes europeus detinham o alto comércio de Três Lagoas, suas manifestações festivas propalavam seu prestígio. Os nortistas, em maioria eram sitianteiros, peões e moradores; suas contribuições penetravam de modo difuso e sem alarde. O espaço na nova comunidade também é revelador: as danças e canções nortistas predominaram na zona rural e suburbana; quando, no salão, era em festa junina, para efeito de contraste ao “brilho da urbs”.

7- As festas dos oprimidos: negros e trabalhadores

O 13 de maio, em 1921 (mesmo ano da festa em que os portugueses alardearam a independência de Portugal) foi festejado não

muito longe dos moldes do tempo da lei Áurea. Dito, pelos brancos, que foi “festejada com grande pompa a data da abolição da escravatura, gesto nobilitante que culmina toda a nossa história” e, de pronto, evidencia-nos que a celebração era mais ao gesto nobre, do branco, que à libertação do negro. A confirmação veio no período seguinte: “A noite no ‘Bar Chic’ houve baile dos homens de cor, divertindo-se até de madrugada (GAZETA DO COMÉRCIO, s/d, 1921, p. 6). Na participação da festa da abolição havia um limite para o branco: isso nunca se dava pelo “rebaixamento”, mas sempre pelo “alto”. Em 1925, o 13 de maio foi lembrado pela escola. A história e o civismo sempre serviram para reavivar os grandes feitos. Uma passeata pelos alunos da escola do professor Magiano Pinto chamou atenção para a data e para a escola (GAZETA DO COMÉRCIO, s/d, mai. de 1925, p. 3).

O 1º de maio, em 1921, deixou marcas de uma comemoração efusiva: “No Bar Montevideú, animada diversão dançante... esquecendo-se assim, durante algumas horas das agruras, os trabalhadores festejaram o seu dia”.

Sílvia Araujo e Alcina Cardoso, no livro *1º de maio*, mostraram que a festa do dia do Trabalho no Brasil caracterizou-se por fases distintas. A primeira, de 1892 a 1916, como festa-solidariedade, “uma festa da esperança e um dia de luta”, ; quando, então, começa a segunda fase, da festa-resistência, em que o 1º de maio consistia em lutar contra a desigualdade econômica e social. Entretanto, em 1919 foi decretado feriado o dia 1º de maio, o que “ocasionou arrefecimento nos ânimos operários, na medida em que, o sistema repressivo tornava-se ostensivo diante do amadurecimento político do operariado... as comemorações passavam a ocorrer no plano interno das sociedades operárias... Era a instituição da festa – lazer”. (CARDOSO, ARAUJO, 1986, p. 23-43)

Corresponde a essa segunda fase a animação dos operários três-lagoenses no Bar Montevideú.

No ano seguinte o tom da festa foi diferente: “O mundo proletário comemora a data do seu primeiro sacrifício em holocausto à gula insaciável do Milhão. ... alvorada pela Banda, trabalhadores percorrem as ruas da cidade. A Gazeta do Comércio, em solidariedade, suspende seus trabalhos”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de abr. de 1922, p. 3)

A festa do 1º de maio em 1922, em Três Lagoas, foi diferente, por exemplo, do Estado do Paraná em que: “A grande imprensa manifestava seu apoio integral à classe dominante não publicando qualquer notícia sobre eventos operários ou tentativas de organização. Nos três primeiros anos da década de 1920, os jornais silenciaram sobre a data magna do trabalhador”. (CARDOSO, ARAUJO, 1986, p. 43)

Cabe referir que em Três Lagoas a classe operária era constituída, quase com exclusividade, de ferroviários da Noroeste; e que o proprietário e diretor da *Gazeta do Comércio* foi um ardoroso defensor das causas que ele entendia justas. Em 1823, diz a *Gazeta*: “O 1º de maio é um dia consagrado ao luto e ao recolhimento – senão ao protesto das multidões escravizadas”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 29 de abr. de 1923, p. 4)

Informam-nos as autoras de *1º de maio* que, em 1923, sob estado de sítio, apesar “da grave ameaça sobre suas cabeças, alguns corajosos operários arriscavam derradeiras cartadas (CARDOSO, ARAUJO, 1986, p. 44).³⁰⁵ Neste ano de 1923, em Três Lagoas, ocorreu na festa do dia 1º de maio “uma desinteligência com o cabo de polícia e os industriais e proprietários, Augusto de Moraes e Armindo Dias Ferreira. Enfurecido o cabo Belo levou à delegacia o sr. Armindo”. Desta vez, o jornal apelou ao capitão Bernardo Leite “para ser chamado à ordem o atribiliário cabo” (GAZETA DO COMÉRCIO, 6 de maio de 1923, p. 3).

A partir desta data a *Gazeta* não mais noticiou as festas do 1º de maio. Dizem Alcina Cardoso e Sílvia Araujo (1986, p. 44) que “a questão

operária no jogo político redundava em perda de espaço nos jornais de grande circulação”. E assim foi em Três Lagoas.

Até aqui vimos as festas oficiais e espontâneas. Mostramos ainda, como o sagrado e o profano era a grande divisão; mesmo quando entranhados um no outro, por ocasião das festas, formavam-se uma consciência desses dois modos de vida. Ao isolar-se o cívico do social (profano/religioso/cívico) foi por arbitrariedade do Estado. O calendário festivo foi desordenado nas datas, nos rituais, nos espaços e nos símbolos, dando às concepções de vida, novas imagens.

O êxito da intervenção do Estado no calendário das festas assinala o fim do período das festas espontâneas e polissêmicas. Com o Estado Novo se reatou a separação do Estado e da Igreja, legalizada pela 1ª Constituição Republicana. A inclusão no calendário da festa de Nossa Senhora Aparecida marca, não outra união, mas a reconciliação festiva entre Estado e Igreja.

Cumprе relembrar que, nos primeiros tempos o sagrado, o social e o cívico mesclavam-se e mais não eram que a mesma coisa vivida sob os três aspectos.

Por meio da análise das festividades dos primeiros tempos, tentamos mostrar de forma clara, talvez até minudente, a visão de mundo da comunidade três-lagoense. O espontaneísmo social organizava o calendário da festa em harmonia com o ordenamento dos grupos sociais. Antigas tradições, vínculos com a pátria-mãe, ou com a região de origem, velhos rituais misturados com rituais modernos eram amalgamados sem violência, naturalmente. Em que o patriotismo era o próprio cotidiano, a terra e a gente da região, onde as diferenças, visíveis nas comemorações, eram da separação dos grupos sociais: “pessoas da sociedade” e gente do povo”, era também da divisão do espaço, pelas festas em: público e privado.

Mas, abruptamente, como vimos, o calendário foi modificado. As festas revestiram-se de um novo caráter. O Estado, por decretos, desli-

gou o cívico do social, e em lugar da festa, ordenou a celebração. Onde as raízes da nova liturgia?

Quando “ao final do século XIX, início do século XX”, diz Claude Riviére (1988, p. 153), “se desenvolve a corrente da laicização das instituições, o argumento judicioso é o da separação dos poderes e da não invasão da vida política pela religião, mas com o laicismo se opondo ao clericalismo, a doutrina se infletiu numa atitude de oposição virulenta à religião”. No entanto, a religião resistiu e, em alguns casos, tornou-se uma importante dimensão do social: “A descristianização pode significar enfraquecimento, mas nunca a liquidação do religioso”, diz o autor de “As Liturgias políticas”.

Se a igreja e o Estado reaproximaram-se antes de completar meio século de divórcio, não iria, então, renovar-se a antiga confusão entre sagrado e profano, agora fé e patriotismo? O Estado apropriou-se de modelos litúrgicos já adequados às manifestações de massa. A Igreja já a havia domesticado. Em oposição à massa, “um obediente rebanho”: os fiéis, tradicionalmente, eram considerados cordeiros (CANETTI, 1983, p. 19). É importante lembrar que estamos referindo-nos a um momento histórico. A massa domesticada passou a celebrar a pátria, o regime e o chefe.

O Estado apagou os festejos comemorativos das independências das nações dos imigrantes. Tomou para si a festa dos oprimidos. O dia da Abolição passou a ser comemorado na escola. O 1º de maio foi declarado feriado nacional e os trabalhadores, atrelados ao Estado pela sindicalização, perderam a posse da sua festa.

Mais que modificações no calendário, houve mudanças nos costumes e na mentalidade. A cidade se modificava, mais pelo crescimento, vocacionada que era para o marasmo. As festas nos salões tendiam a se afastar, cada vez mais, das festas de rua, das do terreiro e, principalmente, das de zona rural.

Nossa análise não foi além do limite que separa as festas dos primeiros tempos da festa transformada. Na história das festas em Três Lagoas esboçamos uma comunidade que se modificava e um calendário de festas que mudava de feição.

CAPÍTULO 9

QUOTIDIANO: O ESPAÇO DAS RELAÇÕES COMUNS

A vida pública de um povo é algo muito pequeno em comparação com sua vida privada.

Georges d'Avenel

O cotidiano é uma inteireza, organiza-se na tessitura complexa dos diversos aspectos da vida em comunidade. É o espaço da rotina – habitação, alimentação, saúde, lazer, trabalho. Fazem parte, também, do cotidiano os sentimentos, as atitudes e comportamentos – amor, ódio, preconceitos, crenças, culpas, temores, desejos. Enquanto espaço das relações mais comuns escapa à redução de qualquer análise. Nossa intenção é delinear alguns desses aspectos que ofereçam implicações para nossa análise.

1- Viver e morrer

Esparsos em fragmentos ao longo desse livro, já temos alguns traços de como vivia a comunidade três-lagoense. Trata-se aqui de ressaltar as diferenças que se acentuam entre os dois polos: ordenadores e a pobreza laboriosa. Importa, ainda, esboçar aquelas condições que eram gerais para a população.

Palacetes e casebres não eram os únicos extremos que separavam o viver de ricos e pobres. Já tivemos ocasião de mostrar de como os que não tinham posses ficavam na zona suburbana.³⁰⁶ Estes, maior parcela da população, viviam à margem do conforto e da higiene. Habitavam casebres de madeira, cobertos de zinco. Enfrentavam dificuldade com luz e água. Em 1926, no bairro onde residiam algumas famílias de operários da Estrada de Ferro Noroeste, apenas um poço servia de

³⁰⁶ Remetemos à Sessão “Propriedade e família: duas sagradas instituições”, neste livro.

água para mais de uma casa (GAZETA DO COMÉRCIO, 24 de nov. de 1926, p. 2). Latrinas fétidas, moscas e mosquitos eram assunto permanentes na imprensa local.

As condições de saúde eram bastante precárias. Muitas enfermidades não poupavam nenhuma classe. A gripe era um flagelo. Repetiam-se as notícias: “guarda o leito acometido de uma gripe pertinaz”. Alguns anos a gripe epidêmica foi avassaladora. Em novembro de 1937 houve uma “missa em ação de graças pelo restabelecimento de vários alunos internos e externos que tiveram gravemente enfermos de gripe e pneumonia (GAZETA DO COMÉRCIO, 10 de nov. de 1937, p. 1). Era frequente o falecimento por gripe pneumônica. Foi o caso do jornalista da *Gazeta do Comércio*, Elmano Soares (GAZETA DO COMÉRCIO, set. de 1938, p. 1).

Em 1942, as enfermidades que causaram maior número de óbitos foram, além da gripe, a gastroenterite, apendicite supurada, tuberculose pulmonar, difteria, câncer, verminose com anemia profunda, sífilis, malária, impaludismo e colapso. As crianças morriam de tétano umbilical, coqueluche, otite dupla, além de algumas citadas anteriormente. Morria-se, também, de fogo selvagem e lepra.³⁰⁷

As notas sobre falecimento eram geralmente neste tom: “após longo e cruciante sofrimento”, ou pelo oposto: “desaparecido tragicamente”. De qualquer modo, sempre vista como trágica e dolorosa. Crianças e pessoas jovens morriam com frequência, de doenças que, após a penicilina, tornaram-se facilmente curáveis. Em 1930, por exemplo, a *Gazeta* registrava: “sucumbiu a uma dolorosa laringite a professora Joana Soares do Couto, 24 anos”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 9 de fev. de 1930, p. 2)

As propagandas de remédios nos jornais também nos indicaram das enfermidades mais frequentes nas décadas de 1920 e 30. Eram cons-

³⁰⁷ APMTL. Livro de Registro de óbitos. 1942.

tantes os anúncios de medicamentos contra sarna, ferida nas pernas e catarro. (GAZETA DO COMÉRCIO, décadas de 1920 e 1930)

Havia especial preocupação com a tuberculose, a sífilis e doenças de pele. As chamadas “nos proclames” faziam-se para: enriquecer o sangue, aumentar o peso, fortalecer os nervos, abrir o apetite, acelerar as forças, revigorar o organismo, tonificar os músculos. Muitos prometiam cor rosada, rosto mais fresco, melhor disposição para o trabalho, resistência à fadiga. A poção mágica poderia seduzir pela promessa de: “Tornar-se-á florescente, mais gordo, sentindo uma sensação de bem-estar muito notável”. (GAZETA DO COMÉRCIO, décadas de 1920 e 1930)

A “magreza” era um problema tão grande, como hoje é a obesidade. Em artigo assinado pelo dr. Esher colhemos: “A sorte das naturalmente gordas é pesada, mas a sorte das muito magras é ainda mais pesada... É mais difícil fazê-las ganhar peso, do que fazer uma gorda adelgaçar”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de fev. de 1935, p. 1)

Os recursos da medicina eram bastante estreitos, situação agravada pela deficiência do único hospital: “Vivia de uma ridícula contribuição mensal, feita por alguns sócios” e de subvenções municipal, federal (“os dois em atraso há um ano”) e da Legião Brasileira. A capacidade era de 50 leitos masculinos e 30 femininos, ditos confortáveis. Entretanto, esses quartos destinavam-se a pessoas com recursos: aos ordenadores. A denúncia fazia-se nestes termos: “abandono do único abrigo do doente pobre, neste vasto, soberbo e isolado trecho do Oeste... camponeses e lavradores paupérrimos e desamparados! Precisamos de um Raio X para a pobreza; um laboratório para a pobreza; instrumentais cirúrgicos para a pobreza; remédios para a pobreza...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de nov. de 1944, p. 1)

Desconhecemos se em algum lugar, no Brasil, os laboratórios e instrumentos cirúrgicos nos hospitais fossem comuns a ricos e pobres.

Aqui, parece-nos, não fugir à regra. A solução do problema era vislumbrada à custa de apelos à caridade, ao espírito cristão, generoso e humanitário; à “nunca desmentida solidariedade” três-lagoense. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de nov. de 1944, p. 1)

Em 1944, vivia-se o final do Estado Novo, que tivera em seus discursos a tônica da política social, da saúde dos velhos e crianças, e da “Marcha para o Oeste”. Entretanto, em Três Lagoas, já mostramos, o afluxo foi de migrantes pobres. A ação do Estado esteve ausente para resolver o problema desses “camponeses e lavradores paupérrimos e desamparados”.³⁰⁸

No afã de construírem uma imagem positiva, os ordenadores recusavam a realidade negativa. Exemplo disto foi o artigo sob o título: “Três Lagoas e o seu clima”, em que se negava a existência de epidemias e se escamoteava a verdade sobre o clima. A preocupação de mostrar a comunidade sob uma ótica positiva, não era, aqui, exceção, mas é ilustrativo de como se fazia.

Do clima foi dito que “a média de 30° no verão e de 20° no inverno, temperatura de nenhum modo” era insuportável (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de abr. de 1939, p. 1). 40° graus, areia e mosquito, num tempo em que os ventiladores eram objetos de luxo, o “suportável” seria o limite.

Era negada a existência da febre amarela, fato que seria “apregado por pessoas mal intencionadas” porque existia “o serviço de febre amarela”. Era negada também a existência de varíola, acompanhada de suas ressalvas: “é certo, alguns casos de alastrim ou varicela, em fins de 1938, sem consequências fatais”; “em outubro de 1938, dois casos de varíola, tendo vindo da Variante da Estrada de Ferro”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de abr. de 1939, p. 1)

Os dados colhidos nos registros de óbito e nos processos-crimes desmentem essa imagem construída. Em 1927, Cornélio achava-se re-

³⁰⁸ Ver Seções “Perfil demográfico” e “Pobreza Laboriosa”, neste livro.

colhido, por varíola, no hospital de Caridade. “Sob o delírio da febre saiu do compartimento e veio à casa de Almacena (no mesmo terreno do Hospital)”. Este, por desconhecer-lo, e pensar que sua residência havia sido invadida, agrediu-o com uma tranca na cabeça, causando-lhe a morte. Em 1931, ainda tramitava o processo quando o escrivão informou ao juiz que o agressor falecera de varíola, “poucos dias depois de ter praticado o crime...”³⁰⁹

Alastravam-se as enfermidades e as notícias sobre sua epidemia. Entretanto, a tendência dos que se sentiam “abatidos e amesquinhados”, quando não podiam rebater a ideia de “cidade doentia, feita a Três Lagoas”, era assim justificada: “imputação que os estranhos buscam num fato que não se pode negar: as medidas preventivas instituídas contra epidemias que têm tanto probabilidade de surgir aqui, como no Rio de Janeiro e na China”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 30 de abr. de 1939, p. 1)

Em 1936, repetia-se o alarme, considerado novamente à toa, “o caso registrado fora de caráter esporádico” (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de jan. de 1936, p. 3). Contudo, neste mesmo ano, foi feito recenseamento das casas em que habitavam os mosquitos de febre amarela. Dito então que foram “infelizmente, encontrados inúmeros focos nos poços, nas latrinas, nas folhagens e mesmo nos potes, daqueles terríveis inimigos do homem”. A existência do mosquito não podia ser negada, entretanto, a doença e a morte podiam ser escamoteadas.

O médico dr. Bruno Garcia deixou seu testemunho sobre as doenças de maior incidência – álcool, sífilis, câncer e lepra – e enfatizou: “Dos flagelos, a tuberculose é o que, apocalipticamente, mais vidas ceifa. Em Três Lagoas, durante 20 anos de clínica, vimos centenas de entes destruídos pela tísica, ao lado de 2 casos de câncer e 5 de lepra”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 15 de jan. de 1939, p. 3)

³⁰⁹ ACTL. D. 4909/1927. fl. 23

Morria-se, também, pela ausência de atendimento médico, devido à ignorância, ou distância do núcleo urbano. As vítimas de ferimento, por faca ou revólver, eram atendidas de forma mais rudimentar: “Lavaram a ferida com cachaça e entupiram a cizura com algodão queimado”,³¹⁰ deram a beber ao doente água com limão e banharam o ferimento com água com sal”.³¹¹

O mesmo médico, dr. Bruno, em seu depoimento, como testemunha da morte de uma parturiente, em que foi indiciada a parteira, denunciou o curandeirismo. Considerou a verdadeira culpada a lei que a deixava impune: “pois os curandeiros e charlatães, homens e mulheres, têm em Mato Grosso, um paraíso”.³¹²

Pareceu-nos que havia uma ideia generalizada relacionando partos com médicos e temor de cirurgia. Os depoimentos da parteira, do marido da parturiente e do dr. Bruno deixaram transparecer isto. O trabalho dessa parteira é ilustrativo do grau de charlatanismo: “martirizou-a impiedosamente com fortes massagens no útero, ocasionando, em consequência disto a morte da parturiente”.³¹³

Fragmentos de testemunhos revelam um quadro de tortura: “que a parturiente pedia a D. Manuela para deixá-la sossegada, e que não lhe pusesse mais as mãos, pois não suportava tantas dores que estava sofrendo e que preferia morrer a consentir que a parteira lhe tocasse mais...”³¹⁴

O marido da vítima referindo-se à acusada disse que: “trepassse à cama e tendo a esposa pelos braços, sacudiu-a durante meia hora, en-

³¹⁰ ACTL. D. 4312/1931. fl. 49v.

³¹¹ ACTL. D. 4821/1928. fl. 6v.

³¹² ACTL. D. 4942/1939. fl. 6v.

³¹³ Idem, fls. 6-34.

³¹⁴ Idem, fl. 13.

quanto Manoela por baixo metia as mãos no útero da martirizada, puxando com força, o mais que podia”.³¹⁵

Essa pobreza laboriosa era a parcela mais ignorante, mais sujeita às enfermidades e, certamente, a menos nutrida. A frequência da tuberculose serve como um bom indicador. Entretanto, no conjunto dos autos, cumpre que se diga, constatamos que era comum uma horta, plantação de mandioca e milho, e criação de galinhas e porcos. As frutas tropicais, como caju e manga, e as do cerrado, eram também abundantes. Todavia, convém lembrar o abuso generalizado do álcool, citado pelo dr. Bruno, e por nós conferido através de grande número de delitos em que alguma das partes envolvidas estivessem sob efeito do álcool.

Outro fato que empobrecia este viver pobre era a “carestia de vida”, antigo nome da velha inflação: “Estamos às voltas, outra vez, com a carestia de vida” (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de out. de 1941, p. 1). A reclamação era contra a “alta injustificável” da carne, por ser a terra do gado, e estarem as pastagens refeitas. Bradavam, ainda, contra o preço do arroz, do feijão e do pão. No entanto, não ficaram apenas no discurso, “grande número de pessoas de todas as classes sociais levou ao prefeito Rosário Congro, extenso memorial, profligando a atitude dos altistas”, considerados pelos organizadores do movimento como “aberrações da própria moral”. Requeriam uma tabela de preços mais equitativos. E os preços baixaram desta vez. (GAZETA DO COMÉRCIO, 5 de out. de 1941, p. 1)

Todo esse quadro de penúria pela moradia, saúde e alimentação deploráveis, era resultante da estrutura das relações de trabalho.³¹⁶ Alguns mais, outros menos, mas todos viviam em situação desprivilegiada em confronto com uma minoria, que usufruía das vantagens do progresso da época. Aqui, ficou bem evidente que o mau jogo foi a perversidade da ordem na partilha da terra.

³¹⁵ Idem, fl. 16.

³¹⁶ Remetemos a seção “Pobreza Laboriosa”, deste livro.

2- Solidariedade e animosidade na vida

Numa comunidade de espaços sociais polarizados, as contingências e necessidades de um grupo, naturalmente, serão distintas do outro grupo. Desta forma, os laços sociais tendem a se fortalecerem pela aproximação dos interesses, como, de outro lado, os conflitos geram-se pelo confronto destes interesses.³¹⁷

A vizinhança constituía-se na própria condição de vida da comunidade. Era entre a roda de vizinhos que os fatos de todos os dias eram vividos com mais intensidade. Um espaço social, com fronteiras não muito nítidas entre o público e o privado; um pouco extensão da casa, outro, extensão da rua. Todos se conheciam. Pertenciam ao mesmo grupo social. A disposição das casas deixava-as muito próximas, sem muramento, realmente cercas de arames. Algumas residências tinham por divisória nada mais que uma parede de madeira. Cabe lembrar o quadro da pobreza, já esboçado.

Discussões, brigas, tiros, pancadaria eram motivos para acorrem os vizinhos. Fragmentos de alguns processos-crimes fornecem uma visão dessa realidade: “pelas 5 horas da manhã, mais ou menos, ouviu uma discussão na dita casa de Maria Joana das Dores, e que sentando-se na rede..., onde achava-se deitado, viu pelas frestas da parede...”³¹⁸

Algumas vezes, a vizinhança não apenas olhava, participava da briga. Assim foi quando João Carioca “puxou de uma garrucha e ia atirar em Izabel; ele, o declarante, ao ver isso se atravessou no meio deles”. Lutaram os dois, até chegarem à rua “onde rolaram pelo chão”. Logo vieram alguns vizinhos que os separaram.³¹⁹

³¹⁷ Ao analisarmos a estrutura e o funcionamento do poder em Três Lagoas, resultou um quadro restrito ao espaço dos ordenadores, aqui nos ocuparemos com a pobreza laboriosa.

³¹⁸ ACTL. D. 4746/1922. fl. 10.

³¹⁹ ACTL. D. 4770/1926. fl. 11.

Outras vezes, o que se mostrou mais raro, o vizinho dirigia-se à polícia. José Ignácio, foguista da estrada de ferro, chegara do serviço e “depois de tomar banho foi se acomodar, porque se achava excessivamente cansado”, sendo logo despertado pelo barulho da casa vizinha. Incomodado com a alteração foi à polícia solicitar que intimasse seu vizinho “a manter o sossego em sua residência”.³²⁰

Em algumas ocasiões, o envolvimento dava-se ao transitar pela rua. Foi assim com Ezequiel, que ao passar pela rua onde morava a vítima, “notou qualquer anormalidade”, aproximando-se do quarto encontrou a vítima, que acabara de ser espancada, prostrada ao solo. Auxiliou, então a conduzi-la até a sua cama.³²¹

As brigas ocorriam com mais frequência à noite: não era raro que, ao regressar de um baile, alguém fosse testemunha de um crime.³²² A vizinhança poderia gerar outro tipo de questão. Ao depor sobre a tentativa de suicídio de sua companheira, um indiciado declarou: “há umas duas semanas mais ou menos, sua companheira anda com uma ciúmeira contra uma tal Chiquinha, nossa vizinha, mas sem razão alguma, pois que nunca teve qualquer coisa com a dita Chiquinha”.³²³

Na zona suburbana as questões que envolviam a vizinhança eram de outra natureza. Geralmente o problema era acerca da propriedade, que causava transtorno com a passagem, ou córrego d'água. Uma questão desse tipo terminou com a vida de Manoel Francisco Gonçalves. Ele havia sido aconselhado a mudar a cerca “para qualquer lado de forma a deixar livre a cabeceira da água, para serventia de Joaquim Rascão, seu vizinho, evitando assim questões futuras.” Este possuía um curtume que

³²⁰ ACTL. D. 4848/1931. fl. 8.

³²¹ ACTL. D. 4905/1943. fl. 9.

³²² ACTL. D. 4892/1935.

³²³ ACTL. D. 4895/1929. fl. 6.

limitava com a horta do primeiro. Um córrego separava as duas propriedades, de onde foi tirado o rego para o curtume. Gonçalves fizera a mudança da cerca “exatamente defronte de sua casa, abrangendo, assim para suas bandas, a boca da entrada do rego, que vai ao tanque do curtume do Rascão, ficando impedido de abrir ou fechar a entrada quando preciso no serviço do curtume por causa da dita cerca”.³²⁴

Este foi um exemplo, não o único caso. Animais, plantas, curtumes, e travessias, muitas vezes, dependiam de uma divisória de arames e do bom senso dos questionantes. Quando se fazia ausente um entendimento amigável, a questão resolvia-se pelo enfrentamento, com facão e espingarda. Eram disputas que, hoje, deve-se entender com duas saídas: amigável ou por litígio. A descrença na lei e na autoridade, parece-nos, era um dos fatores do uso da força. Exemplificando: em 1940, foi dado queixa por invasão e desrespeito em sua propriedade, não sendo oferecida a denúncia pelo promotor.³²⁵

Solidariedades e animosidades alternavam-se e temperavam as tensões. Ambas fruto das contingências da vida diária e da estrutura dos poderes locais.

3- O poder local e suas projeções no cotidiano

Nos limites deste livro já dispomos de elementos para estabelecer a relação entre poder e cotidiano. Trata-se de retomar estas duas grandes linhas trabalhadas e confrontá-las.

O arrolamento das questões que ocuparam o Executivo e o Legislativo, mostrou as preocupações dessas instâncias mais voltadas para o exercício do próprio poder e de concessões de privilégios para um reduzido segmento, do que para a comunidade. Quando seus olhos se voltavam para

³²⁴ ACTL. D. 4820/1925. fl. 13.

³²⁵ ACTL. D. 4827/1940.

a comunidade, era, sempre, para cobrar, multar, proibir ou dar encargos à iniciativa privada. As realizações de que obtivemos registro eram concernentes ao embelezamento, restrito à zona central. Ao longo do período o discurso do poder centrou-se na ordem pública e na higienização.³²⁶

O Código de Posturas evidenciou o pensamento dominante nestas mesmas questões. A tônica recaiu, exatamente, nos seguintes itens: arrecadação de impostos, embelezamento, assepsia, tranquilidade, moral e ordem pública. A matéria sobre edificações, com normatização em detalhe, ocupou $\frac{3}{4}$ dos 314 artigos do código de posturas.³²⁷

Cumprir que se diga, houve raros momentos em que o poder público pensou em favor da camada pobre. Em 1931, o prefeito Benevuto Garcia Leal reclamava contra a derrubada das matas, “em razão do que”, dizia o prefeito, “a escassez de lenha torna impossível alimentar convenientemente os fogões das casas pobres pelo preço atual”.³²⁸ Todavia, é relevante esclarecer o que constava no Código de Posturas: “É absolutamente proibida a entrada em terrenos particulares e dos rios das povoações, para tirar lenha, cipós, taquaras, dormentes e semelhantes, sem licença do respectivo dono ou da intendência”.³²⁹ A lei, muitas vezes, desordenava o fato, e o inverso também é verdadeiro. E, era comum que discursos desta natureza, não passassem de discurso.

Em 1938, o prefeito Cel. Manoel Pereira da Silva retomando o problema da lenha assinou uma resolução em que proibia “qualquer extração de lenha ou madeira de qualquer espécie nas matas pertencentes ao patrimônio municipal nas zonas urbanas, suburbanas e rural desta cidade, e que se destinem a fins comerciais ou industriais”. E em seu arti-

³²⁶ Ver Quadro 7 – “Questões que ocuparam o Poder Público”. (anexo).

³²⁷ Ver Quadro 6 – “Capítulos do Código de posturas”. (anexo).

³²⁸ APMTL. Of. Num. 47, Livro de registro de ofícios e Telegramas 1930-31. fl. 166.

³²⁹ APMTL. Código de Posturas. Livro de Leis Num. 1. fl. 86.

go 2º: “As matas ainda existem nos terrenos em apreço ficam reservadas exclusivamente para o consumo domiciliar das classes pobres”.³³⁰

Em 1944, os açougueiros solicitavam a majoração e classificação da carne verde. Não sendo atendidos fecharam suas portas. O prefeito Rosário Congro abriu “um açougue de emergência” e houve a partir disto um entendimento. Os açougueiros foram atendidos, em parte, reabrindo “seus talhos”. O prefeito, então, tabelou a carne: “Não se esqueceu das classes menos favorecidas criando o tipo de segunda, ato que foi justamente louvado, pois, em verdade, era iníquo sujeitá-las ao preço único, como vinha acontecendo”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de jul. de 1944, p. 1)

Três Lagoas era uma região essencialmente pastoril, em que, supunha-se, a carne era farta. Quando o preço do gado passou à mercê do grande capital, nas mãos dos frigoríficos, o preço da carne para consumo ficou na dependência dos interesses de marchantes e açougueiros. E a carne foi classificada. Um tabelamento que implicava na classificação social. Os aquinhoados podiam comer “alcatra, chã de dentro, lagarto, pá e filé”, aos “menos favorecidos” sobrava a carne de 2ª, com osso. (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de jul. de 1944, p. 1)

Sobre o título “Salubridade pública em geral”, o Código de Posturas fazia uma série de proibições relativas a águas de córregos, lixo nas ruas, avenidas e praças, venda de frutas, verduras e doces. Proibia, também, a instalação de fábricas de curtumes e sabão em lugares que pudessem “prejudicar a saúde e o sossego público. Assepsia e exclusão foram permanentes no ordenamento dos espaços da comunidade. (GAZETA DO COMÉRCIO, 25 de ago. de 1940, p. 2)

O ensino primário, de acordo com o Código de Posturas, era obrigado em todo o município, para menores de ambos os sexos, dos 7 aos 14 anos. Era conforme a lei do Estado, de 1918. A matrícula de-

³³⁰ APMTL. Ato Num. 31/1938. Livro de Atos Num. 1. fl. 126

veria ser “ex-offício”, de acordo com o levantamento de estatísticas da população escolar.³³¹

Entretanto, a prática deste preceito em todo o município, como previa a lei, dificilmente se cumpriria. As distâncias eram grandes nas zonas rurais e suburbanas. As dificuldades aumentavam por estarem aí os moradores mais pobres. Sempre foi mais fácil contornar uma lei do que mudar uma realidade. Aqui não foi diferente, pelo parágrafo único do artigo obrigatório ficavam “isentas de matrícula, ex-offício, as crianças residentes a mais de 2 km da sede da escola mais próxima”.³³²

Havia, também, exclusões por “defeito físico, incapacidade intelectual ou moléstia contagiosa”. Convém lembrar que o temor da lepra e da sífilis provocava estas segregações. Em 1940, a ideia do preventório para os filhos, ainda não contaminados, dos hansenianos, diz bem deste temor. A ele seriam “recolhidos e educadas as crianças nascidas na desgraça dos pais”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 25 de ago. de 1940, p. 2)

Existia uma outra seleção. A boa escola era particular. A Escola 2 de julho, fundada em 1922, matinha um internato e era voltada para o grupo dos ordenadores. O poder municipal sempre lutou com o problema de recursos, assim como a escola estadual.

Os maiores cuidados do Código de Posturas voltavam-se para as habitações. Desvelos especiais com a insolação, a iluminação e a ventilação. Outro grande problema eram as latrinas, enquanto a cidade não regularizou o serviço de abastecimento de água, o compartimento para a latrina poderia “ser exterior à habitação e de materiais provisórios”. As privadas eram, aliás, assunto frequente pelo mau cheiro, pelas moscas e mosquitos, e pela preocupação de não contaminarem as águas dos poços.

³³¹ APMTL. Código de Posturas. op. cit. fl. 83.

³³² Ibidem.

Médicos sempre estiveram na administração, ocuparam a Câmara, a intendência, a delegação de saúde e as páginas dos jornais com uma função pedagógica. O dr. Bruno, como vereador e como prefeito, batalhou pelas “fossas biológicas”. Enfrentou, por longo tempo, oposição às medidas de caráter obrigatório.

Em relação à tranquilidade, moral e ordem pública, o Código de Posturas determinava um conjunto de proibições, visando os bons costumes, o respeito às autoridades e à subversão. A extinção dos formigueiros constava neste capítulo e era obrigatória a todos os proprietários de terrenos. Prevvia-se multa para quem não obedecesse. Em mais de uma sessão ordinária das Câmaras a extinção de formigueiros constou na ordem do dia.³³³

Confrontando este quadro de ações dos poderes públicos municipais com as condições de vida da população constatamos que pouco ou nada, era realizado. Os problemas de habitação, alimentação, saúde e higiene em nada minoraram. Cabia à iniciativa privada todos os melhoramentos. Todavia, as benfeitorias que interessavam aos promotores destas obras, é natural, não coincidiam com as necessidades da pobreza laboriosa.

Nessas condições de debilidade do poder público, endividado e sem recursos, restava-lhe proibir, fiscalizar e envolver-se com a politicagem das facções partidárias. O espaço do poder, realmente, estava nas mãos de alguns grandes fazendeiros e “altos comerciantes”. Já vimos, e seria exaustivo repetir, as formas legais e extralegais de que se investiam alguns indivíduos dessa classe para intervir na vida da comunidade. Entretanto, cabe explicar como se formalizava esse compromisso do poder público com os mandões.

Um ofício do Intendente Bruno Garcia, em 1930, ao coronel Caildo Arantes não deixa dúvidas de que lado pesava a balança do poder.

³³³ Ver quadro 7 – “Questões que ocuparam o Poder Público” (anexo).

Há uma relevância neste documento: “... até o fim deste mês importam em 14: 630 \$ 000. ... 63:000 \$ 000 que a Intendência vos deve, ficarão reduzidos até o fim de maio, a 48: 370 \$ 000. Quero saber do amigo se de 1º de junho a 15 do mês, posso contar com 28:000 \$ 000 de empréstimo. ... sendo o amigo ao mesmo tempo o único credor da Intendência consolidado. Com os 28:000 \$ 000 de empréstimo, pagarei os demais títulos que oneram a Intendência”.³³⁴

Mesmo em pleno Estado Novo os coronéis mantiveram o seu poder. o município continuava com as finanças débeis e as obras dependiam, sempre, da iniciativa privada. Em 1939, o prefeito Pereirinha aguardava “a chegada do coronel Januário Garcia”, que se achava no Estado de Minas Gerais, “para em sua campanha, partir para a fazenda Embuava, em viagem de inspeção dos trabalhos da estrada”. Era natural que, se os fazendeiros entravam com os recursos, eles tivessem poder de decisão. Esta viagem de inspeção, por exemplo, era, também, para “combinar com os fazendeiros, que colaboraram com a Prefeitura, nesse empreendimento, os pormenores referentes ao traçado, aterros, estivados e pontilhões a serem feitos”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de out. de 1930, p. 1)

O município era o espaço-chave de controle dos coronéis. Lembremos que a divisão dos distritos correspondia às áreas de influência de um coronel. Dadas essas circunstâncias, é claro, a iniciativa privada agia em proveito próprio: por efeito, não eram atendidas as necessidades mínimas do povo. A participação política deste maior segmento da comunidade não ia além do depósito do voto na urna. *Voto cabresto*, cabe recordar.

A questão municipal, portanto, para os que assumiam os cargos de mandatário, era mais administrativa e político-partidária. Não era pensada a questão social, ainda que fosse, ao menos, em projetos.

³³⁴ PMTL. Of. de. 21 de maio de 1930. Livro de Registro de ofícios e Telegramas. 1920. fl. 27

CAPÍTULO 10

ORDEM, DESORDEM: (DES)ORDENS

A primeira das violências, da qual emanam todas as demais formas de violência, é a injustiça.

D. Helder Câmara

1- Os rompedores da ordem³³⁵

Em determinados momentos, em algumas dimensões, todos rompiam a ordem instituída. Não eram desordens, eram novas ordens, uma ordem humana.

Em várias ocasiões as (des)ordens ocuparam os interstícios da ordem oficial, afastaram-se de seus códigos, de seu ordenamento. Sempre foi um desenfreamento das paixões. Na boemia, no adultério, nas perversões sexuais, no jogo, na bebida, nas brigas, no roubo, nos homicídios, na venalidade, nas revoltas, no desacato às leis e às autoridades era rompida, permanentemente, a ordem. O molde talhado opressivo, anônimo apresentava-se com recortes diferentes, na vida de todos os dias.

Foi possível surpreendermos estas (des)ordens nos mais variados lugares, do bordel à câmara de Vereança. Todavia, alguns espaços mostraram-se próprios para esse desalinho. A festa, o botequim, o cabaré, o cassino, manifestaram-se os lugares privilegiados onde a espontaneidade, o excesso, o riso solto, o gracejo e a zombaria invertem o molde de seriedade, de regularidade, de normalidade. Parafraseando Cristopher Hill (1987), aí ficava o “mundo de ponta-cabeça”.

Em vários momentos demonstramos por quem e como a ordem era violada. Evidenciamos os desdobramentos destas violações. E, como num jogo, sempre houve ganhadores e perdedores. Mas, um jogo de cartas

³³⁵ Conforme Balandier (1980), aqueles que introduzem a desordem, escarnecem do poder.

marcadas onde as regras não seguiam uma única regra. Podiam ser alteradas para manter o que não devia mudar: o grupo dos ganhadores e o grupo dos perdedores. Foi assim que se mostraram as tropelias dos coronéis, as sedições dos políticos, as rebeldias dos comerciantes, os crimes passionais, as falcatruas e venalidades dos homens da lei. Foi assim, também, que se mostraram os impedimentos para a pobreza laboriosa, do acesso à terra, da moradia no centro, da participação no poder, do ingresso à escola, da alimentação mais rica, do atendimento hospitalar. Foi assim, ainda, que se mostraram os estigmas e os banimentos dos desclassificados.

Na amplitude do movimento de ordenar o espaço socioeconômico, que animou a história da comunidade, não só os desclassificados e a pobreza laboriosa, também os ordenadores lograram, muitas vezes, esquivarem-se da rigidez dos costumes e da moral por eles mesmos criados ou preservados.

Houve sempre um limite, até onde a ordem podia ser rompida; até a linha em que não desestruturasse o modelo engenhado. Não encontramos nada mais pertinente que o modo de dizer de Maffesoli (1982, p. 110): “Os poderes públicos se ocupam das grandes instâncias políticas ou econômicas e a vida cotidiana segue seu curso mas de tempos em tempos a dominação se estende aos interstícios da vida que segue, até então, não submetidos a qualquer controle”.

Parece-nos que surpreendemos, em Três Lagoas, um desses tempos de livre curso da vida quotidiana e de muito rebuliço entre os ordenadores; e, um outro tempo, de maior comando, de centralização do poder e de novos controles da vida quotidiana. Tabelaento de gêneros, horário de trabalho, classificação de alimentos, proibição de derrubada da mata em certas áreas, foram alguns desses novos controles.

2- O traçado dos crimes

Além da profusão de festas, outra característica era a violência como rotina, da mais leve, expressa em palavras, à mais grave pela elimi-

nação da vida. É certo que são características comuns a todas as cidades. Todavia, há diferenças.

Em 1934, dizia o delegado de polícia em seu relatório: “Urge que a justiça seja severa punindo o culpado, pois necessitamos acabar com o péssimo costume de, por qualquer banalidade, se tente contra a vida dos cidadãos. As impunidades têm sido as causas da fantástica criminalidade brasileira.”³³⁶

Em 1920, o promotor da Justiça declarava: “Em 1918, esta vila atravessava um período de agitações que sobressaltava a população local. Uma verdadeira fase de tropelias em que a vida de cada um se achava quase sem garantias, temendo sempre, ora depredações de um bando amotinado, ora revanche da parte sã da sociedade de então”.³³⁷ A revanche, que se entende como de igual categoria à afronta, no parecer do promotor público, não maculava a proibidade desta “parte sã da sociedade”.

Ouçamos mais um pouco a sua fala:

Tudo isso fazia arrepear as famílias já acostumadas e atemorizadas com as ocorrências. Apesar disso um moço leviano, incapaz de medir as consequências de suas palavras vai por um salão de barbeiro, cheio de fregueses e propala falsamente que indivíduos de destaque social nesta vila, e que lho acolhiam, iriam tirar desforra dos lamentáveis fatos que se passavam na vizinha comarca de Sant’Anna, nas pessoas dos políticos que, então, militavam em partidos contrários. Rápido espalhou-se o boato. As casas se fechavam, as luzes se apagavam, todos esperando a cada momento o assalariado bando que o irrefletido anunciara. Foi uma noite, foram dias de terror que se estabeleceu em toda vila e isto até ser apurado a inverdade do boato... Mas se isto

³³⁶ ACTL. D. 4613/1934. fl. 8.

³³⁷ ACTL. D. 4606/1918. fl. 32.

se passou em 1918 e, desta data pra cá, esta vila de Três Lagoas entrou num regime de ordem que até hoje se tem conservado. Amorteceram as paixões que dominavam os homens naquela época. Tiveram termos as tropelias. Normalizou-se a vida... de mau aviso levantar novamente o véu que encobre aquelas cenas...³³⁸

O que se encontra por trás dos despachos destas duas autoridades, delegado de polícia e promotor de Justiça, que, presumimos, deveriam ser zelosos pela ordem; melhor dito, por uma ordem? Sobretudo, parece que a comunidade vivia períodos de louca inquietação e em outros num regime de ordem. E não eram longos esses períodos; ao contrário, em 1920 o promotor dizia terem ficado para trás, os “dias de terror”, de dois anos antes.

Esse desassossego de que se tomava a comunidade, era desdobramento ora de um homicídio que causava comoção, ora de um boato que multiplicava o sentimento de insegurança. A imaginação coletiva mourejava sobre toda espécie de fatos e boatos. Em tal clima de excitação, e uma vez retornado a um certo limite de inquietude, importava menos o fato delituoso, o atentado, do que a costumeira instabilidade; menos a realidade criminoso do que a imagem terrível que dela se fazia.

É assim, que, de um lado, entendemos a postura do promotor de justiça, da ordem pública, negando-se a desvendar o que dois anos haviam cobertos (os fatos), para não avivar aquilo que a memória coletiva guardava: marcas de um tempo de pavor. É assim, também, que se faz compreensível a preocupação do delegado de polícia, quinze anos após: a impunidade levaria a escalada da criminalidade, à banalização do crime.

De outro lado, pode-se deduzir que o promotor de justiça se incluía na “parte sã da sociedade de então”. É este “então” que nos remete à consideração de que houve modificação na “parte são”. O que teria mu-

³³⁸ Idem, fl. 32.

dado em 1920, para 1918 e em 1934 para estas duas datas? Tem origem nesta interrogação o caminho que vamos percorrer nesta última seção.

Quais os tipos de crimes que ocorriam em determinados períodos e qual a sua repercussão na comunidade? Em que espaços físicos e áreas legais recaíam os crimes de maior incidência? São perguntas para as quais nos propomos buscar respostas. Mais precisamente, tentaremos uma periodização dos crimes com registro nos arquivos criminais. Permanecerá um “buraco negro”, àquelas transgressões que não incomodavam a ordem, ou aquelas cometidas por pessoas resguardadas das malhas da Justiça. Esta lacuna, no entanto, em nada desmerece a visão que se possa dar, ao que a nossa comunidade pensa ser a desordem. A mentalidade coletiva pode ser vista, neste caso, pelo que diziam os homens da lei. Eles não refletiam a comunidade, mas diziam como deveria ser a ordem.

A absoluta maioria dos casos de homicídios, tentativa de homicídios e lesões corporais nos fala de como o viver nessa comunidade era desassossegado. A soma desses delitos ultrapassava, em dobro, todos os outros.³³⁹ Os números, no entanto, nem sempre são reveladores e podem até induzir a erros. Há necessidade, no caso, de se saber os períodos de maior incidência dos crimes contra a vida; das zonas e horários para sua maior ocorrência; dos grupos sociais mais vulneráveis e dos mais amparados. Trata-se de saber quais os motivos de tanta insânia contra a existência do outro.

De outro lado, se os crimes contra a propriedade, furto e roubo, e os contra a honra, física ou moral, não são expressivamente numéricos, chamam-nos atenção por se diferenciarem, em número, ao longo do período. Por tênue que seja a diferença, não pode ser menosprezada. Cabe a pergunta, por que e em que momento modificou-se o quadro?

Esses são pontos a serem enfocados, tendo-se o cuidado de apanhar o movimento num conjunto maior de fatos que sucediam na comunidade

³³⁹ Consultar tabela I - “Processos segundo a natureza do delito”. (anexos)

de. Começamos agrupando os crimes pelo seu objeto-alvo: contra a vida, contra a propriedade e contra a honra. Iniciemos pelo primeiro grupo.

Os números apontam para o início das décadas de 1920 e 30, como as de maior incidência de homicídios. Antes de avançar qualquer análise, é imperioso descobrir os temas desses crimes e os locais de sua ocorrência. Poucos lugares ficaram resguardados das manchas de sangue. Bares, botequins, bordéis, casas de residência e de negócios, hotéis e pensões, a rua e a estrada, a praça e a estação ferroviária, as fazendas e os acampamentos de lenhadores, todos eram cenários da faina destruidora. Zona rural, suburbana e urbana, nenhuma foi poupada, mas mostrou-se bem menor o número de casos na zona rural. Isto, entretanto, pode ser enganador, porque alguns crimes perpetuados na cidade foram por moradores da zona rural. Os locais de aglomeração revelaram-se os privilegiados; mesmo nas residências, os dias de festa eram assaz propícios para ocorrência de crimes.³⁴⁰

A lagoa Maior, da tranquilidade de suas águas, refletia cenas sangrentas: “uma vez ferindo-o... Waldemar correu, em direção à Lagoa Maior”.³⁴¹ O estampido das balas anunciava, geralmente alguma tragédia. “... desocupado resolveu visitar seu compadre Olinto Mancini... quando chegava à porta da casa foi alvejado... Do cinema ouviram, os tiros”.³⁴²

Sábados, Semana Santa, Carnaval, Festejos Juninos, muitas vezes, foram banhados em sangue. Isto não significou, entretanto, predominância; em qualquer dia da semana, tiros ou facada poderiam extinguir uma vida humana. O turno, sim, o preferido era a noite, após às 19 horas.³⁴³ Muitas tropelias, pela madrugada, quando a maioria dormia: “os

³⁴⁰ Ver tabela VII – “Locais de ocorrência dos homicídios” (anexos).

³⁴¹ ACTL. D. 4883/1927. fl. 12.

³⁴² ACTL. D. 4399/1922. fl.19.

³⁴³ Ver tabela VIII – “Homicídios por turno do dia” (anexos).

tiroteios à noite pelas ruas da cidade, continuam, de vez em quando, desenfreadamente”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de jul. de 1930, p. 3)

Os temas de homicídios inscreviam-se nas próprias dimensões de suas vidas: trabalho, política e lazer, questão por mulher e afrontamentos por qualquer querela, manifestamente, eram os maiores móveis para terminar com uma vida. Um copo de cerveja ou um pontapé em um cão podiam explodir tensão e pólvora. Os casos de homicídio em conflitos gerados por interesses de bens materiais não são nada desprezíveis para nossa análise, apesar de ser em número reduzido em relação aos demais. Também não foram poucos os casos por questão de serviço.³⁴⁴

Mas, quem eram esses homicidas? A maioria era lavradores e ferroviários, e muitos se dedicavam aos serviços urbanos. Em quase todas as profissões existentes na comunidade encontravam-se os homicidas homens; as mulheres não faziam parte desse mundo. Outros eram os seus papéis.³⁴⁵

Os períodos 1921-25 e 1931-35 revelaram-se os de maior número de homicídios.³⁴⁶ Encontramos uma concomitância com o fluxo de pessoas que chegavam.³⁴⁷ No período 1921-1926 foi muito elevada a presença de lavradores, permanecendo significativas as frequências de comerciantes e ferroviários, com relevo no período anterior. A novidade neste segundo lustro da vida da comunidade, decorria da presença significativa de mulheres domésticas, trabalhadores rurais, militares, fazendeiros e

³⁴⁴ Ver tabela II – “Crimes contra vida x tema” (anexos).

³⁴⁵ Ver tabela VI – “Profissão dos indiciados” (anexos). Ver: “O lugar de cada um: homem e mulher”.

³⁴⁶ Ver Tabela I – “Processos segundo a natureza do delito” (anexos).

³⁴⁷ Estas evidências nos encaminham para as questões do perfil demográfico. Elementos, que também se impõem, recaem na geografia dos crimes, na relação dos delitos com as festas e lugares de aglomeração. Proposições que nos obrigam, outrossim, foram aquelas referentes ao lazer, à paixão e ao trabalho.

funcionários públicos. As atividades relacionadas a serviços urbanos, que estiveram quase ausentes nos primeiros cinco anos, traduziam, o que é obvio, a formação urbana. Deste modo, nos princípios da década de 20, tipógrafo, açougueiro, músico, padeiro, costureira, hoteleiro iam preenchendo o crisol humano.³⁴⁸

A concomitância manteve-se no período de 1927-32, com relevo para as atividades de lavrador, ferroviário, comerciante, militar, funcionário público e domésticas. Novas profissões urbanas apareciam; e com bastante significado, como a de motorista. Nesta época, o carro passava a rodar na região, antes apenas cerrado. Entre os anos de 1933-38, os lavradores tinham acentuada presença, diminuindo, sensivelmente, as outras que, nos períodos anteriores, lhes estiveram próximas (ferroviário e comerciante).³⁴⁹

Não só crimes contra a vida perturbavam a comunidade, os delitos contra a propriedade traziam preocupados os possuidores e, também, ativos os homens da lei e da ordem. Os períodos de maior número de casos de roubo e furtos corresponderam, exatamente, aos de pequena baixa nos casos de homicídio, 1926-30 e 1941-45. Coincidia com o primeiro período, o aumento do afluxo de migrantes e de grande crise econômica e política. No último período, permanecia em destaque a presença de lavradores, mas ainda, forte a de militares, ferroviários, domésticas e comerciantes. A grande novidade e que se faz pertinente para nossa análise, neste momento, foi o aparecimento do guarda-noturno³⁵⁰. Cabe referir que a Guarda-Noturna foi criada em 1944, denotando o grau de preocupação pela ameaça às residências e como resposta à onda de assaltos que se verificava.³⁵¹

³⁴⁸ Ver tabela XI – “Presença nos processos: por profissão” (anexos).

³⁴⁹ Ver tabela IX (anexos).

³⁵⁰ Novas questões colocaram-se para análise, como a distribuição das terras, a estrutura de emprego e o modo de vida da comunidade em relação a moradia, higiene, saúde, mendicância. Todos temas analisados ao longo do livro.

³⁵¹ Ver tabela IX (anexos).

Foram reduzidos os casos contra a honra, pela difamação e calúnia, como foram quase insignificantes os casos de defloração e sedução. Todavia é cabível questionar os fatores da baixa incidência destes delitos. Eles nos remeteram aos temas de família, dos valores, dos costumes e da mentalidade. Dois processos-crimes que envolveram feitiçarias e dois sobre curandeiros nos encaminharam para o estudo de crenças e preconceitos.³⁵²

Numa visão de conjunto, os temas afloram como questionamentos do que nos mostram os processos-crimes. Corresponde, fundamentalmente, ao modo como se ordenava a comunidade. Neste sentido, tratamos de ver o quê e por quem eram entendidos ordem e desordem, com a ideia de periodizar os crimes, é necessário ampliar o olhar no clima de violência que fustigava essa comunidade. E aqui o nosso olhar volta-se, outra vez, para os temas que moveram a prática dos delitos.

A paixão, uma paixão entre os sexos, sem controle, cega, possessiva, e a “dinâmica orgiaca” da noite, como diria Maffesoli, na conquista e posse da mulher, da mulher para o prazer, foi a temática que mais gatilhos acionou. Do início da comunidade até a metade da década de 30 foi assim. O período seguinte, até o fim, motivos aparentemente fúteis, como sem importância, que nunca estiveram ausentes, foram os motivos mais representativos da investida contra a vida do outro. Aqui, homem matava homem; lá, mulheres eram mortas por homens. O ano de 1935, mostrou-se como de inflexão nesta mudança de direção.³⁵³

O segundo período foi marcado pelo início dos crimes contra a vida motivados por rixas em família. Nestes, o agressor é sempre homem, a vítima poderá ser homem ou mulher. O período de maior exacerbção de crimes por paixão, no início da década de 1920, correspon-

³⁵² Ver tabela I – “Natureza do delito” (anexos). Ver seções: “Do amor e do casamento e Os Desclassificados”.

³⁵³ Ver tabela X – “Delitos contra a vida, por temas” (anexos).

deu aquele, já comentado, de maior afluxo de lavradores e de homens que se dirigiam às profissões urbanas.

Que tipo de homens chegavam a Três Lagoas, em sua maioria? É uma pergunta que se impõe. Será que numa comunidade de homens e de solteiros, a paixão é mais desenfreada? Os dados nos mostram que o período de maior incidência de crimes pela paixão era concomitante com o momento em que a população masculina, em maior percentual, era solteira e na faixa de 21 a 35 anos. A partir de 1932-35 inverteu-se a situação, em que a predominância foi de casados; e pelo crescimento da faixa de idade, superior a 35 anos. A cidade crescia e diminuía a frequência dos crimes por paixão.³⁵⁴

Este quadro nos reporta ao trabalho de Boris Fausto (1983, p. 49), que não vê correlação entre vida urbana e crime sexual: “Por certo, não é apenas a urbanização, tomada em sentido genérico, a responsável pela alteração”. O autor de “Crime e Cotidiano em São Paulo” vê a questão refletindo dois fenômenos não excludentes: a “maior liberdade relativa dos jovens” e “uma alteração do papel da instituição familiar e das relações entre as esferas do público e do privado”.

As esferas público e privado da comunidade, precisam ser consideradas não só como busca de explicação para a questão dos crimes de paixão; também porque os conflitos de vizinhança e rixas em família surgiram no período em que decresciam os crimes de paixão.³⁵⁵ Pareceu ser de relevância para este trabalho, como um todo, uma análise que percebesse as diferenças do modo de vida, dos códigos, da mentalidade nessas duas dimensões: público e privado.

Todavia, os processos crimes apontam, além disso, para outra direção. Tirando os holofotes dos que eram julgados e das pessoas que, de

³⁵⁴ Ver tabela XI e XII – “Distribuição da população por estado civil e por idade” (anexos)

³⁵⁵ Ver tabela X – “Delitos contra a vida, por temas” (anexos).

algum modo, estavam envolvidas no processo-crime e direcionando-os para os “donos” da lei e da ordem, encontramos outros pontos de interesses para nossa análise.

Um balanço do desfecho dos processos-crimes trouxe-nos algumas indagações. Nos crimes contra a vida, a maioria era absolvida. Nos casos de homicídio, entende-se pela ação do júri popular. A nossa perplexidade foi ao verificar que apenas 32%, do total dos 233 processos analisados, tiveram o seu desfecho no julgamento. Enquanto os delitos contra a propriedade, em 28 casos, apenas dois foram absolvidos. A massa dos processos-crimes enquadrava-se nas seguintes categorias: não concluído, prescrito, arquivado, anulado e impronunciado. A perplexidade é pelo contraste entre o teor de violência, manifesto em números e discursos, e pela rotina de omissão da Justiça.

Cabe perguntar: será que esta era uma comunidade que valorizava mais a propriedade que a própria vida? A descrença na Justiça parálitica, não seria um fator de acréscimo à violência?

Ao longo desta seção fomos arrolando temas. É o momento de ordená-los e fazê-los explicativos do tema central do livro: a ordem e suas desordens, úteis, necessárias, suportáveis, consentidas, indesejadas, combatidas, provocadas, simuladas, e, algumas vezes, desordem feita justiça.

A ordem pública e a sua manutenção foram uma constante na preocupação e na política dos que estavam no poder, como foram permanentes a tensão, os conflitos, os desvios, as modalidades alternativas e as exceções. É justamente no intrincado destes fios que nos deve aparecer a unidade: o ordenamento de uma comunidade em toda sua dinâmica. Dinamismo em seu significado literal, ação das forças; forças de poder e resistência, da valentia, de vivacidade, de eficácia, enfim, forças de movimento. Movimento pertinente. Movimento permanente.

3- Festa e crime: uma zona de intersecção

Os fatos, que saltaram dos processos-crimes de Três Lagoas, revelaram uma delegacia de polícia e um fórum muito movimentados. Mostraram uma cidade com características de alta violência, em que o cotidiano das procissões religiosas, dos bailes nos clubes Concórdia e Grêmio, das festas beneficentes e das atividades culturais não faziam parte do mesmo universo das brigas, beberagens e tiroteios nos botequins e bordéis, embora no mesmo espaço “rururbano”, como diria José Carlos Sebe Bom Meihy (1980).

Apontamos duas características de Três Lagoas: a profusão de festas e a rotina da violência. É óbvio que não eram apanágios de Três Lagoas. Em diferentes graus e formas, encontramos estes dois fenômenos em todas as sociedades. Encaminhamos, aqui, a análise para a relação de duas manifestações de consumo da vida: comunhão e destruição.

Os motivos porque as pessoas matam seus semelhantes são esquivos. Escapam a qualquer interpretação jurídica, histórica, sociológica ou antropológica, porque os indícios dessas atitudes são sempre externos e as razões profundas dos homicídios são subjetivas. Podemos recolher alguns fragmentos a respeito de suas atitudes, valores, temores, angústias, esperanças e desilusões, jamais a razão mais íntima.

Na seção anterior mostramos os seguintes aspectos: como cenário de sangue, lugar nenhum era poupado; foi significativo o número de homicídios por motivos fúteis; os ambientes festivos eram favoráveis ao extremo da violência pessoal. Motivos e ambientes transitórios. Todavia, se existiu uma frequência significativa nessa efemeridade é possível que outras razões, em lugar das subjetivas, possam-nos ser reveladas, outros ângulos da comunidade três-lagoense. Queremos saber porque tantos crimes contra a vida desenrolaram-se num tempo de alegria e prazer. Nosso propósito é ver se as teorias mais aceitas sobre festas são adequadas para

responderem esta pergunta. Reiteramos, entretanto, que o objetivo específico de nosso trabalho não é este, mas o ordenamento da comunidade de Três Lagoas. Ao mesmo tempo, acreditamos que se possa descobrir muita coisa sobre a organização de uma comunidade através da relação entre crime e festa. É o que tentaremos sugerir nesta seção. Antes disso, vamos expor alguns fragmentos dos dados empíricos levantados.

Saber da natureza das festas, os motivos aparentes do delito e o perfil dos participantes daqueles acontecimentos, parece-nos uma necessidade preliminar. Bailes em zona suburbana, festa de São João, bailes em casa de meretrizes e duas festas de confraternização em residências particulares, uma de um alemão e outra de um português, foram os tipos de festas em que ocorreram os delitos analisados. Os participantes formavam, no somatório, um círculo restrito a lavradores, praças da Força Pública, pedreiros, carroceiros, ferroviários, porém, com predominância dos primeiros. O quadro feminino era formado por domésticas, lavadeiras e meretrizes. Suas origens eram variadas, do norte ao sul do país, com predominância da Bahia. Um número mínimo de estrangeiros, os promotores das festas e seus amigos: alemães e portugueses. Casados e solteiros, faixa de idade de 18 a 50 anos, muitos analfabetos, mas na maioria, os alfabetizados completam o perfil.³⁵⁶

Nenhum motivo mostrou-se grave, mas como questões, aparentemente, menores. Assim foram: por ser impedido de dançar: “... que o soldado Raymundo queria à força dançar e ainda tendo conseguido uma vez, foi-lhe dito não continuasse a dançar, pelo que ficou o soldado zangado”.³⁵⁷

O baile foi na residência de Franz Shalh, um alemão encarregado do serviço de montagem da ponte sobre o rio Paraná. O interrogatório na polícia mostrou que o seu encaminhamento pode ter sido tendencioso. A ví-

³⁵⁶ Ver tabela XVII – “Locais de ocorrência dos crimes” (anexos).

³⁵⁷ ACTL. D. 4877/1926. fl. 10 (parágrafos seguintes).

tima era um soldado, intruso no baile, onde a maioria era alemã. Vejamos no depoimento de duas testemunhas os dois possíveis motivos. No depoimento de uma brasileira, lavadeira, que participara do baile: “Perguntado em que caráter ou em virtude do que a depoente foi ao baile... respondeu que compareceu a esse baile, que a foram buscar em sua casa”. A questão foi encaminhada pela polícia no sentido de apurar um ato discriminatório.

No entanto poderia, também, ter sido percebido como a resposta pelo dono da casa ao intruso e renitente. Um companheiro da vítima relatou que: “Raymundo Alves entrou novamente, logo de lá de dentro saiu o embrulho com ele, vindo todos os homens da roldão com ele, homens esses todos de nacionalidade alemã... mais ou menos 15 homens... que o dono da casa chamou para fora o soldado... a quem disse que não dançasse porquanto não tinha sido convidado e que o baile era familiar...”

Raymundo que naquela noite já estivera num bordel, confundia os públicos, pois tentou dançar novamente. Pelo depoimento do próprio Fraz sabemos que “... ele, declarante, pediu a esse soldado para que não dançasse mais, visto que aquela era uma festa puramente particular, assim como era em sua residência também particular e ele soldado não tinha sido convidado como todos os outros presentes”.

Estes fragmentos nos sugerem que havia um certo clima de desconfianças entre alemães e brasileiros, como também uma certa animosidade entre civis e militares. Isto foi evidenciado igualmente em outros processos. Transparece, ainda, uma confusão entre espaços público e privado. Aqui não interessa o verdadeiro motivo do comportamento de Raymundo ou de Franz, mas aqueles elementos perceptíveis constitutivos de tensões em Três Lagoas.

Outro processo que desvenda ressentimento por origens étnicas, ocorreu também em clima de festa. No testemunho de um participante:

... tem essa desconfiança porque antes do conflito Valentim, em brincadeira, tinha dito a esse

indivíduo que ele era filho de negra com português, por isso não podia ser bom, razão porque julga ter esse homem aproveitado-se da confusão se tivesse vingado... que esse homem é conhecido pelo nome de José Sírío, porém que é português...³⁵⁸

Esse tipo de animosidade revela-se também, por questões regionais, vinculadas ao Estado de origem. Assim foi numa festa de São João: “... tendo o primeiro dito que era baiano de fato e o outro replicado que também era goiano; que Pedro disse mais, que ali não tinha homem para brigar com ele, Pedro...”³⁵⁹

A discussão, que se tornara séria, teve início numa pilhéria de Sebastião com Pedro, baiano, dono da casa, dizendo: “baiano e cigano eram uma só coisa”, tendo Pedro Dias replicado dizendo que “goiano e cavalo pampa, tirava-se um por engano”.³⁶⁰

Como bem elucida Maria Sílvia Franco (1974, p. 40), em uma cultura simples, “onde a grande maioria dos problemas de adaptação ao ambiente são triviais”, compreende-se que “o confronto de personalidades que se medem, estejam presentes no tempo do lazer (...). Define-se com isto um processo competitivo, em que os participantes procuram afirmar-se uns em detrimento dos outros e em que a comunicação assume quase sempre as formas de zombarias e provocações”.

Por vezes, uma garrafa de pinga poderia desencadear a explosão de uma questão antiga: “seu pai adotivo... tinha em mãos uma garrafa, então o mesmo perguntou-lhe ‘o que a mesma continha’... Depois deste fato, o denunciado ainda empunhando a faca, por se ter encontrado com

³⁵⁸ ACTL. D. 4954/1922. fl. 14.

³⁵⁹ ACTL. D. 4915/1936. fl. 11.

³⁶⁰ ACTL. D. 4915/1936. fl. 9.

o seu irmão José Lisboa Pereira, para este avançou, e, fria e covardemente e sem motivo algum, cravou-lhe debaixo das costelas”.³⁶¹

Assim aparecia a alguns presentes na festa, ou pelo propósito de isso dizer à polícia, de que não havia motivo algum. Contudo, ressentimentos contra seu irmão deveriam roer o íntimo de João Agripino, a “opinião pública” pensava deste modo, a respeito do trio (o réu, a sua companheira e a vítima), “que não paravam as interrogações sempre maliciosas e maldosas insinuando que talvez fosse ela a causa de algum mal ou de alguma dúvida entre os dois irmãos”.

Para outra testemunha a “opinião pública” estava equivocada, pois: “aí pela rua a todo instante se ouvia perguntar senão teria sido por causa de ciúmadass... a maledicência acostumada... ele depoente na convicção de que o móvel do crime foi a fatalidade e a cachaça”.

Ciúmes, fatalidade, cachaça, poderiam estar unidos como, em outras vezes, reuniram-se violão, cachaça e revólver. Iniciou, assim, o caso de Octávio, o homicida, e Manoel, a vítima: “... Manoel provocou Octávio em virtude de Manoel Pereira estava com a viola na mão e sem tocá-la, tendo Octávio pedido a Manoel que lhe entregasse a referida viola para tocar, tendo Manoel dito a Octávio que não lhe entregava tal objeto...”³⁶²

Nos bordéis, estes elementos estavam sempre presentes: ciúmes, cachaça, revólver, violão e “fatalidade”. O mesmo Raimundo Alves que se introduzia na festa de Franz e levava uma surra dos alemães, três anos depois de aparecer como vítima, surgiu como agressor; agora ex-praça, e após a abertura do inquérito, foragido. No bordel, Raimundo começou pedindo “pinga”, que lhe foi negada, e terminou sacando uma faca para agredir a dona do cabaré.³⁶³

³⁶¹ ACTL. D. 4312/1931. fl. (parágrafos seguintes).

³⁶² ACTL. D. 4816/1935. fl. 11.

³⁶³ ACTL. D. 4313/1929. fl. 9.

Desfechos violentos aconteciam em festas da maior cordialidade, com os mais variados motivos. Eis outro caso: Bernardino Mendes, proprietário da Casa Portuguesa, tinha por costume, anualmente, pelo Natal, oferecer uma pequena festa aos seus empregados e a alguns amigos. Em 1922, após o churrasco, em clima de brincadeira, travou-se uma discussão entre Joaquim Barreto e Manoel Montanha. O conjunto de revólver, punhal, garrafa, tábua, vinhos e cerveja resultaram num trágico final de festa. Tudo iniciara com uma caçoadade: “Joaquim Barreto, a título de brinquedo e caçoadade, deu com a mão no chapéu de palha que Manoel Montana trazia na cabeça rasgando o mesmo chapéu,... momentos depois Manoel Montana com o espeto de assar carne cutucou as costelas de Joaquim Barreto e este se incomodou e começaram a luta”.³⁶⁴

O álcool e as armas exacerbaram os ânimos desencadeados por uma situação vexatória em que se perceberam os envolvidos: chapéu rasgado e camisa rota. Antecedendo ao ridículo a que se sentiram expostos estavam, aparentemente, em situação de igualdade. Um clima descontraído e de festa. Rotos, foi desnudada a sua posição social inferior, diante não só de colegas, mas dos outros, os do círculo de amizade do patrão.

A reflexão de Maria Sílvia Franco (1974, p. 59) aplica-se neste caso: “Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser: conservar intocada a independência e ter a coragem necessária para defendê-la são condições de que o caipira não pode abrir mão, sob pena de perder-se”.

Naqueles fragmentos pudemos apreender algumas imagens de Três Lagoas, elas tendem a se esfumar quando se pretenda uma explicação da relação festa-crime para toda a comunidade. Incurreríamos em uma falácia se nos valêssemos, de imediato, das teorias mais aceitas sobre festa. A festa como “válvula de escape” ou controle social oferece uma grande força

³⁶⁴ ACTL. D. 4954/1922. fls. 10-11.

explicativa, mas não se mostrou suficiente para explicar as festas nos diferentes ambientes da comunidade. Três Lagoas, já vimos, formava-se estratificada em grupos. Foi, com exuberância, demonstrado no “calendário das festas”, como eram diferentes alguns rituais, atitudes e intenções, quando se tratasse de segmentos pobres ou favorecidos. Por outro lado, a evidência dos fatos festa-crime pertence exclusivamente aos registros de pessoas de nível social mais baixo, de pessoas com hábitos rudes mais arraigados, sem o polimento da urbanidade. Há uma razão para isto.

A teoria da “válvula de escape” apoia-se no argumento de que a festa proporciona às pessoas, um tempo de liberdade de seu cotidiano, de impunidade às atitudes mais descontraídas. Enquanto isso, outro esquema teórico vê em todo protesto social ou nos atos de violência, a necessidade de analisá-los sobre a ótica da oposição dominado/dominante. São argumentos válidos, mas não se mostraram satisfatórios para explicarem a comunidade em estudo. Repetindo Peter Burke (1989, p. 226): “o barril de vinho, às vezes, fazia saltar a tampa”.

Às vezes, um clima de festa transformava-se em um ambiente de sangue. Em todos os casos, foram em festas exteriores ao controle da Igreja, do Estado e dos códigos de clubes sociais. É verdade, a tampa do barril saltava no meio dos desfavorecidos, todavia, isto se dava sempre em que se encontravam entre seus iguais. Os privilegiados, já vimos, não eram menos violentos, expressavam sua violência sob outras formas, muitas vezes até dissimuladas em civilidade. Aqui vamos refletir tão somente os comportamentos delituosos em ocasiões de festas, os quais não se mostraram no cenário da camada social média e superior. Não apenas por coincidência, mas os registros dos fatos criminosos ocorriam sempre num ambiente mais pobre. Jornais e depoimentos de testemunhos não modificaram a visão deste quadro, antes já revelado nos processos-crimes.

Refletir o que há por baixo das manifestações concretas e violentas é tarefa complexa. A maior parte das reflexões têm sido sobre as formas

simbólicas de protesto através das festas, e em especial as carnavalescas. Como um tempo de inversão da ordem. Não é disto que se versa aqui, mas de ação direta, concreta, vivida, e não apenas práticas simbólicas.

Antes dos gracejos e zombarias existia um clima de tensões e desconfianças. E no que se manifestava como nacionalismo, bairrismo e racismo, descobrimos outros fatores não expressos. Os estrangeiros, em sua maioria, eram uma mão de obra mais qualificada, quando não proprietários do comércio e da terra. Aos nacionais, especialmente os nordestinos, cabiam as funções mais inferiores; a esses fatos acrescia-se uma ideologia dominante de que o estrangeiro era melhor. Neste quadro, a excitação do tempo de festa e o consumo descontrolado de álcool, fatores desinibidores, constituíam-se um composto explosivo em potencial. Momentos assaz propícios para que essas hostilidades se expressassem de forma violenta.

Em Vovelle (1989, p. 246) encontramos o reforço para esta reflexão: “que maravilhoso campo de observação é a festa para o historiador: momento de verdade em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo”.

Até aqui os pressupostos teóricos de que a festa libera, serve de catarse, de contestação e, simbólica ou concretamente, de inversão da ordem, foram úteis para explicar, em parte, os crimes nas festas. Mas isto não é tudo. Não responde porque em outros ambientes, dificilmente a festa transmutava-se em tumulto. Parte-se do princípio de que em toda a comunidade havia conflitos e contradições. Era histórica a hostilidade entre famílias, entre grupos partidários e entre os donos das terras. Muitas “mortes por empreitadas”, ameaças à vida, descarga de humores pela imprensa e perseguições nas esferas burocráticas e judiciárias enriquecem os registros dos socialmente favorecidos. Cabe a pergunta por que nos clubes sociais e nas residências da camada mais alta, as tensões liberadas nas festas não propiciavam trágicos desfechos? E, ainda, por

que na festa oficial, religiosa e cívica, com a presença, em geral, de todas as camadas sociais, também não se repetiam aquelas tragédias? Aqui a teoria da “válvula de escape” não teve o mesmo poder explicativo.

Vamos apenas reafirmar o que já tratamos sobre a festa oficial. Regulada e controlada em seus rituais, com uma meta a alcançar além da festa em si: a domesticação da massa, o reforço contínuo e permanente das lealdades. Por outro lado, a festa oficial leva a massa a um tal estado de exaltação, através do culto aos santos, heróis, mitos e mistérios de forma a canalizar as tensões. Ela, a festa oficial, persegue a própria ordem, sua função é a conservação do regime. Nessas condições, dificilmente há lugar para desordens na festa oficial.

Entretanto, a festa que precisamos contrapor àquela mais vulnerável à inversão da ordem é a festa social do clube e dos grupos aquinhoados. Para as festas desta natureza é pertinente a reflexão de Elias Canetti (1983, p. 57), que não correspondeu, no todo, aos casos acima exemplificados: “Muitas proibições e separações foram suspensas, se permitem e favorecem as aproximações pessoais menos usuais. A atmosfera para o indivíduo é de distensão e não de descarga”.

Distensão tem sentido de afrouxamento das tensões, todavia sem a purgação de humores, sem perda de sua carga de excitação. Nesta circunstância não está prevista a possibilidade do barril de vinho espirrar a tampa. Se a reflexão de Canetti não serve para explicar a frequência de crime em festa, a teoria da válvula de escape não explicou as diferenças de festas potencialmente explosivas e aquelas em que se caracterizam pelo relaxamento sem descarregar as tensões. Nosso suporte teórico precisa, portanto, abandonar uma explicação que possa tornar inteligível as diferenças. E ao abraçarmos o campo da cultura, não estamos abandonando a ideia de conflito, de oposição de estratos ou de classes sociais. Entendemos que as formas de cultura decorrem dentro de estruturas e conjunturas em que estão presentes os conflitos. Vamos buscar exatamente uma

explicação plausível a esta clivagem social. Se as festas produzem uma representação da sociedade, tanto realçam como contestam sua ordem, a análise deve buscar respostas para: que festa? Para quem?

Toda festa só pode remeter ao próprio grupo ou à coletividade da qual ela se origina. Decorre disto a necessidade de que ela seja integrada nessa mesma regra. As expressões da festa não são criadas numa vez. É, portanto, questão de cultura.

Já tivemos oportunidades de mostrar as categorias assumidas por clubes e cafés em Três Lagoas. Nos cafés “chic” e nos clubes, esperavam-se das pessoas de nível social médio e superior, comportamentos e atitudes civilizadas. Foi desse modo que a preocupação em manifestar esse padrão de comportamento demarcou certos limites para a expressão pública, um verniz social. Tais demarcações consistiam em que o domínio público era o lugar reservado na comunidade para demonstração do que havia “de mais digno em nossa sociedade”. Uma categoria social que, para se afirmar, necessitava distanciar-se dos modos naturais ou primitivos dos sertanejos.

O vestuário, os gestos, o discurso, as atitudes e os códigos em público fixavam limites tanto entre os grupos da comunidade, quanto do outro domínio, o privado.

Antes de prosseguirmos a análise a que nos propomos, é pertinente uma definição do que estamos entendendo por público e privado. Um não estava em contradição com o outro, como alternativas. Diz-nos Richard Sennett (1988, p. 117-137) que o “público era uma criação humana, o privado era a condição humana”. Estes contornos para a vida pública e vida privada tiveram origem na noção moderna dos direitos humanos, da oposição entre natureza e cultura, germinada no século XVIII. Público e privado “são modos de expressão humana não concorrentes, localizados em diferentes situações sociais, e que são corretivos um do outro”. São noções que, de certa forma, encontramos presentes na

comunidade três-lagoense do início do século. Como afirma Sennett “o homem natural era um animal, o público, portanto, corrigia uma deficiência da natureza, que somente uma vida conduzida, segundo os códigos do amor familiar, poderia produzir: essa deficiência era a incivilidade”.

A expressão “público” significava a moderação das atitudes, um conter os instintos, uma restrição a certas manifestações de sentimentos. Este modo de vida caracterizava a civilidade, condição somente adquirida na cidade. Mais que isso, hábitos urbanos conotavam, ainda, uma disposição para aceitar as ideias modernas e abandonar as tradicionais. Afetação e sofisticação em lugar da simplicidade.

Na seção sobre festas, exemplificamos à saciedade. Contudo, para reforçar registramos outros dados que evidenciam a intenção de um grupo se distinguir do resto da comunidade, através de manifestações públicas que traduziam uma concepção elitista. Os termos “brilho” e “seleta” conferiam o tom distinto nos registros de acontecimentos sociais. Assim, uma “assistência seleta” compareceu à festa inaugural do Clube Concórdia (GAZETA DO COMÉRCIO, 13 de jan. de 1924, p. 2). A “seleta assistência” sempre “abrilhantou” os bailes dos Clubes Concórdia e Grêmio Treslagoense. Referindo-se ao Clube Concórdia, em 1933, registrava a *Gazeta do Comércio*: “... um clube tão necessário para a reunião de nossa elite social” (GAZETA DO COMÉRCIO, 16 de abr. de 1933, p. 4). Não eram poupados adjetivos para essas reuniões de “lautas mesas” e “opíparos jantares”. Na festa civilizada compareciam “representantes da nossa melhor sociedade”. Nos “salões maravilhosamente iluminados” estavam “presentes numerosos cavalheiros e tudo quanto existe de mais fino em nosso sét social”.

Os adjetivos faziam jus à práticas refinadas. Em 1922, um “lauto banquete” apresentou este menu: “Froid: Mayonnaise aux Creveltes”, “Du Potage: Du riz à la milanaise”, “La Torte: Nordestina, Rigot – Parisien, Asparges à la Parmezon”, “Rôte de Poule”, “A La Jardinière”, “Roos beef an Petit-Pois”, Vins: Larmont, Collares e Santernes, Champagns:

Romery, Desert: De la crème, Liquers. Chatreuse. Cigarretes”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 17 de dez. de 1922, p. 1)

Em 1933, num “majestoso baile”, “as senhoras e senhoritas aprimoraram-se em sua toiletes de maneira que a nossa sociedade teve, pela primeira vez, um verdadeiro baile a rigor”. (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de jun. de 1933, p. 1)

As “toiletes” das senhoras “chics” eram adquiridas na “Mme. Jenny, à rua barão de Itapetininga 71 – A, em São Paulo”. Em 1934, foi criada uma nova seção neste estabelecimento, especialmente, para atender a “sua distinta clientela do interior”. E, “assim a nossa elite não precisa mais transportar-se à capital; basta dirigir-se por carta”. As elegantes três-lagoenses vestiam como as paulistas, pois com “rapidez e exatidão” obtinham “todas as informações das últimas tendências da moda, os tecidos em voga, as cores preferidas, etc.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 28 de jan. de 1934, p. 4)

Não só à mesa e na *toilette* buscavam o esmero, a linguagem também era destacada. Em um jantar da Ordem dos Advogados, em 1939, além de um serviço de “buffet esplêndido” e “na retirada mimoso saquinho de finíssimos bombons para os que lhes ficaram em casa”, foi exibido com realce o falar polido da civilização: “... decorreu em ambiente de franca cordialidade, sem a menor cerimônia, esfuziando a espaços hilariantes pilhéricas de gosto e ditos chistosos ou de fina ironia e epigramas de acentuada observação ou sátiras leves...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de abr. de 1939, p. 3)

A “classe ilustrada” – os iluminados que se destacavam nesse “torneio improvisado” – era composta por advogados e médicos. Foram expedidos convites especiais e seu registro é revelador dos cargos de influência, na comunidade de então: “as classes consideradas co-irmãs, médicos e engenheiros”, os bacharéis. Os postos-chaves: “os srs.

Chefes das Estações, Fiscais, Correios e Telégrafos”. É óbvio que o Juiz de Direito, o prefeito e o delegado de polícia faziam parte do “set social” (GAZETA DO COMÉRCIO, 2 de abr. de 1939, p. 3). É interessante registrar, ser esta a primeira vez em que encontramos uma nota sobre a presença do vigário da paróquia em festa não religiosa. Fora da igreja houvera registro apenas de festas em fazendas, onde havia cerimônias religiosas. Eram os tempos da República Nova, em que o Estado e a Igreja se festejavam mutuamente.

Criavam-se clubes fechados, o “Clube dos 20” em que eram presidentes de honra o juiz, dr. Otílio da Gama; o médico, dr. Bruno Garcia e Alfredo Schmidt; tinha por presidente o cel. Alvaro Feijó, fazendeiro e político. Uma chácara, no córrego da Onça era o local das reuniões fechadas para os 20.

Não faltou, nem mesmo, mentor parra as atitudes que se deveriam exibir em público, e o citamos para fortalecer a argumentação que estamos construindo: “... o homem desde que surgiu para a vida, trouxe em si o germe de todas as virtudes e de todos os males... a maneira de manifestar, de exteriorizar esses sentimentos se foi modificando com o tempo. A civilização foi refreando as expansões, impondo leis, moderando os impulsos naturais...” (GAZETA DO COMÉRCIO, 20 de ago. de 1939, p. 3)

A camada social que frequentava os clubes Concórdia e Grêmio participava dos lautos banquetes, vestia-se pelos ateliers de São Paulo, identificava-se por um modo refinado de falar, demonstrava sua urbanidade impedindo que, em público, seus instintos naturais viessem à tona. Ao contrário do resto da comunidade, que não tendo acesso à convivência neste meio, não era sensibilizado pela imagem do brilho, pela representação da urbanidade.

Uma advertência ao operariado de Três Lagoas da necessidade de se organizarem em sindicatos, bem nos diz da realidade desta classe e do que os prosélitos da política intervencionista pensavam:

O operariado tem necessidade imprescindível de viver arregimentado. Não é vergonhoso, não causa revolta, mesmo, ver aqueles casebres lúgubres onde famílias inteiras se definham à míngua de conforto e de higiene? ... Não interessa pela sua própria sorte, pelo seu próprio bem estar... O banquete da vida tem lugar para toda gente... (GAZETA DO COMÉRCIO, 8 de jan. de 1933, p. 2)

Este erro de percepção do articulista sobre a “sorte” dos desfavorecidos não será tratado aqui; registramos apenas. Não pensa como ele, para quem os desfavorecidos “não se interessavam pela sua própria sorte”. Existia uma trincheira que impedia o seu avanço. Ela ia sendo construída na medida em que os privilegiados sentiam-se perdendo terreno.

Queremos aqui chamar atenção para as circunstâncias em que viviam aqueles que não participavam do “banquete da vida”. Tão próximos da natureza, quanto distantes do “brilho da civilização”, não afagavam eles o ideal de “donaire”. O que lhes movia era uma ação direta a qualquer indisposição de seu humor. Não conheciam sanções para seus comportamentos primitivos. Socialmente, nada perdiam, deixando livre seus instintos.

Há lugares, ocasiões, em que as pessoas são estimuladas a liberarem suas tensões, onde com mais facilidade, pode vir à tona seus instintos de bruto. O botequim, o cabaré, o carnaval, como no jogo e na política, a emoção arrebatadora pode explodir em ódio e raiva. O álcool é um agente estimulador deste comportamento. Como há lugares e ocasiões para a moderação de gestos e palavras, a reflexão antes do ato impede o afloramento daqueles instintos brutais. Esta polidez e desenvoltura social forjam-se por inibidores ideológicos e práticos. Na comunidade, que estamos analisando, as ideias de progresso, de povo civilizado e de urbanidade cumpriam a sua função ideológica. As reuniões sociais, as cerimônias formais, o ritualismo e a burocracia, as regras e normas sancionadas, como a lei, situavam-se no plano das práticas. As pessoas não

mudam sua natureza agressiva; ela se doméstica, podendo aflorar de outras formas, simulada, sofisticada, mais branda, pois as manifestações de agressividade têm graus. Aqui, parece situar-se a diferença entre as manifestações em público, dos privilegiados e dos desfavorecidos, ou como temos cunhado: ordenadores e pobreza laboriosa.

Maria Sílvia Franco (1974, p. 38) mostrou como o desafio era a forma básica dos divertimentos, um vivo espírito de provocação. Para ela: “o significado da festa, como contexto social que favorece as relações antagônicas, tornam-se mais nítido quando se observa que ela é cenário conveniente às afirmações de supremacia e, deste modo: é oportunidade para a realização de façanhas perante audiência numerosa e tem em alta o valor pessoal”.

Esta interpretação, Maria Sílvia endereçou às festas de uma camada pobre. Em Três Lagoas isto ficou bem patente. Entretanto, o desafio, comparecia também na festa dos privilegiados. Lembramos o jantar da Ordem dos Advogados em que se destacou um “torneio improvisado”. Além do desafio a emulação era presença nestas reuniões, toaletes, adereços e relatos pessoais cumpriam sempre a função de rivalidade.

Parece-nos já ter ficado claro que as festas iam além do divertimento, eram momentos para criar ou manter reputações. Para alguns, tratava-se de riqueza, saber e poder; para outros, coragem e valentia. Desta forma, pode-se entender porque nas festas dos privilegiados o “brilho” era necessário, enquanto nas festas dos desfavorecidos, a força-muscular – ou da ponta de um punhal ou do cano de um revólver – tornava-se inevitável. A individualidade era do corpo sem adornos. Não era a roupa que fazia o homem, mas a arma; seus adereços: a faca, o punhal, a carabina, o revólver. Estas reflexões respondem a um aspecto da dinâmica das festas. No entanto, até agora, não elucidaram porque nas reuniões em que o crime se consumava, somente os homens rompiam a alegria do grupo. É simples a explicação. As mulheres bebiam menos e não portavam armas;

eram consideradas e assim se percebiam, como sendo inferiores; eram dominadas pelo homem. O revide da ofensa, a lavagem da honra, do homem ou da própria mulher, cabiam tão somente ao homem.

Numa visão de conjunto, podemos sublinhar agora uma comunidade compartimentada. As festas deixaram em evidência sua crescente divisão em dois segmentos: uma cultura enraizada nas tradições dos pioneiros, com a permanência do “código do sertão” (FRANCO, 1974, p. 20-59). Sobrevivências de um padrão de comportamento adquirido num passado de luta e convivência com a natureza. Coetâneo com este, havia um outro padrão de cultura voltado para o moderno, norteadado pela ideologia do progresso e da civilização. Esses dois modos de vida separavam cada vez mais, os dois segmentos sociais. A riqueza e o poder concentravam-se nas mãos de uma minoria por meio da terra, do gado, dos imóveis e dos cargos. Enquanto isso, para a maior parte, a possibilidade de fruição destes bens e de um viver aos moldes da elite, tornava-se cada vez mais longínqua. Tudo lhes escapava das mãos: a terra, o dinheiro, a moradia no centro, as melhores ocupações, os privilégios.

Neste livro mostramos como esta comunidade ordenava seus espaços de circulação, moradia, lazer e poder. Expomos seu calendário festivo e a geografia dos crimes. Revelou-se nestes movimentos uma pretensa ordem moderna, civilizada, fundamentada numa visão de urbs com jardins, praças, infraestrutura urbana, “bons costumes”, tranquilidade e “brilho” – com ela convivendo outra ordem tradicional, ligada ao sertão, vista, muitas vezes, pelos de “dentro”, os “civilizados”, como desordem.

Na verdade, não apenas duas, mas muitas ordens coexistiam: as (des)ordens. Dentro da própria ordem praticava-se o desrespeito à lei, aos padrões éticos e morais da época, inclusive pelas mesmas autoridades fiscalizadoras e repressoras.

Nossa historiografia até agora, deu maior atenção às festas cívicas, religiosas e carnavalescas e, quando as festas sociais foram consideradas,

quase nunca o foram esquadrihadas pelas clivagens sociais. Por outro lado, há muitos estudos sobre festas e, atualmente, há vários estudos sobre crime. Nenhum, entretanto, ampliou o estudo das relações de um e outro fenômeno: festa e crime.

(DES)AMARRANDO OS NÓS

Efetivamente, é mais fácil construir cidades que vida urbana.

Mário Gavéria

Estudar a ordem social não é nada fácil; ima dificuldade que aumenta quando se trata de transpor do particular para o geral.

Sem dúvida que viver em coletividade implica numa ordem que se exerce pelo poder, pela lei, pela autoridade, pela força. Este reduto, no entanto, não deve ser sobrevalorizado no ordenamento social. Nosso estudo longe de confirmar uma ordem homogênea sublinha uma ordem plural: as (des)ordens.

A família, a propriedade, a religião, os poderes políticos são instituições que tendem a uma integração social, uma ordem que traduza a produção de bens, de crenças, de valores, de poder. Cada uma destas instituições carecendo da necessidade de um ordenamento de relações numa ordem maior.

Todavia, outras se impõem; com normas, em lugares, em tempos e em dimensões, muitas vezes, diferentes daquelas da Ordem. Mostraram-se, em Três Lagoas, pela ironia, pelo deboche, pela sensualidade, pela violência física e verbal, por cima dos balcões dos botecos, no gatilho de um revólver ou na ponta de uma faca. Eram outros cimentos de coesão social. Assim era reposto o equilíbrio, impedindo que a ordem se tornasse sinistra.

Em largos traços, as três camadas analisadas, por conveniência de análise, foram tomadas como dois períodos: 1915-1931 o rururbano em formação e 1932-1945 – o rururbano configurado.

A ideologia dominante repousava na representação paradigmática de *urbs* ordeira e progressista. O centro urbano, como um recorte,

uma fachada de infraestrutura, deveria expressar uma ordem urbana, moderna, civilizada. A preocupação dos “ordenadores” era atenuar os vestígios do sertão, de uma ordem considerada primitiva.

O contraste com o sertão fazia-se ideologicamente, na prática isto não se concretizava plenamente. O que se configurou, de fato, foi a diversificação do centro urbano com os bairros pobres e com as zonas suburbanas.

Fez-se, ainda, pelo aprofundamento da distância social: através da definição das fronteiras dos privilégios que separavam os “ordenadores” da pobreza laboriosa, e da linha tênue entre esta e os desclassificados.

Uma organização social economicamente com base na pecuária e no comércio com o sertão, dependente do poder dos grandes proprietários (da terra, do gado e do comércio), dificilmente apagaria os vestígios do sertão. Ao contrário, carregou consigo toda uma carga da cultura rural.

Na verdade, não se verificava uma cultura sertaneja em oposição à uma cultura urbana; mas uma interação: uma cultura rururbana.

Desdobrando o conceito de Ordem em seus componentes e analisando a dinâmica social, apreendemos o ponto onde o rompimento se faz sem dilacerar a Ordem.

Todas as roturas ocorrem sempre ao nível funcional; no âmbito pessoal de grupos ou de instituições é assim que se mostra. Todavia, o nível simbólico nunca é rompido, embora (e por isto mesmo) sejam permanentes as transgressões em todos os aspectos, enquanto os valores, estímulos, recompensas e castigos mantêm a unidade da ordem. Ainda que não permaneça exatamente idêntica, a unidade é mantida, por uma ideologia e por uma tábua de valores.

Os processos-crimes mostraram-se a fonte apropriada para tornar manifesto o contraste entre o desempenho de formalidades simbólicas e as contingências de execução. Este contraste revela-se não só no

judiciário, mas em todas as esferas, ética, moral, política, religiosa, pública e privada. O discurso, os símbolos, os rituais, as formalidades de praxe, sempre apareceram vigorosos e intransigentes. A severidade do discurso assegurava a unidade da Ordem e o seu todo realizava-se, na expressão de Balandier, pela “teocracia”.

E, com as palavras de Balandier (1980, p. 5), fechamos a página, não a discussão, que permanece em aberto: “Por trás de todas as formas da sociedade e de organização dos poderes encontra-se sempre presente, governando dos bastidores, a ‘teocracia’ ela regula a vida cotidiana dos homens [e das mulheres] em coletividade.”

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1- FONTES ESCRITAS

1.1- Arquivo Criminal de Três Lagoas (ACTL) - Processos-crimes de 1915 a 1944

1.2- Arquivo da Câmara Municipal de Três Lagoas (ACMTL) - Atas, Resoluções, Leis e Telegramas:

Atas - Livro de Sessões Ordinárias nº 1, 1921-1927.

Atas - Livro de Sessões Ordinárias nº 2, 1928-1930.

Resoluções - Livro de Resoluções Leis Votadas e Sancionadas 1921-1927.

Telegramas - Livro de Registros de Ofícios e Telegramas 1915-1920.

Leis - Livro de Leis nº 1.

1.3- Arquivo da Prefeitura Municipal de Três Lagoas (APMTL) - Resoluções, Ofícios, Telegramas, Decretos-lei.

Resoluções - Livro de Leis nº 1, 1915-1922.

Decretos-lei - Livro de Leis nº 3, 1940-1948.

Concessões e Transferências de títulos de aforamento - Livros de Concessões e Transferências 1921-1922 e 1923-1928.

Títulos de aforamento - Livro de Títulos de Aforamento. Bairro Santa Luzia. Livro nº 1

Títulos Definitivos de Aforamento - Livro Títulos Definitivos 1916-1946.

Livro de Registros de óbitos, 1942.

Ato nº 31/1938 – Livro de Atos nº 1.

Ofícios e telegramas - Livro de Registros de Ofícios e Telegramas de 1930-1931.

2- FOTOGRAFIAS

Autoria de Antero Coimbra - Coleção de Maria José Coimbra Vasconcelos.

Autoria de Fares Zaguir - Coleção de Fariza Zaguir.

Autoria de Fares Zaguir – Coleção de Angela Carrato

Acervo do Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro UFMS/CPTL

3- ORAIS – ENTREVISTAS

CRUZ, Jurema Congro Chagas. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1990. (fita mag.)

FILGUEIRAS, Ruth Máximo. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1987. (fita mag.)

JESUS, Raimunda Sebastiana. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1990. (mimeo.)

PEREIRA, Ana Maria. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1990. (mimeo.)

PEREIRA, Sebastião. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1989. (fita mag.)

SANTOS, Sebastião Guilherme. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1990. (fita mag.)

SIQUEIRA, Odete Faquer. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1987. (fita mag.)

SOUZA, Angela Carrato de. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1988. (fita mag.)

SOUZA, Januário Pereira de. Depoimento. Três Lagoas, Arquivo de História Oral de Três Lagoas, UFMS/CPTL, 1985. (fita mag.)

SOUZA, José Carlos. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1988. (fita mag.)

SOUZA, Marcolino Carlos. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1985. (fita mag.)

THOMÉ, Flora Egydio. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1989. (fita mag.)

VASCONCELOS, Maria José Coimbra. Entrevista concedida à Nadir D. Mendonça. Três Lagoas, 1987. (fita mag.)

ZAGUIR, Fares. Depoimento. Três Lagoas, Arquivo de História Oral de Três Lagoas, UFMS/CPTL, 1985. (fita mag.)

4- FONTES IMPRESSAS

GAZETA DO COMÉRCIO. Almanaque Ilustrado de Mato Grosso. Três Lagoas, Tipografia, Papelaria e Livraria Gazeta do Comércio de Três Lagoas, 1930.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios. Vol.XXV. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

5- PERIÓDICOS

PAZ, Octávio. “Falo sobre a cidade”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 de setembro de 1987 (Ilustrado), p. A-27.

Gazeta do Comércio. Três Lagoas, 1920-1945. Arquivo Castro Pinto. [Arquivo da Diocese de Três Lagoas-MS]

II – BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

AGUIAR, Roberto. **O que é justiça?** São Paulo, Alfa Omega, 1982.

ARIÈS, Phillipe. **O homem diante da morte**. Vol.I. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. **Album Gráfico do Estado do Mato Grosso**. Corumbá, Ed. Particulares, 1914.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília, Ed. UnB, 1980.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e o Renascimento: O contexto de François Eabelais**. São Paulo, Hucitec, 1987.

BECKER, Bertha. As migrações internas no Brasil: Reflexos de uma organização do espaço desequilibrado. **Boletim Geográfico**. n. 30, v. 2, p. 98-116, 1968

BUESCU, Mircea. **Evolução econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, APEC, 1974.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CAILLOIS, Roger. **O homem e o sagrado**. Lisboa, Portugal, Ed. 70, 1988.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – O século XVII. **Revista do Departamento História**. n. 4, Junho 1987. UFMF. BH.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A presença do macabro na cultura barroca. **Revista do Departamento de História**. N. 5. Dez. 1987.

CANETTI, Elias. **Masa y poder**. Madrid, Alianza Editorial, 1983.

CARDOSO, Alcina Lara e ARAUJO, Sílvia. **1º de maio cem anos de solidariedade e luta**. Curitiba, Ed. Benjamim, 1986.

CARNEIRO, Maria luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O universo simbólico da era Vargas: fascínio e sedução de uma ditadura**. S/e, s/d, p. 34 (Artigo mimeografado).

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

CASSIRER, Ernest. **Linguagem e mito**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

CATTANIO, Maria Bernadeth. **A dinâmica urbana e a estrutura espacial de Três Lagoas**. Dissertação de Mestrado – Fac. Fil. Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus (mimeo.). Bauru, SP, 1976.

CONGRO, Rosário. **Prosa coletânea**. Curitiba, Artes Gráficas Unificado, 1984.

CORREA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CORREA, Mariza. **Morte em família**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CORREA, Valmir Batista. **Mato Grosso: 181701840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo (mimeo.). São Paulo, 1981.

COSTA, João Nepomuceno. **A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o Levante Sedicioso de São Paulo**. Série Memória Sul-mato-grossense (Vol. XXXI). Campo Grande-MS: IHG-MS, 2013.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

DIAS, Maria Odila Leite da. **Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX – Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo, Nacional, 1966.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens. Do amor e outros ensaios**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

DURKHEIM, Émile. **Las formas elementales de la vida religiosa**. Madrid, Espanha, AKAL, 1982.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano. A essência das religiosas**. Lisboa, Livros do Brasil, 1983.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

ESTEVES, Marta de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor do Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo, DIFEL, 1985.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FOHLEN, Claude. **O faroeste (1860-1890)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1976.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa: elementos estruturais de sociologia da arte**. São Paulo, Perspectiva, 1982.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo, Ática, 1974.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo, Paz e Terra, UNESP, 1990.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona, Península, 1987.

HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo, Companhia da Letras, 1987.

HOBBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 5 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo, Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. **São Paulo, 1900**. São Paulo, Kosmos/CBPO, 1988.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

LAVER, James. **A roupa e a moda. Uma história concisa**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP, Papirus, 1986.

LOVE, Joseph. **São Paulo na Federação brasileira 1889-1937. A locomotiva**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento do cotidiano**. Lisboa, Veja, s/d.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio**: contribuição a uma sociologia da orgia. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MANDROU, Robert. **Magistrados e feiticeiros na França do século XVIII**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

MARX, Karl. **O capital**. Vol I, L.1º, Tomo 1. São Paulo, Victor Civita, 1983.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista. História oral da vida acadêmica**. São Paulo, Nova Stella, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Vale de lágrimas: História da pobreza em Taubaté 1889-1945.** Tese de Livre Docência. São Paulo, USP, 1980 (mimeo.).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carnaval, carnavais.** São Paulo, Ática, 1986.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido de. **Os parceiros do Rio Bonito.** 6 ed. São Paulo, Duas Cidades, 1982.

MELLO E SOUZA, Laura. **Os desclassificados do ouro.** Rio de Janeiro, 1982.

MENDONÇA, Nadir Domingues. A propriedade rural no processo de urbanização na zona da campanha riograndense. Sep. **Revista de História LXVI.** Anais do VIII Simpósio da ANPUH, vol. III. 843-855. São Paulo, 1976.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **Tropeiros e caminhões boiadeiros na zona da campanha gaúcha.** Trab. aprese. 2ª Reunião Regional da SBPC, Blumenau, 1985 (mimeo.).

MENDONÇA, Nadir Domingues. O pensamento da Igreja Católica na 1ª metade do século XX, através dos discursos de D. Aquino. Comunicação na **Reunião Anual da SBPC.** Brasília, 1987. (mimeo.).

MERCANTE, Mercedes Abid. **O uso do solo em Três Lagoas. Fatores físicos e históricos como determinantes da atividade econômica.** Dissertação de mestrado – Faculdade Filosofia Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus (mimeo.). Bauru, SP, 1982.

MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do Santo e o mundo dos engenhos:** estudo de uma comunidade rural nordestina. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil. 1920-1045.** Rio de Janeiro, DIFEL, 1975.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média.** Rio de Janeiro, Campus, 1989.

MOMBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo, Hucitec-Polis, 1984.

MORAES FILHO, Mello. **Festejos e tradições populares do Brasil.** Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

MORRIS, Terence. **Desvio e controle:** A heresia secular e a ordem social e como ela é imposta. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

NISBET, Robert. **História de la idea de progreso**. Barcelona, Espanha, Ed. Gedisa, 1981.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

OZOUF, Mona. “A festa sob a Revolução Francesa”. In: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 9.ed. São Paulo, Brasiliense, 1969.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Apresentação. In: Fukui, Lia Freitas Garcia. **Sertão e bairro rural**. (apresentação). São Paulo, Ática, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Fausto, Boris. **História geral da civilização brasileira**. III o Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, 1985.

RIVIÉRE, Claude. **As liturgias políticas**. Rio de Janeiro, Imago, 1988.

RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Mato Grosso do Sul**. São Paulo, Ed. do Escritor, 1984.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho. Estatuto sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1984.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa Omega, 1981.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

SABORIT, Ignasi Terradas. **Religiosidade na Revolução Francesa**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1989.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. **Preconceito racial. Portugal e Brasil Colônia.** 2ed. São Paulo, Brasiliense, 1983.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa contra a Igreja. Da razão ao Ser Supremo.** Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade. Na História e na Literatura.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, Johan D. **Minas Gerais na Federação brasileira 1889-1937.** São Paulo, Paz e Terra, 1982.

ANEXOS

TABELAS

TABELA I - PROCESSOS SEGUNDO A NATUREZA DO DELITO

Período Natureza do Delito	19/6-1920 Num. %	1921-1925 Num. %	1926-1930 Num. %	1931-1935 Num. %	1936-1940 Num. %	1941-1945 Num. %	Total Num. %
Homicídio	7 6	27 24	18 16	25 23	18 16	16 15	112 100
Homicídio Tentativa de	1 4	5 23	1 4	6 28	4 18	5 23	22 100
Lesão corporal	2 4	16 32	17 34	4 8	4 8	7 14	50 100
Sedução	- -	1 100	- -	- -	- -	- -	1 -
Defloração	1 11	- -	2 22	2 22	3 33	1 11	9 100
Estupro	- -	- -	- -	- -	- -	1 100	1 100
Furto e roubo	- -	2 7	9 32	2 7	6 22	9 32	28 100
Difamação, Injúria, Calúnia	1 33	- -	2 67	- -	- -	- -	3 100
Fuga de presídio	- -	- -	1 33	- -	1 33	1 33	3 100
Outros	- -	- -	2 13	2 13	5 33	3 20	15 100
Total	12	54	51	45	39	43	244

FONTE: Processos-crimes. Arquivo Crime – Fórum Três Lagoas – MS

TABELA II - CRIMES CONTRA VIDA X TEMA 1916-1945

NATUREZA	QUESTÃO C/ MULHER	DISCUSSÃO EM SERVIÇO	QUESTÃO DE SOMENOS IMPORTÂNCIA	QUESTÃO POLÍTICA	INTERESSES MATERIAIS	AFRONTAMENTO	SEM TEMAS	OUTROS	TOTAL
TEMA	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %
Homicídio	2 21	9 8	10 9	4 4	12 11	23 20	20 18	10 9	112
Tentativa de homicídio	6 27	2 9	- -	- -	6 27	3 14	3 14	2 9	22
Lesão corporal	9 18	8 16	7 14	- -	4 8	8 16	10 20	4 8	50
TOTAL	39	19	17	4	22	34	33	16	184

FONTE: Processos-crimes. Arquivo Crime – Fórum Três Lagoas – MS

**TABELA III - PRINCIPAIS DELITOS SEGUNDO A NATURALIDADE/
NACIONALIDADE DO RÉU = 1916-1945**

NATURAL NACIONAL.	MT	MG	SP	RS	NORDESTE	ARGENTINA	ESPANHA	PORTUGAL	NÃO VERIFICADO	TOTAL
PRINCIPAIS INFRAÇÕES	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM. %	NUM.
TENTATIVA	67 10 9	61 17 15	38 5 4	50 1 1	64 14 13	100 2 2	20 1 1	50 1 1	46 61 54	112
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	9 2 10	9 2 10	- -	4 1 5	14 3 14	- -	- -	- -	64 14 61	22
LESÃO CORPORAL	13 2 4	21 6 12	15 2 4	- 2 4	9 2 4	- 2	40 2 4	- -	27 36 72	50
ROUBO E FURTO	- -	11 3 11	11 4 14	- -	9 2 7	- -	40 2 71	50 1 4	12 16 57	28
SEDUÇÃO E DEFLORAMENTO	7 1 10	15 2 20	- -	4 1 10	- -	- -	- -	- -	5 6 60	10
TOTAL	100 15 100	100 28 100	100 13 100	100 22	100 22 100	100 2 -	- 5 -	100 22 100	100 132 100	222

FONTE: Processos-crimes. Arquivo Crime – Fórum Três Lagoas – MS

TABELA IV - DELITOS: * DESFECHO DO PROCESSO

DESFECHO PERÍODO	ABSOLVIDO		CONDENADO		NÃO CONCLUÍDO		PRESCRITO		ANULADO		IMPRINUNCIADO		ARQUIVADO		OUTROS		TOTAL NUM.
	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	
1916-1920	17	2	2	-	-	-	17	8	1	33	8	25	17	12			
1921-1925	2	5	1	2	-	-	2	12	-	-	11	13	2	3			
1926-1930	13	28	11	29	3	9	6	35	-	-	1	11	7	44	13	16	54
1931-1935	11	24	215	4	6	15	3	18	-	-	3	33	1	6	20	24	51
1936-1940	7	15	4	11	14	31	-	2	1	33	3	45	2	12	14	17	45
1941-1945	6	13	7	18	4	13	2	12	-	-	-	8	3	19	17	20	39
TOTAL	7	15	4	11	9	28	4	23	1	33	1	11	-	-	17	20	244

* Homicídios, tentativa de homicídios, lesão corporal, sedução, defloramento, estupro, furto e roubo, injúria, calúnia, difamação, fuga de presídio, outros.

x/y x = relação aos desfechos

y = respeito aos períodos

**TABELA V - DESFECHOS DOS PROCESSOS POR NATUREZA DO
DELITO – 1916-1945**

DESFECHO NATUREZA	ABSOLVIDO		CONDENADO		NÃO CONCLUÍDO		PRESCRITO		ANULADO		IMPRINUNCIADO		ARQUIVADO		OUTROS		TOTAL NUM.
	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	NUM.	%	
Homicídio	27	18	13	15	2	2	1	3	6	37	5	31	112				
Tentativa de homicídio	30	64	20	53	15	40	2	12	1	50	9	4	41	22			
Lesão corporal	2	4	3	8	3	9	2	12	-	-	2	25	1	6	9	11	
Sedução	11	24	7	18	7	21	9	53	1	50	1	2	3	19	11	13	50
Defloramento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Estupro	22	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	67	9	
Furto e roubo	2	4	-	-	-	-	1	6	-	-	-	-	-	-	6	7	
Injúria, calúnia, difamação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fuga de presídio	7	-	25	-	7	-	11	-	-	-	7	11	-	32	28		
Outros	2	4	7	18	2	6	3	17	-	-	2	25	3	19	9	11	
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3

FONTE: Arquivo criminal – Fórum Três Lagoas – MS

x/y x = referente a natureza do delito

y = referente ao desfecho do processo

TABELA VI - PROFISSÃO DOS INDICIADOS EM 138 PROCESSOS

Lavrador	41
Ferroviário	34
Serviços urbanos	24
Militar	9
Comerciante	8
Camarada	6
Peão	
Lenhador	
Jornaleiro	4
Vendedor ambulante	
Carroceiro	
Funcionário público	4
Profissionais liberais:	2
Farmacêuticos	
Dentistas	
Outros	3
Mulheres – domésticas	2
Total	138

TABELA VII - LOCAIS DE OCORRÊNCIA DE HOMICÍDIOS – 1915-1945

Acampamento de serviço	4
Bar, botequim	7
Bordel	7
Casa, residência*	8
Casa – negócios	2
Fazenda	9
Hotel, pensão	3
Estação férrea	3
Rua	5
Estrada	5
Terreiros, quintais	3
Margens de rios ou córregos	3
Total	59

*Obs.: Nos oito casos em residências, quatro foram em momentos de festas.

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

**TABELA VIII - TURNOS DO DIA DE OCORRÊNCIA
DOS HOMICÍDIOS – 1915-1945**

Manhã	4
Tarde	7
Noite	34
Total	45

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

TABELA IX - DISTRIBUIÇÃO POR PROFISSÃO DAS PESSOAS QUE APARECEM EM 244 PROCESSOS-CRIMES – 1915-1945

	15-20	21-26	27-32	33-38	39-45	Total
Lavrador	7	64	82	54	45	252
Ferroviário	12	23	54	5	28	122
Militar	3	13	35	7	30	88
Comerciante	10	24	37	7	13	91
Comerciário	2	2	12		5	21
Funcionário Público	4	11	24	2	6	47
Prostitutas	3	1	2	9	5	20
Doméstica	6	23	26	9	24	88
Fazendeiro	2	11	11	4	7	35
Alfaiate	2	1	6			9
Jornaleiro	1	14	6			21
Barbeiro	2	1	1	1		5
Pintor	1					1
Trabalhador rural	2	18	5		2	27
Engenheiro		1				1
Advogado		1	1		1	3
Farmacêutico				2	3	5
Vendedor ambulante	1	1			2	4
Carpinteiro	1	9	7	2	3	22
Seleiro	1	1				2
Professor		1	1		2	4
Serrador		6				6
Lavadeira		6				6
Sapateiro		4			3	7
Mecânico		6	2		1	9
Emp. Cia. Ind.		2	2	2		6
Lenheiro			4		1	5
Proprietário	1	6	9	2	1	19
Pescador		1				1
Cozinheiro		2	4		1	7
Tipografo		1				1
Carroceiro		1	3		4	8
Açougueiro		1			2	3
Pedreiro		2		2	1	5
Agrimensor		2			1	3
Músico		1				1
Oleiro		1	3			4
Hoteleiro		2	1		1	4
Garimpeiro		3			1	4
Siriente		1				1
Guarda livros		1				1
Dentista		1	2	1		4
Padeiro		1	1			2
Costureiro		1				1
Sem profissão		1				1
Agenciador		2	3	1	1	7
Eletricista			1			1
Ferreiro			4			4
Jornalista			2			2
Motorista			10		5	15
Chapeleiro			1			1
Tintureiro			2			2
Ladrilheiro			1			1
Funileiro				1		1
Relojoeiro				1		1
Guarda noturno					1	1
Ferrador					1	1
SUB-TOTAL	61	279	361	112	201	1014
TOTAL						1014

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

TABELA X - DELITOS CONTRA A VIDA, POR TEMAS – 1916-1945

	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	Total
Paixão	4	15	10	11	3	5	48
Política	1			5	1	1	8
Fútil	1	7	7	7	11	7	40
Rixas anteriores	1	1	1	2	1		6
Rixas família					2	4	6
Trabalho		8	4	4	3	2	21
Bens propriedade		4	2		2	2	10
Estupro		1		1			2
Abuso menor		1					1
Honra		1					1
Feitiçaria						1	1
Empreitada de morte							
Vizinhança					1	1	2
Total	7	38	24	30	23	23	145

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

TABELA XI - DELITOS CONTRA A VIDA, POR TEMAS – 1916-1945

	15-20	21-25	27-32	33-38	39-44	Total
Solteiro	29	150	175	39	67	460
Casado	28	118	158	50	102	456
Viúvo	3	17	16	7	12	55
Total	60	285	349	96	181	971

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

TABELA XII - DISTRIBUIÇÃO POR IDADE DAS PESSOAS QUE COMPARECERAM EM 244 PROCESSOS-CRIMES

Período	15-20	21-26	27-32	33-38	9-44	Total
Idade						
15-20	4	23	23	6	13	69
21-25	45	170	216	42	77	550
36-50	16	74	93	47	56	286
Mais de 50	3	17	25	3	27	75
Total	68	284	357	98	173	980

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

TABELA XIII - DISTRIBUIÇÃO POR IDADE DAS PESSOAS QUE COMPARECERAM EM 244 PROCESSOS-CRIMES

Período	15-20	21-26	27-32	33-38	9-44	Total
Idade						
15-20	4	23	23	6	13	69
21-25	45	170	216	42	77	550
36-50	16	74	93	47	56	286
Mais de 50	3	17	25	3	27	75
Total	68	284	357	98	173	980

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

**TABELA XIV - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS QUE
COMPARECERAM EM 244 PROCESSOS-CRIMES, POR LOCAL
DE PROCEDÊNCIA – 1915-1945**

	15-26	27-32	33-38	39-44	Total
Mato Grosso	39	98	21	48	206
Minas Gerais	46	61	32	23	162
São Paulo	31	54	10	27	122
Bahia	44	33	17	30	124
Alagoas	4	4	2	5	15
Pernambuco	6	3		4	18
Rio Grande do Norte	2				2
Paraíba	2	4			6
Ceará	1	5		7	13
Sergipe	1	1			2
Pará e Maranhão	2			1	3
Rio Grande do Sul	9	21	3	2	35
Santa Catarina	5	3	1	1	10
Paraná	4	4		4	12
Rio de Janeiro	15	15	1	2	33
Goyas	10	5	3	5	23
Sub-Total	221	317	90	159	787
Portugal	17	30	5	13	65
Espanha	7	6	1	2	16
Itália	7	4		1	12
Alemanha	4			2	6
Outros países europeus	4	1			5
Síria e Líbano	4	6	1	1	12
Japão	2	2	2		6
Paraguai	4	8		4	16
Outros países América Latina	1	3			4
E.U.A	1				1
Total	51	60	9	23	143

FONTE: Arquivo Criminal – Fórum de Três Lagoas – MS.

TABELA XV - DINÂMICA POPULACIONAL. TRÊS LAGOAS, 1915-1945

	1915	1920	1930	1940
URBANA	1.000	9.044	4.000	6.034
RURAL		1.805		9.323
TOTAL	1.000	10.849	4.000	15.357

FONTE: 1- Álbum Gráfico de Mato Grosso

2- CATTANIO, Bernadeth. A dinâmica urbana e a estruturação espacial de Três Lagoas.

3- Livro de Registro de Ofícios e Telegramas, 1930 a 31. p. 89

TABELA XVI - AFORAMENTO DE LOTES URBANOS

Ano	Concessões	Transferências
1920	13	25
1921	54	85
1922	39	78
1923	10	5
1924	4	
1925		
1926	7	
1927	23	
1928	18	
1929	35	
1930	13	
1931	10	
1932	19	
1933	20	
1934	55	
1935	60	
1936	68	
1937	85	
1938	38	38
1939	6	
1940	5	
1941	8	
1942	3	
1943	2	
1944	1	
1945	9	
TOTAL	340	231

FONTES: APMTL – 1- Livros de Títulos de Concessão – 1920-1922; 1922-1923; 1923-1958

2- Livro de Títulos de aforamento referentes ao bairro de Santa Luzia, Num. 1

3- Livros de Concessão e Transferências. 1920-1922 e 1922-1923

**TABELA XVII - MOTIVO DO CRIME E PROFISSÃO DO RÉU,
38 CASOS DE CONDENAÇÃO**

Código Documento	Tipo do Crime	Tema	Profissão
5.5	Homicídio		
6.4	Homicídio		
7.2	Homicídio	Discussão	
7.7	Homicídio	Paixão	
7.14	Homicídio	Trabalho	Ferroviário
7.15	Homicídio		Lavrador
7.16	Homicídio		Ferroviário
7.21	Homicídio	Fútil	Negociante
7.23	Homicídio		Lavrador
8.6	Homicídio	Paixão	Trabalhador
8.22	Lesão corporal	Fútil	
9.8	Tentativa de homicídio	Fútil	
11.1	Homicídio		Lavrador
12.1	Lesão corporal		
12.15	Lesão corporal		Lavrador
13.7	Homicídio	Trabalho	Motorista
13.12	Furto		Lavrador
13.13	Roubo e tentativa de Homicídio	Roubo	Peão
13.14	Roubo e tentativa de Homicídio		Peão
13.16	Defloramento		Ferroviário
14.1	Homicídio		Peão
16.6	Homicídio	Trabalho	Lavrador
16.9	Homicídio	Empreitador	Fazendeiro e Peão
16.10	Homicídio	Fútil	Carpinteiro
18.3	Homicídio	Trabalho	Ferroviário
23.4	Defloramento		Lavrador
24.1	Homicídio	Fútil	
24.3	Desvio dinheiro		Escrivão cartório
24.6	Homicídio	Fútil	Soldado
24.8	Lesão corporal	Fútil	Ferroviário
24.11	Roubo		Eletricista
24.13	Imperícia profissional		Parteira
25.2	Homicídio		
26.3	Homicídio		
26.4	Homicídio		
26.10	Lesão corporal		Lavrador
27.5	Homicídio	Questão familiar	
30.1	Homicídio	Fútil	Lavrador

**TABELA XVIII - MOTIVO DO CRIME E PROFISSÃO DO RÉU,
58 CASOS DE ABSOLVIÇÃO**

Código Documento	Tipo de Crime	Tema	Profissão
4.1	Homicídio	Rixas antigas	Ferrovário
5.2	Homicídio	Paixão	Fazendeiro
6.6	Homicídio	Paixão	
6.7	Homicídio	Paixão	Comerciante
6.8	Furto		Ferrovário
7.10	Homicídio	Paixão	Ferrovário
7.12	Lesão corporal		Ferrovário
8.3	Homicídio		Lavrador
8.7	Homicídio	Paixão	Lavrador
8.8	Homicídio	Paixão	
8.14	Lesão corporal	Trabalho	Jornaleiro
8.20	Agressão física		Ferrovário
9.1	Furto		Marinheiro
9.3	Homicídio	Paixão	Vendedor ambulante
9.6	Homicídio	Discussão	Lavrador
9.7	Homicídio		Carroceiro
10.3	Homicídio	Questão de propriedade	Lavrador
11.3	Furto		
11.6	Lesão corporal	Paixão	Ferrovário
11.8	Lesão corporal	Trabalho	
11.9	Lesão corporal		Mecânico
11.2	Lesão corporal	Propriedade	Lavrador
12.8	Agressão física	Fútil	Carpinteiro
12.13	Homicídio	Fútil	Jogador
13.2	Homicídio		Lavrador
13.5	Lesão corporal	Rixas antigas	Ferrovário
13.10	Lesão corporal		Militar
13.17	Homicídio	Discussão	Carpinteiro
13.20	Homicídio	Paixão	Lavrador
14.2	Homicídio	Trabalho	Oleiro
15.6	Homicídio	Fútil	Ferrovário
16.17	Homicídio		Ferrovário
16.22	Tiroteio com a polícia	Política	Agenciador
17.1	Homicídio	Trabalho	Ferrovário
18.1	Homicídio	Paixão	Barbeiro
18.2	Defloramento		Lavrador
18.4	Roubo		
18.5	Lesão corporal	Paixão	
18.7	Tentativa de Homicídio	Paixão	Ferrovário
19.5	Homicídio	Rixas anteriores	Dentista prático
21.2	Tentativa de Homicídio	Trabalho	Ferrovário
22.5	Homicídio	Trabalho	Ferrovário
23.1	Homicídio	Rixas antigas	
23.5	Homicídio	Empreitada	Lavrador

23.14	Homicídio	Discussão	Lavrador
24.2	Homicídio	Rixa em família	
24.7	Homicídio	Fútil	Lavrador
26.1	Homicídio	Discussão	Ferroviário
26.15	Homicídio	Paixão	Ferroviário
27.2	Homicídio	Política	
27.3	Homicídio	Fútil	Lavrador
28.5	Tentativa de Homicídio	Paixão	Carpinteiro
28.7	Homicídio	Questão familiar	
28.9	Tentativa de Homicídio	Paixão	Carpinteiro
29.9	Tentativa de Homicídio		Militar
29.11	Homicídio	Questão familiar	Lavrador
29.14	Tentativa de Homicídio	Fútil	Funcionário Público
29.16	Homicídio	Negócio	Ferreiro

QUADROS

QUADRO Nº 1 - CHAPAS DOS CANDIDATOS AO PLEITO MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS, EM 1920

PARTIDO REPUBLICANO MATOGROSSENSE (Alfredistas)	PARTIDO REPUBLICANO CONSERVADOR (Generosistas)
VEREADORES	
Joaquim do Nascimento	Cel. Antonio de S. Queiroz - Negociante
Fernandes Távora - Engenheiro	Cel. Januário Garcia Leal - Fazendeiro
Sebastião Fenelon Costa - Proprietário	Cel. Manuel da Costa Lima - Fazendeiro
Cel. José Faustino Franco - Fazendeiro	Cap. Antonio Olintho Mancini - Engenheiro
Francisco Rodart - Industrial	Theotonio Mendes - Comerciante
Manoel Garcia de Souza Guimarães - Comerciante e proprietário	
SUPLENTE	
Eduardo Holdicht Leituga - Guarda livro e proprietário	Oscar Garcia Moreira - Agricultor
Lupércio Magalhães - Guarda Livro	Sebastião de Oliveira Lima - Consultor

Francisco Caetano Garcia - Proprietário	José Marques de Oliveira - Negociante
Tiburcio Garcia de Freitas - Fazendeiro	Manoel Valentin de Oliveira - Negociante
JUIZ DE PAZ	
Felipe Nery Monteiro - Proprietário e Notário	Pacífico Soares de Camargo - Agricultor
Joaquim Rodrigues Goulart - Proprietário e Comerciante	Cap. Afonso Garcia Prado - Agricultor
Manoel Justino de Souza - Proprietário	José Silvério Borges - Lavrador
SUPLENTE	
João Alves de Miranda - Proprietário e Comerciante	Elias da Silveira Queiroz - Criador
Alceu Silva - Industrial	Joaquim Dourado - Proprietário
Alexandre José da Costa - Proprietário	Leopoldo Fernandes - Operário marceneiro
INTENDENTES	
Alfredo Justino de Souza - Proprietário e Fazendeiro	Dr. Generoso Siqueira - Advogado
1º Vice Dr. Bruno Garcia - Médico	1º Vice José J.G. de Oliveira - Comerciante
2º Vice Joaquim C. de Oliveira - Comerciante	2º Vice Álvaro Feijó - Proprietário

FONTE: *Gazeta do Comércio* – 28.11.1920

QUADRO 2 - CHAPA FUSIONISTA PARA ELEIÇÕES DE 1923

VEREADORES: Cel. Anônio de Souza Queiroz
Dr. Bruno Garcia
Joaquim Cecílio de Lima
José marques de oliveira
Dr. Generoso Siqueira
Manoel Garcia de Souza
Antonio Olintho Mancini
SUPLENTES: Sebastião Correa
José Justino de Souza
Rodrigo de Magalhães
José Silvério Borges
Getúlio Garcia
Deocleciano Viana Prado
Elias da Silveira Queiroz
Leopoldo Fernandes
Francisco Carneiro Mesquita
INTENDENTES: Dr. Fenelon Müller
1º Vice: Coronel Augusto Correa da Costa
2º Vice: Fenelon da Costa Junior

QUADRO 3 - CHAPAS DOS CANDIDATOS AO PLEITO MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS, EM 1926

ALFREDISTAS	GENEROSISTAS
VEREADORES	
Januário Garcia Leal	Luiz Soares de Gouvea Costa
João Magiano Pinto	Fenelon Müller
João da Silva Ramos	Generoso Alves Siqueira
Benevuto garcia Leal	Manoel da Costa Lima
Afonso garcia Prado	Cap. Antônio Olintho Mancini

SUPLENTE	
Antônio José Filgueira	Chrispim da Silva Coimbra
Francisco Coxa	Américo da Costa Cardoso
Armindo Dias Ferreira	Sebastião Durval Costa
Manoel Gomes	José Antonio de Castro Filho
Gil José Vieira	Leocádio Bastos
JUIZ DE PAZ	
João Carrato	Pacífico Soares de Camargo
Francisco Rodart	Aparício da Silva Camargo
Levindo Marcelino de Campinas	Lázaro Garcia Dias
SUPLENTE	
Dorotheo de Abreu	Leopoldo Fernandes
Francisco Flores	Manoel Alves de Miranda
Alexandre José da Costa	José Alves Pereira
INTENDENTES	
Alfredo Justino	Pelópidas Benedito de Souza Gouveia
1º Vice Reynaldo Machado	1º Vice João Miguel Speridião
2º Vice Octávio Sigefredo Roriz	2º Vice José Marques de Oliveira

FONTES: Livro de Atas Sessões Ordinárias da Câmara dos Vereadores. fl. 98.
Gazeta do Comércio. 1.12.26.

QUADRO 4 - CANDIDATOS QUE ESTAVAM EM 1923 COM OS GENEROSISTAS E EM 1926 COM OS ALFREDISTAS

- Januário Garcia Leal
- Afonso Garcia Prado
- João Carrato
- Francisco Rodart

FONTE: Quadros números. 1 e 3.

QUADRO 5 - DIRETÓRIO DA ALIANÇA LIBERAL

- Cel. Benevuto Garcia Leal
- Elmano Soares
- José Lopes Barbosa
- Rodrigo Magalhães
- Octavio Sigefredo Roriz
- L. Ferreira da Silva
- João Miguel Speridião
- Francisco Caetano

FONTE: Gazeta do Comércio. 29.10.30.

QUADRO 6 - TÍTULOS E TEMAS DO CÓDIGO DE POSTURAS

- Infrações e proibições
- Competências administrativas
- Avenidas, Ruas e praças
- Edificações e reedificações
- Salubridade pública
- Tranquilidade, Moral e Ordem Pública
- Veículos – carroças, charretes, bicicletas, caminhões e automóveis
- Balanças, pesos e medidas
- Comércio, Indústria e Profissão – alvarás, impostos
- Cemitérios
- Hotéis, pensões e congêneres
- Barbeiros e cabeleiros
- Estábulo e cavalariças
- Ensino
- Zoneamento – urbano, suburbano e rural
- Queimadas e devastação das matas
- Estradas, pontes

FONTES: Código de Posturas.

QUADRO 7 - RELAÇÃO DAS QUESTÕES QUE OCUPAM O PODER PÚBLICO 1915-1945

- Títulos de aforamentos – concessões e cancelamentos
- Garantia de ordem local e das autoridades municipais
- Edificações no perímetro urbano
- Concessões de verbas para despesas dos poderes Legislativo e Executivo
- Impostos e multas – taxando, isentando e revelando
- Programas de partidos políticos
- Competências dos poderes legislativo e Executivo
- Irregularidades – sobre as próprias leis, lei orgânica x regimento interno; legitimidade, constitucionalidade
- Eleições – chapas, resultados, provimento de recursos
- Extinção de formigueiros
- Querelas entre as facções partidárias
- Votos de congratulações e autoridades do Estado
- Concessões de auxílio – Escola e Igreja
- Exonerações e nomeações
- Regulamentação sobre extração de areia
- Regulamentação sobre a lenha – impostos e derrubada de mata
- Código de Posturas – elaboração e manejo das questões suscitadas

FONTES: Livro de Registro de Ofício e Telegramas 1915-1920.

Títulos Definitivos de Propriedade 1916-1946

Livro de Leis Num. 3, 1940-1948

Atas das Câmaras Legislativas, Sessões Ordinárias Num. 1, 1921-1927

Código de Posturas

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

ISBN 978-65-89995-76-0



9 786589 995760

